

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIÃO DOS HOMENS DE COR (UHC):

Uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo.

JOSELINA DA SILVA

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Myrian Sepulveda dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de
Doutorado em Ciências Sociais da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
– UERJ, como requisito para a obtenção
do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Rio de Janeiro

2005



00672222000427 - P10X
União dos Homens de Cor (UHC)
T 427

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
Biblioteca Pio X

Silva, Joselina, 1955.

UNIÃO DOS HOMENS DE COR (UHC): Uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo – Rio de Janeiro : UERJ, 2005.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UERJ

1. Movimento negro – 2. Anti - racismo – 3. Relações raciais – 4. Identidade étnica – 5. Democracia racial – 6. Imprensa negra

Joselina da Silva

UNIÃO DOS HOMENS DE COR (UHC):

Uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Myrian Sepúlveda dos Santos

Dissertação apresentada ao Curso de
Doutorado em Ciências Sociais da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
– UERJ, como requisito para a obtenção
do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Rio de Janeiro
Julho/

2005

Joselina da Silva

UNIÃO DOS HOMENS DE COR (UHC):

Uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo.

Tese aprovada como requisito para a obtenção de grau de Doutor no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela banca composta pelos professores

Profa. Dra. Myrian Sepulveda dos Santos (orientadora) (PPCIS/ UERJ)

Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (Dep. Soc. / USP)

Profa. Dra. Giralda Seyfert (PPGAS / UFRJ)

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério (PPGCSO / UFSCAR)

Profa. Dra. Márcia Contins (PPCIS / UERJ)

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2005

AGRADECIMENTOS :

Início agradecendo a cada membro do movimento social negro deste país. A participação neste processo organizativo - primeiro como espectadora, e mais tarde como organizadora - fez de mim uma pessoa voltada a analisar a sociedade brasileira no seu aspecto referente à racialidade. Aprendizado adquirido nos diversos debates, fóruns, conferências, palestras, seminários, encontros, passeatas e atos públicos acontecidos nos últimos quase trinta anos, em diferentes partes do território nacional.

Meus especiais agradecimentos às mulheres e homens do movimento social negro brasileiro, com os quais tive oportunidade de compartilhar ao longo destes quatro anos de doutorado. Todos sempre acaloradamente se mostraram favoráveis à esta pesquisa. Inúmeras vezes fui convidada a ministrar cursos e palestras em diferentes cidades, apenas como estratégia para ter pagas as passagens e estadias. A partir daí, se tornava possível visitar cartórios, bibliotecas, arquivos e pessoas à procura da União dos Homens de Cor. Este mesma rede informal de apoio à pesquisa escrevia cartas de recomendação com o intuito de facilitar meu acesso a setores oficiais das cidades, por onde passei.

As dificuldades que poderiam ter impedido tantos deslocamentos à procura da UHC foram superadas pelo apoio daqueles grupos, nas cinco regiões do país. Solidariedades que se traduziram em ações tais como oferecer à própria casa para que eu me hospedasse, por exemplo. Houve também almoços e reuniões organizados para que eu pudesse, numa única ocasião, encontrar um maior número de possíveis informantes. Estas iniciativas abreviavam minha estada e se encaixavam no meu baixo orçamento.

Diversas organizações foram preponderantes para a realização deste trabalho. Me vi no século XXI, fazendo uso de uma rede de contatos e articulações que direta ou indiretamente se constituiu a partir daquela que eu buscava pesquisar (a UHC). A todos (as) meus profundos agradecimentos e minhas escusas, caso não tenha conseguido reproduzir, nesta tese, suas expectativas e sonhos.

Minha gratidão às companheiras ativistas e amigas pessoais, de longa data, membros da ACMUN (Associação Cultural de Mulheres Negras) sediada em Porto Alegre. Suas colaborações foram cruciais para a realização do trabalho. Meus reconhecimentos pelo aconchego e ambiente familiar com o qual pude contar todas as vezes em que lá estive.

As pesquisas relativas ao Estado de Santa Catarina não teriam se concretizado sem a colaboração direta de Jeruse Romão. Quando cheguei à Florianópolis, aquela ativista, pesquisadora, estudante e professora, já havia feito uma série de contatos, com pessoas e instituições às quais deveria me dirigir. Desta forma, apesar da exigüidade de tempo e recursos, me foi possível auferir resultados mais aprofundados. Entre eles, descobrir a atuação de Avandié de Souza, em Blumenau, só para citar um exemplo.

À Professora Dra. Myrian Sepulveda dos Santos, minha orientadora, pela atenção e responsabilidade na leitura das inúmeras versões deste trabalho. Sua condução através dos caminhos do trilhar acadêmico deu-me a segurança necessária para transformar esta tese numa realidade palpável.

Agradeço à Eliza Larkin Nascimento e ao Prof. Antonio Sérgio Guimarães, pela iniciativa de transformarem em edição fac-símile os exemplares do jornal Quilombo, originalmente publicado pelo Teatro Experimental do Negro entre 1948 e 1950.

Neste sentido, reitero o reconhecimento à Eliza Larkin Nascimento, que antes da referida publicação disponibilizava os originais, para que eu pudesse pesquisá-los, na sala de sua casa. Continua gravada em minha memória a emoção que senti, ao tocar naqueles históricos documentos pela primeira vez. Eu apenas os conhecia através dos poucos exemplares colocados à disposição, nas máquinas de leitura de microfilmes da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro.

Os originais do Jornal Alvorada, me foram facilitados pela disponibilidade da coleção pessoal do Professor Amauri Mendes Pereira, meu colega do PPCIS e companheiro de militância, com quem dividi muitas das reflexões apresentadas aqui.

Agradeço aos professores - notadamente ao Dr. Jean Muteba Rahier e Michael Hanchard - e aos colegas do *Interrogating the African Diaspora Seminar* da Florida International University (2004) com quem pude compartilhar significativas reflexões sobre este trabalho. Suas atentas e críticas leituras me fizeram acrescentar reflexões e bibliografias referenciais.

À Professora Giralda Seyferth, em cujas aulas, no Museu Nacional, tive os primeiros contatos acadêmicos com os teóricos do Projeto UNESCO.

Ao Professor Lívio Sansone, inicialmente, como professor no PPCIS /UERJ e posteriormente como coordenador no Centro de Estudos Afro - Asiáticos (depois Afro-Brasileiros) da Universidade Candido Mendes.

Aos colegas do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes, pelos ouvidos atentos, cúmplices e analíticos diante de meus entusiasmados e longos relatos após cada material encontrado, entrevista realizada ou bibliografia estudada.

A pesquisa relativa ao Rio de Janeiro esteve associada ao projeto desenvolvido, com o apoio do CNPQ, no âmbito do Centro de Estudos afro-brasileiros, intitulado *Afro- Rio Século XXI: Modernidade, agencia afro-descendente e anti-racista no Rio de Janeiro*. O que tornou viável a ajuda do estudante de graduação de História, André Guimarães (UERJ). Sua inestimável colaboração e espírito de iniciativa permitiram que pudéssemos percorrer dez anos de três jornais diários, do antigo Distrito Federal, entre 1945 e 1955.

Aos Professores do PPCIS / UERJ pelas oportunidades de estudos, leituras e debates em sala de aula, que muito acrescentaram aos meus saberes crítico e analítico.

À Christiane Raphael da Silva e à Simone Ribeiro da Conceição secretárias do PPCIS / UERJ, pelas inúmeras informações sobre a estrutura e as normas do curso do Doutorado em Ciências Sociais.

À doutora Célia Moraes Pabst, pelas luzes lançadas no meu interior.

À Magalys Fernández Pedroso pelo carinho, estímulo, apoio, cumplicidade e acima de tudo, pela paciência em conviver com os percalços de alguém sobrejamente devotada à escrita de uma tese.

À CAPES pela concessão da bolsa de doutorado

A todos os entrevistados que compartilharam comigo momentos especiais de suas vidas.

*"Our struggle is also a struggle of memory
against forgetting"* ¹ (Hooks, 1990: 185).

Aos meus pais:

Seu Manoel Baiano e
Dona Dorva.

Aos meus Orixás.

¹ *"Nossa luta é também uma luta pela memória, contra o esquecimento"*. Tradução da autora.

SUMÁRIO

Pág.

Agradecimentos

Introdução _____ 1

Capítulo um

O movimento social negro na visão de Fernandes, Costa Pinto e Azevedo ____ 11

• Os estudos UNESCO _____ 13

• Florestan Fernandes e Roger Bastide: A metodologia da pesquisa em "*Negro e brancos em São Paulo*" _____ 17

• São Paulo vista por Fernandes e Bastide _____ 18

• A democracia racial em "*Negros e Brancos em São Paulo*" _____ 22

• As organizações negras na São Paulo do Projeto UNESCO _____ 24

Luiz Aguiar da Costa Pinto: A metodologia da pesquisa em o "*O Negro no Rio de Janeiro*". _____ 34

• O Rio de Janeiro de Costa Pinto _____ 37

• A Democracia racial para Costa Pinto _____ 40

• Organizações negras no Rio de Janeiro de Costa Pinto _____ 42

• Organizações Tradicionais _____ 44

• Associações de Novo Tipo _____ 47

Thales de Azevedo: A metodologia da pesquisa em "*As elites de cor na Bahia*" ____ 51

• A Bahia de Thales _____ 53

| | |
|---|----|
| • A democracia racial adicionada à baianidade _____ | 57 |
| • Organizações negras na Bahia de Azevedo _____ | 63 |
| Algumas conclusões _____ | 67 |

Capítulo 2

| | |
|---|-----|
| Movimento social negro Após o Estado Novo: Um sobrevôo por algumas cidades _____ | 79 |
| • A reorganização dos movimentos sociais _____ | 82 |
| Os primeiros encontros nacionais do movimento negro brasileiro _____ | 84 |
| • Conclusão de eventos _____ | 100 |
| Organizações Negras _____ | 102 |
| • O Teatro Experimental do Negro (TEN/ RJ) _____ | 107 |
| • Teatro Folclórico Brasileiro (ou Grupo dos Novos) _____ | 114 |
| • Teatro Popular Brasileiro (TPB) _____ | 118 |
| • Orquestra Afro Brasileira _____ | 120 |
| • Associação do Negro Brasileiro (ANB) _____ | 127 |
| • Teatro Experimental do Negro (TEN / SP) _____ | 132 |
| • Associação Cultural do Negro (SP) _____ | 135 |
| • Associação José do Patrocínio (BH) _____ | 138 |
| • Conclusão das organizações negras _____ | |
| Os jornais do movimento negro: a visão de três autores _____ | 142 |
| • O movimento negro a partir de seus jornais _____ | 149 |
| • Conclusão _____ | |

Capítulo 3

| | |
|---|-----|
| União dos Homens de Cor: Aspectos de uma rede nacional _____ | 167 |
| • O nascimento da futura rede UHC _____ | 168 |
| • Estatuto: sonho em forma de documento _____ | 175 |

| | |
|--|-----|
| • Ações implementadas _____ | 182 |
| • Articulações políticas _____ | 184 |
| • Assumindo uma postura crítica _____ | 198 |
| • Surgem os filhos da UHC _____ | 201 |
| • União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) de Blumenau (SC) _____ | 203 |
| • União Cultural Brasileira dos Homens de Cor/ Duque de Caxias/ RJ _____ | 207 |
| • União Cultural dos Homens de Cor / Rio de Janeiro (RJ) _____ | 208 |
| • Conclusão _____ | 210 |

Capítulo 4

| | |
|---|------------|
| Novos e velhos movimentos sociais: categorias cambiantes _____ | 218 |
| • Movimentos sociais: notas para uma definição _____ | 219 |
| • Os movimentos sociais negros nos estudos de movimentos sociais urbanos _____ | 228 |
| • Conclusão _____ | 238 |
| Pensares Conclusivos _____ | 243 |
| Bibliografia _____ | 251 |

RESUMO

Esta pesquisa procura analisar alguns aspectos da União dos Homens de Cor (UHC), grupo fundado em Porto Alegre, em 1943, e que em cinco anos se ramificava por dez estados da Federação. Assim, sendo, nosso objetivo é apresentar algumas das dinâmicas permeantes do movimento social dos negros, bem como diferentes facetas de sua composição, que reunidas, dão pistas da inserção daquele movimento. Este trabalho investiga também algumas estratégias organizativas empregadas pelo movimento social negro da época. Trata-se, portanto, de um exercício em direção à análise sobre a construção de uma identidade racial negra no Brasil após o Estado Novo, tendo como estudo de caso a União dos Homens de Cor (UHC). Assim sendo, esta tese pretende contribuir com o debate que situa as organizações sociais negras no tempo sócio - histórico em que tenham sido constituídas.

ABSTRACT

This research aims to analyze some aspects of the organization called “União dos Homens de Cor (UHC)”, founded in Porto Alegre (Brazil) in 1943; which was able to spread along ten states of the country in a period of five years. Therefore, our objective is to present some of the dynamics developed by the social black movement as well as different aspects of its composition that illustrate its level of social insertion. This work also searches for some of the organizational strategies used by the social black movement at that period. Hence, it consists on an exercise towards the analysis about the construction of a black racial identity in Brazil after the New State, using the “União dos Homens de Cor (UHC)” as a study case. Thus, this thesis attempts to enrich the debate that places the black social organizations in the social historical time that they were constituted.

INTRODUÇÃO

“As organizações dos negros são necessárias porque não adianta pensar que o direito é concedido. O direito é tomado e fruto de uma luta”
(Nascimento, 1999: 54)

“Falar do movimento negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis” (Gonzáles, 1982:18)

As pesquisas para a dissertação de mestrado¹ levaram-me a utilizar, além da bibliografia pertinente algumas revistas e jornais das décadas de quarenta e cinquenta. Encontrei também documentos constituintes de arquivos pessoais, tais como fotos e prospectos de divulgação, entre outros. Interessava-me aprender qual o grau de repercussão do tema sobre as relações raciais na mídia em geral e na imprensa produzida pelos afro-brasileiros. Neste processo, deparei-me com exemplares do Jornal Quilombo publicado pelo TEN (Teatro Experimental do Negro) que circularam entre dezembro de 1948 e julho de 1950, no Rio de Janeiro. Uma das principais características daquele periódico era o fato de referir-se, não apenas aos acontecimentos contemporâneos, como também realizações acontecidas anos antes. O Quilombo atuava também como uma câmera atentamente ligada sobre o país, através da qual se podia observar eventos e realizações de outros grupos organizados, para além do eixo Rio /

¹ Intitulada : “RENASCENÇA : LUGAR DE NEGROS NO PLURAL. Construções identitárias num clube social de negros no Rio de Janeiro”, tendo como orientadora a Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos e defendida em dezembro de 2000, no âmbito do PPCIS/ UERJ.

visibilidade que a rede emprestava às lideranças negras locais, em cidades de portes variados, ajudando-as a serem vistas e ouvidas em lugares que ultrapassavam os limites de suas regiões geográficas. Chama atenção, também, o momento sócio - histórico em que se dá o seu maior crescimento, que é aquele imediatamente após o final do Estado Novo.

Pensar a UHC é refletir que embora as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo tenham sido as mais estudadas até o momento, houve organizações negras estruturadas e atuantes nas cinco regiões do país, no período pós II Guerra Mundial. Numa década, como a de quarenta, pontuada por tantas ações concernentes ao anti-racismo e pela luta contra a discriminação e a segregação raciais - nos Estados Unidos, na África do Sul e no Brasil - a UHC demonstrava seu dinamismo em inúmeras participações, nas mais recônditas regiões do país. Sua presença era marcada pela constituição de sedes, promoção de debates na imprensa local, fundação de jornais próprios, caravanas de doação de roupas e alimentos, serviços de saúde, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais, só para citar algumas de suas atividades mais notórias.

A segunda metade dos anos quarenta testemunhou a presença da União dos Homens de Cor em dez estados da Federação, representada em inúmeros municípios no interior e nas capitais. A nos embasar pela lista nominal apresentada por um de seus periódicos, o quantitativo de membros em cargos diretivos - excluídos aqui os demais participantes - representavam um total de noventa pessoas liderando capítulos da rede, de norte a sul do país. Cada capital possuía uma diretoria executiva com cerca de nove representantes. Tal estrutura era fortificada, principalmente pela interlocução constante entre os

participantes, por meio de correspondências e trocas de visitas. O ponto fulcral para a preservação da rede era a reunião anual, no dia 13 de maio de cada ano, em Porto Alegre.

A União dos Homens de Cor, no entanto, em que pese sua abrangência e atuação tem tido presença restrita nos trabalhos sobre movimentos sociais brasileiros. Um dos poucos estudos já realizados sobre a UHC foi feito por Costa Pinto (Costa Pinto, 1952) a respeito da sucursal do Rio de Janeiro, que era inicialmente dirigida por Joviano Severino de Melo e posteriormente por José Bernardo da Silva. A comparação direta com o TEN (Teatro Experimental do Negro / RJ) levou o autor a interpretá-la muito mais como uma das associações intermediárias (2), do que aquelas que proporião uma mudança de parâmetros na sociedade brasileira. Estas últimas foram intituladas por ele como organizações de *Novo Tipo*.

Costa Pinto analisa a União dos Homens de Cor comparando-a permanentemente com o TEN (Teatro Experimental do Negro), reproduzindo em diversos pontos a fala nativa de um grupo em crítica ao outro. Ambos são apresentados como grupos em constante posição antagônica. A UHC, na visão de Costa Pinto, estaria prioritariamente mais atenta às "reivindicações mais imediatas" (Costa Pinto, 1952:261) da população. Desta forma, teria propiciado atrair para seus quadros um grupo de membros de uma classe social distinta daquela que se aglutinara ao TEN, que era de intelectuais e "negros evoluídos". Nosso trabalho procurou seguir um caminho que nos permitiu ressaltar a UHC a partir de um olhar que evitou a comparação entre as duas organizações. Vista de

2 Costa Pinto divide as organizações negras em *Tradicionalis* e de *Novo Tipo*. (Costa Pinto, 1952)

per sí, a UHC toma contornos que a distanciam daquelas conclusões de Costa Pinto, como apontaremos mais adiante.

Os estudos UNESCO foram os primeiras a estudar as organizações negras nas regiões onde aquela pesquisa foi realizada, isto é, no perímetro urbano do RJ, São Paulo e Salvador. A UHC esteve presente nestas cidades. Ainda assim, pouco de sua trajetória foi registrada naqueles estudos. Em outras palavras, os olhares acadêmicos, para os movimentos sociais negros, tem sido mais direcionados para aqueles grupos ou regiões, inicialmente analisados por Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto e Thales de Azevedo. Por esta razão, apresentamos como hipótese que os grupos que não foram considerados como significativos - para o movimento - por aqueles teóricos, acabaram por ter sua história social silenciada para a historiografia sobre os movimentos sociais no Brasil. A União dos Homens de Cor figura como um destes exemplos.

Neste estudo - que se propõe a ser apenas o instaurador do debate - vemos que a União dos Homens de Cor (UHC) pode ser utilizada como um novo paradigma diante daquele já cristalizado na literatura sobre o tema. Referimo-nos à crença de que a experiência de rede para os afro brasileiros tem sido comumente datada nos anos trinta através da Frente Negra Brasileira e retomada posteriormente, apenas com o MNU nos anos setenta. A UHC, então corrobora para destituir esta visão. Ou seja, havia uma sólida articulação de organizações negras nas décadas de quarenta e cinquenta.

Outra hipótese é que por não estarem em conformidade com os pressupostos teóricos que definem movimentos sociais, a União dos Homens de Cor e suas diversas subsidiárias, de avaliada extensão numérica, não foram vistas como movimentos sociais

na sua constituição. Tal fato, a nosso ver, ocorre porque os referidos grupos fogem ao modelo de movimentos sociais urbanos teoricamente idealizados por aqueles que procuram sistematizar as bases apropriadas para nos permitir compreender a natureza, formação e motivos dos movimentos sociais. Estaremos elaborando sobre este tema, no capítulo quatro deste estudo.

Dessa forma, nosso objetivo final neste trabalho, ao estudar a UHC, é fazer um mapeamento de algumas das organizações negras surgidas após o Estado Novo, expandindo nosso olhar para além do eixo Rio, São Paulo e Salvador. Procuraremos observar as dinâmicas, as construções e as supostas rupturas havidas naquele momento pulsante da organização dos (as) negros (as) brasileiros (as) à medida que investigamos as identidades negras forjadas no país, a partir de concepções inerentes ao período estudado. Nosso intento é, portanto, evidenciar relatos e tornar públicas realizações e alianças de diferentes grupos de afro-brasileiros. Pretendemos contribuir com o resgate de mais uma parte da memória coletiva dos negros organizados no país, que pode ser expressa através da trajetória da União dos Homens Cor.

O estudo das organizações negras nos auxilia a perceber a realização de identidades que embora tenham a etnicidade como base de construção, nem por isso são unitárias ou cristalizadas numa única forma de expressão. Suas memórias dão a possibilidade de tornar públicas as tessituras da vida de diversos grupos que contribuíram para a formação do que hoje denominamos de movimento social negro. Nesta direção, o trabalho de campo consistiu de entrevistas e histórias de vida, de visitas aos arquivos pessoais e das organizações pesquisadas, guardados nas casas dos diversos ativistas e seus descendentes, dispersos em diferentes cidades do país. A Biblioteca do Centro de

Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes (RJ), a Biblioteca Nacional (RJ), o Centro da Pesquisa e História Social da Cultura (IFCH/ UNICAMP), a Rádio MEC (RJ) A Biblioteca Pública (Porto Alegre), o Museu Hipólito José da Costa (Porto Alegre), o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Porto Alegre), a Biblioteca Pública (Florianópolis), o Cartório do Segundo Registro de Títulos e Documentos Salvador), o Cartório do Registro Civil Público (Salvador), a Escola Central da UFBA, a Fundação Clemente Mariani (Salvador), a Biblioteca da Faculdade de Filosofia (UFBA), a Biblioteca da UNEB, Biblioteca do CEAO (UFBA), o DOPS (Curitiba) constituíram-se em importantes sítios onde a vida destas organizações, bem como as relações sócio políticas engendradas por elas, puderam ser estudadas.

Tendo em mente a importância do Projeto UNESCO para o entendimento das relações raciais no Brasil, inicio fazendo uma breve contextualização daqueles estudos. Note-se que eles ocorreram durante o ápice expansionista da UHC e período de abrangência desta pesquisa. Objetivo verificar como os teóricos do projeto UNESCO, diante da emergência de um movimento social constituído a partir de uma identidade étnico racial, analisaram aquelas organizações sociais nas décadas de quarenta e cinquenta. Interessa-nos observar o lugar ocupado pela UHC e outras organizações, na análise daqueles autores. Neste sentido, detive-me nas obras de Costa Pinto, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo que, dentre os estudiosos participantes da pesquisa, fizeram análises sobre o movimento social negro. Movimento que estava em franco desenvolvimento quando da redemocratização do país, após a ditadura do Estado Novo. Logo adiante, passo a referir-me aos autores aqui abordados – respectivamente nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador - tendo dividido cada análise em quatro

tópicos principais. Nestes autores observaremos sua aproximação ou distanciamento para com a União dos Homens de Cor (UHC).

O capítulo *O movimento negro após o Estado Novo: Um sobrevôo por algumas cidades* realçará a presença de uma agitação organizativa que foi capaz de propiciar o florescimento de uma imprensa praticada por e para os afro-brasileiros, utilizada como função denunciativa e reflexiva, a respeito de sua realidade político-social. Três conferências nacionais, ações concertadas por grupos em várias cidades, uma constante presença na imprensa regular, além de periódicos específicos ajudavam a constituir o quadro das ações anti-racistas no Brasil. Por iniciativa do movimento social negro - inserido num quadro de notada articulação dos movimentos sociais no país - todas estas iniciativas e muitas outras foram praticadas. O testemunho de filhos, amigos de líderes da época e os próprios atores dão conta do nível de adesão de lideranças que de forma individual ou coletiva se debatiam contra a tese da democracia racial brasileira. É nesta ambiência da constituição de debates anti-racistas que a UHC se torna uma realidade possível. Ou seja, afirmamos que a UHC valeu-se de um candente momento de discussão, reflexões e ações dos afro-brasileiros para conseguir se estruturalizar de forma tão célere, num período de cinco anos.

No capítulo seguinte, serão apresentadas algumas reflexões elaboradas sobre a União dos Homens de Cor. A leitura de alguns de seus documentos, nos fornece pistas para pensar que a construção de uma mentalidade anti - racista, no Brasil, muito se deve ao seu concurso. Ao mesmo tempo, o processo de desvendamento da trajetória da UHC vai deixando à mostra vários pontos de insurgência que demonstram a capacidade reativa dos negros diante do alijamento imposto por setores da sociedade. Naquele capítulo

teremos oportunidade de apresentar não apenas a UHC, mas alguns outros grupos que dela derivaram, os quais chamamos de *os filhos da UHC*.

O capítulo quatro, que intitulamos *Novos e Velhos Movimento Sociais: Categorias cambiantes* será um diálogo com uma parte da bibliografia sobre movimentos sociais urbanos procurando cotejá-la com alguns dos autores que tem estudado os movimentos sociais negros, principalmente aqueles localizados no período pós Estado Novo. Como veremos, há poucos momentos de contato entre estes dois grupos de estudos. Dito de outra forma: Os estudiosos sobre movimentos sociais, no Brasil, tem se mantido, em grande escala, silentes diante da consideração das organizações negras como partícipes de um movimento social mais amplo. Por sua vez, muitos dos estudos dedicados aos grupos negros não têm constituído uma práxis acadêmica no sentido de incorporar os clássicos da bibliografia de movimentos sociais em suas análises. Um dos importantes momentos deste capítulo será o diálogo com os autores sobre suas periodizações e definições sobre o movimento social dos negros. Seus textos nem sempre incluíam as organizações negras do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Duque de Caxias (RJ) e Blumenau – por exemplo - estudadas neste trabalho. Estes autores também nos ampararam no entendimento de algumas das razões que explicariam a insistente ausência da UHC na literatura mais consagrada aos estudos dos movimentos sociais negros no país. Incluem-se neste caso, os estudos UNESCO.

Sabemos que na abrangência do período e dos estados aos quais estamos tentando cobrir (RJ/ SP/ MG/ RS/ PR/ SC), tensões e dissensões devem ter havido entre os grupos. Deixamos de trazê-las à baila e procuramos privilegiar a oportunidade de registrar sua existência. Ou seja, diante da constatação de um ainda ínfimo número de pesquisas

sobre grande parte das organizações apresentadas neste trabalho, seguimos então uma espécie de “*survey*” histórico daqueles grupos. Embora em sua vasta maioria não mais existam materialmente, aquelas organizações conservam-se na memória de seus criadores ou dos descendentes políticos ou consangüíneos daquelas lideranças.

Não se constitui uma informação nova o estabelecimento de organizações negras no período pós 45. Nos diferentes livros resultantes do Projeto UNESCO e nas obras de diversas autores, encontram-se citações sobre aqueles grupos e seus líderes. Se indicações e estudos são vários, não foram realizadas até o momento análises que busquem de forma ampla demonstrar os sentidos e os diálogos estabelecidos por aqueles grupos. Esta tese, portanto, objetiva retomar algumas daquelas menções já feitas, aduzir outras tantas e contrastá-las com um conjunto maior de interfaces tocadas por aqueles grupos, no período que estamos estudando. É do nosso interesse, então lançar luz sobre entidades que, embora marcantes no seu tempo, têm hoje sua história repousada em arquivos pessoais ou familiares, nos jornais da imprensa negra ou nas notas de rodapé de importantes pesquisas, como nas do projeto UNESCO. Estaremos, portanto, percorrendo alguns meandros obscurecidos, no sentido de fornecer subsídios para o estabelecimento de um debate mais alentado.

Capítulo Um

O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO NA VISÃO DE BASTIDE, FERNANDES, COSTA PINTO E AZEVEDO

O projeto UNESCO trouxe, pela primeira vez, para o campo acadêmico, algumas análises sobre os movimentos sociais negros. A magnitude do Projeto UNESCO e sua representatividade para o campo das ciências sociais e dentro deste os estudos das relações raciais, nos levam a iniciar esta tese por um diálogo com alguns de seus autores. O principal objetivo que delinea este capítulo é investigar como os teóricos do projeto UNESCO, consideraram aquelas organizações. Ressaltemos que as referidas pesquisas ocorreram no início dos anos cinquenta quando diversas atividades demarcadoras da instituição do movimento social negro estavam sendo formatadas no país, como discutiremos nos capítulos dois e três. A União dos Homens de Cor naquele momento, já era uma rede estruturada e com um intenso diálogo com os poderes constituídos em diferentes instâncias do país. Neste caso, a UHC pela extensão de seu alcance, pode ser considerada como um paradigma.

O intento aqui é avaliar o tratamento dispensado naqueles estudos à participação das organizações negras nas regiões abrangidas

Teria a UHC - com seus tentáculos nas cidades por onde passou o projeto UNESCO- sido interpretada por Fernandes, Bastide, Costa Pinto e Azevedo? Em caso negativo - e este quase sempre foi o ocorrido- que estruturas analíticas teriam contribuído para estas conclusões? De posse destas observações poderemos, mais ao final da tese, estar em condições de perceber as aproximações e distanciamentos entre nossos olhares e os

daqueles autores, no que se refere ao movimento social negro brasileiro, levado a cabo no período pós Estado Novo, onde a União dos Homens de Cor deixou suas contribuições.

A avenida que tornou viável estes estudos sobre os movimentos sociais negros reside no fato de que os autores – cada um com metodologias de pesquisa diversificadas - debruçam-se sobre a dinâmica de raça e classe e suas intrínsecas relações nas sociedades, por eles analisadas. Dentre os trabalhos resultantes do projeto, apenas os três abordados aqui (“*O Negro no Rio de Janeiro*”, “*Negros e Brancos em São Paulo*”, bem como “*As Elites de Cor na Bahia*”) tiveram as organizações negras como um fenômeno social a ser considerado em suas apreciações, embora chegando a conclusões diferentes, entre si.

Doravante, faremos primeiramente uma breve contextualização dos estudos do Projeto UNESCO no Brasil. Logo adiante, baseados nas informações da obra, observaremos “*A metodologia da pesquisa*” empregada por cada um dos autores, objetivando com isso, propiciar um melhor entendimento das conclusões a que chegara individualmente. Elencaremos as características sociais e raciais das cidades, onde se deram as pesquisas, fundamentados nas informações da obra. O objetivo é perceber o meio ambiente retratado pelo autor e como este refletiu nas relações raciais e suas influências nos grupos do movimento social negro examinados pelos autores. O tópico, denominado “*Democracia racial*” tem como objetivo perceber o posicionamento do autor diante desta categoria, que a nosso ver irá influenciar diretamente na sua abordagem a respeito das organizações sociais dos negros na sociedade pesquisada. Optamos por este caminho, devido ao entendimento de que foi este paradigma que contribuiu para a

escolha do Brasil como um campo a ser estudado como padrão das relações raciais, num mundo ainda sobre o choque da II Guerra Mundial.

Procuraremos observar o tratamento dado pelos estudiosos partícipes dos estudos UNESCO, a esta questão crucial, para as relações raciais no Brasil e motor da realização, das referidas pesquisas. Num novo tópico, procuro observar as críticas e conclusões dos autores estudados, com denotada atenção sobre os capítulos onde eles refletem sobre os movimentos sociais organizados pelos negros.

Os estudos UNESCO³

“O objetivo do estudo ... era conhecer, através da análise de uma situação nacional, os diversos fatores - econômico psicológicos, políticos, culturais - que influem no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça.” (Pinto, 1952: 9)

Visando pesquisar o fenômeno e a dinâmica de uma sociedade tida como um paraíso racial, é que o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, atendendo a um pedido da Secretaria Geral da ONU, encomendou os estudos sobre a situação racial no Brasil (Hasenbalg (1996), Guimarães (1999) e Winnant (1994). A tão propalada democracia racial brasileira chamava atenção dos estudiosos, no pós guerra - onde a racialização do mundo voltava a ser alvo de estudos e preocupação da humanidade- estimulando a criação de um projeto de pesquisa onde esta pudesse ser melhor observada. Vale ressaltar que o que subjaz a escolha do Brasil como país a ser pesquisado é a crença de que pudesse vir a ser um grande paradigma de paz racial para o mundo, especialmente

³ UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.

para os Estados Unidos e para África do Sul.

Ainda no relatório de sua segunda viagem ao Brasil, no final dos anos quarenta, cuja meta principal era criar condições para a pesquisa, Alfred Métraux⁴ apresentava a Bahia como sendo aquela que poderia oferecer um quadro exemplar da imagem de harmonia. A terra das chamadas “sobrevivências africanas” era considerada como um espelho racial do país⁵. Nos primórdios da elaboração do projeto, pensava-se que a pesquisa deveria ser desenvolvida apenas na Bahia (Maio, 1997). Após contatos com pesquisadores nacionais, Métraux passa a acreditar que, pelo fato de São Paulo e Rio de Janeiro estarem em franca urbanização e industrialização, haveria nesses estados uma oportunidade mais diversificada de estudar as experiências das relações entre brancos e negros.

Estas variantes sociais e econômicas, diversas daquelas encontradas na Bahia, deveriam ser levadas em consideração, num estudo que pretendesse fazer uma radiografia das questões relativas à raça no Brasil. Mesmo com a expansão para São Paulo e Rio de Janeiro, a crença da harmonia entre brancos e negros permeava as opiniões dos pesquisadores. A introdução do trabalho de Wagley, por exemplo, demonstra uma certa tendência dos teóricos diante do que iriam encontrar. Ou seja, não havia muita dúvida de que éramos o lugar da paz racial : “ *Brasil is renowned in the world for its racial democracy. Throughout its enormous area of half continent race prejudice and*

4 À época, chefe do Departamento de Relações Raciais da UNESCO.

5 Tal fato é destacado por Freyre: “Lendo o artigo que o mestre Alfred Métraux publica no último número do boletim da UNESCO de Paris, sobre as relações de raças no Brasil... descobri então, para regalo e vaidade minha que são observações as de Mestre Alfred Métraux que coincidem com idéias minhas já antigas sobre o assunto (...) Que reconhece mestre Métraux? Que no Brasil não existe hoje o problema de raças. Que o preconceito não chega a criar aqui as crises e agitações que cria em outros países Que existe entre nós uma democracia social baseada na quase ausência daquele preconceito”. (Gilberto Freyre in : “Mestre Métraux confirma” . O Cruzeiro. Ano XXIV n. 23, 1952).

discrimination are subdued as compared to the situation in many countries".
(Wagley,1963:7). 6

Como podemos observar, o paraíso racial, já internacionalmente conhecido⁷, era alvo das pesquisas por parte destes teóricos, que também acreditavam nele. Maio (1997) discorda e acredita que a razão das pesquisas é muito mais complexa que apenas estudar as relações harmônicas de raça. A escolha do Brasil era ocasionada pela experiência negativa dos EUA, no campo das relações raciais. Ainda assim, Maio, como outros autores, credita ao Projeto UNESCO, o reiterar - ao final, dos diferentes estudos - da singularidade brasileira. Neste sentido, o paradigma da democracia racial era o foco irradiador, a partir do qual uma pesquisa daquela monta pudesse ser concebida como um exemplar de paz racial para o mundo, especialmente para os EUA. Assim sendo, aquelas pesquisas guardavam em sua proposição, um projeto político que se inspirava na construção da racialidade brasileira delineada já a partir do século XIXs. Era portanto, um discurso proveniente do âmbito oficial (Guimarães 1999).

O projeto UNESCO ocorre no momento em que as teorias sociais no Brasil emergiam de uma longa tradição de pesquisa, na qual a presença do negro em diferentes regiões do país - sobretudo na Bahia - vinha sendo estudada numa abordagem histórica, ressaltando sua condição de escravizado. Outra importante vertente era a dos estudos

6 "O Brasil é reconhecido no mundo por sua democracia racial. Em toda a sua área, de metade do continente, o preconceito de raça e a discriminação são restritos se comparado com a situação em muitos países". (Tradução da autora).

7 "In the absence of race and color caste, the Negro and mixed blood have come to occupy a place in Brazilian society that accords with their economic and social development or the degree and processes of assimilation of Brazilian culture. ... There is some color prejudice against those of black complexion but such prejudice is a personal matter and is not legalized or institutionalized ... The whites on their part do not fear the competition of the Negro not do they feel insecure in their social position". (Frazier, "Brazil has no race problem" in Helwig, 1992:123/124)

8 Sobre a construção da democracia racial brasileira ver: Guimarães, 1999; Andrews, 1991; Hasenbalg, 1996; Carvalho, 1998; Seyferth, 1996; Hanchard, 1988; Winnant, 1994).

etnográficos, onde as manifestações culturais - sobretudo as religiosas - recebiam maior proeminência. A mudança de paradigmas, e de abordagem teórica proposta pelos estudos UNESCO, permitiu ver as relações raciais no país, a partir de um viés notadamente sociológico. Abdicou-se, em alguma medida, da vertente culturalista predominante até ali, onde os trabalhos de Arthur Ramos e Gilberto Freyre tinham grande alcance. Esta nova abordagem estava influenciada por uma forma de fazer científico que era recém instalada no Brasil, com o surgimento das escolas sociológicas e das ciências sociais (Maio: 1997).

Assim, embora no projeto original não estivesse prevista a inclusão de uma análise das relações raciais como tema de pesquisa, estas acabaram sendo incluídas por influência do trabalho de Wagley, anteriormente desenvolvido na Bahia, e pelo conhecimento acumulado sobre o Brasil, na Universidade de Columbia, ao longo de diversos cursos (Maio,1997). Concorreu também, para esta inclusão, a visita de Alfred Metraux à Bahia durante o período de realização dos seminários preparatórios. Interessava aquele cientista analisar a ascensão social dos homens de cor. Foi esta expectativa que levou a que Thales de Azevedo passasse a coordenar a pesquisa intitulada "*Ascensão Social da gente de cor na Bahia*" (Maio,1997).

Foram escolhidos como ideais para o desenvolvimento das pesquisas: os estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em São Paulo, os pesquisadores responsáveis foram Roger Bastide e Florestan Fernandes e como resultado foi publicado o livro "*Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*" (1955); No Rio de Janeiro, tivemos L. A. Costa Pinto, com o livro "*O negro no Rio de Janeiro*" (1952); Na Bahia, publicado primeiramente em Francês, houve "*As Elites de Cor na Bahia*" de

Thales de Azevedo e *"Race and Class in Rural Brasil"* (1952), organizado por Charles Wagley incluindo artigos de outros autores; No Recife, coube a René Ribeiro escrever *"Religião e Relações Raciais"* (1956).

Florestan Fernandes e Roger Bastide :

A metodologia da pesquisa em *"Negros e brancos em São Paulo"*

A metodologia, em São Paulo, foi desenvolvida através de reuniões que pretendiam a apresentação, discussão e avaliação de diversos grupos temáticos denominados de comissões. Grupos estes divididos em três núcleos principais compostos: um por pesquisadores das questões raciais e representantes negros; outro por intelectuais negros e um terceiro, por mulheres que propunham-se a *"estudar as questões de gênero, de raça e da infância"*. Cada uma destas comissões se reunia com regularidade, a cada quinzena e em locais diferentes entre si, na seguinte ordem: O primeiro na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, o segundo, nas salas da Associação José do Patrocínio e o terceiro na própria Universidade.

A pesquisa foi complementada por um estudo dos bairros populares cuja maioria era constituída de residentes negros; pela aplicação de questionários a pessoas negras, entre elas, lideranças da comunidade e por entrevistas ocasionais e entrevistas formais com negros, brancos, imigrantes e ex-donos de escravos. Foram adicionadas também as pesquisas no setor fabril, a fim de detectar as tensões raciais no mercado de trabalho, além de levantamento biográfico e de histórias de vida de pessoas de diferentes grupos raciais. À pesquisa sociológica, somou-se um trabalho de investigação psicológica,

realizado por Ariela Ginsberg e Virgínia Bicudo, cujo objetivo era observar a discriminação racial entre crianças.

Diversas organizações negras participaram dos grupos de estudos. Entre elas estavam a Associação José do Patrocínio, de São Paulo (há outras organizações com o mesmo nome a nível nacional), em cujas salas eram realizadas as reuniões visando as pesquisas. Somaram-se a ela a Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos e a Legião Negra de São Paulo. Distintas lideranças do movimento negro participaram dos grupos de estudos e debates tais como: *“Edgar Santana, Arlindo Veiga dos Santos, Raul Joviano do Amaral, Francisco Lucrécio, Geraldo de Paula, Ângelo Abaitaguara, José Correia Leite, Geraldo Campos de Oliveira, Francisco Moraes, Luis Lobato, Afonso Dias, Vicente de Paula Custódio, Paulo Luz, Vitalino B. Silva, Mário Vaz Costa, Carlos Assunção, Romeu Oliveira Pinto”* (Bastide e Fernandes, 1971:8).

Outras vinte lideranças negras também integraram o quadro permanente daqueles que acompanhavam a pesquisa. Fernandes relata que entre estes últimos e aqueles que apareciam esporadicamente tratou-se de mais de cem negros, que de alguma forma integraram os debates. Os subsídios à discussão deram-se em forma de troca de experiências, adição de idéias e reflexões, além de estudos individuais, resultantes de pesquisas independentes. Este últimos não foram agregados à publicação final, como informa Fernandes, por exigüidade seja de espaço ou de tempo.

São Paulo vista por Fernandes e Bastide

São Paulo era uma cidade em rápido processo de mudança, que em cinquenta anos

transformara-se num dos maiores centros urbanos e industriais da América Latina. A celeridade do processo teria tido, como resultado, a permanência de atributos próprios de uma sociedade escravagista. Estes, por sua vez, conviviam em consonância com aqueles surgidos por efeito da modernidade capitalista. Entre os velhos e os novos fatores estariam, as relações sociais para com os negros na cidade. Herdado do período pré-abolição, o preconceito de cor que se explicava através do trabalho imposto aos escravizados, na nova São Paulo, usava como justificativa “uma sociedade de classes”.

Em 1940 o percentual de pretos e pardos na cidade de São Paulo perfazia um total de 12,01% da população de acordo com os estudos de Fernandes. Nas atividades domésticas e nas tarefas de menor exigência de habilidade técnica (como “*manuals e braçais*”) estavam o maior contingente de negros. Ainda assim, Fernandes aponta ter havido um efeito direto, sobre a população negra, do crescente surto de urbanização e industrialização pelo qual passava a cidade. Embora, de forma lenta - e a ser sentida apenas nos setores menos graduados da escala profissional - a ascensão sócio-econômica de negros e pardos, na passagem do sistema escravista para o trabalho livre, pode ser sentida.

São Paulo foi apresentada como um lugar onde quanto menos escura a cor da pele de uma pessoa, maior seria a aceitação pela sociedade. Tratava-se, portanto, de uma relação direta do embranquecimento com as relações sociais na cidade. Os negros como um grupo social em franca ascensão, devido à industrialização e às maiores oportunidades educacionais, iriam fazer o branco se sentir “*ameaçado nos seus postos de direção e de mando*” (Bastide e Fernandes, 1971:168). As visões tradicionais em que os negros deveriam ter uma resposta de servitude ou subserviência - fruto da história

escravocrata do país - já não tinham um lugar privilegiado nas relações entre negros e brancos em São Paulo, de acordo com as análises de Fernandes e Bastide.

Os autores chamam atenção para o fato de que paralelamente à mudança da cidade também mudara o negro que nela habitava. De africano, sinônimo de escravo ou recém liberto, tornou-se cidadão urbano inserido, ou tentando inserir-se, numa sociedade de classes. O novo negro encontrado em São Paulo tem sua "*mentalidade*" mudada, como influência das transformações da cidade. Fomentava-se no grupo perspectivas de "*ascensão econômica na vida em geral*" (Bastide e Fernandes, 1971: 57) através da valorização da alfabetização e do interesse pelo aprendizado de novas profissões. Outro importante fator observado pelo autor foi o crescente aumento da disposição de competição direta com os brancos, por melhores colocações no mercado de trabalho da época. Ao mesmo tempo, os brancos não teriam incorporado a mudança sofrida por esta nova população negra e se mantinham numa posição de ceticismo.

Fernandes cita a quase inexistência de negros nas zonas urbanas de São Paulo no dia 13 de maio de 1888. Desse modo, o êxodo rural provocado com o final da escravidão, teria propiciado a criação de um contingente de negros desajustados social e economicamente, que estariam despreparados para o trabalho urbano, enfrentando dificuldades na competição com o imigrante europeu. Isto teria possibilitado, de acordo com este estudo, uma declarada discriminação contra o negro no mercado de trabalho. Ambos os autores concluem que no mundo do trabalho, dessa sociedade em mudança, também muitos brancos nacionais não estavam preparados para as novas profissões. No entanto, eram ainda assim absorvidos pelo mercado, valendo-se de uma rede de apadrinhamento vigente.

Para Bastide, diferentemente do que ocorreria em outras regiões do país, em São Paulo, a industrialização, em primeiro lugar, e a grande dimensão geográfica da cidade permitiriam uma maior ascensão dos negros. Por outro lado há uma reação imediata dos brancos a esta ascensão seja educacional ou social. Criara-se uma espécie de solidariedade onde as elites brancas – constituídas por imigrantes, famílias tradicionais e estrangeiros – dificultavam uma maior inclusão social dos não brancos. A outra razão para o alijamento do negro do mercado de trabalho é o que os autores chamam de “*herança escravocrata*”, referindo-se à ausência de pecúlio e de bens com que o negro é deixado após o fim do trabalho servil.

A São Paulo dos dois autores apresentava-se como uma cidade onde a linha de cor era estabelecida apenas a partir de um determinado patamar social. Assim, os extremamente pobres - aqueles que moravam em cortiços - não apresentariam qualquer resquício de discriminação de cor, pois “*a mistura é tal que tal preconceito seria ridículo*” (Bastide e Fernandes, 1971:163). Só a partir deste nível social é que a raça se manifestaria independentemente da classe.

A democracia racial em “*Negros e Brancos em São Paulo*”

“Em certos setores e sob certas formas faz-se o preconceito de cor - um preconceito que nem sempre ousa dizer o seu nome” (Bastide e Fernandes, 1971: 189)

Bastide surpreende uma tensão nas respostas dos seus entrevistados sobre a existência de preconceito de cor na cidade de São Paulo. Às afirmativas e negativas sobre o tema -

presentes com a mesma frequência e intensidade - Bastide atribui a convivência de estruturas modernas e desenvolvidas, ao lado da representação da tradicional sociedade pré-capitalista. O hábito da convivência com negros, garantido desde séculos anteriores e "*uma certa displicência*" (Bastide e Fernandes, 1971: 124) dos brasileiros reuniram os ingredientes restantes para inexistência de racismo em São Paulo. Bastide dirige sua análise no sentido de tentar discernir as manifestações de preconceitos contra as pessoas negras. Seus fundamentos residiram numa visão classista e se baseariam numa diferença racial. Apesar da ausência de uma legislação claramente segregacionista, de acordo com o autor, ainda assim na relação pessoa a pessoa os preconceitos se manifestariam, sendo, no entanto de fundo social e não racial⁹.

Esta constatação leva o autor a afirmar que "*O dinheiro ou o talento diminuem o preconceito*" (Bastide e Fernandes, 1971:135). Neste ambiente, de ausência de estereótipos raciais - constatados pelo autor - ele opta por dar voz ao reclamar ou daquilo que "*se queixam*" (Bastide e Fernandes, 1971: 124) os negros. Fazem crítica à ausência de políticas públicas de modo a avançar a ascensão social "*do homem de cor*". Bastide cria então, a categoria "*seleção*", que é distinta de "*preconceito*". Dito de outra forma, a primeira servirá para explicar as barreiras de acesso a determinados lugares públicos, impostas à população "*de cor*". A tradição de relações harmoniosas entre os diferentes grupos raciais, segundo o autor, não impedia o cerceamento da ascensão dos não brancos. Explicado por se manifestar de forma amena e sem conflitos diretos. Um bom exemplo neste caso, se dava na busca no mercado de trabalho. Neste campo, expressões que demonstravam o adiamento da sessão de oportunidades, eram costumeiras.

⁹ Estas mesmos fatores são utilizados pelos ativistas do movimento social negro, como demonstrações irrefutáveis da existência de racismo, como veremos mais adiante.

Fernandes reconhece e emprega a categoria “*preconceito de cor*” colocando-a como um sentimento manifestado pela população que se esforça em negar sua existência. Sua observação em ambientes como escolas e lazer, uniões conjugais e aqueles onde as profissões eram realizadas deram ao autor a certeza da existência de preconceito de cor contra os negros. Embora, fosse verbalmente negado diante deles. Mascarado numa atitude de polidez, o preconceito passa a ser visto, pela população, como algo praticado pelos outros (os americanos nos EUA ou os imigrantes estrangeiros no Brasil). Ou seja, os brasileiros, por sua educação e índole, não discriminariam racialmente. Neste sentido, o preconceito de cor é classificado como uma “*dimensão incômoda no sistema social - cultural brasileiro*” (Bastide e Fernandes, 1971: 192). Bastide complementa afirmando que tanto negros, quanto brancos podem negar ou afirmar a existência do preconceito de cor. Em outras palavras, não é característica específica de um grupo racial advogar a inexistência desta forma de discriminação baseada na raça. Até mesmo entre os negros, supostas vítimas do preconceito, haveria vozes que se colocavam em defesa de uma alardeada democracia racial no Brasil.

O chamado “*preconceito sutil*” ou “*preconceito encoberto*” ocorre devido a vários fatores, segundo Bastide. Entre eles estariam “*certa bondade natural do brasileiro*”, ou ainda, “*o hábito de convivência com negros*” ou mesmo uma certa displicência (Bastide e Fernandes, 1971:148). Embora não afirme a sua existência como tal, Bastide refere-se ao ideal de democracia e atribui a ele a inexistência de manifestações mais exacerbadas e explícitas de racismo na nossa sociedade. Ou seja, embora não houvesse uma democracia racial, já que havia preconceito de cor, a sua mera existência no plano do abstrato, impedia manifestações reais de racismo, se comparadas à realidade norte americana.

As organizações negras na São Paulo do Projeto UNESCO¹⁰

“São movimentos que procuram libertar os negros de uma herança social incômoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida social urbana”.

(Bastide e Fernandes, 1971: 204)

As experiências vividas de preconceito nos diferentes ambientes, fruto da reação contra a entrada do negro na sociedade capitalista, vão provocar neste grupo uma série de “efeitos”, de acordo com Bastide. Dentre eles, a indecisão entre “a miscigenação e o racismo” (Bastide e Fernandes, 1971:159). As reações dos negros paulistas são explicadas pelo autor dividindo o grupo em classes sociais diferentes. Assim, os de classe econômica menos favorecida tomariam uma atitude diante do preconceito de cor e os de “classe média” se posicionariam de maneira diversa do primeiro. Nas pesquisas de Bastide, os negros de “classe baixa” concluem que as discriminações das quais são alvo se abatem de igual maneira sobre os brancos em situação social semelhante. O que, segundo eles, comprovaria a ausência de preconceito com base racial e patentearia aquele em que a classe é a referência. A resposta a esta conclusão seria então, desestimularem-se diante de qualquer iniciativa no sentido de mudança ascendente de classe social.

¹⁰ Vimos anteriormente que esta obra foi resultado do trabalho de dois autores, Bastide e Fernandes. O capítulo dedicado ao movimento negro, intitulado *A luta contra o preconceito de cor*, ficou a cargo de Florestan Fernandes, embora, ao longo da obra se possa perceber alusões ao movimento negro, constantes das análises de ambos os autores. Peixoto (2000) lembra em seu trabalho, que nem sempre os dois acadêmicos compartilhavam as mesmas conclusões, a respeito de seus achados.

Os negros de *classe baixa* procurariam conformar-se, segundo Bastide, com o possível apadrinhamento de um branco, de maneira a conseguir colocações nos estratos mais baixos do mercado de trabalho. Acabam também por desestimular sua prole a almejar qualquer elevação social. Seria portanto, uma "*aceitação passiva*" (Bastide e Fernandes, 1971: 159), no dizer de Bastide. Dentro desse grupo de "*classe baixa*", há um subgrupo que também acredita na ausência de preconceito de cor, mas reage diferentemente do primeiro. Procuram inserir-se no novo mercado, fruto da industrialização da cidade, não em postos altos na escala profissional, mas, no ramo de serviços, que se distancia dos trabalhos domésticos tradicionais, mas que também não são desejados pelos brancos. A esta atitude Bastide classifica de "*aceitação ativa*" (Bastide e Fernandes, 1971: 161).

Tanto os negros de "*classe média*" quanto os de "*classe baixa*" buscam evitar atitudes de confrontação com os brancos, de acordo com as conclusões do autor. Reagem às discriminações que sofrem usando "*em vez da força, a paciência e a ironia*" (Bastide e Fernandes, 1971: 163). O isolamento é a atitude mais comum detectada por Bastide no grupo de negros de classe média. Isto é, afastam-se dos brancos por medo de rejeição. Também temem que lhes sejam atribuídas as mesmas adjetivações negativas, geralmente imputadas aos negros de classe econômica inferior. Por conseqüência, se distanciam dos mais pobres. Ambas as classes apresentam momentos de "*revolta*" diante dos preconceitos. Porém, nos mais pobres estes sentimentos são mais passageiros, tendendo a permanecer por mais tempo entre os de classe média.

Ao usar o termo "*revolta*" Bastide encaminha para a área psicológica, sua análise sobre as atitudes dos negros para com os brancos, em São Paulo. Passa a falar de estudos

feitos sobre os sonhos dos negros da cidade em que atos de violência contra os brancos são freqüentes. O costumeiro comportamento de urbanidade dos negros em relação aos brancos se transformaria em insultos verbais, após a ingestão de bebidas alcoólicas. Trata-se, em ambos os casos (de sonho ou embriaguez) de "*uma cicatriz secreta*" (Bastide e Fernandes, 1971: 164) por parte da classe média negra que vem à tona e que se manifesta de quando em vez, na opinião de Bastide.

Assim como entre os pobres, Bastide detectou duas reações diferentes uma "*ativa*" e outra "*passiva*", o mesmo se deu em relação aqueles intitulados pelo autor de "*negros de classe média*". Se uma parte desse grupo se manifesta através da revolta psicológica - no reino dos sonhos ou orientada por um "*pileque*" como suporte - o grupo dos intelectuais negros se manifesta como uma "*organização de classe*". Esta organização que Bastide define como caracterizando-se pela "*ausência de uma ideologia coerente, multiplicidade dos pontos de vista que manifesta a não existência de um sentimento racial comum, mas ao contrário a importância das diferenças de personalidades*" (Bastide e Fernandes, 1971: 165).

Neste grupo, ainda analisando os seus líderes mais pelo perfil psicológico do que o político social, Bastide encontrou aqueles que teriam "*obsessão pelo tratamento diferencial*" (Bastide e Fernandes, 1971: 168). Apresentariam uma visão imprecisa sobre a causa dos insucessos encontrados ao longo da vida, atribuindo-lhes sempre causas raciais. Negam também, as de origem e as ocorridas em relação às suas próprias deficiências individuais. Neste grupo encontram-se alguns mulatos - assim denominados pelo autor - que se identificam como negros. É a partir deste perfil

psicológico estabelecido para as lideranças negras que Bastide inicia sua análise sobre os movimentos sociais negros em São Paulo.

O ato de reconhecer-se como negro - na São Paulo de Bastide - é datado. Inicia-se após o fim da I Guerra Mundial (1918). O primeiro jornal negro apontado pelo autor foi o *Getulino* de 1924 publicado em Campinas, e posteriormente o *Clarim da Alvorada* (11). O exame de Bastide nesta obra dedica-se mais ao período da organização dos negros antecedente ao Estado Novo. Vemos então que ficou a cargo de Florestan Fernandes a tarefa de estudar os períodos posteriores. Para Fernandes, a organização social dos negros tem início em 1915 e se dá através da criação de clubes sociais, que não teriam, na sua visão, objetivos mais além daqueles ligados à cultura e às atividades "beneficentes". Este tipo de organização solidifica-se em termos numéricos e em discursos nos dez anos subseqüentes. A Frente Negra é detidamente estudada pelo autor ao se referir aos anos trinta. Ele observa o seu desenvolvimento bem como as cisões em seu interior até o fechamento pela ditadura varguista. Durante todo este período a imprensa negra é também alvo do seu olhar.

Se em Bastide temos as razões psico-sociais que motivaram o surgimento dos movimentos sociais negros. Em Fernandes, a análise se detém sobre sua "função social" (Bastide e Fernandes, 1971: 203). Para o autor esta se circunscreveria à inclusão dos negros na sociedade de classes. Fernandes compara, as atitudes de negros e brancos em relação às conseqüências do preconceito de cor: Os negros, segundo ele, tendem a se manifestar contra este, de forma coletiva. O branco, por sua vez, posiciona-se antagônicamente. Sua reação não seria relacionada ao preconceito de cor, já que estes -

11 Vemos então, que o próprio Bastide, vai posteriormente mudar esta periodização e colocar no Menelick 1915 o jornal inaugurador daquela imprensa, como apontaremos no capítulo intitulado "Movimento Social Negro após o Estado Novo: Um sobrevôo por algumas cidades"

em sua maioria - não reconhecem a existência do problema. A discordância dos brancos recairia sobre a coletivização da luta, uma vez que não havendo preconceito, não haveria razão para o protesto dos negros. Ilustrativo disto é a fala de um informante transcrita por Bastide: "*...Nos Estados Unidos são os brancos que lincham os negros; aqui o que se começa a ver é o negro atacando o branco sem o menor motivo, impellido apenas pelo ódio de um preconceito que começa a se arraigar entre os de cor*" (Bastide e Fernandes, 1971: 200). Por conseguinte, as organizações não deveriam sequer existir, já que "*o negro não tem nenhuma reivindicação a fazer*". (Bastide e Fernandes, 1971:197).

O autor afirma que o negro só se organizou de forma a protestar contra a sua condição na escala social a partir da guerra de 1918 e, mesmo assim, de maneira muito lenta. A vida nas fazendas, durante o período escravocrata, e as relações de opressão senhorial teriam impedido qualquer mostra coletiva de insatisfação diante da exclusão. As manifestações havidas na pré abolição teriam se dado apenas como deserção individual provocando o "*alcoolismo, isolamento, evitação de pessoas brancas, suicídio, assassinato dos proprietários*" (Bastide e Fernandes, 1971:197). Em outras palavras, um fator social presente na ordem social vigente, representado pela perseguição aos negros, e outro de ordem individual, expresso em sua incapacidade pessoal, teriam barrado qualquer iniciativa organizada de insurgência por parte dos escravizados. Ficamos, portanto a percepção de que Fernandes não considera, em sua análise, os quilombos e suas lutas.

"Não há dúvida em que a possibilidade de agrupamento e os estímulos que conduziram à intensificação da vida social dos negros ente si representam um passo muito importante na formação das condições que

iriam determinar a eclosão dos movimentos sociais no 'meio negro'.

(Bastide e Fernandes, 1971: 199)

A existência das organizações sociais no meio negro foi possibilitada pela mudança de atitudes dos brancos, de acordo com Fernandes. Ou seja, o movimento social dos negros poderia ser atribuído à dificuldade de inclusão imposta ao grupo na sociedade urbana estratificada. Fernandes divide em dois, os momentos de organização. Inicialmente teriam surgido os clubes sociais (1915) – que foram vistos pelo autor, como tendo funções meramente recreativas. Neles a socialização - inspirada nos moldes comportamentais vigentes - era destacada pelos líderes. Posteriormente, surgem os grupos que tinham por objetivo *"a defesa dos negros e seus direitos"* (Bastide e Fernandes, 1971:201).

Quatro grandes fatores teriam alavancado essa tomada de posição: O primeiro é a diminuição do acossamento físico aos negros, principalmente na cidade de São Paulo. Até os primeiros quinze anos do século XX, a polícia fazia perseguição baseada na cor. Os negros eram enfrentados como criminosos potenciais. O arrefecimento das atitudes racistas por parte da polícia teria levado à diminuição do medo, estimulando a ocorrência de reuniões, em lugares privados e públicos. Devido ao maior acesso às áreas públicas e à menor manifestação dos estereótipos raciais, foi possível, aos negros, congregarem-se com menos dificuldade. Esta decisão permitiu a demonstração de comportamentos sociais diversos daqueles aguardados pelos brancos, que seriam os de demonstração de uma incapacidade sócio-comportamental.

O segundo fato propulsor da organização social dos negros, a partir dos estudos de Fernandes, teria sido a propaganda dos partidos comunista e socialista, dirigida

especificamente à classe proletária negra. O terceiro deve-se à influência do movimento modernista que resgatou a *“estética africana e contribuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens”* (Bastide e Fernandes, 1971: 196). Em quarto lugar - ainda à luz das conclusões de Fernandes - estaria a desilusão sofrida pelos negros mediante o não cumprimento das promessas da revolução de trinta, no sentido da redução do desemprego.

Duas são, portanto, as bases apontadas pelos autores sobre as quais se edifica o surgimento das organizações negras. Uma, de fundo psicossocial, onde o ressentimento diante de um passado escravo e as discriminações do presente seriam responsáveis pela reação dos negros levando-os a se organizarem. Para Fernandes, o processo organizativo do negro - em franca expansão em São Paulo na década de cinquenta - reflete uma *“irritação contida no negro como resultado da escravidão, como o fenômeno da bola de neve que vai se avolumando à medida que rola”* (Bastide e Fernandes, 1971 : 201).

O outro pilar de sustentação, sobre a qual residiria a criação dos movimentos sociais dos negros, seria a função social dessas organizações. Ou seja, por sua mera existência provocaram diversas mudanças de atitudes entre os negros e mulatos, ainda que não aquelas de fundo estrutural, lembra o autor. Como por exemplo, os jornais da imprensa negra que iniciaram sendo um órgão de divulgação de obras e trabalhos literários, transformando-se, logo depois, em veículos de protesto e de educação. Toda a visibilidade dada ao negro pelas diversas organizações negras e por sua imprensa, teriam contribuído para formar negros e mulatos mais cômnicos do fato de que não teriam que temer uma inferioridade em relação aos brancos. Dito de outra forma, foram,

estes movimentos sociais que apressaram o término do sentimento de inferioridade do negro e por conseguinte uma maior consciência coletiva entre os membros do grupo.

- As organizações negras são classificadas por Fernandes como “*reações espontâneas*” ao preconceito de cor, que, uma vez transformadas em movimentos sociais, vão produzir as entidades negras organizadas. Longe estão, portanto, de serem meras imitações dos brancos no que se refere aos valores e genealogia.

Assim, é o negro (negros e mulatos) livre, urbano e participante de uma nova ordem sócio-econômica, que inicia uma organização coletiva. Criada no sentido de reivindicar sua inserção naquele novo modelo de sociedade, informa Fernandes. Este movimento - fruto de uma reação coletivizada - no entanto, não se fazia de forma linear. Há tensões presentes no interior e no entorno das organizações. O que leva o autor a reproduzir a seguinte fala atribuída a um morador de um cortiço. Este era o local de residência de uma maioria negra. “*Preto que funda sociedades só pensa em se aproveitar de nós, para ter dinheiro ou para fazer nome, entrar na política e depois conseguir um bom lugar. Mas assim que obtém o que quer ele nos abandona*” (Bastide e Fernandes, 1971:191). Desta forma, Fernandes apresenta a ausência de homogeneidade de visões entre os negros.

O grupo de cor é formado por uma maioria de classe baixa, mas haveria um outro em ascensão, sobretudo com de profissionais liberais (*médicos, advogados e professores*) denominados, pelos autores, de classe média. Por outro lado, este grupo emergente recusava-se a participar de movimentos negros por recear “*ter mais a perder que a ganhar dando sua adesão aos movimentos de cor*” (Bastide e Fernandes, 1971: 195). Sendo a maioria de mulatos, eles tenderiam a “esquecer” a raça. Procuram buscar nos

padrões sócio econômicos e nos valores religiosos e comportamentais, da classe dominante, o modelo a ser seguido como perfil de vida.

Esta atitude seria – explica Fernandes - resultante, muitas vezes, do fato de que na passagem da condição de escravo para o trabalho livre, alguns negros continuaram trabalhando para antigos donos, ou com determinado tipo de contato. Brancos estes que procuravam demovê-los da iniciativa de participar de qualquer movimento coletivo. Alegavam, então, que não havia diferenças raciais entre as pessoas. Logo, no entendimento deste grupo, desnecessário se fazia qualquer iniciativa voltada para agregar os negros. Essa visão dicotômica diante da estratégia organizativa seria, a partir de Fernandes, resultante das disposições constitucionais. Ou seja, ao se referir à igualdade de direitos e deveres para brancos e negros, colocam na esfera da ilegalidade, toda e qualquer iniciativa demarcada de um grupo racial, em relação a outro. Assim sendo, fácil é a ocorrência de acusação de racismo feita às organizações negras.

Entre os que se decidiam por um viés organizativo, havia um sentimento de desagrado não apenas em relação à ausência de solidariedade dos brancos, como também contra aqueles que, sendo negros, não demonstravam insurgência diante da discriminação presente na sociedade. Citado por Fernandes, afirma Lobato, no *Jornal Alvorada*: “*É preciso que os negros se organizem, sem contudo cair no isolacionismo que geraria o racismo*” (Bastide e Fernandes, 1971: 196). Esta seria a razão para que diferente de outros grupos organizados, em vários países, os negros pesquisados em São Paulo, optassem pela reivindicação relativa à inclusão social na sociedade de classes,

abandonando possíveis separações baseadas na raça (12).

Embora estudando grupos diferentes em momentos sócios históricos diversos - um que se inicia em 1930, com sete anos de duração, e o outro surgido imediatamente no pós Estado Novo - a análise de Fernandes em diversos momentos é a mesma para os dois grupos. Ou seja, os objetivos da fundação e a reação da sociedade não são muito diferenciados para as duas organizações, ao olhar do autor. Referindo-se à motivação para o surgimento dos grupos, assim se expressa "*o fundo social que os engendrou não sofreu alterações até o presente, e continua a gerar os mesmos sentimentos de insatisfação e inconformismo no ânimo dos negros e mulatos*" (Bastide e Fernandes, 1971: 210).

Fernandes está analisando, primeiramente, os trinta anos iniciais do século passado. Desta forma, volta-se para os primeiros jornais negros e para as duas organizações mais expressivas após a Abolição. Embora pesquisando no início da década de cinquenta, Fernandes analisa a atuação direta da Frente Negra Brasileira, dos anos trinta, e a Associação do Negro Brasileiro¹³ fundada em 1945. Ao mesmo tempo em que estava dialogando com organizações vivas e atuantes, que constituíam os grupos de estudos, era no passado que repousava seu olhar. Sua análise pouco toma em consideração a ocorrência de um corte histórico naquela efervescência organizativa, com o advento do Estado Novo e o fechamento da Frente Negra Brasileira.

12 O olhar comparativo de Fernandes, o conduz a considerar apenas uma das vertentes dos movimentos sociais estadunidenses. Fredrickson (1995) aponta diferentes manifestações daqueles movimentos no período abordado por Fernandes.

13 A Associação do Negro Brasileiro (ANB) foi fundada por José Correia Leite, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira e um dos informantes de Bastide (Jornal Alvorada, 1946; Nascimento, 1999).

Luiz Aguiar da Costa Pinto:

A metodologia da pesquisa em o “O Negro no Rio de Janeiro”.

Os estudos UNESCO tem lugar num país em que está presente uma tensão no meio acadêmico nacional. A sociologia, como ciência, tentava se estabelecer, como campo de estudos. No caso do Rio de Janeiro, Costa Pinto - através de articulações dentro e fora do território nacional - via na realização das pesquisas do referente projeto a oportunidade de afirmação daquele campo (Maio, 1997). Deve-se ao empenho de Costa Pinto a extensão das pesquisas sobre relações raciais no Brasil - sobre o patrocínio da UNESCO - até o Rio de Janeiro. O sociólogo argumentava sobre a importância de se ampliar os estudos que inicialmente visavam apenas a Bahia e sua tradicional representação sobre raça. O autor apresenta o Rio de Janeiro como “*uma sociedade em franco processo de industrialização*” (Maio, 1997: 27). Neste sentido, ele deixa evidente - na metodologia de pesquisa e nos pressupostos teóricos - uma crítica ferrenha aos estudos sobre o negro que haviam antecipado o seu trabalho. Estudos que são classificados por ele como “*monografias folclóricas e ensaios de literatura histórica*” (Costa Pinto, 1952:57). Trabalhos que segundo o autor, se debruçariam sobre o “*processo de integração do africano ao Brasil, especialmente sobre o que há de bizarro, de exótico, anedótico e diferente nesse processo.*” (Costa Pinto, 1952: 57). E como tal, incompatíveis com a excelência de uma pesquisa como a que solicitara a UNESCO. Era a apreciação dura do sociólogo, sobre os estudos afro-brasileiros.

Já na introdução, o autor critica a ênfase dada pelos estudos étnicos às diferenças raciais nas sociedades, como se fosse este o único fator que as distinguisse. Para ele, analisar as relações raciais significava ir além delas mesmas e contextualizá-las no tempo e espaço.

Neste trabalho, que não possuía um caráter conclusivo, o autor se propôs a fazer “*uma reviravolta completa*”¹⁴. Essa revisão o levou à uma mudança de paradigmas baseando-se numa abordagem sociológica. Os estudos etnográficos de Edison Carneiro - sobre a macumba e as escolas de samba da cidade - auxiliaram Costa Pinto no capítulo voltado ao movimento social. Os diferentes estágios de mudança social experienciados pelos negros brasileiros, seriam pela primeira vez alvo de um estudo científico. Costa Pinto procura analisá-los considerando que foram trazidos ao Brasil na condição de mercadorias, passando por um processo de proletarização. Por ocasião da pesquisa, haveria, portanto, alguns afro-brasileiros partícipes de uma classe média. Costa Pinto arvorava para si esta tarefa já que antes, segundo ele, apenas os aspectos religiosos, musicais e folclóricos haviam sido objeto de exame, daqueles que se dedicaram a estudar os negros brasileiros.

O autor colocava dúvida sobre a seriedade daqueles estudos por priorizarem as feições histórica, antropológica e etnográfica. Portanto, deixavam ao largo o aspecto sociológico da integração do negro à sociedade brasileira e viam-no apenas como “*espetáculo*”. Isso seria resultante da influência da escravidão, que introduziu o negro no cenário nacional como objeto e propriedade do branco e, por conseguinte, cosificado. Mesmo as análises teóricas que sobre ele eram feitas até aquele momento, seriam contaminadas por esta visão¹⁵. Outra razão, apontada pelo autor, para este

14 Desta forma, Costa Pinto se coloca na posição de crítico aos estudos de cunho antropológico ou histórico referentes aos negros brasileiros, herdeiros de uma longa trajetória acadêmica onde Nina Rodrigues era um dos pais fundadores, seguido por Silvio Romero, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, para ficarmos apenas nos nacionais. A esse respeito ver: Viana, 1932; Stephan, 1991; Skidmore, 1976; Schwartz, 1996; Schwartz, 1993; Seyfert, 1996; Romero, 1949; Ortiz, 1985; Montiel, 1992

15 “Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu.” (Moura, 1988 : 17)

estranhamento diante do negro, é a influência direta sofrida a partir dos estudos elaborados na Europa, do século anterior. Ali, os povos eram classificados como primitivos e civilizados, sendo os negros posicionados entre os primeiros. Para Costa Pinto os estudiosos não atentavam para o grupo de negros inseridos numa sociedade em ascensão.

Costa Pinto analisou as teses do "*Primeiro Congresso Brasileiro do Negro*" realizado no Rio de Janeiro, em 1950, pelo Teatro Experimental do Negro, de Abdias Nascimento¹⁶. Clubes escolas, repartições e outros lugares de predominância branca também foram alvo de sua observação. Neste caso, as relações sociais entre brancos e negros e o funcionamento destas instituições foram estudados pelo autor. Alguns dados estatísticos do IBGE foram apreciados na obra¹⁷. O uso das informações sobre o censo populacional é justificado pelo autor como a "*única*" forma de se fazer uma "*verdadeira*" análise sobre a mobilidade dos grupos de cor. O que evitaria que se construíssem "*falsas e apressadas opiniões sobre o estado verdadeiro da situação racial neste país*" (Costa Pinto, 1952: 99).

Grande parte das entrevistas - de acordo com o autor - feitas com negros de diferentes camadas sociais, foram realizadas sem informação prévia aos entrevistados, no que se refere ao uso daquelas informações. Às lideranças e aos negros de maior formação foi dado a conhecer os objetivos do inquérito e da indagação. A imprensa negra e os jornais diários da cidade também ajudaram a complementar o exame. O perfil dos

¹⁶ Das teses apresentadas no congresso e referidas pelo autor - como tendo sido analisadas e relacionadas na bibliografia - temos as que foram assinadas por Agnaldo Camargo, João Conceição, Onofre Francisco Eva, Abdias do Nascimento, Teotônio Edgar Santana, Egberto Santos, José Bernardo da Silva, Aníbal Pinto de Souza, Rosa Gomes de Araújo e Souza, Roberto S. Tavares, Jorge Prado Teixeira, Rubem da Silva Gordo e Domingos Vieira Filho.

¹⁷ Quando da realização da pesquisa, os dados mais recentes ainda não se encontravam disponíveis. Desta forma, o autor fez uso dos números referentes a 1940, logo, dez anos antes.

entrevistadores variou em relação às categorias profissionais diversas, à formação educacional, à faixa etária e ao gênero. No campo das religiosidades e cultura afro-brasileira praticada na cidade do Rio de Janeiro, Costa Pinto contou com a colaboração de Edison Carneiro. Embora de posse de amplo material etnográfico, nos informa Costa Pinto, que este apenas foi utilizado como "*fontes de documentação*" (Costa Pinto, 1952: 66) não tendo sido inserido na íntegra. É com este pano de fundo que Costa Pinto passa a pesquisar a literatura que aborda a questão do negro no Brasil, denominada "*bibliografia afro-brasileira*".

Com este parâmetro o autor propõe um novo paradigma e refuta os anteriormente estabelecidos nas ciências sociais. Chamando-os de "*caso inglês, o exemplo americano ou o modelo francês*" (Costa Pinto, 1952: 55) o autor acredita no estabelecimento de categorias analíticas que ajudariam a estabelecer novos "campos de pesquisa". Neste particular, o Brasil seria um laboratório ideal, já que "*o material empírico existe em abundância*" (Costa Pinto, 1952: 55). Para Costa Pinto o estudo da "*situação racial brasileira*" deveria ser iniciado com uma "*análise científica*" sobre a estratificação social, já que esta última é o cerne da primeira.

O Rio de Janeiro de Costa Pinto

A cidade vista por Costa Pinto está localizada num país em transição. Teríamos um Brasil em franco desenvolvimento e um outro renitentemente tradicional. No último, o atraso representado pela sociedade agrária convivia em consonância com o moderno. Diante desta realidade, onde estes "*dois mundos*" coexistiam com força equilibrada, sem avanços de um ou retrocesso do outro é que se dava a análise do sociólogo. Um Distrito Federal em pleno estado de urbanização e industrialização que, por esta

característica, estimulava para si uma larga corrente migratória proveniente da zona rural do estado ou de estados vizinhos como o Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Devido à proximidade geográfica, mais mulheres que homens vinham destes estados para o DF.

A condição de capital do país empresta à cidade uma feição cosmopolita resultante das diversas repartições, órgãos públicos e privados, que atraíam uma população diversificada social e etnicamente. Diferentemente dos demais estados do sul, o D.F. tinha, de acordo com Costa Pinto, em sua composição, a maioria de pessoas de cor. Há um número maior de mulheres em meio a população denominada pelo autor de "grupos de cor" (entendidos como pretos e pardos). A mortalidade masculina, em maior grau que a feminina e a maior quantidade de mulheres que migravam de uma para outra região do país, eram fatores diretamente influenciadores de desigualdade em termos de contingente populacional, no que se refere ao gênero (18). A tendência de branqueamento da população registrada em alguns outros estados (Sta. Catarina, RGS, Paraná, S. Paulo, Espírito Santo, M.Gerais, RJ, Mato Grosso, Pará e Bahia) também no DF era verificada.

Três são as causas apontadas para a ocorrência do branqueamento: A alta taxa de mortalidade dos negros, a imigração européia e a mestiçagem. 27% do total da população do Rio de Janeiro era "de cor", de acordo com Costa Pinto. Embora, devido à grande imigração e a fluidez com que as categorias raciais se realizam no Brasil, pessoas que em seus estados se identificariam como negras, chegando à capital tenderiam a branquear-se. Tal fato, poderia influir para mascarar os números relativos

18 Embora podendo determinar o gênero das pessoas que migram para o Rio de Janeiro, a partir dos dados censitários, o autor acusa uma dificuldade metodológica em definir as características raciais dos que chegavam, devido à ausência de informações desta ordem.

ao percentual dos não brancos no DF. Outro fator, que influenciaria no embranquecimento - via declaração de cor, por parte dos não brancos - seria a ascensão educacional.

A população negra, localizada nos extratos mais baixos da sociedade, tinha as mulheres representadas, em sua maioria, nos serviços domésticos seguidos das ocupações do setor têxtil. O DF de Costa Pinto apresentava uma segregação racial/espacial em que a discriminação espacial era facilmente praticada quando eram levados em conta os fatores sociais. Ou seja, aos pobres - na maioria negros - eram vedados alguns espaços territoriais da cidade. "*De cada cem favelados, setenta e um são "de cor"* (Costa Pinto, 1952:137) e residindo, portanto, a maioria nas áreas favelizadas do DF. O autor observa que sua pesquisa deixa de incluir um contingente de maioria negra e pobre que são os habitantes em inúmeros cortiços, porões e "cabeças de porco" da região.

As novas indústrias, nas áreas urbanas do país - Rio e São Paulo - teriam estimulado um êxodo rural. Tal fator constituiria, nesta recente população citadina, uma identidade proletária. No caso dos negros, a esta última foi agregada uma identidade racial em que estes passaram a ser vistos de forma discriminatória pelos seus iguais, os proletários brancos. Conseqüentemente, logo ocorreram atitudes racistas no mercado de trabalho. Situações estas, presentes nas relações entre operários, mas também e, principalmente, na seleção de pessoal e na ascensão profissional. Este tipo de discriminação espalhou-se para a dificuldade de inserção destes proletários negros na classe média urbana, operando-se assim, uma estratificação social.

O fenômeno da classe, segundo o autor é mutável e não é permanente. Ocorrerá ao sabor da *"transformação histórica da produção"*. Assim, para Costa Pinto as classes sociais são definidas a partir do seu lugar referente à forma como se dá a *"organização social da produção"* (Costa Pinto, 1952: 90), e por extratificação social. O autor aponta um Rio de Janeiro com um alto grau de estratificação social em que os fatores raça e classe constituíam uma mesma base. Para isto, contribuía a proletarização e a *"integração nas condições da vida urbana"* (Pinto, 1952: 65) das pessoas de cor da cidade. Ele observa uma mudança pouco significativa de papéis entre brancos e negros nas ocupações de mando comparadas aos períodos pré-abolição. Dito de outra forma, o branco que antes era senhor, no sistema escravista se transformara em patrão, no novo sistema. Do ponto de vista da força de trabalho, permanecia a posição subalterna dos pretos e pardos.

A Democracia racial para Costa Pinto.

O autor situa historicamente o preconceito racial e afirma que, no período pré-abolição, este não era um fator presente na sociedade brasileira, já que os papéis estavam demarcados. O branco era o senhor e o negro o escravizado. Este estado sofreria pouca mudança até o pós-guerra, com a transformação das relações econômicas do negro e sua maior participação na economia nacional. Dois processos ocorridos no país foram responsáveis pelas mudanças das relações raciais no Brasil, sendo mais presentes em determinadas regiões que em outras: A urbanização e a industrialização. Ambas influenciaram diretamente no estilo de vida dos negros - condição econômica e de moradia - que se urbanizaram em consequência disto. Influenciaram também *"na mentalidade e no estilo de comportamento"* (Costa Pinto, 1952: 61). Todos resultantes de um novo momento sócio-econômico do país, distante daquele em que os negros eram

a massa servil da sociedade escravocrata. Surge então, “o novo negro”, distante do africano. De tal modo, os casos de preconceitos seriam mais sentidos por aqueles que estivessem exercendo profissões não subalternas. O racismo, segundo o autor, manifesta-se “quando o negro sai do seu lugar”.

Registravam-se atitudes e estereótipos raciais que provocavam uma dicotomia entre o dito e o manifesto, na sociedade brasileira. Ou seja, falava-se da inexistência de preconceito de cor, mas, ele era expresso em diferentes ocasiões da vida social. Esta revelação era feita por negros e brancos, com mais ênfase no segundo grupo. Para Costa Pinto, esta constante negação da ocorrência de atitudes racializadas, no país, deve-se, em muito, aos “ensaios de literatura histórica, escrito por brasileiros e estrangeiros” (Costa Pinto, 1952:326). Ao comparar as situações dramáticas de contenda racial registradas na Alemanha nazista e nos EUA, concluem que no Brasil o paraíso racial seria uma realidade. Estudos estes que seriam reflexo da visão preconcebida em relação aos afro-brasileiros, de acordo com a ácida análise de Costa Pinto. Neste sentido, aqueles autores mesclariam concepções pessoais de distanciamento e discriminação para com os afro-brasileiros e os resultados de seus estudos.

Igualmente, por persistirem em não perceber a entrada do negro numa sociedade em mudança, mantinham suas análises sobre um negro ainda na “sociedade tradicional”, para usar uma categoria do autor. Estes estudos, anteriores aos dele, seriam, neste sentido um reflexo da luta de classes, onde uma elite branca dirigente olha para o negro como um “grupo estranho”. Portanto, “medo”, “piedade” e “curiosidade” se somariam a um olhar desenvolvimentista para com os negros, a partir de sua chegada aqui. Todos estes elementos terminariam por produzir a argamassa para os estudos de

exotização do negro, classificado pelo autor de “*o negro como espetáculo*” e se que transformaram nos “*estudos afro-brasileiros*”. Estas teorias aliadas aos casos relatados pela mídia provocariam uma predisposição nos negros de virem a ser discriminados, embora nunca o houvessem sido. De tal sorte, a discriminação passa a rondar os negros, como um fantasma iminente, ao seu redor “*por toda a sua vida*”. Desta maneira, Costa Pinto, acaba por psicologizar o racismo no país e deposita sobre o negro a responsabilidade pelo quadro quase patológico em que este se encontrava.

Organizações negras no Rio de Janeiro de Costa Pinto.

Antes de analisar as organizações negras, o autor detém-se numa breve explicação sobre a categoria movimentos sociais. Para Costa Pinto, estes seriam resultado direto das transformações por que passam as sociedades e da “*tomada de consciência*” de um ou mais grupos da necessidade de mudança social. Ou seja, sua origem estaria na insatisfação - ou o seu contrário - de alguns grupos perante tais mudanças. A discordância entre conservadores e transformadores gerariam os movimentos sociais. Ambos disputariam entre si, funcionando como uma espécie de causa e efeito - numa tensão constante - como forças centrífugas. Entre estes dois grupos, no entanto, outros menos definitivos - em termos de nível de satisfação ou insatisfação - também completam toda uma gama de ações, reivindicações e defesas. Todas elas manifestas de formas díspares e nem sempre com objetivos comuns. “*Assim, um problema não resolvido, está no fundo de todo o movimento social*” (Costa Pinto, 1952: 214).

As organizações negras, no RJ, no geral, são assim definidas por Costa Pinto: “*A tomada de consciência mais ou menos nítida, mais ou menos deformada, da irresolução*

dos problemas relativos aos seus interesses materiais, seu status, seus valores, suas aspirações e suas perspectivas” (Costa Pinto, 1952: 215). Os grupos representavam o início de uma problematização constituída por um grupo ainda inapto para desenvolvê-la. A análise crítica daqueles movimentos ainda era “*mais ou menos nítida*”. Embora posteriormente faça uma divisão entre os diferentes níveis em que esta organização se faz realizar, a definição dada pelo autor de que haveria, uma conscientização “*mais ou menos deformada*”, deixa atrás de si uma interpretação de incongruência e incapacidade organizativa para os grupos negros.

A generalização tipológica inicialmente apresentada é explicada pelo autor, como consequência da efemeridade e inconsistência das organizações negras no Rio de Janeiro. O próprio autor as aponta como iniciadas no século XVIII. A grande pluralidade das organizações, que segundo ele, não apresentavam uma consistência homogenia estava diretamente ligada ao “*perfil sociopsicológico do negro brasileiro*” (Costa Pinto, 1952: 216). Seguindo nesta linha explicativa, esta multiplicidade deve-se também às “*fases diversas do seu [do negro] desenvolvimento*” (Costa Pinto, 1952: 216). Assim, à luz das reflexões de Costa Pinto, haveria etapas a serem vencidas pelos negros para conseguirem ter suas organizações completamente evoluídas no sentido pleno de um movimento social.

É dentro deste quadro interpretativo que Costa Pinto insere as organizações negras, dividindo-as em *tradicionais* e de *novo tipo*. A diferença entre estas duas modalidades é atribuída pelo autor a dois aspectos primordiais: Em primeiro lugar ele considera os fatores históricos presentes nas interações entre brancos e negros no país. Em segundo, as diferentes recepções e análises por parte dos negros quanto às relações raciais. Dito

de outro modo, as opiniões e julgamentos diversos - e às vezes divergentes - entre os negros, a respeito da presença do racismo e da discriminação racial na sociedade. Por último, a heterogeneidade da população negra. Neste particular, Costa Pinto reconhece a interferência de aspectos tais como: classe social, faixa etária, influência ideológica e formação educacional, como perturbadores de uma possível unificação dos movimentos sociais. Ao fazer esta abordagem, o autor anuncia a existência - e justifica - de visões dicotômicas entre as várias organizações e mesmo no seu interior.

perturbadores
A: unificação
do M.M.

“Organizações Tradicionais”

Ao dividir as organizações negras em *tradicionais* e *de novo tipo* Costa Pinto descreve as primeiras como: “*uma tomada de consciência prática, primária, imediata e espontânea da inferioridade social do negro e das limitações que, em consequência disso, sofre sua capacidade de plenamente participar da vida social*” (Pinto, 1952: 233). *As associações tradicionais* são aquelas de fundo religioso, ou culturais. As primeiras se dividem em católicas (as Irmandades de N.S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos ou as de origem africana (macumba). As culturais são as congadas, as escolas de samba, a capoeira e os grupos recreativos. Ao referir-se às tradicionais, Costa Pinto detém-se nas católicas e na macumba, não se atendo muito às culturais. Quanto às católicas classifica-as como tendo funções recreativas além de religiosas. Estas seriam responsáveis por reproduzir simbólica e culturalmente o papel do negro na sociedade escravista, no sentido de ser um lugar onde os negros podiam realizar suas festas. Tornando-se assim, um espaço de liberdade vigiada para os escravos e os recém libertos.

"Macumba" é um nome genérico empregado pelo autor para definir duas formas diversas de expressão de religiosidade. Aquelas de influência católica, indígena e africana que seriam a umbanda e uma outra denominada de "*Tendas, centros e cabanas*" (Costa Pinto, 1952: 224). Do ponto de vista social e racial, nas primeiras estavam os negros e os pobres e no segundo tipo a classe média branca. A distribuição espacial destes dois tipos também se dá de forma diferenciada. Na primeira, pela natureza de sua manifestação, os tambores eram utilizados. Tal prática provocou a sua proibição dentro do perímetro urbano do antigo D.F. A Baixada Fluminense (região periférica da capital) passou a abrigá-las, depois disso.

Costa Pinto observa um crescimento, em número de participantes da Macumba, notadamente com elementos das camadas economicamente superiores e não negras da sociedade. Tal fato é explicado de duas formas: uma deve-se ao modismo que esta expressão de religiosidade teria adquirido naquele período – com extensas reportagens na imprensa - e outro à insatisfação desses grupos com a religião oficial. Ambos provocariam, no entender do autor, um maior fluxo de seguidores à procura das religiões africanas, que no caso do Rio de Janeiro, era a umbanda. Por outro lado, a grande presença da macumba, dever-se-ia à ausência de formação educacional, por parte de seus adeptos. Outro ponto que a faz tornar-se um lugar de grande afluência é o fato de ter-se transformado num local onde se podia ir à procura de solução dos problemas de saúde. Era também um lugar de associativismo e lazer.

Surge, então, uma liderança que seria o "*curandeiro*", nome dado pelo autor ao líder espiritual das casas de umbanda.¹⁹ As principais características desta liderança se deve

¹⁹Note-se neste particular que Costa Pinto afirma que este foi um dos capítulos onde ele contou, mais de perto, com o apoio de Edison Carneiro. Cabe que lembremos aqui que Edison tem sua trajetória pessoal e

ao papel exercido junto aos seus seguidores no aconselhamento espiritual ou “*magia*”, nas palavras de Costa Pinto. Era também o responsável pelas prescrições de chás, receitas e ervas, denominadas no livro de “*curandeirismo*”. A função social deste líder ultrapassava os muros do templo, onde sua fé era professada. Em muitos casos, esta pessoa era convidada a organizar sessões religiosas nas residências dos seus adeptos. Sua influência lhe permitia ter relacionamentos sociais com autoridades políticas locais e membros de classes sociais superiores. Ao mesmo tempo, ajudava seus seguidores menos afortunados. Costa Pinto refere-se apenas no masculino quando analisa aquelas lideranças. Do ponto de vista profissional, estes líderes são apresentados pelo autor como quem “*vive da macumba*”, por produzir ou vender os materiais e produtos empregados no culto.

As organizações mais caracteristicamente negras, tradicionais e populares na cidade do Rio de Janeiro, segundo o autor, eram, as escolas de samba. Embora elas aglutinassem em torno de si uma grande massa de pessoas negras, era o carnaval que as atraía para as agremiações. O baixo investimento econômico exigido naquele período para participar do desfile atrairia, portanto, uma população pobre à procura de lazer. O fato de a maioria dos pobres ser negra levava as escolas a serem uma coletividade de negros e não uma suposta militância. Dito de outra forma, as escolas de samba possuiriam, em seu contingente, uma massa negra, muito mais por serem pobres, do que por serem

de pesquisador estritamente ligada ao candomblé da Bahia (Landes, 2002). Assim, aos olhos daquele ogã de uma tradicional casa de origem nagô, a umbanda ou o seu líder espiritual, não poderiam ser mais que um “*curandeiro*”. Outro dado a ser ressaltado neste sentido é a ausência da menção a Joãozinho da Goméia, no trabalho. A esta altura Joãozinho já era reconhecido pela comunidade religiosa do Rio de Janeiro, pois assinava desde 1949 uma coluna diária num importante jornal do D.F, respondendo às cartas dos consulentes. Em Landes (2002) Edison apresenta o mesmo João, à época um jovem pai, como mero representante da comunidade homossexual que fazia do candomblé uma via de ascensão social (Silva, 2003). Agravava este quadro o fato daquele pai - de santo ser um seguidor do candomblé de Angola, também incluso nas análises de Carneiro, como de “*menor*” hierarquia religiosa. E neste quadro que Costa Pinto refere-se à umbanda e seus líderes como aqueles que muito frequentemente envolviam-se em ocorrências policiais por “*exercer a medicina e o curandeirismo*” (Costa Pinto, 1952: 223)

negros.

“Associações de Novo Tipo”

A categoria “elite negra” empregada por Costa Pinto refere-se a um grupo que em termos numéricos é *“uma fração insignificante embora crescente do grupo a que pertence”* (Costa Pinto, 1952: 236). São resultado de uma ascensão, fruto de iniciativas individuais para sobrepujar obstáculos. *“Cada um por si”* (Costa Pinto, 1952: 273) procurando assimilar valores de grupos, racial e socialmente, tidos como superiores. Este grupo é visto pelo autor como uma grande novidade, do ponto de vista sociológico, pois representam a estratificação social no interior do próprio grupo de negros. Neste sentido, Costa Pinto volta a ressaltar a inexistência de homogeneidade sócio-econômica e comportamental no seio da população negra. Da mesma forma, que são percebidas duas classes sociais entre os negros, também em meio aos poucos que tiveram sucesso numa escalada ascendente se pode verificar uma estratificação.

Há os que se identificam com um grupo diverso do seu, havendo ao mesmo tempo, aqueles que se transformaram em lideranças em prol de uma causa *“destinados a desempenhar um papel de extraordinária significação”* (Costa Pinto, 1952: 237). Estes últimos serão aqueles que vão compor o grupo que se dedica à militância nas organizações negras de *“Novo tipo”*. Diferem em sua postura e ideologia de alguns negros ilustres do passado que se sobressaíam pela excepcionalidade, numa sociedade eminentemente branca. O branqueamento e o desejo de *“confundir - se”* com o branco não os atraí. *“É o porta-voz natural das angústias e das aspirações de seu grupo étnico, enquanto grupo social”* (Costa Pinto, 1952: 242). É neste ambiente que surgem estes novos grupos. O negro das organizações de *“Novo tipo”*, também é *“novo”* uma vez

que, se orgulha de ser negro, almeja galgar posições sociais e deseja atrair consigo outros negros nesta trajetória.

Deste modo, a mudança das relações entre negros e brancos, segundo Costa Pinto, pode ser atribuída a possibilidade da criação das “*associações de novo tipo*”. Estas seriam uma consequência direta da complexificação da sociedade. Neste ponto, o autor relaciona com o momento nacional de mudanças estruturais - em termos econômicos e aquelas referentes às raças - o aparecimento de formas organizativas diversas daquelas, chamadas por ele, de *tradicionais*. É ao novo negro - não mais aquele escravo e *dependente do branco* e sim aquele intelectual e urbano - que se deve creditar a existência dessas associações. São provocadas por uma nova consciência. Na atualidade da pesquisa, ele detecta um grupo de negros numa ligeira ascensão social, produto da urbanização e da integração do negro na economia industrial e de classe. Todos estes fatores promoveriam no país uma massa negra menos uniforme, múltipla e mais preparada para organizar as “*associações de novo tipo*”, de acordo com Costa Pinto.

As associações de *novo tipo*, por sua vez, seriam uma das soluções encontradas pelo proletariado negro para ecoar suas insatisfações contra a sociedade discriminatória. Este proletariado, segundo o autor, constituiria uma elite negra, que, por seu turno, se diferenciaria da maioria da população, intitulada “*negro massa*”. Este grupo toma para si a responsabilidade de dirigir os demais negros através da criação de uma identidade étnico racial. Constituída do “*novo negro*” - ou uma “*elite negra*” - as associações de “*novo tipo*” vão inserir na vida social um corpo de reivindicações não testemunhadas até ali. No entanto, esta tentativa de constituição de uma identidade racial, a ser difundida entre a maioria da população, teria tido dificuldade de fortalecer-se. Este

obstáculo se explicaria pela existência, em seu meio, de uma identidade mais fortemente enraizada, que seria aquela de classe. Ou seja, o maior contingente da população negra estava mais identificado com o proletariado no geral, composto em sua esmagadora maioria, por brancos. Um proletariado que reivindicaria para si, a questão racial acima daquela de classe, estaria em segundo plano.

O surgimento das organizações negras de *novo tipo* é datado pelo autor, que estabelece seu início a partir dos anos trinta, numa alusão clara à Frente Negra (São Paulo), embora não a cite nominalmente. Rio e São Paulo são apresentados, no texto, como os locais detentores de condições - econômicas, políticas e sociais - ideais para o estabelecimento destes novos grupos. Não passa despercebido ao autor - embora brevemente mencionado - o momento de abertura política no âmbito nacional e o final da segunda Guerra como sendo constituintes de um caldo de cultura capaz de encorajar a luta anti-racista. Seu nascimento é contextualizado com o restabelecimento da democracia no país, com o final da II Guerra Mundial e o quadro de luta contra o racismo que marcou o seu término. Assim, para o autor, não foi apenas a ascensão social e econômica ou a entrada na sociedade de classes os fatores impulsionadores do surgimento daqueles grupos. Um momento de organização da sociedade civil brasileira paralelo à uma outra de âmbito internacional teriam frutificado a sua implantação.

A divisão das entidades negras em *tradicionais* e de *novo tipo*, levam-no a considerar como vínculo de transformação apenas as organizações que desafiam o *status quo*. Ou seja, a atenção do autor volta-se para estudar aqueles grupos que, de forma direta e propositiva, enfrentariam a questão do racismo no país.²⁰ Assim, Costa Pinto dedica-se

²⁰ Lembremos que muito das análises do autor sobre as chamadas agremiações negras tradicionais (sejam culturais ou religiosas) estão largamente apoiadas em estudos anteriores feitos por Edson Carneiro.

a pesquisar o TEN (Teatro Experimental do Negro) e a União Cultural dos Homens de Cor. Ao mesmo tempo, o autor observa sobre a necessidade de que fossem feitos estudos de caso a respeito de cada uma das organizações negras. Só assim, aduz o autor, se poderia perceber o quanto daqueles fatores diferenciáveis teriam sido assimilados por cada uma. Seu trabalho, portanto é visualizar as organizações enquanto um grupo e dividi-las em dois tipos distintos, sem, contudo, fazer uma etnografia de cada organização, seja esta integrante do grupo denominado *tradicionais* ou de *novo tipo*.

O autor marca o ano de 1944 como aquele em que surgem as organizações negras de “*novo tipo*”, no Rio de Janeiro. O TEN (Teatro Experimental do Negro) é aludido como a primeira iniciativa daquele formato estabelecida no DF. Ao dedicar-se ao TEN, o autor atribui-lhe uma centralidade tal, que acredita que este seria mais que um simples grupo e sim um movimento, devido à sua amplitude. Teria sido o primeiro a estabelecer moldes organizativos e estruturais para organizações daquele tipo, tornando-se um paradigma fartamente copiado. Assim, o TEN é adjetivado como “*a mais legítima expressão ideológica da pequena burguesia intelectualizada e segmentada no Rio de Janeiro e, sem dúvida no país.*” (Costa Pinto, pág. 278). Embora, visto como um grande momento organizativo, o TEN é para Costa Pinto, um movimento de curta duração. Pesquisando em 1952, o teórico refere-se ao final do TEN como algo ocorrido dois anos antes. Tal final estaria diretamente ligado à irrealização do sonho de eleição de Abdias do Nascimento para a Câmara de Vereadores do DF²¹. Trataremos em outro capítulo do Teatro Experimental do Negro, incluindo-o no painel das organizações negras que floresceram naquele período. Aqui, estamos apenas procurando perceber como Costa Pinto o viu.

segundo informações do próprio autor

21 A literatura sobre o TEN expande sua existência para mais de vinte anos (Nascimento, 1999; Hanchard, 1988; Mendes, 1993).

Na análise sobre a União dos Homens de Cor (a Uagacê) o autor acredita que em termos de objetivos não houvesse uma diferença substancial entre o TEN e a UHC. Embora ele tenha percebido uma rivalidade intelectual entre as lideranças de ambas as organizações. Sua origem estaria na forma como cada uma delas elaborava suas ações para a obtenção de objetivos, que em última análise, eram comuns. No capítulo três, onde analisaremos a UHC, apresentando-a como uma rede de âmbito nacional, regressaremos aos estudos de Costa Pinto sobre o grupo.

Thales de Azevedo :

A metodologia da pesquisa em *“As elites de cor na Bahia”*

O trabalho de Azevedo tem como um dos objetivos compreender a dinâmica da ascensão social das pessoas de cor e indicar quais canais foram usados para atingir esta ascensão. A metodologia foi desenvolvida através de entrevistas com descendentes de africanos, mestiços de africanos, portugueses e elites locais. O estudo abrange também jornais, revistas, anúncios e comentários editoriais que, segundo o autor, refletem parte dos estereótipos sobre o tema. A pesquisa buscou avaliar a visão de brancos e negros, a respeito do aumento de status e de prestígio por parte dos negros baianos. Foram analisados, também, os diferentes aspectos de mobilidade vertical das pessoas inseridas nas camadas mais altas da população.

A observação participativa em lugares de grande afluência de público, como nas festas religiosas, desfiles cívicos, estádios de futebol, clubes sociais, encontros acadêmicos e e festas familiares também foi privilegiada. Locais de menor monta, mas com presença de público, tais como lojas e escritórios, foram visitados por Costa Pinto e suas assistentes. O exame fotográfico foi mais uma das metodologias empregadas pela

equipe. Fichas de identificação na polícia estadual civil, fichas de inscrição e livros de registro nas escolas secundárias, na Universidade da Bahia, nas Irmandades religiosas, em clubes sociais e em entidades de classe, ajudaram a compor o estudo.

O objetivo das análises nas fichas era perceber, através das fotos a cor dos participantes. Este trabalho, no entanto, foi prejudicado, em algumas ocasiões, devido à ausência de fotografias. A estratégia utilizada aí foi entrevistar indivíduos que pelo nome pudessem reconhecer a pessoa em questão e se referir à sua cor. Foram entrevistadas um total de 128 pessoas, das quais 56 eram pretas e mestiças. Segundo o autor, dos temas abordadas nestas entrevistas, três eram destacados: relações raciais, preconceito de cor e ascensão social. A pesquisa foi desenvolvida entre fevereiro e outubro de 1952. Dados constantes de estudos anteriores, também foram incorporados.

Thales observa a ausência de fluidez para versar sobre o tema, mesmo por parte das pessoas com maior nível de formação. Duas são as explicações possíveis encontradas pelo autor para definir este comportamento: uma seria uma *"reação defensiva"* (Azevedo, 1955: 27), outra, a falta de hábito de reflexão sobre aqueles tópicos. Algumas entrevistas foram marcadas com a devida antecedência, sendo o entrevistado informado sobre a realização da pesquisa. Outras, no entanto, se desenvolveram sem este prévio acerto. Alguns grupos de pessoas que demoraram a aquiescer diante do convite para serem entrevistados. Houve, no entanto, aqueles que deram a impressão de *"ter encontrado na entrevista uma oportunidade há muito desejada para expansão de suas queixas e de outros pontos de vista"* (Azevedo, 1955: 27).

O autor lembra que a proeminência dos estudos de abordagem histórica, antropométrica ou que enfatizavam as *sobrevivências africanas*, em detrimento daqueles de cunho sociológico e/ou antropológico contribuíram para dificultar a plena realização de sua análise. A exceção das pesquisas de Pierson, havia uma defasagem, segundo Azevedo, em relação aos estudos sobre relações raciais na Bahia que seguissem o que ele denominou de “*modernos estudos sociológicos*” (Azevedo, 1955: 28) 22. Seguindo em sua crítica, Azevedo refere-se à ausência de estudos anteriores de Psicologia Social, que pudessem dar suporte à sua análise 23.

A Bahia de Thales 24

Costa Pinto reafirma em seu livro que a Bahia era originalmente a única realidade a ser pesquisada para o Projeto UNESCO. Mas, diante de suas instâncias junto a Alfred Matraux, o Rio de Janeiro passou a ser incluído nos estudos. Reportando longamente o processo desde a chegada de Arthur Ramos na UNESCO, sua morte e vários outros encontros concernentes, Costa Pinto explana que no seu entendimento, a Bahia e o Rio de Janeiro guardavam exemplos visíveis dos “*dois mundos*” em que se encontrava o Brasil. Na Capital Federal e em São Paulo, as mudanças sociais e econômicas, que se desenvolviam eram o exemplo do Brasil em processo de modernização. Tal situação influía diretamente nas relações raciais. Na Bahia no entanto permaneciam as estruturas mais tradicionais em diferentes setores da sociedade, concluía o autor. Num momento em que o país procurava entrar numa modernização tecnológica e comercial (notadamente no Rio e em São Paulo), Azevedo ufaniza a Bahia por se conservar como

22 Uma crítica no mesmo tom é feita por Costa Pinto, em relação aos estudos desenvolvidos no Rio de Janeiro.

23 Como referimos anteriormente, havia uma solicitação da UNESCO no sentido de que estudos desta ordem fossem inseridos na pesquisa.

24 “*According to him class conflict was replacing racial conflict in Bahia*” (Winant, 1994: 132)

“uma das ilhas demográficas e culturais”. Isto a fazia manter-se, por tradição, como uma Europa nos trópicos. O livro de Azevedo apresenta a Bahia - quando, na verdade, refere-se à cidade de Salvador - como um lugar sem conflitos raciais. Pesquisando numa sociedade urbana, assim se expressa Azevedo no *addendum* à introdução:

“Creio mesmo que seja necessário que a sociedade baiana, ou pelo menos os orientadores da educação, da política, das relações humanas em todos os setores de atividade e particularmente os antropólogos e sociólogos, que estudam a sua cultura, conheçam bem como o problema das relações inter-raciais que se processa na Bahia e no resto do Brasil para que possam colaborar para que a nossa terra possa sempre ser apontada como uma daquelas raras, em todo o mundo hodierno, em que pessoas de origens étnicas diferentes convivem de modo bastante satisfatório sem embargo da diversidade e até do contraste entre seus tipos físicos” (Azevedo, 1966: 32).

A obra fala de Salvador olhando para o Brasil. Traça, portanto, algumas interpretações de âmbito nacional. A cidade atua como um microcosmo a partir do qual se pode analisar as relações raciais no país. O texto versa a respeito de uma Bahia mestiça e quase branca, realçada em suas qualidades pela arquitetura que a transforma na *“cidade mais européia do Brasil”*. Esta caracterização da Bahia como um monumento nacional à antiga civilização européia, já teria, de acordo com Guimarães surgido em outros trabalhos de Azevedo (Guimarães, 1999). O autor fala de um *“crisol de raças”* e de um grande *“melting pot”*. A Bahia seria, portanto, o cerne e a semente da civilização mestiça nas Américas. Assim, reconfirma-se a visão de mestiçagem preservada, mesmo

antes do início da pesquisa. É neste ambiente de “*certeza*” sobre uma especificidade baiana inserida numa especificidade brasileira que Azevedo está produzindo seu trabalho.

A idéia de preservação e quase congelamento cultural está fortemente representada em Thales quando se refere à composição étnica da Bahia. Deve-se este perfil, de acordo com suas conclusões, à ausência de um fluxo imigratório europeu - tão comum nos estados do sul e sudeste. Posteriormente, o autor volta a classificá-la como “*o mais importante caldeirão étnico euro-africano do Brasil*”. Para desenvolver a idéia de *melting pot*, ele transforma em categorias raciais as denominações referentes aos diversos gradientes de cor empregados pelo censo comum: branco, preto, mulato, moreno, pardo e caboclo. Todos, segundo o autor, tem que ser entendidos dentro de um quadro socialmente construído. Ou seja, serão mutáveis a partir da condição econômico social de seu detentor. Assim, alguém que seja negro numa situação será clareado, concomitantemente à sua mudança sócio econômica ascendente.

Naquela atualidade, Azevedo informa que “*mais de 50 por cento dos pretos e mais de 60 por cento dos pardos, acima de 5 anos de idade*” eram alfabetizados. (Azevedo, 1955:165). A mutação da atribuição de cor à uma determinada pessoa se dará a depender de sua mudança de status econômico. Poderia ocorrer, também, de acordo com o classificador. Ou seja, a mesma pessoa será denominada popularmente de uma forma e no âmbito oficial, de outra.

Paralelamente, Azevedo emprega as seguintes categorias raciais e de cor: Brancos, brancos sociais, pretos (acentuadamente negros), negro, crioulo, pardo, mestiço, mulato, sarará, mulatinha. Neste ponto, o autor incorpora uma divisão de gênero à sua análise.

Isto é, algumas categorias aplicam-se, segundo ele, somente às mulheres: morena cor de canela, mulatinha, morena pálida, morena cor de jambo. Termos usados com referência valorativa da mulher negra, no mercado sexual. Neste particular atua também, de acordo com Thales, uma divisão social, em conjunto com a racial. Ou seja, se a categoria morena é aplicada a mulheres de maior poder aquisitivo aquelas com a mesma complexão física, embora mais empobrecidas, serão cognominadas de mulatas.

Os brancos são divididos em brancos raciais e brancos sociais. Os primeiros são os que a aparência física não deixa dúvida de sua ascendência ariana. O segundo grupo é constituído por pessoas que teriam ascendido socialmente. Os brancos sociais, então, são aqueles que conseguiram ultrapassar a barreira de cor através da mudança de condição econômica e por conseguinte, lograram ascender racialmente. O dinheiro seria o grande libertador da categoria de atavismo racial, permitindo um peneiramento. Assim, os de pele mais escura, quando com dinheiro ou status social, passariam a mulatos, estes a morenos e assim por diante. Todos numa escala cada vez mais próxima do tipo ideal, que seria o branco racial. Dos quatrocentos mil habitantes da cidade quarenta e sete por cento seriam mestiços, dos quais o maior número era de mulatos. No grupo de raça negra também se registra uma divisão. Haveria os pretos (fenotipicamente negros) e a categoria negros seria vista como ofensiva e difamatória. Esta última podendo ser empregada apenas numa situação de intimidade familiar e de carinho.

O traço de personalidade mais ressaltado a respeito dos negros baianos é a "*bondade natural, a doçura, a resignação com que os mesmos enriqueceram a psicologia do povo*" (Azevedo, 1955: 55). Há um latente sentimento de inferioridade, entre os negros, sobretudo nas mulheres da Bahia, na visão de Azevedo. Este sentimento se reduz, no

entanto, quando na condição de operários os negros passam a adquirir “*consciência de seus direitos civis e políticos*” Neste momento, o comportamento subalterno, detectado por Azevedo, se reduz de forma evidente. Ou seja, a organização coletiva e o fato de estarem entre iguais, os conduziria à uma auto identificação positiva.

A democracia racial adicionada à baianidade 25.

Democracia racial²⁶ é um tema sobre o qual Azevedo se dedicou algumas vezes em sua obra. Além de avaliá-lo para os estudos UNESCO nos anos cinqüenta, retorna a ele duas décadas depois, com uma publicação intitulada *Democracia racial: ideologia e realidade* (Azevedo, 1975). Nosso objetivo aqui é abordar o tratamento do autor a respeito do assunto, nos anos cinqüenta. Procuraremos fazer um breve elo entre suas conclusões, mais ao final do texto. O autor apóia-se na mestiçagem para explicar a decantada harmonia racial no Brasil. Neste caso, mestiçagem e branqueamento, se mesclam, enquanto crença da realidade, para “*provar*” que no Brasil não haveria racismo. Na experiência baiana, a democracia racial, recebe mais um componente – o da cultura - e se transforma em baianidade. Como forma de melhor entender a Bahia que Azevedo nos introduz, acreditamos na importância de se atentar à esta categoria que permeia diferentes pontos dos seus estudos incluídos no livro *As Elites de Cor na Bahia* (1955).

25 Sobre uma crítica ao paradigma da baianidade ver Revista Brasileira de Ciências Sociais (Pinho, 2002).

26 Toda uma discussão foi estabelecida posteriormente, em relação ao trabalho de Thales (Ver Brandão (na introdução das elites de cor e Guimarães, 1999). Haveria uma suposição sobre o fato do autor, se ele mesmo um crítico à ideologia da democracia racial, mas, teria sido compelido a enfatizá-la sob pena de destituir a Bahia - o berço brasileiro - de sua imagem mais bem construída, de ser o cerne da mestiçagem melhor realizada, daí o melhor exemplo de convivência pacífica entre as raças. Foge do esfera de nossa preocupações neste estudo, aprofundarmo-nos neste debate. No entanto, a sua mera ocorrência é sintomática do nível de importância dada a esta discussão, no campo de uma agência internacional como A UNESCO (Maio, 1997).

A noção de baianidade se marca por três elementos principais que se resumem na mestiçagem, no misticismo e no mercado (Pinho, 2002). Se o primeiro já se encontra na própria ideologização da democracia racial, também podemos observá-lo como sendo o grande ingrediente que produz a “certeza” de ausência de discriminação racial na Bahia. A baianidade seria construída a partir da agregação dos fundamentos da democracia racial – que se refere ao território nacional brasileiro – adicionados às características que só no *território baiano seriam encontráveis*. Neste sentido, a Bahia contribuiria com o seu glamour de terra das “*sobrevivências culturais africanas*” tão decantadas por Herskovitz, Verger, Bastide e a literatura de Amado, entre outros.

Estes ingredientes se reuniriam às também sobreviventes culturas européias, presentes nas arquiteturas de inúmeras construções coloniais, principalmente as mais de três centenas de igrejas católicas. Concomitantemente e em “paz” coabitariam as casas de candomblé, com sua “pureza” que se acredita remanescente de uma África também “pura”. A baianidade de Azevedo não está isolada. Ela dialoga afirmativamente com Pierson e se apóia em Freyre.

Azevedo afirma a existência de uma democracia racial em Salvador. Ele não demonstra, no transcorrer da obra, dúvidas sobre a ausência de conflitos raciais de qualquer natureza no país. Ufaniza o Brasil diante da sua capacidade de convivência com a diversidade étnica encontrada aqui. O autor vê nas relações sexuais entre os antigos senhores coloniais e as mulheres negras escravizadas - e posteriormente as relações de concubinato entre os descendentes de portugueses e as descendentes de africanos - a razão para o alto grau de mestiçagem na cidade de Salvador. Estas mesmas características históricas e sociais contribuiriam para a inexistência de tensões raciais.

A tese da demografia, onde a “escassez” de mulheres brancas teria provocado nos colonizadores portugueses a busca por mulheres negras escravizadas é reeditada por Azevedo. Outro senso comum acadêmico adotado é o que se refere ao tratamento “brando e humano que os proprietários dispensavam a seus escravos” (Azevedo, 1955: 51). Azevedo acredita na harmonia entre os grupos raciais. Ressalta, desta forma, a diversidade e emprega-a como prova irrefutável de ausência de base racial discriminatória.

O casamento inter-racial, fruto da preferência dos mulatos pelos mais claros, seria responsável pela mestiçagem. Os homens das camadas sociais inferiores, que teriam logrado ascender, seriam os que procurariam casar-se com mulheres mais claras. As mulheres negras mais pobres também evitariam o casamento com homens negros de pele escura, chegando mesmo a preferir brancos estrangeiros. Neste sentido, negros médios e pobres procuram se assimilar através da ascensão social via casamento. Embora não defenda claramente o branqueamento, Azevedo acaba por referir-se a ele no momento em que o vê como base para a constituição de uma população mestiça. Tal como em Freyre, para Azevedo a miscigenação não é transitória, é parte do ser brasileiro, embora aumente significativamente a caminho do branqueamento.

“Por efeito da mestiçagem e de outros fatores sócio-biológicos o grupo mais escuro, de fenótipo preto, vem sendo absorvido gradativamente no caldeamento étnico; os brancos aumentam em ritmo um pouco mais rápido, enquanto cresce o número de mestiços registrados nas estatísticas como pardos, para afinal

virem a submergir, pela mistura, no grupo de ascendência predominantemente européia” (Azevedo, 1975: 52).

A questão da meritocracia como caminho ascensional para negros e mulatos é uma das conclusões do autor. Então, se a maioria dos não brancos está na classe baixa e a *“ascensão social processa-se por livre competição”* e por mérito individual, ou por circunstâncias favoráveis, os que não ascendem é por demérito individual. Azevedo coloca a discriminação racial no âmbito da escolha e decisão pessoais. Desta forma, acaba por negar os impedimentos à ascensão – quer social, educacional ou profissional – imposta aos negros através de diversas barreiras constantes da sociedade. Neste sentido, não seria a sociedade a discriminar e sim o indivíduo. Logo, o conceito de democracia racial estaria preservado, ainda que houvesse discriminação racial. A partir desta explicação passa a ser possível, de acordo com as análises de Azevedo, que indivíduos, pautados em seus méritos individuais ou incluídos numa *“rede de solidariedade própria”* possam ascender apesar de não haver uma democracia racial.

Há, na Bahia de Thales, uma fácil assimilação social e racial dos negros de pele clara. Estes seriam melhor aceitos nas camadas de elite da população. Diversas são as vias que permitiriam essa assimilação. Entre elas estão os casamentos com pessoas mais claras e de maior status econômico. O prestígio profissional, a participação em organizações de classe ou de lazer pertencentes a grupos economicamente privilegiados seriam caminhos viáveis para aquela assimilação.

Azevedo apresenta uma tabela com perfis de membros de um clube social de elite. Diferentemente de outras apresentadas no livro, onde as categorias brancos, morenos,

mulatos e pretos são demonstradas, nesta, a última categoria não foi computada. Poderíamos ver nesta exclusão um exemplo do que o autor relata, logo no início da obra, onde alguém que ascende economicamente deixa de ser preto. Os poucos negros lá encontrados seriam denominados de mulatos, num típico branqueamento social. No entanto, na tabela seguinte intitulada "*profissões e tipos físicos dos sócios de um clube recreativo do grupo social intermédio*", a categoria preto reaparece. Sobre o preconceito de cor na Bahia, o grupo dos brancos seriam categóricos em negar sua ocorrência, chegando a ser taxado de "*imaginado*" e "*irreal*" por alguns informantes. Os que são negros, ou mulatos em acepção, ou mesmo os socialmente brancos participaram da mesma opinião. Os negros e mulatos em situação de menor ascendência econômica, ao contrário, denunciavam a existência de segregação racial na cidade.

As relações, na Bahia, seriam harmônicas, embora as origens étnicas e raciais fossem diversificadas. A ausência de conflito, segundo o autor, deve-se ao mulato, seja ele visto como tal ou enquanto um branco social. Isto é, aquele que logrou, graças ao patriarcalismo, ascender socialmente. Então, a alta taxa de mestiçagem dever-se-ia à baixa taxa de segregação e discriminação racial. Ao exemplificar a harmonia das relações entre negros e brancos na Bahia, Azevedo refere-se a locais de conagração e convivência da população. "*Amigos mulatos e pretos cumprimentam-se com abraços e apertos de mão e sentam-se juntos nos teatros, igrejas, nos cafês, nos bondes, com a maior naturalidade*" (Azevedo, 1955: 49). Também o sistema legal, sem a ocorrência de leis segregacionistas, auxilia Azevedo na apresentação de provas irrefutáveis de igualdade racial na Bahia.

O livro termina com uma visão positiva diante dos prognósticos de ampliação da ascensão social das pessoas de cor. Situação ocasionada pelas novas condições criadas pela industrialização. Só a ausência destas é que faria mudar esta predição. Na medida em que Azevedo baseia sua análise em grande parte das conclusões de Pierson, ele é guiado por uma visão apriorística. Ou seja, os E.U.A. são vistos como uma sociedade racializada, retirando do Brasil desta categoria. Reafirma-se, portanto, a visão de especificidade brasileira. (Guimarães, 1999). Ele então, afiança que a distinção havida em Salvador seria de classe e não de raça.

O tema da democracia racial voltou a ser alvo da preocupação de Azevedo (1975), quando dedicou toda uma obra a este paradigma nacional. Alguns capítulos são de cunho histórico onde o autor segue uma trajetória comum em alguns autores nacionais. Isto é, a avaliação sobre os afro-descendentes tem início na escravidão. Azevedo prossegue com alguns dos critérios analíticos já mencionados anteriormente. Ou seja, a escravidão branda, a religiosidade judaico cristã estimuladora de um tratamento humanitário e a mestiçagem apaziguadora foram os pontos ressaltados. Sobre o período pós Abolição, o negro é apresentado como "*desajustado nos novos papéis sociais*" que lhe exigiam a condição de liberto. O autor faz uso da explicação histórica como justificativa para as desigualdades raciais detectadas na sociedade da década de setenta, quando o texto está sendo produzido.

Mais adiante ao se debruçar sobre a democracia racial, o autor a coloca na categoria de "*mito*". Neste momento Azevedo aponta uma tensão entre os inúmeros casos de discriminação racial denunciados na imprensa e a constante negação da sociedade no que concerne ao tema. Expressões racistas empregadas contra as pessoas negras e a

crença numa inferioridade atávica, dos não brancos, são percebidas pelo autor. No entanto, a “*ascensão social e individual pelo mérito*”, reunida ao convívio “*tranquilo e descontraído*” entre pessoas de origens étnicas diversificadas levam-no a reiterar a tese de um quadro especial para as relações raciais brasileiras.

Azevedo repete nos anos setenta a mesma metodologia de pesquisa empregada vinte anos antes em *As Elites de Cor na Bahia* (1955). Em ambas as obras há uma excelente radiografia dos debates contemporâneos sobre as relações entre negros e brancos. No entanto, embora vinte anos mais tarde, classifique de mito a democracia racial, Azevedo se coloca como crítico aqueles que a dizem inexistente.

Organizações negras na Bahia de Azevedo

Há, na maioria dos negros apresentados no livro “*As Elites de Cor na Bahia*”, uma ausência de reação, ao lado de um sentimento de agradecimento para com os brancos. Tal quadro contribuiria para a inexistência de uma animosidade entre os grupos raciais. Isto ocorre, pelo que se depreende, por não possuírem consciência dos seus direitos civis e políticos. Com a mudança deste quadro, no entanto, esta anomia tenderia a desaparecer. O autor introduz o exemplo dos operários pretos e mulatos que, ao se organizarem enquanto classe passaram a não assumir uma atitude de subserviência diante dos brancos. Este comportamento geraria um possível mal estar na sociedade. Azevedo chega a citar a queixa de alguns brancos pelo fato de não terem os lugares nos ônibus cedidos pelos negros. Talvez pudéssemos pensar que o próprio autor prevê que a postura de submissão por parte dos negros não se prolongará para além de sua maior inserção numa sociedade de classes.

Azevedo refere-se à Frente Negra do Sul (de São Paulo) como resultado da tomada de consciência do grupo proletário, situado nas zonas urbanas do País. No caso da Bahia, teria sido trazida por um frentenegrino paulista e fundada em novembro de 1932 por cerca de dez pessoas. O grupo é visto, pelo autor, como a primeira iniciativa coletiva, ocorrida no estado, visando a defesa dos direitos, baseada na identidade racial. No entanto, sua vida foi curta (cerca de um ano) motivada pela falta de apoio naquela cidade e pelo retorno, a São Paulo, do seu iniciador. Anteriores a esta, teriam existido as irmandades religiosas, organizações operárias e outras de cunho beneficente, segundo Azevedo. Incluída nesse perfil está a Sociedade Protetora dos Desvalidos de 1832.

Cinco anos mais tarde, surgia a Sociedade Henrique Dias que pregava a união das raças e o fim da inferiorização do negro e do preconceito racial. Esta organização - cujo nome foi uma homenagem a um soldado negro da Marinha - congregou um grupo de mais de quarenta homens, entre juizes, jornalistas, farmacêuticos, advogados, estudantes e pequenos funcionários. Por ocasião da pesquisa, encontrava-se quase paralisada, restringindo-se apenas às atividades numa escola primária, na periferia da cidade. Ainda assim, em 1946, houve uma tentativa de retomada, por parte de um dos seus líderes, com o lançamento da campanha do Pi Racial 27. O insucesso da referida campanha teria levado seu criador a pretender levar para a Bahia um dos braços da UHC, já no ano de 1951.

Azevedo classifica como precários - em termos de atuação e de existência - os movimentos negros na Bahia. A sua curta duração dever-se-ia ao fato de não

27 Citada com o fim de "extinguir, anular, abolir o complexo de inferioridade (dos mais escuros); desmoralizar, esclarecer e purificar um fulso complexo de superioridade (dos mais claros) para que, por processo evolutivo normal justo e perfeito, não haja mais no Brasil, um negro ou branco, mas simplesmente, brasileiro." (Azevedo, 1975: 189).

conseguirem congregar um número expressivo de negros e por pleitearem direitos que não lhes eram negados. Vistos assim, os negros não possuíam grupos políticos e de reivindicações, por total falta de necessidade de se organizarem em torno da raça. Seriam o resultado da ausência de uma explícita discriminação de cor. As poucas entidades existentes reuniriam as seguintes características:

1) procuram aproximar brancos e escuros.

2) evitam toda a luta ou antagonismo para com o grupo dominante

3) têm como finalidade fundamental a integração, digamos mesmo a aculturação da gente de cor, sobretudo dos pretos, nos padrões de comportamento, nas atitudes, nas concepções da existência dos brancos, para que possam ser aceitos e classificados na sociedade baiana concebida como um todo” (Azevedo, 1975: 162)

Ao fazer esta análise sobre os movimentos sociais negros, o autor reitera a ausência de racismo. Daí o fato das organizações negras não terem razão de existir. Afinal, se a população negra, residente na área circunscrita pela pesquisa, não era discriminada, não surpreende que as organizações específicas tenham estas três características elencadas no parágrafo acima.

Apresentado desta forma, o movimento negro baiano parece não demonstrar nenhum paralelo com os seus contemporâneos, no que diz respeito às demandas políticas. Nem mesmo denotam qualquer insatisfação perante as barreiras raciais existentes na Bahia. O pequeno grupo que, ainda assim, decidiu se arvorar em liderança neste tema, é composto por negros e mulatos, sem poder social ou político. Outra dificuldade era a de não poder contar com o apoio daqueles que teriam logrado

ascender socialmente. Os negros colocados nas camadas superiores da sociedade expressariam, em muitas ocasiões, seu desagrado em relação aqueles inseridos numa possível luta anti-racista. Haveria um sentimento de desconfiança em relação aos ativistas. A participação do grupo em ascensão seria apenas com contribuições financeiras, evitando qualquer relacionamento público com aqueles movimentos. As vozes contrárias aos movimentos, provenientes dos próprios negros - que Azevedo apresenta - acreditam na ausência de discriminação baseada na raça e são universalistas, no que se refere à concessão dos direitos.

Azevedo dá voz aos negros que se colocam adversos à idéia da constituição de grupos específicos de negros. Não se sabe através da obra qual a contra argumentação daqueles que as estimularam e participaram. Ou seja, ao mesmo tempo que a quase nulidade das organizações é patente no estudo, apresenta-se uma grande pressão contra elas. O que se percebe é toda uma manifestação contrária da opinião pública, através da mídia impressa. A rápida menção aos líderes dos movimentos coloca-os como queixosos por não serem compreendidos e não receberem o necessário apoio. O pouco que se ouve daquelas lideranças, no trabalho de Azevedo, nos deixa vê-los como críticos, numa atitude reativa, que interpreta os negros ausentes da luta anti-racista como aqueles que se recusam a ter uma identidade racial coletiva. Tanto os inseridos, como aqueles não partícipes do movimento negro, são por Azevedo apresentados como desinformados das discussões nacionais sobre o tema. Um dos exemplos é o desconhecimento sobre a instituição da lei Afonso Arinos, seis meses após sua assinatura, mesmo diante de todo o debate nacional em torno de sua aprovação. A razão deste desconhecimento, segundo Azevedo, seria a inutilidade da existência daquela lei, para a Bahia, devido à ausência de racismo, na região.

Algumas conclusões:

Apresentamos, neste capítulo, uma análise sobre a metodologia de pesquisa empregada por cada autor (ou autores, no caso de São Paulo) e procuramos discorrer também sobre os achados das obras a respeito das cidades estudadas. Estes dois pontos – metodologia e visão sobre a cidade – influenciaram diretamente, como pudemos observar, na centralidade ou não das organizações negras no estudo presente em cada livro. Vimos então, que o projeto UNESCO trouxe, pela primeira vez, para o campo acadêmico, uma pesquisa sobre os movimentos sociais negros.

Dentre os trabalhos resultantes do projeto, apenas os abordados neste capítulo (*O Negro no Rio de Janeiro*, *Negros e Brancos em São Paulo* e *As Elites de Cor na Bahia*) tiveram as organizações negras como um fenômeno social a ser considerado em suas avaliações. Um novo olhar analítico foi lançado sobre a sociedade brasileira, para examinar as relações entre negros e brancos. Tal fato foi devido a abordagem sociológica (ou menos culturalista, como no caso de Azevedo) adotada pelos pesquisadores UNESCO, em contraposição aos estudos seguidos até então. Assim, o negro investigado, deixava de ser apenas o que produz atividades lúdico-culturais. Também, sua interação na sociedade, tornava-se objeto de interesse. Passava a ser considerado como um grupo em ascensão social, e a ser estudado enquanto insatisfeito com a sociedade em mudança, por conseguinte construtor de um movimento reativo.

Fernandes e Costa Pinto são unânimes em afirmar que o surgimento daquelas organizações²⁸ só foi possível devido a resistência dos brancos em relação à ascensão

28 Tais quais a Frente Negra Brasileira e a Associação dos Negros Brasileiros, além dos jornais: *O Menelick*, *O Clarim da Alvorada*, o Centro Cívico Palmares nas décadas de vinte e trinta em São Paulo; da mesma forma que o Teatro Experimental do Negro e da União dos Homens de Cor no Rio de Janeiro de cinqüenta, que foram analisadas pelos dois autores.

social dos negros. Logo, teria sido a urbanização e a industrialização, pelas quais passavam as duas cidades, responsáveis por escrever na história social do país o capítulo das “*organizações negras*”, como as denomina Fernandes ou as “*organizações de novo tipo*”, seguindo a classificação de Costa Pinto. É deste lugar, o de uma sociologia que se defrontava com problemas antes nunca estudados, que Costa Pinto se propõe a fazer sua análise. Novos eram os impactos de um desenvolvimento capitalista sobre estruturas sócio - econômicas remanescentes de um passado que se estendia no presente, futuro a dentro.

O movimento social dos negros é inserido, por Costa Pinto, como partícipe de um verdadeiro processo de mudanças social, política e econômica havidos no país, a partir de 1922 até 1951. Todos originaram mudanças políticas e uma nova economia que se abria para um mercado mundial. Fatores que produziram um novo proletariado, a partir dos grupos de imigrantes e dos ex- escravos. O surgimento das organizações negras é atribuído por Fernandes e Costa Pinto ao novo momento das estruturas sociais e raciais sendo desenvolvidas no Brasil, no momento da pesquisa. Neste sentido, a incitativa de insurgência dos afro-brasileiros só teria lugar – se nos pautarmos nas conclusões destes autores – num diálogo com a sociedade discriminadora. Ou seja, seria apenas a dificuldade de inclusão social o motor daqueles movimentos.

Em outras palavras, aqueles autores não consideraram, como sinais paradigmáticos, algumas das ações desempenhadas pelas lideranças, tais como : as críticas aos aspectos políticos e sociais do estado brasileiro; a atenção dispensada aos movimentos de insurgência, que ocorria em diversos pontos da diáspora africana; a participação

daqueles líderes nos quadros partidários; o engajamento em campanhas nacionais, como pela anistia e pela educação. Todas estas, e algumas outras eram atividades nas quais muitos daqueles líderes estavam inseridos. Eram, portanto, projetos que ultrapassavam a mera expectativa por mudança de *status* econômico e social, do próprio grupo. No entanto, pouco se pode testemunhar sobre estas lides, através das obras aqui analisadas.

Para Costa Pinto, a ascensão do negro leva-o a sofrer mais discriminação e então a se arvorar em líder de uma massa para conduzi-la a abrir caminho para si. A ascensão é que o faz dar-se conta de sua cor. Por mais paradoxal que possa parecer, é esta mesma razão - já agora temperada pelo compadrio e o apadrinhamento - que traria o ensejo para a falta de uma organização do mesmo estilo em Salvador. Nas conclusões de Azevedo é exatamente escondido atrás dessa mudança na escala social, que a pessoa negra afasta-se o mais possível de quaisquer possibilidades de ser referida à sua origem racial. Atitude esta, explicada, por Azevedo, como resultante do temor de que uma identidade racializada fizesse aquela pessoa regressar a um estado de descensão social.

Em síntese, para Azevedo os que negavam a ocorrência de preconceito estavam na área da idealização de uma realidade. Era um sonho, ver a Bahia livre daquela chaga. Por outro lado, os que afirmavam que ele existia exageravam nas suas análises e eram "*personalidades inadaptadas*" (Azevedo, 1955:155). Azevedo conclui a obra admitindo a existência de preconceitos e discriminações na Bahia. Contudo, embora tenha encontrado grupos significativos de brancos postulando uma inferioridade biológica dos negros quando comparados aos brancos, Azevedo conclui que estas manifestações eram de menor teor. Na maioria das vezes as distinções de classe sobrepujariam a de raça, na visão do autor. O que daria ampla margem de negociação

entre os grupos raciais permitindo uma competição em “*igualdade de condições*” (Azevedo, 1955:165) entre brancos e negros. Assim sendo, à luz das análises de Azevedo, as organizações negras deixam de ser centrais, uma vez que não havendo tensões raciais, sua operacionalidade deixa de existir 29.

Mesmo sem ater-se muito a este tema, também Fernandes refere-se ao apadrinhamento do branco em relação ao negro, ao dizer da “*relação assimétrica*” em que, os brancos ver-se-iam na obrigação de proteger os negros. Alguns chegando mesmo a aconselhar aos “seus negros” que se afastassem daqueles que se organizavam, classificando-os de comunistas e ou arruaceiros. Porém, segundo o autor, essa atitude é resultante de um suposto pedido de orientação por parte dos negros. Ou seja, ela só se materializaria quando os brancos fossem procurados - por alguns negros receosos - em busca de alguma opinião a respeito do novo momento organizativo porque passava a cidade. Diferentemente do que nos relata Azevedo, na sociedade paulista - onde se encontra o grupo pesquisado por Fernandes - os negros “*começaram a insurgir contra semelhante manifestação de ‘piedade’ dos brancos*” (Bastide e Fernandes, 1971:194). Ao passo que em Azevedo, os negros aceitam essa mão amiga, valendo-se dela como alavanca para galgarem mais uns degraus na pirâmide social.

Tanto Florestan quanto Costa Pinto apontam a existência de um contingente populacional negro em São Paulo e no D.F, oriundos de um processo de migração interna. No Rio, vindo das zonas rurais limitrofes, em São Paulo, das zonas rurais do próprio estado. O argumento de Fernandes é no sentido de associar a discriminação

29 A UHC, dois anos antes da pesquisa de Azevedo, destacava a sua diretoria na Bahia, com o seguinte quadro: Presidente: Petronildo Mattos; Subsecretário Geral: Leovigildo Francisco de Almeida; Tesoureiro: D. Leonor de Freitas; Inspetor Geral: Nereu da Silva Pinto; Chefe do Departamento de Saúde e Educação: Dr. Antonio Rodrigues de Almeida; Diretores Conselheiros: Tenente Aldo Paiva, Rivadávia de Almeida e Ricardo Alves de Lima e Silva.

contra negros à permanência de uma estrutura herdada do período escravocrata, pautada numa relação senhor-escravo. Logo, de acordo com esta visão, superados estes resquícios - com o aumento do nível de desenvolvimento, fomentado pela industrialização - as tensões raciais tenderiam a desaparecer. Tal desenho propiciaria a superação da desigualdade racial.

Costa Pinto fala da ligeira duração da vida das associações de homens de cor e as classifica como efêmeras. Isto seria devido ao fato do movimento dos negros ser um movimento social feito por e para uma elite que não lograria sensibilizar uma massa para que se somasse à sua causa. Embora essas massas dessem mostras de adesão às associações, tão rápido quanto o seu ingresso era a sua desistência. Uma das explicações apresentadas, pelo autor, como impedimento para que um maior contingente da população negra se aliasse às lideranças é que as condições objetivas que as cercam repousariam num *“estado de desamparo material, de desestímulo moral, de inércia mental, de embrutecimento intelectual, de falta de terreno para uma vida associativa de nível menos puramente vegetativo”* (Costa Pinto, 1952:234).

Vê-se então, que as análises do autor, levam-no a concluir a respeito de uma inaptidão da maioria da população negra, no que concerne à sua participação numa luta socialmente construída. O que se explica, para Costa Pinto, pelo fato de que seria necessário que essa população estivesse num nível ascensional tal - do ponto de vista intelectual e econômico - que propiciasse um solo fértil e pronto para receber as mensagens de insatisfação e denúncia proferidas por uma elite de líderes. Assim, principalmente a ausência desse segundo fator teria feito com que as associações também tivessem vida curta, desde o período escravocrata. O autor divide as

organizações em dois grandes guarda-chuvas (*Tradicionais e de Novo Tipo*), mas afirma que dentro destes e entre eles “há de tudo” (Costa Pinto, 1952: 215). Ou seja, a diversidade encontrada, por Costa Pinto, no seio da população negra da cidade, também foi detectada no formato, ações privilegiadas, discursos e objetivos dos grupos por ele analisados.

Este marco comportamental adviria das recém instituídas vias de ascensão social constituídas pelo momento econômico por que passava o Brasil de então. Assim visto, o negro teria que se incluir num projeto individual, tal a distância que o separaria da maioria da população negra, já identificada como “*ignara*”, pelo autor. Esta seria, para as conclusões de Costa Pinto, a resposta para que apenas um pequeno grupo conseguisse se transformar em liderança daquele movimento.

Notemos que no Brasil dos anos quarenta é determinante o crescimento da organização do operariado (Paranhos, 1999). Dentro desta conjuntura, ainda baseado nas conclusões de Costa Pinto, os novos líderes negros tinham contra si, a crítica de estarem reivindicando melhorias individuais. Deve-se tal atitude, ao fato de que a luta a ser priorizada, naquele momento, deveria ser em torno das questões no mundo do trabalho e não de raça. Para Costa Pinto, a raça estaria diretamente ligada aos conflitos por ela derivados e como tal não seria estática. Assim, na sociedade de classes, a raça se manifestaria de acordo com as disparidades ali existentes. (Pinto, 1998). Ou seja, é a classe que toma a liderança nos processos de desigualdades raciais. “*As relações raciais ficariam subsumidas à luta de classes*” como lembra Maio, referindo-se aos trabalhos de Costa Pinto (Pinto, 1998).

Costa Pinto coloca no sistema capitalista a fonte emanante de fricções de origem racial. Por esta razão, também em sua obra a atenção se afasta das demais organizações negras pulsantes no Rio de Janeiro, do período. Algumas delas serão alvo de nosso olhar no capítulo subsequente. Como a luta de classes é o seu foco maior, Costa Pinto passa a dedicar-se às contendas entre os grupos e seus líderes. O autor chega a observá-las como meras competições de fundo social. Ou seja, seriam, negros “esclarecidos” em disputa com negros “massa”. As dinâmicas ideológicas que perpassavam através de cada discordância, bem como os muitos momentos de realizações coletivas são invisibilizados na obra. A preferência por uma metodologia que opta por trilhar este caminho, o afasta daqueles grupos de menor *glamour* na imprensa. Organizações que nem por isto, deixam de contribuir para uma luta mais ampliada, como discutiremos mais adiante.

Costa Pinto refere-se ao *novo negro*. Este grupo estaria em oposição a um anterior, que veria o branqueamento e a ultrapassagem da linha de cor, ou seja a negação de uma identidade racial negra – como estratégia de afirmação pessoal e estabelecimento social. Ao contrário, este *novo negro* – o negro intelectual – afasta-se do ideal do branqueamento e procura enegrecer-se, estabelecendo para si uma identidade que o leva a procurar uma coletividade de iguais. Neste sentido, por razões opostas, os dois tipos de negros deixam de partilhar com uma coletividade maior. O primeiro, por acreditar que conviver com os demais negros o faz descer na escala social e o segundo por falta de interlocução, já que sua ascensão intelectual torna difícil um diálogo mais próximo com a população negra em geral.

Estudando o comportamento dos partícipes daquele movimento, Fernandes fala de uma

atividade onde as lideranças não possuíam um discurso ideológico comum e coerente. Logo, poderíamos concluir - respaldados na análise do autor - que não teriam sido esses líderes responsáveis por construir o movimento. Os problemas sociais vividos pelos negros teriam levado ao surgimento de uma liderança. As frustrações sentidas pelos negros perante as barreiras no mercado de trabalho ou na relação excludente e violenta proveniente dos brancos – notadamente os imigrantes e entre estes os italianos - teriam sido os grandes motivadores do nascimento daquelas reivindicações. Não seria a ascensão social do negro e sim a alta taxa de desemprego que teria favorecido uma situação de emergência de um movimento reivindicatório.

No caso da pesquisa de Fernandes, as duas entidades analisadas, já não existiam, quando da realização da pesquisa. O que dá ensejo ao autor afirmar sobre a curta duração e a precária continuidade das organizações negras, como um todo. Assim, Fernandes acreditava que se ambas não houvessem sido encerradas, poderiam ter-se transformado num ponto fulcral de insurgência. Por conseguinte, teriam sido motores de uma substancial mudança na realidade dos negros, em São Paulo. Ou seja, os movimentos negros não teriam conseguido proporcionar uma verdadeira transformação na sociedade. Em outras palavras, teriam falhado em seu objetivo primeiro, devido à sua instabilidade e brevidade. Não fica claro na obra o que seria o oposto. Ou seja, como se poderia caracterizar um grupo como de longa ou curta duração. Ou ainda, o que se poderia considerar um grupo com êxito pleno em sua realização. Escapou ao autor, portanto, uma concentração um pouco mais contextualizada sobre as duas organizações, que o permitisse deter-se diante dos fatores que teriam abreviado (se assim o foi) suas existências.

O autor está certo de que a sociedade em mudança e a nova ordem econômica nacional atuam sobre os negros enquanto seres sociais. Não obstante, no que se refere à sua organização política, percebe-se - a partir das conclusões de Fernandes - um certo congelamento. Prova disto é que as anuências e as estratégias face à organização político reivindicativa registrada no início da década de trinta, permaneciam intocadas, ao final da década seguinte. A pequena duração dos movimentos sociais negros, aliada à falta de acesso a "*meios culturais*" (Bastide e Fernandes, 1971: 211) seriam as principais causas apontadas por Fernandes para a ausência de unidade de ações e falas no interior do movimento. Neste sentido, a efetiva atuação das organizações, na mudança de condição da população negra, teria se dado com eficiência limitada.

Lembremos que Fernandes estudou a Frente Negra Brasileira que surgiu no início dos anos trinta e teve seu fechamento decretado em virtude da política de Getúlio Vargas. Embora registrando este fato, o autor tira-o de foco ao estudar o final do grupo e atribui, à uma incapacidade organizativa dos afro-brasileiros, o seu término. O autor continuou sua avaliação para a Associação do Negro Brasileiro de 1945, sem contudo deter-se nas dinâmicas que propiciaram o surgimento e o fim de cada grupo. Talvez, se assim o fizesse, Fernandes tivesse observado que embora, com duração menor que uma década, cada grupo, teve sua formação, conduzida por boa parte dos mesmos líderes.

Um olhar centralizado sobre suas formulações e demandas, nos permite perceber que os tempos eram outros. Ou seja, permaneciam os líderes, mas, suas participações, no movimento assumiam novos contornos e formulações. Foge do escopo deste trabalho, uma análise sobre a Frente Negra Brasileira, mas, no próximo capítulo procuraremos demonstrar a grande diversidade de ações desempenadas por alguns daqueles grupos

paulistas e suas ressignificações.

Embora chegando a conclusões diferentes entre si, uma linha aproxima os três trabalhos aqui estudados. Ou seja, os autores acreditam numa efemeridade e numa pequena representatividade política e social dos grupos e organizações negras. Para Azevedo isto se dá por conta da democracia racial e da ausência de preconceito baseado na raça. Ou seja, não haveria uma motivação consistente na sociedade de forma a suportar a sua longevidade. Outro fator preponderante seria a incapacidade organizativa dos negros, refletida numa liderança inconsistente, a ponto de não conseguirem impelir as entidades as serem mais sólidas e duradouras.

As organizações negras estudadas são vistas como consequência natural das relações raciais no país. Ao mesmo tempo, uma vez constituídas, passam a ter o papel de interferir nestas mesmas relações que as havia formado. Em outras palavras, estas associações seriam, elas mesmas, influenciadas e influenciadoras das relações entre brancos e negros no Brasil. Pouco se surpreende naqueles trabalhos a respeito de um diálogo entre aqueles grupos e as forças políticas e sociais do período. Embora referindo-se e fazendo uso dos jornais da imprensa negra e dialogando com ativistas da época, a análise voltou-se para a dinâmica interna do movimento, deixando de atentar, mais de perto, para as suas articulações mais exógenas.

Comparando as conclusões de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto e Thales de Azevedo com um quadro mais ampliado dos diferentes modelos de fazeres organizativos - que apontaremos, no capítulo próximo - podemos pensar que aqueles estudiosos observaram mais detidamente os grupos articulados nas cidades de

abrangência de suas pesquisas. Tal metodologia, no entanto, não lhes deixou margem para perceber articulações outras que ultrapassavam os limites geográficos dos locais estudados. Privou-os também de pensar na possibilidade de uma movimentação com modelos contatos e ações de abrangência nacional. As influências e os efeitos das conferências nacionais do movimento social negro - às quais nos referiremos no próximo capítulo - também não foram por eles percebidas.

Em conseqüência, toda uma ambiência - como discutiremos nos dois capítulos subseqüentes - deixaram de ser objeto de análise daqueles autores. Em alguns casos, quando o foram o estudo se deu de forma comparativa, com outras realidades, o que resultou, quase sempre em prejuízo para os dois lados. É o caso da comparação de Costa Pinto sobre o Teatro Experimental do Negro e a UHC. Por haver ignorado a abrangência nacional da segunda organização (UHC), Costa Pinto acabou analisando - a apenas em contraponto com o TEN (RJ). Voltaremos a este tema, no capítulo quatro.

Quando nos debruçamos sobre os jornais negros da época, começamos a ter algumas dúvidas sobre aquelas conclusões, no que se refere à abrangência das ações e a efemeridade daqueles grupos, apontadas pelos autores. Havia muito mais do que conseguiu ser visualizado pelas três obras aqui analisadas. No Rio e em São Paulo, grupos outros que não aqueles inseridos nas pesquisas de Fernandes, Bastide e Costa Pinto, atuavam interferindo em diversas facetas da sociedade. Procuraremos, por esta razão, apresentar alguns exemplos de realizações de grupos diversos, que por sua mera trajetória, nos dão oportunidade de questionar algumas das elaborações daqueles autores.

A UHC, como vimos, não obteve lugar de destaque nos trabalhos aqui revisitados. A exceção de Costa Pinto, que se refere à ela de forma ligeira, nenhum dos outros autores lhe atribui qualquer menção. Por outro lado – como apontaremos no capítulo três – a presença da rede estava consolidada em todas as três cidades. Poderíamos, então, pensar na existência de um ruído entre o que era dito e demonstrado pelos ativistas e o que era ouvido e interpretado pelos acadêmicos. Os próximos capítulos, nos permitirão observar, mais atentamente algumas das atividades realizadas pelo movimento social negro no período que antecedeu e naquele imediatamente posterior à realização do projeto UNESCO. Poderemos ver o quanto as atividades desenvolvidas por diferentes organizações, foram ou não inseridas nas análises dos acadêmicos do projeto.

Capítulo 2

MOVIMENTO SOCIAL NEGRO APÓS O ESTADO NOVO: UM SOBREVÔO POR ALGUMAS CIDADES.

O capítulo anterior nos permitiu fazer um recorte das três obras constantes dos estudos UNESCO, nas quais foram feitas análises (com profundidade diversificada) das ações, motivos, desempenhos e perfis de diferentes grupos do movimento social negro. Foram pesquisadas as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, respectivamente na ótica de Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes e, por último, Thales de Azevedo. Nos foi possível perceber a adoção de diferentes metodologias de pesquisa. Os quatro autores marcaram pela primazia - nas ciências sociais brasileiras - em perceber os afro-brasileiros como agentes atuantes e construtores de um movimento social.

Os autores, no Rio de Janeiro e São Paulo, fizeram observações no interior de algumas organizações revelando-lhes as dinâmicas internas e suas interações (nem sempre amenas) com a sociedade no geral e com a maioria da população afro-brasileira. Thales de Azevedo seguiu um caminho distinto: o de afirmar a quase inexistência de movimento social negro na Bahia. Ainda assim, ao se referir a algumas organizações que já não mais existiam, Azevedo nos instiga a pensar na ocorrência daquele movimento, mesmo que sua com pujança não fosse semelhante às organizações do Rio de Janeiro e São Paulo.

Numa tentativa de capturar o clima organizativo das lideranças negras naquela ocasião - dentro do que chamamos de sobrevôo - apresentaremos, neste capítulo, alguns acontecimentos emblemáticos da referida agitação social. Nosso intento é procurar observar uma possível linha de concordância entre a forma como foram analisados os movimentos sociais negros, pelos autores com os quais dialogamos, no capítulo anterior e a auto-representação feita pelos participantes daquele movimento. Estaremos atentando para o período anterior e imediatamente posterior à realização do projeto UNESCO.

Em benefício de uma explanação mais didaticamente distribuída, optamos por dividir nossa descrição em três tópicos principais: Primeiramente alocamos alguns dos eventos de âmbito nacional que contribuíram para a disseminação das discussões sobre relações raciais entre os membros da comunidade negra organizada, no período posterior a 1945. Estaremos, portanto, analisando três grandes conferências nacionais preparadas no eixo Rio - São Paulo. Aquelas reuniões podem ter contribuído para aproximar os discursos e críticas das lideranças negras, constituídas em localidades esparsas, deste país continental.

O segundo ponto onde nos fundamentamos para ambientar nosso sobrevôo foi uma abordagem sobre algumas organizações negras engajadas em discursos e estratégias múltiplas. Acreditamos que diferentes tenham sido os contextos que provocaram sua emergência nas cidades onde tivemos sucesso em localizá-las. Sua mera criação num período tão próximo de tempo, já nos auxilia a pensar na existência de um estímulo geral que perpassando pelo mundo das idéias e da ação ativista, fomentasse seu surgimento. Neste sentido, estaremos nos aproximando da história social de algumas

organizações das cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Blumenau e Porto Alegre, constituídas entre 1945 e 1963. As três últimas (Curitiba, Blumenau e Porto Alegre) serão abordadas no capítulo próximo, quando focalizaremos nossa análise sobre a União dos Homens de Cor (UHC). A razão da escolha de umas em detrimento de outras, está alicerçada no nível de mobilização daquele grupo, em sua região e no período histórico coberto por esta pesquisa.

O próximo tópico, deste capítulo, debruça-se sobre os jornais e os transforma em fontes privilegiadas para nosso trabalho. São eles janelas através das quais procuramos penetrar naquele mundo – da mobilização dos (as) ativistas negras (os) entre quarenta e cinco e sessenta e três- ainda pouco visitado pelos estudiosos. Muito do ideário e percepções dos negros organizados, daquele momento, podem ser assistidos nos periódicos denominados de imprensa negra. Estes jornais abrigam, portanto, as tensões - e seu oposto - do movimento com o mundo e dentro dele mesmo.

Tais divisões, como já o dissemos, foram empregadas como metodologia para melhor referirmo-nos a cada um destes aspectos. A sucessão dos eventos, contudo não se dá de forma fracionada e muitas das atividades aqui relacionadas aconteceram simultaneamente no tempo histórico e no espaço geográfico. Assim, sendo, esperamos, neste tópico poder – mesmo que de maneira não exaustiva – apresentar algumas das dinâmicas permeantes do movimento social, dos negros. É também, parte de nossa intenção demonstrar diferentes facetas de sua composição através da referência a diversos eventos, inúmeros grupos de negros e jornais vários. Todos reunidos dão pistas da expressividade organizativa do período. Referenciais iniciativas, para o

restabelecimento e estruturação da luta anti-racista do movimento social, afloraram no interior daquela movimentação.

É a respeito destes eventos e sua representação para o cenário da constituição do movimento social dos negros que trataremos a seguir. Observamos esta metodologia com o objetivo de apresentar uma visão contextualizada a partir da qual se possa pensar o ambiente que propiciou a criação da UHC e sua rápida expansão entre 1943 e 1948, como expressaremos num capítulo próximo. Em outras palavras, a UHC só conseguiu aglutinar em torno de si um número tão expressivo de pessoas porque foi constituída num tempo em que a temática das relações entre negros e brancos, as lutas contra o racismo e a organização social em torno dos direitos por cidadania estavam na ordem do dia.

A reorganização dos movimentos sociais

O término da ditadura varguista em outubro de 1945, oportunizou diversas manifestações de democracia, com uma grande ebulição das forças políticas e sociais. Tais movimentações eram esperadas após décadas de retesamento forçado pelos anos duros do Estado Novo. Os estudantes que através da UNE haviam se mobilizado desde 1943 (Fausto, 2001) continuavam articulados, agora pelo retorno dos exilados. A luta pela anistia se fazia presente mesmo nos documentos do comitê Afro Brasileiro³⁰. No âmbito do trabalhismo ressurgiam as greves do operariado, até então, contidas pelo governo ditatorial que se auto proclamava "*o pai dos trabalhadores do Brasil*" (Paranhos: 61:1999). Passado o período de exceção e supressão dos aparelhos democráticos, era o momento da escrita de uma nova carta Magna (Skidmore, 1982).

³⁰ Fundado no Rio de Janeiro em janeiro de 1945, por Abdias do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves e Aginaldo Camargo (Nascimento, 2003).

Referindo-se aos anos entre 1945 e 1964, Gohn (1995) lembra que ficaram conhecidos como fase populista ou fase nacional desenvolvimentista. Os partidos políticos, por seu grande número, acirravam as disputas partidárias. A proliferação dos sindicatos, além das diferentes formas de movimentos sociais, traziam para a agenda reivindicativa uma série de temas³¹.

Tínhamos, a partir do final da década de quarenta, o Brasil do nacionalismo, da escalada ascendente para a modernidade e com uma economia industrial em expansão. O cenário nacional - marcado por uma urbanização e uma industrialização crescentes³² (Andrews, 1991) - era construído como o lugar da paz racial possível. Diante das diversas manifestações de liberdade democrática, por parte da sociedade civil, as organizações negras, bem como o tema das relações raciais, voltaram à cena política. Meses antes do fim do Estado Novo (maio de 1944) a OAB da Bahia fez realizar a "*Semana do Homem de Côr*"³³. Na palestra de encerramento o orador apressava-se em explicar o "equivoco" do nome dado ao evento uma vez "*ser o preconceito de cor inexistente na vida brasileira*"³⁴. Argumentos desta ordem eram comuns em diferentes setores da sociedade. Ainda assim - em diversos espaços da vida do país - multiplicavam-se

31 Gohn (1995) enumera alguns dos seguintes movimentos neste período: Movimento Político Partidário (1945); Movimento Queremismo (1945); Campanha Popular Contra a Fome (1946); Movimento da Legalização dos Partidos Clandestinos (1946); Movimento Pró-Constituinte (1946); Movimento Por Reformas de Base na Educação (1947 - 1961); Passeatas da Panela Vazia (1951 - 1953); Movimento o Petróleo é Nosso (1954); Movimento Contra a Carestia de Vida (1953); Movimentos Nacionalistas pela Cultura (1954 - 1964); Movimentos Jovens Católicos (JUC, JOC, JAC...1954 - 1964); Movimento de Associação de Moradores (1945 - 1964); Greve Geral dos Trabalhadores (1953); Quebra -Quebra de Bondes (1956); Movimento de Educação de Base (MEB - 1961); Movimentos Estudantis (1957 -1964); Greve Geral Contra Carestia (1959); Movimento Pela Casa Própria (1960 - 1961); Movimentos Sociais no Campo pela Reforma Agrária (1958 - 1964); Dia Nacional de Protesto Contra A Carestia (1963), entre vários outros.

³²A esse respeito nos fala Santos: "*O espetáculo era insólito: Viam-se negros operários (e sobretudo após o estancamento da imigração: negros biscateiros; negros pequenos empresários(quase sempre comerciantes, funcionários públicos (militares, sobretudo, mas também administrativos); negros radialistas, jogadores de futebol, cabos eleitorais e assim por diante*". (Santos, 1985 : 288)

³³ Fonte: Revista Fórum vol.XIX Ano IX fascículo 21. Janeiro a Dezembro de 1944

³⁴ Fonte: Revista Fórum vol.XIX Ano IX fascículo 21. Janeiro a Dezembro de 1944; 47.

eventos semelhantes, só que sob a rubrica de organizações do movimento negro. Longe de assinalarem para a ausência de racismo, aquelas atividades ratificavam a existência deste, no discurso e prática de diferentes setores da população.

Os primeiros encontros nacionais do movimento negro brasileiro.

“OS NEGROS E A DEMOCRACIA.

Com a instalação da assembléia nacional constituinte, inicia-se a enorme tarefa para recompor o país nos quadros do seu clima político [...]. A democracia política de um país, só se faz e se torna forte, quando o povo organizado encarna de maneira consciente os seus deveres de cooperação[...]. E nós negros do Brasil, se temos uma causa para advogar não devemos apenas reclamar e ficar na expectativa; não, a nossa ação de fortalecimento, está na organização e na evolução do nosso espírito de associação. Seguindo esse princípio de orientação podemos alcançar em suas normas condicionais, os fins objetivos que tanto almejamos.” ³⁵

Reações como estas eram comuns na imprensa da época, feita pelos negros. Davam conta não apenas da mobilização das organizações negras, como também da entrada de um número expressivo de afro-brasileiros nas discussões dos temas nacionais, como sugerido a seguir:

“O ano de 1945 foi muito fértil na realização de congressos e convenções de partidos políticos. Mas, também, houve reuniões, congressos e convenções da raça negra. Os líderes negros de São

³⁵ Jornal Alvorada. Janeiro de 1946: 1

Paulo movimentaram-se, fazendo reviver a luta que os nossos antepassados iniciaram com a campanha da Abolição”³⁶.

Baseadas na esteira da democratização por que passava o país, aqueles novos grupos tinham como objetivo principal, cuidar da “*redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra*” (Gonzales, 1982: 24). Havia um sentimento de euforia e realização coletiva expandidos pelo território brasileiro. Esta mobilização se fez constante até pelo menos o final dos anos cinqüenta, acompanhando a agitação nacional dos artistas, trabalhadores, sindicatos e estudantes, só para citar alguns.

“É cedo, muito cedo mesmo para se tentar uma apreciação sociológica ou histórica do importante acontecimento que assinala o surto, ou melhor o ressurgimento de livre associação do negro brasileiro, sufocado durante vários anos pela orientação política que jugulava a opinião pública do país.[...]Em São Paulo, como no resto do Brasil, o negro se movimentou com o objetivo de retornar ao trabalho pela conquista definitiva daquelas fundamentais, de cidadãos, através de verdadeiros planos de atividades que permitam a realização dos velhos anseios acalentados pela grande família. Está-se portanto no início de uma campanha formidável à qual se deve dar o caráter de uma revolução construtiva, no sentido social e político”³⁷.

Esta longa citação e as anteriores nos auxiliam a entender que o ambiente cultural propiciado pela nova democracia aliado à insatisfação dos afro – brasileiros (Huntley e

³⁶ Fonte: Luiz Lobato. Senzala: Revista mensal para o negro. SP. 1946: 14

³⁷ Jornal Alvorada. São Paulo, Janeiro de 1946 : 1

Guimarães, 2000 / Fernandes, 1965), oportunizaram a ocorrência de eventos que davam visibilidade à uma luta gestada desde séculos anteriores. Para Fernandes, neste momento, há algo mais fecundo que um retorno da lide organizativa dos anos trinta. Ou seja: *“O dilema do negro confundia -se com o dilema da democracia no país”* (Fernandes, 1965: 101). Em outras palavras, aquele momento de afluxo organizativo, tornado possível devido à redemocratização, é que impulsionaria a participação das organizações negras. Além de denunciarem o racismo e reivindicarem direitos, estes grupos o faziam em consonância com o momento político da nação brasileira, como vemos neste exemplo: *“Lamentamos sinceramente ao vermos que desde há muito reiniciada a campanha de democratização do povo brasileiro, até agora não se pode precisar nenhum plano elaborado em bases sólidas para a defesa de nossa gente”* (Fernandes, 1965: 101)³⁸.

Aquele grupo de negros organizados lutava também pelo *“alevantamento moral da gente negra”* que pode ser traduzido como medidas que objetivavam a ascensão social e a destruição do mito de inferioridade racial. Este último, fruto das teorias racistas do século anterior e que continuavam a permear o imaginário nacional. Tal contexto, então, permitiu que algumas das organizações negras, que haviam se mantido ativas, durante o Estado Novo, se reorganizassem e outras fossem criadas. Muitas passaram a integrar a cena política, em vários estados do território nacional.

“Não é a primeira tentativa, e certamente não será a última, a que no momento se verifica em todos os quadrantes do país – mas, especificamente em São Paulo – em torno da unificação dos anseios do

³⁸ Citando o Jornal O Novo Horizonte. São Paulo, março de 1948.

negro brasileiro. Unificação nos pontos essenciais, de seu programa de valorização, auto valorização, na sociedade brasileira".³⁹

Analisando aquele cenário, Fernandes (1962) aponta uma mudança de estratégia entre a forma organizativa dos anos trinta e aquela que se consolidara a partir de quarenta e cinco. Segundo o autor, o tom conciliatório de antes⁴⁰ se fazia substituir por um engajamento desafiador em alguns momentos, tais como o seguinte, extraído do Manifesto à Nação Brasileira, documento final da Convenção Nacional do Negro de 1945 em São Paulo⁴¹.

"Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos, e segundo a nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais únicos responsáveis por nossos destinos, sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja" (Nascimento: 1982: 112).

Um dos grandes marcos daquela efervescência e o primeiro grande encontro nacional do Movimento Negro Brasileiro, foi a Convenção Nacional do Negro, dividida em duas partes. A primeira teve lugar em São Paulo, em 1945 (10 a 12 de novembro). No ano

³⁹ Ferrara, 1986 :144, citando o Jornal Alvorada de 1946 n.6 : 2

⁴⁰ Sobre este tema, Larkin Nascimento discorda. Para a autora, não teria havido um tom ameno por parte do movimento negro no período anterior a 1945. Segundo sua análise, houve o emprego de uma estratégia reativa às constantes demonstrações de crença numa suposta inferioridade racial dos negros, por parte da sociedade (Nascimento, 2003).

⁴¹ Fonte: Nascimento, 1982 : 113

seguinte, foi realizada a segunda, no Rio de Janeiro. A Revista Senzala (SP, 1946) noticiava que teriam estado presentes – na Convenção de São Paulo - participantes oriundos do RJ, ES, MG, SP e RS.⁴² Arnaldo de Oliveira Camargo, um dos palestrantes da convenção, escreveu dois meses depois, uma coluna naquela revista, que pretendia ser uma síntese dos debates ocorridos no encontro.

Camargo alude à formação mestiça do povo brasileiro, mencionando as três raças formadoras. Reitera que tal formação aliada à democracia que norteia o país seriam incompatíveis com as *"restrições que elementos reacionários e com mentalidade nazi-fascista querem impingir ao nosso povo"* (Revista Senzala, 1946:11). O autor – igualmente a muitos articulistas negros, da época – atribuía à educação e ao aspecto econômico *"o problema do negro brasileiro"* (Revista Senzala, 1946:11) causado pela escravidão. Outra razão seria a ausência de solidariedade daqueles negros, que teriam alçado galgar maior ascensão social, para com os que não conseguiram. A partir daí, o autor propugna uma maior adesão por parte dos afro-brasileiros e prossegue:

"Os negros precisam se unir para reivindicar de fato os direitos que desde há muito já nos são outorgados por lei. Pois é sabido que até hoje os negros são barrados na Escola Militar, na Escola Naval, na Aeronáutica ...E o problema não é só de ordem cultural e econômica. É também de caráter social, pois se é vedado na sociedade o acesso de grande parte do elemento negro. Nós temos que enfrentar essa

⁴²A Convenção de São Paulo teve como diretores os seguintes líderes: Abdias do Nascimento (Presidente); José Pompílio da Hora (Vice Presidente); Ironildes Rodrigues (Secretário Geral) e Aginaldo de Oliveira Camargo (Secretário de Relações Políticas) (Andrews, 1991).

*sociedade reacionária e anti-cristã, apresentando-lhe a lamentável falha democrática*⁴³.

Nos importa observar que na visão de Camargo, a inclusão social dos negros, por si só, não surtiria o efeito desejado de aquisição de direitos. O empecilho estaria, segundo o periodista, na base estrutural da sociedade. Ao conclamar para a união, o articulista refere-se às três instituições militares constitutivas da defesa do país, nas quais os negros seriam vedados de ingressar. Desta forma, Camargo se vale da representação que estas instituições possuem, na formatação do estado - nação brasileiro, para dizer que no país havia racismo. Sua existência se daria não apenas entre os indivíduos, mas encontrava-se incrustada na estrutura constitutiva da nação brasileira, já que residia no interior das forças de defesa nacional. Referindo-se à discriminação racial como uma *"falha democrática"*, Camargo criava argumentos para chacoalhar as sólidas teorias de uma democracia racial brasileira e contribuía para a argumentação contrária às teses de um Brasil de tradições anti-racistas, tão em voga naquele período. Sua crítica, no entanto, não é menos densa quando volta o olhar para os membros do próprio grupo.

" (...) Quem poderá negar, tendo boa fé e conhecimento de causa, que dentre as nossas questões básicas de progresso está a da coesão? O negro que possui mais instrução normalmente se afasta dos demais. Isso é um erro. Dirão os negros, que conseguiram situar-se melhor na vida, que a aproximação com seus irmãos de baixo só lhes poderá trazer prejuízos. Não penso assim. Com união os negros constituíram uma opinião pública que não permitirá a pratica dos atos discriminatórios

⁴³ Agnaldo de Oliveira Camargo na Revista *Senzala*. Ano I. n.1. São Paulo, janeiro de 1946:11.

que diariamente se registram no país, e também seriam auto suficientes para se educarem e melhorar seu nível sócio econômico”⁴⁴

A Convenção Nacional do Negro,⁴⁵ a respeito da qual Camargo tece largas considerações, tinha dois objetivos principais: O primeiro era que a discriminação racial e o preconceito passassem a ser crimes previstos em lei. O segundo, que se criasse um sistema nacional de bolsas de estudos para estudantes negros nas universidades e no ensino secundário. Ambas demandas visavam a constituinte do ano seguinte (Andrews, 1991 :159). A Convenção de São Paulo, num dos parágrafos de seu documento final, intitulado: “Manifesto à Nação Brasileira”, continha a seguinte declaração:

“Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares” (Nascimento, 1982 :112)

A educação formal adquirida nos bancos escolares tem sido meta almejada pelos negros organizados⁴⁶, mesmo antes da Abolição formal da escravatura. A educação passou a ser usada como bastião, não apenas como instrumento de inclusão social, mas também como condição para ser alçado à categoria de cidadão nacional⁴⁷. A demanda, presente

⁴⁴ O Quilombo, 2003: 36.

⁴⁵ A Convenção, tendo Abdias do Nascimento, foi recebida pelo Marechal Dutra que acabara de sair do Ministério da Guerra, como chefe.

⁴⁶ Como demonstra o extrato a seguir, publicado por um grupo na capital gaúcha: “O que o negro precisa é Educação”... “Uma vez que ajudamos a pagar os custos da educação pública é melhor que lutemos por ela” (Jornal O Exemplo. Porto Alegre julho de 1892)

⁴⁷ A Frente Negra, do anos trinta em São Paulo, tinha, espalhados em diversas locais da cidade e do Estado, turmas de alfabetização para adultos e crianças (Cutí, 1992).

no manifesto da Convenção Nacional do Negro envolvia pensão do estado, que hoje poderia ser traduzida como bolsa de estudos. Referia-se não apenas às escolas públicas, como também tornava clara a necessidade de abranger os estabelecimentos privados. Se procurarmos analisar a conjuntura em que este manifesto foi produzido, teremos em mente que não havia escolas públicas em número suficiente para abrigar a população negra em idade escolar. Daí ter havido a inclusão das escolas privadas na reivindicação. Outra inovação apresentada é que o manifesto sublinha a necessidade de ajuda financeira também aos alunos do ensino secundário, além do superior.

Em sua versão no Rio de Janeiro, a Convenção - sob os auspícios do TEN - organizou palestras preparatórias e de divulgação do encontro. Realizadas em abril e maio de 1946, as iniciativas contaram com a participação de dois estudiosos baianos. A primeira com Thales de Azevedo e a segunda com Isaias Alves que havia sido secretário de Educação naquele estado. Uma terceira palestra, acompanhando a data comemorativa da Abolição da escravatura (13 de maio), contou com a presença de Gilberto Freyre (Muller, 1988). Ambas as convenções (a de São Paulo e a do Rio de Janeiro) tinham por objetivo preparar uma plataforma de ação para a constituinte que se avizinhava, lançando um manifesto à nação, onde se lia entre outras demandas:

“Não precisamos mais consultar ninguém para concluirmos da legitimidade dos nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumplicimento de várias forças interessadas em nos menosprezar e condicionar, mesmo até o nosso desaparecimento” ⁴⁸

⁴⁸ Manifesto da Convenção do Negro Brasileiro. A Gazeta 13/ 11/ 1945. Fonte: Larkin, 2003: 221.

O manifesto⁴⁹ notabilizou-se como um documento onde pela primeira vez no país, se reivindicava que o preconceito de cor e a discriminação racial (Cadernos Brasileiros, 1968) fossem considerados crime e como tal passíveis de punição legal. Ambas encaminharam à constituinte, através do então senador Hamilton Nogueira, uma proposta de *“Que na constituição se declare [...] seja considerado crime de lesa pátria o preconceito de cor, considerando-se em lei a penalidade para aquele crime, quer praticado por indivíduos, quer por instituições de ordem pública ou particular”*. (Nascimento, 1982 :112). Embora não aceita no momento, aquela discussão foi capital para a criação da lei – posteriormente denominada – Afonso Arinos, contra o preconceito racial. No entanto, só na década de oitenta o racismo passou a ser considerado como crime, no país.

O segundo acontecimento de escopo nacional, marcante para a atividade política e cultural da organização do movimento negro foi a Conferência Nacional do Negro Brasileiro. Realizado também sob a batuta do TEN (Teatro Experimental do Negro), este conclave teve lugar entre 9 e 14 de maio de 1949, no Rio de Janeiro (Muller, 1988). A comissão organizadora era composta por Guerreiro Ramos, Edison Carneiro e o próprio Abdias do Nascimento (Nascimento, 2003: 6). Um dos seus objetivos era discutir e organizar a programação e os temas a serem abordados no I Congresso do Negro Brasileiro que ocorreu no ano seguinte.

“Por iniciativa do Teatro Experimental do Negro, terá lugar de 9 a 14 de maio próximo, nesta capital, a Conferência Nacional do Negro, uma realização puramente cultural e científica... Será feito levantamento das aspirações do

⁴⁹ Este documento contou com as assinaturas de expressivas lideranças do movimento negro entre eles Abdias do Nascimento, Ruth Pinto de Souza, Jose Pompílio da Hora, Sebastião Rodrigues Alves, Luiz Lobato e Sofia Campos Feixeira entre vários outros (Nascimento, 1982).

*negro através de investigações que estão sendo procedidas no Distrito Federal e nos estados entre a população de cor. Vários líderes e associações de negros do país tem se dirigido à comissão organizadora auxiliando o registro dessas aspirações em suas respectivas cidades e estados. A Conferência Nacional do Negro, por si mesma não tem caráter reivindicador, muito menos evoca a si uma ação normativa. Trata-se unicamente de uma pesquisa sociológico-cultural. Por seu cunho exclusivamente científico a conferência vem recebendo o apoio de intelectuais e gente do povo de todas as cores interessados diretamente ou estudiosos da questão negra*⁵⁰

É interessante ressaltar a reiterada preocupação da reportagem em deixar claro que não se tratava de um evento com perfil ativista. Na visão do articulista, a importância do evento estava nos "estudos" que seriam desempenhados. No discurso de instalação da Conferência Nacional do Negro Brasileiro, Abdias do Nascimento aproveita para explicar qual a relação entre o TEN, um grupo de teatro - logo, afeto ao mundo da cultura e à representação nos palcos - e a Conferência Nacional do Negro. Abdias define que as aspirações e atividades do TEN estão posicionadas para além da seara do desempenho teatral. A missão principal do TEN é definida por seu fundador, como uma "organização social da gente de cor, tendo em vista a elevação de seu nível cultural e seus valores individuais" (Nascimento, 2003:11). Em síntese, caberia ao TEN, ser o veículo de mobilização de uma massa negra, ainda não preparada para assumir papéis na sociedade, mas que o conseguiria, com a ajuda daquela organização.

⁵⁰ Diário de Notícias, pág 2, titulado como "CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO" 20/03/49, ano XIX, nº8098, domingo

Assim, cinco anos após a criação do grupo, Abdias do Nascimento, numa reunião pública - e tendo na platéia e como colaboradores importantes membros da *intelligencia* da época - atualiza o debate e insere a si mesmo e a seu grupo num movimento já presente no cenário nacional. O teatro se transformara em palco para a discussão dos problemas da nacionalidade. Voltaremos a esse tema relativo ao teatro brasileiro, como lugar de realização de uma crítica social, posteriormente.

Entre os discursos emblemáticos da conferência, podemos destacar aquele pronunciado por Paul Vanorden Shaw - representante da ONU no Brasil - na sessão de abertura. O dignatário inicia agradecendo as homenagens prestadas às Nações Unidas pela assembléia ali representada. Logo a seguir, ele cita a Declaração Universal dos Direitos do Homem ressaltado o parágrafo onde se lê que "*todo ser humano tem direitos, sem distinção de raça e de cor, credo ou condição social*" (Nascimento, 2003:41). Seguindo nos agradecimentos, Shaw lembra a importância dada à humanidade pelos povos de cor, com suas contribuições em todos os tempos e lugares.

Vale destacar que as palavras de um representante da ONU num encontro onde os direitos da população negra brasileira eram a linha condutora, emprestava à conferência uma significação e uma visibilidade que ultrapassavam as linhas divisórias do estado nação brasileiro. Por conseguinte contribuía para empanar o brilho das declarações de autoridades e teóricos sobre um Brasil supostamente sem racismo. Devemos, neste sentido, mencionar que a lei Afonso Arinos só no ano seguinte foi promulgada. Assim sendo, a Declaração Universal dos Direitos dos Humanos era a cartilha a partir da qual os ativistas pautavam suas demandas e reivindicações por direitos. Tal uso daquele

documento da ONU pode ser constatado em diferentes jornais. Fossem aqueles feitos pelos negros ou os grandes jornais diários.

Dentre os nomes reproduzidos pelo jornal Quilombo e que estiveram presentes em todas as sessões da Conferência Nacional do Negro Brasileiro, poderíamos destacar : o representante de um jornal estadunidense "*The Pittsbugh Courier*", o jornalista Georg S. Schuyle; o embaixador do Chile, Alba A. Prukusfeld; Solano Trindade (TPB); Joviano Severino de Melo (União dos Homens de Cor); Guiomar Matos (assistente social); Haroldo Costa (Grupo dos Novos); José Pompílio da Hora (União Cultural dos Homens de Cor); um correspondente do jornal "*Monitor*" de Boston; Heitor Nunes Fraga (Floresta Aurora, RS); Sebastião de Souza (Turma Auri -Verde e Grêmio Cruz e Souza, Juiz de Fora, MG) e muitas outras participações da comunidade negra e da sociedade em geral (O Quilombo, 2003). Assim, a Conferência Nacional do Negro foi um encontro intermédio entre a Convenção Nacional do Negro (do Rio e de São Paulo) e o I Congresso do Negro Brasileiro. Organizada para que o temário do I Congresso do Negro Brasileiro fosse construído coletivamente, ultrapassou este objetivo e permitiu, uma vez mais, o conagraçamento político das diversas forças nacionais atuantes no interior do movimento social negro.

Outro grande momento – o terceiro deles - de debates e discussão, foi o I Congresso do Negro Brasileiro realizado de 29 agosto a 4 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro. A realização do I Congresso é coincidente com as comemorações dos cem anos de término do tráfico negreiro para o Brasil (Nascimento, 1982). A imprensa da época foi bastante generosa na divulgação do evento, sempre ressaltando a participação de figuras iminentes da sociedade brasileira.

*"1º Congresso do Negro Brasileiro – Realizou-se ontem, na sala "Belisário de Souza" na ABI, a solenidade de instalação do I Congresso do Negro Brasileiro, para estudar problemas constantes do temário aprovado na Conferência Nacional do Negro, realizada em 1949. Fizeram parte da mesa que presidiu os trabalhos, parlamentares, representantes da ONU, do Arcebispo do Rio de Janeiro e o Sr Roger Bastide, da França".*⁵¹

Uma das principais características do congresso foi ter se transformado numa sinergia entre os ativistas e os pesquisadores acadêmicos, como podemos observar através de um de seus objetivos: *"a consulta a todos os estudiosos do problema do negro brasileiro sobre a necessidade e possibilidade de estudos nesse campo."* (Müller, 1988: 182).

Fica, de certo modo, evidenciada esta tendência para os estudos acadêmicos, quando observamos que este mesmo encontro tinha entre seus colaboradores nomes como Roger Bastide e Artur Ramos. Além destes, Segadas Viana, Abigail Moura⁵² e Paul Shaw, um dos representantes das Nações Unidas no Brasil (Nascimento, 2003). Já no seu primeiro documento o congresso conferiu sua face acadêmica ao concitar os *"escritores, historiadores, antropológicos, folcloristas musicistas e intelectuais em geral"* (Nascimento, 1982). Quando o povo "em geral" foi convidado a participar, o

⁵¹ Fonte: Diário Trabalhista, pág 3- 29/8/1950, ano V, nº1284, terça feira

⁵² Criador e maestro da Orquestra Afro-Brasileira, a respeito da qual falaremos neste capítulo, no tópico dedicado às organizações negras no Rio de Janeiro.

encontro passou a ser "*representativo das aspirações e tendências gerais da população de cor*" (Nascimento, 1982 :114).

Duas vertentes principais, ambas produtoras e resultantes de tensões podem ser observadas nos documentos que anunciam o I Congresso do Negro Brasileiro. A primeira, repousa no fato de que desde os textos preparatórios, o encontro foi construído como uma contradição a dois congressos anteriores realizados no Nordeste. Referimo-nos ao I Congresso Afro - Brasileiro de Recife⁵³ e ao II Congresso Afro - Brasileiro de Salvador⁵⁴. Os realizadores do Rio de Janeiro afiançavam que o negro havia sido tratado como objeto de pesquisa sócio-antropológica, tanto em Recife como em Salvador.

"Os brasileiros de cor tomam a iniciativa de reabrir os estudos, as pesquisas e as discussões levantadas por vários intelectuais principalmente pelos promotores do I e II Congressos Afro-Brasileiros do Recife e da Bahia, respectivamente. Já agora não apenas com a preocupação estritamente científica, porém aliando à face acadêmica do conclave o senso dinâmico e normativo que conduz a resultados práticos" (Nascimento, 1982 122).

O I Congresso do Negro brasileiro seria então, resultante da fala e ação protagonizadas pelos próprios agentes, vistos anteriormente como meros objetos de análise, segundo as argumentações apresentadas pelos promotores de 1950. Observemos que os organizadores no Nordeste afiançavam que o grande diferencial era exatamente o fato

⁵³ Realizado em Recife em 1934, sob a coordenação de Gilberto Freyre.

⁵⁴ Realizado em Salvador, em 1937, sob a coordenação de Edison Carneiro (A respeito destes Congressos ver Dantas (1988)

de ambos os encontros terem dado voz e visibilidade às representações culturais dos estados onde se realizaram (Dantas, 1988).

A segunda vertente produtora de tensão é a disposição de assuntos que compunham o rol de discussões do encontro. O temário do I Congresso do Negro Brasileiro - aprovado na sessão de encerramento da Conferência Nacional do Negro Brasileiro (1949) - foi dividido em seis temas principais: história, vida social, sobrevivências religiosas, sobrevivências folclóricas, línguas e estética. Difere do nosso objetivo efetuar uma análise detalhada de cada um dos tópicos (cerca de sete em cada item), que compõem os diferentes temas. No entanto, acreditamos ser cabível uma breve digressão sobre o tema História (do negro) desenvolvido em oito sub-tópicos. Da forma como foi colocado pelo plenário que o aprovou, haveria uma abrangência histórica que cobriria desde o tráfico de escravos (incluindo distribuição nas regiões brasileiras e o quantitativo aqui chegado) até sua participação na Força Expedicionária Brasileira.

Na escolha por este recorte histórico pode-se observar uma preocupação acentuada com diferentes insurgências havidas naquele longo período. Assim, a Balaiada, os Malês, Palmares e a participação dos negros em relevantes momentos da constituição do país (Guerra do Paraguai, Inconfidência Mineira e os "*movimentos populares de 1822 a 1849*") são ressaltados naquele programa. Poderíamos inferir, a partir daí, a existência de um embrião de releitura historiográfica, tão presente nos movimentos negros brasileiros da década de setenta. Esta escolha, dos tópicos norteadores da discussão, demonstrava novamente o caráter acadêmico permeando a organização do encontro que se reafirma no seu segundo objetivo: "*O registro ou levantamento das aspirações do negro brasileiro, o que será obtido por meio de investigações procedidas no Distrito*

Federal e nos Estados entre a população de cor, bem como pelo pronunciamento dos líderes das associações dos homens de cor do país.” (Müller, 1988: 182).

Avançando um pouco mais na observação sobre o programa do encontro, podemos verificar que dentre os seis tópicos já citados aqui os temas das “*sobrevivências religiosas*” e “*sobrevivências folclóricas*” são notadamente reiterados. O paradigma das “*sobrevivências africanas*” tem sido caro aos estudos sobre o negro no Brasil, principalmente aqueles referentes às religiões e à cultura. Nestes, os nomes de Roger Bastide e Arthur Ramos são basilares. Embora, não se possa afirmar o exato nível de colaboração efetivamente emprestado ao congresso por estes cientistas. Vale a pena que observemos, no entanto, que os temas propostos para discussão seguiram uma vertente de pesquisas, muito próxima àquela desenvolvida pelos dois estudiosos.

Para efeito de nosso exercício em contextualizar possíveis influências de Bastide e Ramos nos assuntos constantes dos debates do I Congresso, poderíamos pensar que esta estreita aproximação entre ativistas e acadêmicos produzia análises que trafegavam de um a outro lado. Ou seja, os ativistas cooperavam com os construtores do pensamento acadêmico, ajudando-os a perceber as diversas faces de manifestação do racismo no país. Assim, contribuía para a destituição do ideário de uma democracia racial. Ao mesmo tempo, inseriam em seu discurso, na sua práxis e nas suas reflexões, teorias forjadas nos compêndios científicos.

Este seria, a nosso juízo, a segunda tensão incluída na construção do I Congresso do Negro Brasileiro. Ou seja, embora a crítica contundente sobre os congressos anteriores,

ainda assim, uma visão culturalista sobre as manifestações afro brasileiras predominava. Tal escolha se dava em detrimento de uma temática político ideológica, mais ao feitio do discurso já elaborado, pelo TEN e por algumas outras lideranças negras, como vimos na primeira parte deste capítulo.

Conclusão de eventos

As afirmações de Moura (1989) e Fernandes (1965) quando mencionam uma viva participação dos movimentos negros no momento de redemocratização do país, podem ser corroboradas quando nos detemos a recortar os diversos encontros de escopo nacional. Estes encontros nos permitem então, perceber que num período de cinco anos desde a Convenção do Negro Brasileiro - em sua primeira edição em novembro de quarenta e cinco, em São Paulo - até o I Congresso do Negro Brasileiro, em Agosto/Setembro de 1950 no Rio de Janeiro, diferentes avanços haviam sido conseguidos na pauta de reivindicações dos negros organizados no país. A conferência trazia o tema da discriminação racial e o racismo a serem consignados como crime previsto em lei, o que acabou contribuindo para que a lei Afonso Arinos fosse promulgada, logo depois. Por outro lado, o I Congresso do Negro Brasileiro procurava interferir não apenas no quadro legal brasileiro, mas também, nas análises teóricas que até ali se faziam, ainda com evidente ênfase culturalista.

Dos diversos eventos ocorridos em São Paulo, além da Convenção Nacional do Negro poderíamos destacar, também, aquele que a cidade de Campinas sediou em dezembro de 1945: O Congresso Cultural e Artístico dos Negros Campineiros. Aquele encontro foi promovido por dois grupos, os Ferroviários e a União Cultural Artística e Social do

Negro⁵⁵. Sob a coordenação de Constâncio Vitorino Filho, tinha como objetivo “*debater os problemas ligados à situação do negro e traçar normas de ação em prol da elevação cultural econômica, social e política do elemento afro-brasileiro*” (Revista *Senzala*: 30). A independência em relação aos partidos políticos; a unificação das organizações dos negros, visando o desaparecimento de todos os preconceitos contra a comunidade negra e a necessidade de ascensão cultural e econômica foram algumas das conclusões às quais chegaram os participantes daquele conclave.

Devemos destacar, no entanto, que não é nosso objetivo tecer uma análise exaustiva sobre cada um dos encontros havidos naquele período. Os jornais da época nos fazem perceber que foram inúmeros. Embora acreditemos que pesquisas setoriais, neste campo devessem ser estimuladas, nosso interesse neste estudo volta-se para as grandes conferências nacionais. Optamos por esta alternativa por vermos que muitas das expectativas e debates correntes no movimento social negro - em diferentes regiões do país - estavam espelhadas ali. O evento de que lideranças de diversas localidades, neles se reuniam, empresta-lhes uma referente importância político social. Foram, portanto, acontecimentos fundamentais na construção de pensamentos e idéias estruturantes daquele movimento, tornando-o mais popular e manifesto para os negros no geral e para a opinião pública nacional.

⁵⁵ Campinas (SP) tinha uma longa tradição organizativa em torno das questões dos direitos dos negros. Haja vista ter sido de lá um dos primeiros jornais negros publicados em São Paulo, em 1904. O próprio Abdias do Nascimento teria iniciado sua longa trajetória de ativismo no Centro Cívico Campineiro em 1932 (*Cadernos Brasileiros*). Também naquela cidade foi realizado o Congresso Campineiro em 1938 (Nascimento, 2003: 226)

Organizações Negras

A poesia e o teatro tem sido usados por diferentes povos nos seus momentos de organização e revolução. Transformara-se numa forma da qual a cultura se vale não apenas para dar visibilidade a um determinado grupo, como também para estabelecer princípios e construir novas idéias e ideais. Neste sentido, podemos recorrer a Audre Lorde quando afirma: “*Poetry is not a Luxury*” (Lorde: 1984: 36). Ou seja, o dizer poético e o teatral podem ser apropriados como instrumentos de conscientização ideológica e construção de identidades. Lembrávamos, no início deste capítulo, sobre a grande mobilização das forças populares, nos anos que se seguiram ao final do Estado Novo. É também neste período – com maior ênfase entre os anos de 1945 a 1955 – que ocorre de forma acentuada, no cenário brasileiro, um grande crescimento do teatro. Imprimia-se, nesta arte, uma marca mais notadamente voltada para a cultura nacional.

Décio de Almeida Prado (Prado,1993) situa o período a partir de 1940 como de renovação do teatro brasileiro e da ruptura com uma marcante influência européia (lusitana e francesa). Inicia-se o declínio das peças centradas num único e famoso diretor, dono de sua própria companhia. O ator ídolo, para quem as platéias acorriam independente do texto⁵⁶, já não ocupava o centro das atenções. Rompia-se com a tradição das “*comédias ligeiras ou de costumes*” (Campedelli, 1995:20). Substituíam-se o teatro de atores e atrizes referenciais, que marcara o gênero nos três primeiras décadas do século XX (Oliveira, 1999). Dava-se oportunidade ao surgimento de novos atores e à inclusão de temáticas mais nacionais.

⁵⁶ Procópio Ferreira foi, por anos, um destes exemplos. Os comediantes surgem em 1943 e com eles a qualidade de encenação de cada ator supera o nome deste. Mesmo quando se tratava de um profissional de fama renovada.

Sábato Magaldi (Magaldi,1997) atribui a Ziembinski, um polonês, a introdução de um teatro modernizado no Brasil, a partir de 1943. Com ele chega ao país algo ainda não presente na teatrologia brasileira: o diretor, capaz de reunir sob uma única batuta, a música, a luz, os atores, o cenário e os modos de encenar. Era “o coordenador do espetáculo”, no dizer de Magaldi. Desfazia-se também a tradição universalista e admitia-se a “salvação pelo popular”, na acepção de Prado.⁵⁷ Surgem as personagens populares brasileiras como o trabalhador da fábrica, o brasileiro vítima das intempéries econômicas e o realismo de Nelson Rodrigues, só para citar alguns.

A novidade faz mudar substancialmente a preferência do público habituado, que estava, aos textos fáceis e de humor rápido encontrado nas chanchadas, tão populares. Agora são os brasileiros representando-se a si e às suas “mais genuínas” personagens. Constroem-se cenários variados e com conteúdo artístico em si mesmos. A iluminação passa a ocupar papel de destaque nas montagens. A sala de visitas deixa de ser o pano de fundo para as novas cenografias. Magaldi aponta os anos pós - guerra como aqueles em que jovens atores e diretores trazem para o teatro uma nova estética vanguardista e discursiva da realidade nacional. “A nova geração recusa o teatro como entretenimento e proclama o seu elevado alcance nacional” (Magaldi,1997:15).

Neste conjunto de rupturas, Nelson Rodrigues com seu *Vestido de Noiva*⁵⁸ se constitui no ponto zero do novo momento (Magaldi,1997)⁵⁹. A era das grandes produções patrocinadas inicia-se, a partir de 1948, com a entrada de dois industriais italianos,

⁵⁷ Consolidavam-se as críticas sociais presentes nos textos de Guarnieri, Nelson Rodrigues, Dias Gomes, Jorge Amado, Augusto Boal, Ariano Suassuna, Oduvaldo Vianna Filho e vários outros (Prado, 1993).

⁵⁸ Primeira montagem em 28/12/1943.

⁵⁹ Teatro de Arena com encenação de *Eles não usam black tie*, de Guarnieri. Este é para Magaldi (Magaldi,1997) o grande momento de expressão do movimento nacionalista do teatro brasileiro.

radicados no Brasil (Franco Zampari e Francisco Matarazzo). Inicia-se a construção de uma sede permanente para o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) em outubro de 1948. Acelera-se, desta forma, o processo de profissionalização de um teatro arte. Luz, cena, música e texto se reuniram para dar vida às personagens.⁶⁰

A popularização da arte de representar – em número de peças e em multiplicidade de temas abordados - traduziu-se, de certa forma, numa ampliação do mercado de trabalho para atores negros. A sua presença neste contexto, no entanto, referia-se à inclusão em maior visibilidade apenas dos chamados tipos brasileiros provenientes das camadas populares, ou ligados à religiosidade africana. Esta por sua vez, exotizada através da representação da umbanda (Mendes, 1993). Os afro-brasileiros recebiam os papéis de menor prestígio social e menos relevância, dentro do texto. Conviviam com estes estereótipos - também herdados do período escravocrata – outros tantos em que os negros, quando retratados eram os facínoras ou tipos à margem da sociedade e da lei.

Compunham-se, desta maneira, os *“elementos característicos de uma sociedade ainda presa à lembrança do passado, quase que na mesma categoria de móveis, utensílios e objetos, cuja presença ou ausência pouca diferença faria no desenvolvimento das peças”* (Mendes, 1993:156). Persistia, portanto, a imagem de subserviência dos negros brasileiros, perpetuada pela literatura. As pessoas negras, inseridas na sociedade e cidadãos nacionais não eram incluídos como personagens daquela dramaturgia que retratava o cotidiano. A visão universalista em que era colocada a personagem negra

⁶⁰Outra importante marca da década de quarenta, no âmbito teatral, foi a criação no Recife, em 1941, do Teatro dos Amadores de Pernambuco. Esta iniciativa veio a tornar-se um dos responsáveis pela solidificação do teatro regional no país (Oliveira: 1999). Deste grupo vem Ariano Suassuna com o *Auto da Compadecida*.

levava a que os autores a caracterizassem em posições já tradicionalmente construídas na sociedade.

Mais adiante – período 55/63 - o momento nacionalista influenciou ainda mais o teatro, colocando personagens negras em diversos textos como os de Dias Gomes e Antonio Calado. Ainda assim, os sentimentos e aspirações das personagens negras as igualava às demais, sem que a cor da pele ou o preconceito de cor fossem trazidos à dramaturgia cênica. Era um teatro com pessoas de todas as cores, como a sociedade brasileira. A participação dos negros estava sempre associada a partir de um olhar informado por uma forte versão neo- freyreana. No entanto, esta visão igualitária e universalisante não chegava a garantir aos atores negros papéis de destaque nas diferentes montagens (Mendes, 1993), como afirmava Nelson Rodrigues:

"Raras companhias gostam de ter negro em cena; e quando uma peça exige o elemento de cor, adota-se a seguinte solução: brocha-se um branco. "Branco pintado" – eis o negro no teatro nacional (...). A não ser no Teatro Experimental do Negro, os artistas de cor, ou fazem moleques gaiatos, ou carregam bandeja ou, por último ficam de fora(...). Em primeiro lugar, subestima-se a capacidade emocional do negro, o seu ímpeto dramático, a sua força lírica e tudo o que ele possa ter de sentimento trágico... Mas tais preconceitos nada representam diante do preconceito maior e mais irredutível, que é de cor".

De acordo com o estudo realizado por Miriam Garcia Mendes (Mendes, 1993), em

diferentes textos teatrais, a dramaturgia voltada para os negros, divide-se em três momentos diferentes. O primeiro data do pós Abolição e se estende por mais três décadas. Para Mendes, esta é a época em que a personagem negra é quase que erradicada dos textos. Era uma forma de dirimir a vergonha nacional, pelo longo período de escravatura. As poucas vezes em que o negro estava presente no texto era como uma personagem que não demonstrasse o cativeiro como lugar de sofrimento. Assim, as idílicas figuras da Mãe Preta e do Pai João tornaram-se as mais requisitadas. O segundo período, de que nos fala a autora, é diretamente relacionado com o momento da busca da identidade racial do negro, tendo o TEN, como lugar privilegiado.

“Porque não fazer “peças negras” da mais alta categoria? Por que não usar, sem restrições, o talento interpretativo do negro, do mulato? Mas é preciso que eles não tenham apenas função decorativa, mas uma ativa, dinâmica, absorvente participação dramática. Transformar o negro em “herói”; integrá - lo no drama: admitir que ele seja trágico (...)” 61

O terceiro período seria aquele em que, fomentado pela cultura do desenvolvimentismo (entre 1955 e 1963), o teatro insere a personagem negra na sociedade de classes. Inserção esta que - Mendes não deixa de lembrar - se dá nos extratos sociais mais baixos. As personagens negras continuaram sendo, o malandro do morro ou do samba ou mesmo a empregada doméstica com seus dramas e contradições afetos a todos os seres humanos. Seguiam sempre destinados a papéis subalternizados pela sociedade de classes.

61 Nelson Rodrigues (O Quilombo, 2003: 24).

Esta ausência do protagonismo negro nos textos e por conseguinte nos palcos poderia ser enumerada como uma das razões motoras do fato de que em menos de uma década fossem constituídos pelo menos quatro grupos negros cujos nomes continham a palavra teatro, na sua composição: O Teatro Experimental do Negro (TEN, do RJ e de SP), o Teatro Folclórico Brasileiro (ou Grupo dos Novos) e por último o Teatro Popular Brasileiro (TPB). Interessante observar, como veremos mais adiante, que nem todos necessariamente empregavam a arte da representação textual como sua atividade principal. Por outro lado, o nome teatro os colocava no centro de uma das vertentes de manifestação da democracia e das representações da nacionalidade comuns à época, como brevemente aludimos até aqui.

O Teatro Experimental do Negro (TEN/ RJ)⁶²

Diversos são os autores que tem se dedicado a estudar a atuação do TEN (Teatro Experimental do Negro). Razões múltiplas poderiam ser aventadas para esta curiosidade acadêmica - e às vezes militante - sobre aquele grupo. Acreditamos que uma das mais abrangentes deva ser a grande extensão e variedade de atividades que tiveram o concurso, quer do grupo como um todo, quer do seu fundador, Abdias do Nascimento. Atividades estas, que foram decisivas para a visibilidade conseguida pelo TEN e para o sucesso de suas iniciativas. Assim sendo, não é nosso objetivo seguir um caminho já trilhado por outros autores, que se dedicaram a olhar o TEN mais detidamente do que nos seria possível fazê-lo neste trabalho.

⁶² Pela extensão e alcance de sua atuação, O TEN mereceria um capítulo específico neste trabalho. Evitamos fazê-lo num esforço de não desviar de nosso foco principal, que é atuação da UHC. A esse respeito, sugerimos a leitura de: Nascimento, 1999; revista *Thoth* n. 1, 1997; Hanchard, 1998; Mendes, 1993; Andrews, 1991; O Quilombo, 2003.

Neste capítulo nos aproximamos do Teatro Experimental do Negro - e de outras organizações - apenas como um exercício de contextualização para no capítulo seguinte aprofundar nossa análise sobre a UHC. Outrossim, a proeminência do Teatro Experimental do Negro no período que estamos abordando, nos conduz a iniciar por ele, este estudo, sob pena de nulificar nosso exercício analítico, referente aquele momento nacional. Nosso prisma aqui é situá-lo como mais uma - e também de marcante importância - das inúmeras iniciativas do movimento social dos negros após 1945, período alvo deste trabalho.

A trajetória do Teatro Experimento Negro confunde -se com a de seu fundador, Abdias do Nascimento. Quando de sua viagem pela América Latina em 1941, como jornalista, integrando um grupo chamado *La Santa Hermandad*, Abdias assistiu à encenação da peça *Emperor Jones* de Eugene O'Neil, num teatro, em Lima. Ali a personagem principal era representada por um ator branco pintado de negro, Tal prática era comum também em solo brasileiro, como nos informa o fragmento da entrevista de Nelson Rodrigues, na página anterior. Esta teria sido a razão desencadeadora da formação do Teatro Experimental do Negro, criado três anos depois (Mendes,1993).

Abdias, ao criar o grupo, defrontou-se, logo de imediato, com três dificuldades iniciais que foram sendo resolvidas (embora não em definitivo), ao longo da existência do TEN. Uma destas situava-se no número de atores negros - que era ainda sub representativo - disponíveis para desempenhar as personagens, quer principais ou secundárias. Desta forma, o recrutamento de pessoas negras de classes populares, foi uma das estratégias empregadas (Mendes,1993). A maior atração deste grupo deu-se através das aulas de

alfabetização. O TEN em 1944 chegou a ter cerca de 800 pessoas naquelas aulas (Cadernos brasileiros, 1968)⁶¹.

O entrave seguinte, para a realização dos objetivos do TEN referia-se à quase inexistência de textos onde a personagem negra fosse positivamente valorizada. Segundo Mendes (1993), este era um fator de difícil solução já que há "*pelo menos uns cinquenta anos que a dramaturgia brasileira deixara de se interessar seriamente por personagens negras*" (Mendes, 1993:49). A peça o Imperador Jones, mesma assistida pelo fundador do grupo em Lima, no início da mesma década, foi levada ao palco como primeiro trabalho daquele grupo de amadores. Ensaíram por seis meses, sob a direção de um também iniciante naquela arte, o professor Ironildes Siqueira⁶⁴.

O sucesso da primeira temporada representada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro contribuiu para a superação inicial do terceiro entrave, que era a formação de platéias. Dito em outras palavras, a presença tão prolongada de atores negros representando papéis para um público onde a "*comicidade tosca e a palhaçada*" eram a tônica (Mendes, 1993) dificultavam a penetração da proposta elaborada pelo TEN. O grupo além de apresentar uma temática mais reflexiva era composto por atores negros ainda pouco conhecidos. Abdias e seu grupo tiveram como tarefa desafiadora constituir atores, criar textos e formar público⁶⁵.

⁶¹ O VIII Conselho Nacional dos Estudantes decidiu-se por excluir de sede da UNE - onde o TEN estava abrigado - entidades que não pertencessem ao universo estudantil (Muller, 1988).

⁶⁴ Além de diretor, Ironildes acumulava no grupo a função de professor nas turmas de alfabetização.

⁶⁵ Note-se que a respeito deste último aspecto, não apenas os negros se constituiram uma platéia fiel ao teatro. De acordo com Samura Campedelli, o brasileiro de um modo geral não era uma "*platéia adequada a grandes realizações*" (Campedelli, 1995: 20).

Portanto, embora desenvolvendo metodologias de enfrentamento para superar aqueles três fatores – ausência de atores, de textos e de platéia - uns iam sendo melhor resolvidos que outros. Neste sentido o TEN passou a ter um grupo fixo de atores e atrizes negros, mas teve que utilizar-se de textos estrangeiros. Passando por O’Neil e Shakepeare, entre outros, o TEN necessitou ainda aguardar alguns anos até que pudessem contar com um texto nacional para representar. Só em 1947 o texto de um brasileiro foi encenado pelo grupo.

Um nome deve ser lembrado quando nos referimos à criação do TEN. Trata-se de Maria de Lurdes Vale Nascimento. Partícipe da fundação do grupo em companhia de Abdias do Nascimento. Maria Nascimento foi responsável por diferentes atividades, no interior daquela organização. Coordenou o departamento feminino e criou o Conselho Nacional de Mulheres Negras - a oito de Maio de 1950 - como um dos braços do TEN. O conselho contava com um departamento jurídico para atendimento à população negra em várias necessidades, entre elas a obtenção da certidão de nascimento. Instituiu também um balé infantil, cuja aula inaugural foi ministrada pela grande Bailarina afro-americana, Katherine Dunkan. Maria Nascimento era também redatora da coluna *Fala Mulher*, no Jornal Quilombo. Seu discurso estimulando a participação política das mulheres, demonstra o vanguardismo de seu pensamento:

“Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política...Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico

*de votar e sermos votadas para qualquer pleito eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro*⁶⁶

Sua voz se fez audível em diferentes edições do referido jornal, procurando cobrir temas da atualidade, sempre dirigindo-se às mulheres negras. Sua crítica social assumia um tom de reivindicação e denúncia acompanhadas de uma aura de aconselhamento, como se fora uma missiva.

“Queridas leitoras e amigas, volto mais uma vez a falar das nossas crianças...Essa infância precocemente adulta pela promiscuidade e pela necessidade de trabalhar... é em sua quase totalidade de cor.... O coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal entre 1939 -1941... segundo estatísticas do Departamento Nacional da Criança.....morrem quase duas crianças de cor por uma branca. Na cidade de São Paulo a situação é ainda mais grave....Nada de desânimo quando uma maternidade nos negar ingresso. Devemos ...usar todos os meios e remover todas as dificuldades, ainda mesmo que sejam motivadas por discriminação de cor....”

Uma conversa que se renovava a cada edição do jornal, sempre com vistas a conclamar as afro-brasileiras para a participação coletiva em prol da luta anti-racista. Como assistente social, Maria Nascimento acompanhava de perto as mazelas sociais da cidade. Aquelas páginas se transformavam numa tribuna, de onde fazia públicas suas inquietações com o que testemunhava no dia-a-dia.

66Jornal Quilombo, Ano II, N. 6, Rio de Janeiro, 1950.

“É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair do serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós parto sem maternidade sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil ... pior do que nos tempos da escravidão...A regulamentação do trabalho doméstico .. é de uma urgência que não admite mais protelações”.

O Jornal Quilombo circulou entre dezembro de 1948 e julho de 1950, sempre com as colunas assinadas por Maria Nascimento voltadas para as mulheres negras.

Uma atuação também preponderante das mulheres no interior do TEN foi no papel das atrizes das muitas peças encenadas. Neste aspecto o TEN colaborou para trazer a público várias artistas que ainda hoje contribuem para a presença negra nos palcos e na televisão brasileira. Destacariamos aqui, Rute de Souza e Léia Garcia. Rute de Souza que pode ser assistida nos filmes das companhias cinematográficas brasileiras “Atlântida” e da “Vera Cruz”⁶⁷. A atriz participou ativamente do TEN nos seus cinco anos iniciais. Estreou como atriz numa peça montada pelo grupo, apresentada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. No ano de 1954, Rute de Souza alcançou o título de ser a primeira brasileira indicada para um prêmio internacional, por sua atuação no filme *Sinhá Moça*.

Léia Garcia também iniciou nas atividades do TEN. A atriz conta, entre muitas vitórias, o fato de ter sido - aos vinte e quatro anos de idade - indicada para o prêmio de melhor atriz

⁶⁷ A primeira fundada em 1941 e a segunda em 1945.

no Festival Internacional de Cinema de Cannes, por sua atuação no Filme “Orfeu da Conceição”⁶⁸.

Uma terceira atividade em que as mulheres estavam inseridas no Teatro Experimental do Negro, era como candidatas aos seus dois concursos de beleza, o *Boneca de Pixe* e o *Rainha das Mulatas*. Observemos que os concursos de beleza no Brasil, datam do início do século. No entanto, o valorização da sonhada brancura européia, impedia que mulheres negras ou indígenas, pudessem ser agraciadas naquelas competições ⁶⁹. Preocupado em ressaltar-lhes a auto estima o TEN (Teatro Experimental do Negro) organizou, pela primeira vez no país, um concurso “*Boneca de Pixe*”. Do certame, sagrou-se vencedora Maria Tereza, em março de 1947. Outro concurso de beleza do TEN era o “*Rainha das Mulatas*”. Em 1948, foi eleita Mercedes Batista, que era a primeira negra a integrar o corpo de baile do Teatro Municipal⁷⁰.

Se nos diversos certames de beleza oficiais apenas as características fenotípicas e medidas corporais eram levadas em conta, para o grupo de Abdias e Maria Nascimento, a personalidade e a formação das candidatas eram basilares para sua titulação. Os concursos de beleza organizados pelo TEN estavam, por conseguinte, contrapondo-se à uma

⁶⁸ Seu vasto currículo inclui, por exemplo, ter vivido Josephine Baker, por mais de um ano, na cidade do Rio de Janeiro, na peça *Piaf*, a convite de Bibi Ferreira. Os anos setenta testemunharam a estréia desta diva nas telas da televisão brasileira.

⁶⁹ O Semanário *Rua do Ouvidor* instituiu um dos primeiros concursos de beleza que se tem notícia no país, em 1900. Mais tarde, em 1912, o *Jornal Gazeta de Notícias* promoveu um novo certame. Mais de dez anos se passaram até que um concurso de fotografia fosse organizado pela *Revista da Semana* e o *Jornal A Noite*, elegendo uma candidata de Campinas. A vencedora do concurso de 1929 transformou-se na primeira Miss Brasil a participar de um concurso Miss Universo nos Estados Unidos. A esta época, os desfiles em passarelas já haviam sido instituídos. O Rio de Janeiro sediou, no Copacabana Palace, o concurso Miss Universo em 1930. Uma representante do Rio Grande do Sul, sagrou-se campeã. Os jornais *O Globo*, *O Diário Carioca* e a *Folha de São Paulo* foram responsáveis, respectivamente pelos concursos Miss Brasil de 1949 e 1954. (Fonte: Silva, 2000)

⁷⁰ Anos mais tarde, Mercedes viria a se tornar uma das grandes professoras de dança afro no Brasil. Por suas aulas passaram renomados bailarinos. (Entrevista dada à autora em setembro de 2003, no Rio de Janeiro)

histórica trajetória de realce da figura feminina através de um conceito estético inspirados num ideário de embranquecimento.

Teatro Folclórico Brasileiro (ou Grupo dos Novos)

Falávamos, no início deste tópico, a respeito de três grupos organizados por lideranças negras, no Rio de Janeiro e São Paulo, cujos nomes são integrados pela palavra teatro. Após o TEN e oriundo deste, surge o Grupo dos Novos (ou o Teatro Folclórico Brasileiro) fundado por Haroldo Costa, após uma dissidência com o grupo de Abdias do Nascimento.

“Vários rapazes e moças, em sua maioria lançados pelo Teatro Experimental do Negro acabam de fundar uma entidade denominada “Grupo dos Novos”, com o objetivo de fazer teatro revista. A iniciativa é das mais simpáticas e merece o apoio moral e material de quantos se interessam pelo desenvolvimento entre nós desse difícil ramo da arte.... O Grupo dos Novos, naturalmente há de se colocar à altura das responsabilidades que assumiu”⁷¹

O criador, o jovem afro-descendente, Haroldo Costa, ativista da AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas), foi inicialmente vice - presidente do Grêmio dos estudantes do Colégio Pedro II e depois presidente. O então estudante, chegou ao TEN com o objetivo de colaborar voluntariamente nas aulas de alfabetização. Pouco tempo depois foi convidado a substituir, na leitura a parte de um dos atores da peça que estava sendo ensaiada pelo grupo⁷² e que faltara. Assim, o voluntário de professor

⁷¹ O Quilombo, 2003 : 53.

⁷² A peça o Filho Pródigo, de Lúcio Cardoso.

transformou-se em ator, tendo atuado em diferentes peças, tais como: *O Filho Pródigo*, *Aruanda* e *Calígula*.

Segundo Costa, a vocação acadêmica do grupo de Abdias do Nascimento teria contribuído para o seu afastamento. Note-se que à época, ele estava com vinte anos. Imediatamente criou outra organização, com enfoque mais culturalista, dedicando-se à música e à dança. Surge então, o Grupo dos Novos, em 1949. Não tratava-se de uma dissidência ideológica, nas palavras de seu fundador : *"Todos nós tínhamos uma preocupação que não era uma coisa pré-estabelecida, programada, teórica, dialética, política. A gente tinha por intuição essa preocupação de dar visibilidade ao negro no teatro musicado"* (Haroldo Costa).⁷³ Entre seus idealizadores estavam Natalino Dionísio, Wanderley Batista, José Medeiros, Ahilton Conceição e Antonio Rodrigues, entre outros. Era também formado por estudantes, operários, empregadas domésticas, soldados da aeronáutica e diversos outros profissionais. O primeiro trabalho foi assim descrito por Haroldo Costa: *"Eu escrevi uma revista chamada Rapsódia de Ébano que era a história de um antropólogo Francês que vinha ao Brasil e era guiado por um jovem negro, num país através da história musical do Brasil"*.

Um marco fundamental para o "Grupo dos Novos" foi o encontro de seu fundador com um reconhecido livreiro do Rio de Janeiro, que cedeu para aquele grupo de jovens amadores, o espaço para os ensaios. Seu primeiro espetáculo pode ser preparado, após o horário comercial. A partir de então, tornaram-se mais conhecidos transformando-se no Teatro Folclórico Brasileiro, requerendo para si o título de ter sido o primeiro grupo a colocar no palco, o folclore nacional. O anúncio seguinte, reportado no jornal Quilombo, não deixava

⁷³ Depoimento de Haroldo Costa ao assistente de pesquisa André Guimarães, em março de 2004.

transparecer toda uma animosidade entre o criador dos Grupo dos Novos (ou o Teatro Folclórico Brasileiro) e o fundador do TEN, que eram Haroldo Costa e Abdias do Nascimento, respectivamente.

"Estreou no ginásio o Teatro Folclórico Brasileiro grupo idealizado por vários elementos lançados pelo Teatro Experimental do Negro, entre eles Haroldo Costa e Wanderley Batista, aos quais se juntaram posteriormente os snrs. Askanasy, inteligente e conhecido livreiro, e Dirceu Oliveira Silva. O primeiro espetáculo desse conjunto atingiu merecido sucesso [...] Todos os números apresentados agradam. Mas, por sua unidade de concepção e realização destaca-se o maracatu, ensaiado pelo poeta Solano Trindade, que é sozinho um espetáculo de conteúdo poético raro. A coreografia intuitiva, graciosa e ingênua do povo transplantada com toda fidelidade para o palco" 74.

Inicialmente apresentando-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, o grupo viajou por diferentes países da América do Sul. Ao longo dessa turnê internacional teve seu nome mudado diversas vezes. Segundo Haroldo Costa, ele foi denominado de Balé Folclórico Brasileiro e por último consagrou-se como Brasiliana. A entrada de brancos para o Grupo Brasiliana é assim explicada por Costa: *" Não fazíamos uma coisa excludente... Não era um conjunto de negros, somente anti branco ou anti nada. Nós queríamos transmitir no palco o que nós acreditávamos que era a realidade brasileira. Por isso o grupo era majoritariamente negro, mas tinha branco, tinha mulato, tinha índio ..."* . Com participação de negros e brancos viajou durante cinco anos (entre 1951 e 1955), por vinte e

74 O Quilombo, 2003 :70

cinco países⁷⁵ cobrindo capitais e pequenos palcos interioranos, bem como as nações latino americanas.

Sem contar com um patrocínio específico - explicado por Haroldo Costa, como não sendo uma prática daquele período – o grupo viajou por todos aqueles países de posse apenas, de uma carta do presidente Getúlio Vargas. A mensagem, endereçada aos embaixadores brasileiros, recomendava que os recepcionassem adequadamente, durante sua estada. “*O Teatro Folclórico Brasileiro, com sua estréia, realizou, não somente um espetáculo de arte, mas também uma colaboração inestimável ao movimento que procura elevar o negro brasileiro nos quadros sociais*”⁷⁶

Havia grandes restrições por parte dos diplomatas brasileiros, diante de um grupo de maioria negra representando o Brasil no exterior. Ceticismo compartilhado pela imprensa nacional quando da partida do grupo para Europa. Dos vinte e cinco países visitados Haroldo ressalta apenas a aceitação de Vinícius de Moraes, então embaixador do Brasil, em Paris.

⁷⁵ Haroldo Costa cita entre estes: Peru, Equador, Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Finlândia, Suécia, Espanha, Portugal, Suíça, Itália, Inglaterra, Yugoslávia, Bélgica e França entre outros.

⁷⁶ O Quilombo. 2003 : 67.

Teatro Popular Brasileiro (TPB)

*"Não faremos lutas de raças, porém, ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior."*⁷⁷

Terceiro na sucessão de grupos teatrais negros, o TPB foi criado em 1950 pelo poeta, folclorista, teatrólogo e pintor Solano Trindade. Juntos estavam sua esposa, a coreógrafa Margarida Trindade e o etnólogo Edson Carneiro. Antes da constituição do grupo, o casal Trindade havia sido convidado para ensaiar danças provenientes da cultura negra na composição do Grupo dos Novos. Segundo Raquel Trindade (filha do casal), Margarida teria pesquisado os diferentes ritmos do interior do Estado do Rio de Janeiro (como o Jongo de Campos e Itaboraí, por exemplo), para aplicá-los no grupo de Haroldo Costa. A entrada do Polonês Askanasi (como vimos no tópico anterior), como patrocinador do grupo, teria provocado uma dissidência entre o casal e o Grupo dos Novos. O Sr Askanasi teria exigido que ao invés de uma demonstração de dança como praticada originalmente, eles deveriam realizá-la de forma estilizada. A partir daí, os dois juntaram-se a Edson Carneiro e criaram o Teatro Popular Brasileiro.⁷⁸

Composto por domésticas, operários, estudantes e comerciários o TPB viajou por diversas partes do país e da Europa. O teatro, a poesia e os vários ritmos afro brasileiros (batusques, lundus, caboclinhos, maracatus, capoeiras, congadas, caxambus, côco...) eram os elementos aglutinadores, em torno do qual as questões organizativas ideológicas eram realizadas. Segundo Raquel as danças eram todas ensaiadas por Margarida Trindade, que por ser de formação presbiteriana, só não ensinava os passos

⁷⁷ Solano Trindade. *Jornal Maioria Falante*. Junho 1990:10.

⁷⁸ Grande parte das informações sobre o TPB nos foram dadas por Raquel Trindade numa entrevista à autora e ao assistente de pesquisa André Guimarães, em Março de 2004, na cidade de Cabo Frio (RJ).

do candomblé. Para Solano ficava apenas a articulação política. Seu principal lema era: “*Pesquisar nas fontes de origem e devolver ao povo em forma de arte*”.

Num artigo que conta muito da trajetória desta forma de fazer cultural, Maitê Barros, que militou com Solano, nos diz: “*O TPB realizou espetáculos especiais para companhias estrangeiras como: a Comedie Française, Cia Marcel Marceau... Ópera de Pequim, Cia Italiana de Comédia e para Edith Piaf....*”. (Maitê Barros, Jornal Maioria Falante)⁷⁹. O TPB teve uma sucursal em São Paulo e foi atuante na parceria com o Teatro Experimental do Negro, de São Paulo e a Associação Cultural do Negro, na comemoração dos setenta anos de emancipação da cidade. Depois de enfrentar dificuldades financeiras, que o impossibilitaram de dar prosseguimento ao TPB, Solano transfere-se para São Paulo (Imbú) e funda um centro popular de artesanato. Atualmente, sua filha Raquel Trindade é a administradora do local.

Estes três grupos cariocas (Teatro Experimental do Negro do RJ, Teatro dos Novos e Teatro Popular Brasileiro) e um paulista (Teatro Experimental do Negro do SP) inserem-se, a partir de seus nomes naquele movimento onde o teatro se transforma em palco reivindicativo e denunciativo de uma sociedade em mudança. O teatro estabeleceu-se também como um lugar de reverência à cultura nacional, em substituição a um estilo mais europeu de representação, tão em voga no país, até meados da década de quarenta. Os grupos negros vão, então, apropriar-me daquela arte inserindo, uma representação de identidade negra brasileira, através dos textos e apresentações do TEN (RJ / SP) e das danças e discursos do TPB, ou as apresentações musicadas do Teatro Folclórico Brasileiro. Junto a estes grupos teatrais, onde a música de inspiração afro-

⁷⁹ Maitê Barros, Jornal Maioria Falante, Junho/ Julho- 1990. Ano IV. n. 19 .

brasileira tinha lugar privilegiado, um outro também desempenhava, o papel de difusor de uma identidade racial e reivindicação por cidadania. Referimo-nos ao grupo intitulado Orquestra Afro- Brasileira surgido um pouco antes deste surto nacionalista cultural via arte dramática.

Orquestra Afro Brasileira

“Isprito num tem cõ !...
Nego tá cum vregonha di branco
Pensando quinda tem sinhô,
Nego na vida leva tranco
Memo tendo ané de dôto ...

(Abgail Moura, 1964)

Proveniente do interior do Estado Rio (Muriaé) Abgail Cecílio de Moura – Biga para os amigos- fundou a orquestra em abril de 1942. Por ser funcionário da Rádio MEC começou a usar suas dependências como sede para o novo grupo, abrigando ali seus ensaios e os instrumentos.⁸⁰ Foi exatamente esta associação (embora não oficial) com a rádio que lhe deu oportunidade de ser reconhecido⁸¹ e visitado por músicos e intelectuais de renome da época.⁸²

“O maestro Eliazar de Carvalho, chefe da Orquestra Sinfônica do Brasil, que era patrocinada pelo governo federal, que ensaiava no quarto andar da Rádio MEC, ao terminar o ensaio, descia para o 3º andar e chegava à porta da sala da orquestra Afro-Brasileira. A orquestra ia se desenvolvendo com

⁸⁰ A Orquestra Sinfônica Brasileira também ensaiava na Rádio MEC.

⁸¹ Reputado por alguns músicos como um gênio, de acordo com depoimento de Roberto Ananias.

⁸² Tais como: Eliezer de Carvalho, Camargo Guarnieri e Paschoal Carlos Magno entre outros.

aqueles acordes bonitos na base de atabaques, instrumentos de corda, instrumentos de sopro, piano e a púta. Quando a orquestra parava ele batia palmas e dizia: eu estou aqui assistindo a um gênio"⁸³

Apresentações em lugares de alta frequência de artistas e intelectuais - tais como ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Palácio da Cultura (RJ), Teatro Fênix (SP) e em Campinas, só para citar alguns - garantiram à orquestra de Abgail Moura a devida divulgação e prestígio: "*A orquestra afro brasileira foi centro e referência para jovens músicos negros, principalmente dos instrumentos de sopro, que por lá passaram atraídos pelo ineditismo e qualidade da orquestra*" (Carlos Negreiros)⁸⁴.

A cantora soprano Maria do Carmo que posteriormente passou a acompanhar a orquestra, foi a grande inspiração para que o então compositor de músicas populares, percussionista e trombonista viesse a criar o grupo, no início da década de quarenta. Teria sido também ela a responsável pelo figurino envergado pelos músicos, que por sua inspiração nos quadros de Rugendas, causavam grande impacto através da interpretação de ritmos africanos e de sua plasticidade visual. A composição da orquestra era de cerca de trinta músicos, todos homens acima dos quarenta anos.

83 Depoimento de Roberto Ananias ao estagiário André Guimarães, em abril de 2004.

⁸⁴ Grande parte da informação historiográfica sobre a Orquestra Afro Brasileira só nos foi possível graças às informações orais e textuais, muito gentilmente cedidas pelo cantor lírico Carlos Negreiros, um dos remanescentes do grupo. Negreiros se transformou num dos solistas da orquestra, ao lado de Antonio Cruz, no início da década de sessenta, após a morte da Srta. Maria do Carmo, a primeira cantora. Outra inestimável contribuição foi dada pelo senhor Roberto Ananias, ativista de longa participação no movimento negro do Rio de Janeiro e remanescente do grupo.

Provenientes de diferentes níveis sócio econômicos, os integrantes (oficial do exército, sapateiro, operários no geral, funcionários públicos e alguns estudantes) se dedicavam com afinco à sua atividade na orquestra. A participação de mulheres era localizada no canto da soprano Maria do Carmo e no acompanhamento da orquestra em alguns números de dança, quando a peça apresentada o exigia.

Um dos recursos utilizados pelo maestro Abgail Moura foi transformar em sinfonias musicais de sua autoria, cantigas oriundas das tradições afro brasileiras, dando lugar à saudações e louvores. Seu objetivo principal era *“Divulgar a arte e a cultura musical dos povos africanos no geral e o folclore brasileiro, dentro ou fora do território nacional e ainda criar o Museu Afro-Brasileiro”* (Extratos do estatuto. Capítulo das finalidades)

Inúmeras vezes suas obras inspiravam-se nas casas de umbanda e candomblé, no o maracatu, o timbó e outras manifestações da cultura negra nacional. O maestro passava da criação musical à produção dos instrumentos de percussão. Estes últimos, pela primeira vez no Brasil, saíam das últimas fileiras da orquestra e passavam a ocupar posição destacada no palco *“à frente de flautas e metais”* (Negreiros). Toda esta performance tinha lugar num momento em que *“a percussão com instrumentos populares e religiosos era considerada prática marginal passível de perseguição e até mesmo em prisão dos praticantes”* (Carlos Negreiros). Segundo o Sr. Roberto Ananias, o maestro era perseguido pela igreja, pois os tambores eram percebidos como *“coisas do demônio”*, o que dificultava possíveis patrocínios à iniciativa 85.

85 A respeito dos tambores, lembramos o que nos informa Costa Pinto, que esta era uma das razões alegadas pelas autoridades para o banimento das casas de religiosidade de matriz africana, do antigo DF (Costa Pinto, 1952)

A freqüência de autoridades no assunto assegurou ao grupo a possibilidade de apresentar-se representando a Rádio MEC. No entanto, ainda de acordo com nosso informante, foi essa mesma associação com o nome da emissora que colocou em perigo, o direito, já adquirido, pelo grupo, de fazer uso de suas instalações, durante o governo militar. Ameaça esta que depois de afastada, acelerou a criação de um grupo intitulado "*Sociedade de Amigos da Orquestra*" que levou à gravação de um disco em 1968 e à uma "*seqüência mais regular de concertos*"⁸⁶. A União dos Homens de Cor (UHC) foi responsável pelos primeiros movimentos no sentido da composição daquele grupo de amigos, trazendo diferentes pessoas para assistirem aos espetáculos. Dos muitos negros de destaque da época, freqüentadores das atividades e que amparavam financeiramente a orquestra, Negreiros resalta Abdias do Nascimento, Pompílio da Hora, Edison Carneiro e Geraldo T. Marinho. Em algumas ocasiões, os amigos se cotizavam para colaborar com pequenas quantias em dinheiro.

Embora o apoio significativo tenha se dado só a partir daquele grupo de apoiadores, já se percebia um reclamo, no sentido da falta de patrocínio para o empreendimento. Uma fala de Solano Trindade assim o demonstra: "*É preciso ajudar a orquestra Afro-Brasileira, moral e financeiramente, com críticas honestas e com movimentos econômicos, para que ela progrida, deixando as suas falhas e atingindo o lugar a que se propõe.*"⁸⁷

Abgail Moura escreveu a música litúrgica para a peça *Sortilégio*, representada pelo TEN. A mesma orquestra possuía um coro reputado como de "*absoluta afinação*" pelo

⁸⁶ Negreiros, mimeo.

⁸⁷ Solano Trindade em *Diário Trabalhista* – 25/8/1948. Fonte: Müller, 1988:171-Revista Dionysos. Uma outra forma de organização constituída a partir do direito ao lazer e ao espaço associativo, tornou possível a criação de clubes sociais negros em diversos pontos do território nacional. No Rio de Janeiro, o pioneiro foi o *Renascença Clube*, fundado em fevereiro de 1951 (Silva, 2001).

Jornal do Brasil da época (Muller, 1988: 225). O fato de não ter frequentado uma escola de música não o impedia de realizar trabalhos tão bem reconhecidos pelos especialistas de seu tempo. Muitos dos integrantes do grupo eram atraídos por anúncios que deixavam evidente a prioridade a ser dada a afro-brasileiros no recrutamento de novos músicos. *“Eu encontrei a orquestra quando chegou lá no DCE (da Escola Nacional de Música) um aviso que uma orquestra da Rádio MEC precisaria de um negro que fosse baixo de voz (registro baixo). Embora eu não fosse baixo, instigado pela curiosidade eu fui lá ver o que era aquilo. O maestro pretendia levar uma ópera chamada Revoada Sinistra”*⁸⁸. Desta forma, a orquestra Afro- Brasileira contribuiu para uma maior construção identitária positiva para os negros que dela participavam. Poderíamos aduzir que num contorno também intenso, contribuiu para o momento cultural de ressurgimento de um orgulho da negritude, no antigo D.F.

A orquestra continuou sua trajetória de apresentações até os anos 60. Em Maio de 65, um prospecto, para uma de suas audições, resumia ter sido laureada pela TV e Radio Record em São Paulo. Tratava-se de uma apresentação para o IV Centenário da cidade. Os diversos convites impressos para as apresentações da orquestra eram utilizados com dois objetivos principais: O primeiro, reproduzia pequenas resenhas coligidas de jornais publicadas nas cidades por onde seus concertos iam sendo apresentados. Ali eram expressas as opiniões (sempre elogiosas) a respeito do grupo.

“Foi um grande espetáculo o de anteontem no Municipal. Foi o que disseram os aplausos, as opiniões e os comentários. Antes de tudo um espetáculo nosso. Coisa do negro brasileiro tão incompreendido e

⁸⁸ Depoimento do Sr. Negreiros ao estagiário André Guimarães, em abril de 2004, no Rio de Janeiro.

injustiçado. Nada de sambas, maxixes. Músicas de uma expressão singular, traduzindo soluços, gemidos, amores, tristeza de uma raça. Que emoção produziu-nos QUEM TÁ GEMENDO ? no qual os instrumentos parecem falar, como se possuíssem almas sensíveis” 89

Algumas vezes, o prospecto explicava os objetivos da orquestra e como tal esclarecia a respeito de seus concertos e sua re-interpretação de uma cultura afro-brasileira. Outra utilização dada aos convites era de transformarem-se em tribuna, a partir da qual o maestro Abgail Moura se fazia ouvir, fazendo soar seus protestos e pensares.

“A comissão brasileira do Festival Internacional de Artes Negras teve gesto de senhor feudal como se não houvesse no Brasil, negros de elevada cultura. Quis a comissão sustentar e sustentou tacitamente, o epíteto: ‘negro brasileiro só sabe beber cachaça, jogar futebol e cantar sambas’. A comissão, então sepultou a oportunidade e a possibilidade de um outro grupo demonstrar a evolução musical do negro brasileiro, perante o mundo [...] A Orquestra Afro Brasileira por ter sido preterida, não se sente inferiorizada. Ao contrário, sente-se cada vez mais cônica de suas responsabilidades por que, embora soberana, a comissão brasileira do Festival Internacional de Artes Negras não conseguiria ofuscar a honorabilidade artística dos eminentes professores como Paulo Silva, Eleazar de carvalho, Erich Kleber, Jose Siqueira, Camargo Guarnieri [...] e muitos outros que já julgaram este trabalho”.90

89 B. Eme. Correio Popular. Campinas.

90 Abgail Moura, janeiro de 1966

Suas atividades foram mantidas até o início da década de setenta, segundo Roberto Ananias que conheceu a orquestra Afro-Brasileira em 1965.⁹¹ Nesse recortar da memória, Ananias considera um dos trabalhos mais admiráveis do grupo, as apresentações no subúrbio. Dentre estas, o espetáculo realizado em Realengo, onde o Maestro Abgail Moura foi homenageado como cidadão do Estado da Guanabara.⁹²

Vemos então que, no Rio de Janeiro dos anos quarenta, em interlocução direta com os diferentes movimentos político culturais da cidade, surgem estes quatro grupos. O Teatro Experimental do Negro, o Teatro dos Novos, o Teatro Popular Brasileiro e a Orquestra Afro-Brasileira. Todos utilizando a cultura como estratégia de aglutinamento de um grupo de pessoas. Articulavam-se em torno da continuação de uma identidade racial, de uma construção de imagem positiva para os afro-brasileiros e ao mesmo tempo de uma denúncia sobre a existência de racismo na sociedade brasileira.

Voltamos a reiterar que nosso objetivo neste capítulo, longe está de fazer uma análise acabada a respeito de toda uma plêiade de organizações negras do país, no período que estamos estudando. Nosso empenho aqui é apenas continuar exibindo alguns grupos constituintes do movimento social dos negros, em diferentes estados. Desta forma, esperamos ajudar a construir nosso argumento sobre a existência de uma insurgência negra no país, para além daquelas enumeradas pelos diferentes autores do projeto UNESCO. Tal clima, como já afirmamos, teria subsidiado o surgimento da UHC. Neste sentido, continuaremos nosso sobrevôo, passando agora pela cidade

⁹¹A partir de então, embora não sendo músico, passou a estabelecer uma relação de confiança com o maestro Abgail Moura (de acordo com suas palavras). Foi convidado a integrar a diretoria do grupo como secretário. Sua função era organizar programas e espetáculos.

⁹²As dificuldades financeiras que eram presentes na vida da orquestra eram também na vida do Maestro que segundo Roberto Ananias vivia num cortiço no centro da cidade do Rio de Janeiro.

de São Paulo, onde destacaremos três grupos, na seguinte ordem: Associação do Negro Brasileiro (ANB), Teatro Experimental do Negro (TEN/ SP) e a Associação Cultural do Negro (ACN).

Associação do Negro Brasileiro (ANB)

“Não principiamos. Continuamos”.

(José do Patrocínio).

Com esta citação, o Jornal Alvorada rememorava dois anos depois, o surgimento da ANB, publicando uma foto de meia página. Vemos um auditório repleto (diríamos cerca de duzentas pessoas) durante a cerimônia de instalação definitiva do referido grupo, em maio de 1947, nos salões do Conservatório Musical de São Paulo. A ANB surgiu em 1945, no bojo da reestruturação da sociedade brasileira do pós Estado Novo. A tática empregada pelo grupo foi iniciar por um comitê organizador que tinha a responsabilidade de constituir a estrutura funcional para o estabelecimento da nova organização. Desta forma, a atração de futuros participantes, a publicação periódica do Jornal Alvorada – seu braço midiático - e a elaboração do estatuto estavam entre as tarefas do comitê. José Correia Leite 93, Francisco Góes e Raul Joviano do Amaral 94, eram os líderes do grupo gestor. A sede da ANB e do Jornal Alvorada compartilhavam o mesmo espaço⁹⁵. Diariamente, das vinte às vinte e duas horas, aconteciam as reuniões do grupo.

93 José Correia Leite era o editor do jornal Clarim da Alvorada que circulou entre 1920 e 1930.

94 Todos três são nomes que se fazem presentes, com muita frequência na bibliografia que estuda os anos trinta da organização dos negros na cidade de São Paulo. São também, os mesmos líderes, cujas reflexões estavam impressas nos jornais do período anterior ao Estado Novo, inicialmente estudados por Bastide (1971) e Ferrara (1986)

95 À Rua Formosa, 433 São Paulo, SP (Fonte: Jornal Alvorada).

O jornal atuava como veículo mobilizador para novas adesões, durante e mesmo após o mandato do comitê organizador. Concomitantemente era o meio através do qual os seus líderes prestavam contas dos logros alcançados:

“Realizou-se no dia 7 do corrente, uma reunião do nosso comitê que tratou de vários assuntos referentes às atividades desse órgão que deverá prosseguir por mais algum tempo... Todos as importâncias arrecadadas ... foram depositadas no Banco Cooperativo do Estado de São Paulo, de acordo com o plano inicial da ANB”⁹⁶

O período pós II guerra é pontuado por movimentos reivindicatórios nos EUA, por parte dos negros estadunidenses. Como um observador à distância, os doze exemplares do *Jornal Alvorada*⁹⁷ apresentam, na maioria das edições, alguma consideração a respeito do que se passava nos EUA. O periódico procurava exaltar aspectos do que havia sido auferido de positivo, por parte dos negros naquele país. As colunas preocupavam-se em, instilar um querer de superação das desigualdades, no espírito dos seus leitores, através dos exemplos de sucesso dos afro-americanos. Desta forma, o jornal de julho de 1946 publicava uma foto - de um quarto de página - com dezenas de estudantes negros com becas de formatura e encimada pela frase, em letras maiúsculas: *“Buscando igualdade na Educação Universitária”*. O periódico faz saber aos seus leitores sobre direitos e perspectivas para uma educação para todos e aduz com o seguinte texto:

“Na América do Norte, todos os anos, para mais de 2500 estudantes negros, buscam igualar-se na educação universitária. E isto vem

⁹⁶ *Jornal Alvorada*. Ano II- São Paulo, Dezembro de 1946. N. 15: 2.

⁹⁷ - Aos quais tivemos acesso e que cobrem um período que vai de julho de 1946 a de 1948. Todos estes exemplares nos foram gentilmente cedidos pelo Prof. Amauri Mendes Pereira, ativista de longa data do movimento negro brasileiro e doutorando do PPCIS / UERJ.

desmentindo naquele país, o pensamento que segundo a nota aqui transcrita havia em- “o velho Sul achava que o Negro fosse simplesmente incapaz de assimilar a educação e que, se ainda o fizesse, ficaria preparado unicamente para o trabalho humilde”... O negro crendo ainda que a educação é o caminho mais seguro para atingir a igualdade, modela seus colégios e universidades à maneira da raça branca, na arquitetura dos prédios, na solenidade da reabertura dos cursos e nas atividades internas.”⁹⁸

Outro ponto que se pode dimensionar no periódico – e por conseguinte, como o espírito que norteava a ANB - é a preocupação daqueles líderes em subsidiar seus leitores com informações históricas. José do Patrocínio era uma das grandes referências de enaltecimento de um passado heróico para os negros da época. Ao mesmo tempo, o Quilombo dos Palmares era assim apresentado no Jornal Alvorada de janeiro de 1948:

“Temos na história do Brasil, uma narração... sobre os negros que durante vários séculos, sob uma pressão férrea e deshumana, sustentaram os alicerces econômicos de nossa terra. Trata-se dos negros dos “Quilombos”... Todos nós sabemos como se originou a “República” negra dos Palmares entre o período de 1630 a 1695. É uma história longa sobre exploradores e explorados daquela época, que tão pouco difere dos explorados e exploradores de hoje... Os negros dos Palmares constituíram um Estado negro à semelhança dos que existiam na África, no século XVII...”

⁹⁸ Jornal Alvorada. Julho 1946: 3

A matéria, assinada por Sofia Campos Teixeira, prossegue fazendo alusão à Abolição que não teria libertado os escravos. Assim sendo, a ANB prosseguindo a trilha iniciada pelos palmarinos não deixaria de *"envidar esforços para a restauração do negro no Brasil"*. Um dos grandes marcos da ANB foi o documento intitulado *"Manifesto em defesa da Democracia"*. Temos procurado neste trabalho trazer a público, algumas das vozes - nem sempre ressoadas na literatura acadêmica nacional - de lideranças do período. É com este objetivo que tomamos a iniciativa de fazer a longa transcrição que se segue, apresentando o referido manifesto, quase na sua íntegra.

"Nós, Negros brasileiros abaixo assinados, desejamos colocar as seguintes razões em nosso chamado para restabelecer um regime democrático no Brasil:

1) As medidas reacionárias e fascistas adotadas pelo regime de 1937, incluindo a proibição aos partidos políticos, censura da imprensa e limitações à liberdade de reuniões, têm contribuído diretamente para minar os esforços do Negro Brasileiro, para integrar-se nas principais forças da vida nacional.

2) No passado, o negro brasileiro resistiu à escravidão através de insurreições e revoltas, sendo a mais notável, a democrática e anti-racista república chamada Palmares. [...] mais uma vez o tão difamado negro deve assumir a tarefa de eliminar a tendência, por parte dos brancos, com poucas exceções, de discriminar os negros.

Conseqüentemente, nós resolvemos estabelecer uma organização que unirá os negros de São Paulo com o objetivo de: Exigir liberdade de expressão e liberdade de reunião; combater todas as manifestações de racismo no Brasil...; exigir que as leis trabalhistas sejam ampliadas (estendidas) objetivando incluir as empregadas domésticas e os trabalhadores rurais; lutar pela anistia incondicional para todos os prisioneiros políticos; exigir a eliminação da discriminação racial nas academias militares e no serviço diplomático; exigir legislação penal especial direcionada para aquelas instituições e indivíduos que discriminam; exigir o direito de sindicalização, e o direito à greve; lutar pela educação universal em todos os níveis; restabelecer o jornal "O Clarim da Alvorada", que circulou entre os negros no Brasil por muitos anos99...

Lançado oito meses antes do final do Estado Novo, o manifesto faz uma relação direta entre o restabelecimento da ordem democrática e a mudança das condições de desigualdade a que estava submetida parcela significativa da população negra paulista. Sua análise também recorre à saga Palmarina como referencial para um novo momento de luta anti-racista, que se estabeleceria com o retorno ao estado de direito. A ANB é apresentada, no documento, como um palanque através do qual os negros organizados poderiam demandar direitos sociais e políticos, para seu grupo e para os brasileiros, em geral. Assim a reivindicação pelo retorno do Jornal Clarim da Alvorada¹⁰⁰ tinha a

99 O Manifesto está assinado por : José Correia Leite, Francisco Lucrecio, Raul J. Amaral, e Fernando Góes (Mitchel, 1977). A fonte de onde copiamos este extrato estava em inglês. Em virtude da tradução, é possível que haja alguma alteração quanto aos termos originais. Ainda assim, diante da atualidade dos temas abordados no *Manifesto à Nação*, decidimos incorrer no risco de fazer uma citação tão extensa.

100 Que deixara de circular com o banimento da Frente Negra Brasileira, pela política intervencionista de Vargas

mesma representação e significância política que o direito dos prisioneiros políticos em serem anistiados. Portanto, as políticas dirigidas aos afro-brasileiros ao lado das ações universalistas constituiriam o bojo das ações a serem desenvolvidas por aqueles que viessem a se filiar ao grupo. Dito em outras palavras, as demandas não se limitavam à uma pretensa inclusão social. Abarcavam também os direitos à uma cidadania mais igualitária.

O jornal ecoava os reclamos de outras localidades, sempre procurando manter o espírito de engajamento presente desde a criação da ANB. Ao mesmo tempo, mostrava que o grupo não estava isolado na defesa de seus ideais. Mitchel (1977), estudando as organizações negras de São Paulo na década de quarenta, ressalta a ANB como um dos grupos mais sofisticados, dentre os vários surgidos no período. Ao longo de sua trajetória a ANB organizou diversas atividades que poderiam ser enumeradas como: ações de protesto, uma imprensa negra atuante e inúmeros momentos culturais.

Teatro Experimental do Negro (TEN / SP)

“A semente foi lançada em 1944, com a fundação do Teatro Experimental do Negro aqui no Rio. Essa idéia de um teatro negro em cada estado, em cada município, está fazendo proselitismo, e em alguns casos já em vias de se materializar”¹⁰¹.

O TEN de São Paulo era reconhecido pelo mentor da iniciativa, Abdias do Nascimento, que mencionava o grupo, em sua coluna no Jornal Quilombo. Há também no periódico

¹⁰¹ O Quilombo, 2003: 33.

uma citação a respeito do embrião de mais duas experiências com a mesma chancela, uma em Santa Catarina e outra em Porto Alegre. Quando nos anos cinquenta o grupo homônimo de São Paulo foi criado, já Abdias do Nascimento e a matriz do Rio de Janeiro eram reconhecidos pela mídia e por importantes setores da intelectualidade nacional. A arte teatral brasileira, como palco de denúncia sobre temáticas nacionais estava mais solidificada, como apontamos no início deste capítulo. Ainda assim, o *Jornal Mutirão* de 1958, publicava a seguinte matéria:

*"Nascido de um movimento iniciado em Campinas, teve como fundadores Lino Guedes, Geraldo Campos e o saudoso ator Agnaldo Campos, entre outros... Nos primeiros anos deste grupo, dificuldades de todas as espécies foram apresentadas para encenações de textos, que na maioria das vezes constituem um martírio para todo aquele que se inicia em Teatro".*¹⁰²

O TEN de São Paulo tem sido pouco estudado até aqui. Uma das escassas fontes, onde se pode observar sua atuação foi retratada na matéria a seguir:

"Dentre as peças encenadas, uma das primeiras foi "Todos os filhos Deus tem asas", deste notável dramaturgo norte americana, Eugene O'Neil – isso em 1951 no velho teatro em São Paulo. Os atores eram Samuel dos Santos, José das Dores Brochado, Áurea Campos e outros, Diretor Geraldo Campos... Em junho de 1952, um ano depois da primeira apresentação, voltava o TENSF à mesma casa de espetáculos desta feita

102 Fonte: O Mutirão, Ano I – São Paulo ~ 1958: 1.

com o "Filho Pródigo" de Lúcio Cardoso, com Hevelon de Oliveira, José Brochado, Samuel Santos, Áurea Campos, Helena Holmar e outros. Direção geral Geraldo Campos... Para as comemorações dos 70 anos de Abolição foi encenada no Teatro Leopoldo Fróes, a tragédia "Laio se matou" de Augusto Boal.103

O TEN de São Paulo teve uma duração inferior – cerca de oito anos- e menor interferência na vida político social da cidade, se comparado ao TEN do Rio de Janeiro. Ainda assim, o grupo influenciou fortemente as artes dramáticas em São Paulo (Cuti, 1992). As mesmas dificuldades estruturais enfrentadas pelo grupo de Abdias do Nascimento no antigo Distrito Federal, foram experimentadas, pela organização de São Paulo. O TEN paulista, com a apresentação de uma peça de Eugene O'Neil, participou de um festival no Teatro João Caetano (SP), sagrando-se vencedor na categoria melhor atriz com a apresentação de Nair Araújo (Cuti, 1972).

O grupo foi dirigido inicialmente por Geraldo de Campos que depois teve que se mudar para o Rio de Janeiro, por razões de trabalho e passou a liderança para Dalmo Ferreira. Este havia estudado teatro no Rio Grande do Sul, antes de radicar-se em São Paulo. Sob a direção do segundo, o grupo passou a inserir nos textos teatrais, músicas, poesias e cultura popular (Cuti, 1992). O que permitiu, em algumas produções, efeitos diferenciados daqueles obtidos pelo grupo de Abdias do Nascimento.

103 Fonte: O Mutirão, Ano I – São Paulo – 1958: 1.

Associação Cultural do Negro (SP)

Associação Cultural do Negro (ACN) foi fundada em 1954 (Andrews, 1991). Suas principais atividades foram palestras, debates e aulas noturnas. Tinha um grupo de jovens que era associado a dois outros grupos teatrais: O Teatro Experimental do Negro (em sua versão paulista) e o Teatro Brasileiro do Povo (Andrews, 1971). A ACN surge como uma iniciativa de congregar as lideranças negras paulistas para, de forma organizada tomar parte nos festejos pelo quarto centenário da capital do Estado. Em virtude do alijamento da contribuição dos negros nos festejos e diante da visibilidade atribuída pelos órgãos oficiais às colônias de imigrantes, dá-se curso à criação da ACN (Cuti, 1992). Sobre este tema se expressava José Correia Leite: *“Achei que uma entidade cultural de propaganda, em defesa dos valores negros, isso era o suficiente para a presença do negro no movimento cultural e cívico da cidade”* (Cuti, 1992).

Embora inicialmente criada apenas como um grupo voltado à área da cultura, a ACN, acabou tomando parte em diversas atividades e momentos político sociais da capital. Por esta razão atraiu, para seus quadros, novas e tradicionais lideranças da comunidade afro-paulista. Passou, por isto, a ser o grupo de referência da organização político social da cidade. Mantinha um estreito diálogo com o Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro, notadamente com a colaboração de Rodrigues Alves e Ironildes Rodrigues (ambos do TEN / RJ). A ACN costumava convidar acadêmicos e escritores a ministrar verdadeiras aulas sobre líderes negros. Esta prática se revestia de importância, se considerarmos a ausência, à época, de uma bibliografia mais robustecida que pudesse subsidiar os ativistas, sobre aquela temática. Dentre os diversos nomes, o de Luiza

Mahin (Mãe de Luiz Gama) e do próprio Luiz Gama estavam entre os momentos de formação e construção de uma massa crítica, sobre o tema.

"A gente podia dizer que o Machado de Assis era mulato, mais isso não entusiasmava ninguém. Então, de negro importante no Brasil a gente citava o Cruz e Souza, Rebouças, Patrocínio, Luiz Gama e esporadicamente, alguns falavam em Dom Silvério Gomes Pimenta"
(Cutí, 1992).

Todo um ano de atividades em alusão aos setenta anos da Abolição da escravatura, está ente o currículo da organização. Um dos momentos pontuais daqueles meses comemorativos foi a série de palestras que contou com a participação de vários acadêmicos. As apresentações feitas durante aquele ano transformaram-se no primeiro caderno da Série Cultura Negra, em 1958. O segundo livro da coleção versou sobre a vida de Cruz e Souza. Num total de cinco números, houve um volume sobre Nina Rodrigues, um outro sobre Cultura Negra e outro intitulado "*15 Poemas Negros*" (Cutí, 1992). Em pleno período inicial de luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e da articulação em diferentes países contra o *apartheid* sul africano, a ACN organizou um ato de repúdio contra a discriminação racial nos dois países. Como resultado houve a indicação para a instalação de um Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos (Cutí, 1992). A partir de 1960 o grupo publicou (em cinco edições) a revista Niger. O número três foi em homenagem à Carolina Maria de Jesus, autora do livro *Quarto de Despejo*.

Dando prosseguimento ao seu perfil de comemorar datas cuja significação pudesse ser relacionada à comunidade negra, a ACN organizou, em 1961 os festejos referentes ao

centenário de nascimento de Cruz e Souza. Um dos pontos altos da solenidade, que contou com vários palestrantes, foi a professora Eunice de Paula Cunha que falou sobre a mulher negra (Cutí, 1972) 104. Outro momento a ser ressaltado foi a inauguração de um retrato do poeta na praça Dom Jose Gaspar, na capital Paulista. O solene discurso foi proferido pelo, então, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde. Entre o público presente, encontrava-se o professor Florestan Fernandes (Cutí, 1992).

A preocupação com a formação educacional dos seus membros - tão características das diversas organizações negras, que temos abordado neste capítulo - também na ACN ocorria. Seus associados organizaram cursos de inglês, matemática português e oratória (Cutí, 1992). O grupo mantinha suas despesas de aluguel e demais compromissos financeiros através da realização de pequenas festas e do pagamento das mensalidades dos sócios (Cutí, 1992). Jose Correia Leite era presidente do Conselho da ACN. Ele nunca foi presidente do grupo, embora, devido à sua experiência e visibilidade, no que se refere à luta contra a discriminação racial no país, sempre fosse visto como referência na organização. Em conseqüência, acabava desempenhando mais tarefas do que o seu cargo definiria (Cutí, 1992).

Queremos reiterar uma vez mais, o principal objetivo deste capítulo. Nossa finalidade é fazer uma apresentação, embora breve, de alguns grupos que cooperaram para o que estamos designando de ambiência de ativismo afro-brasileiro, nos anos subseqüentes ao final do Estado Novo. Grupos que tornaram possível uma construção coletiva do movimento social negro da época. Vimos também que

104 A Professora Eunice de Paula Cunha (Dona Nice) era articulista no Jornal O Clarim da Alvorada, nos anos trinta. Vivendo hoje em São Paulo, acredito que o movimento negro brasileiro esteja a dever-lhe um livro de memórias e homenagens.

algumas deles não foram inseridos nas análises dos trabalhos UNESCO, naquelas cidades. Por outro lado, mesmo quando analisados, a preocupação daqueles estudiosos não se voltou para a dinâmica interna das realizações dos referidos grupos. Seguindo este mesmo exercício, de percorrer avenidas pouco trilhadas por aquele teóricos dirigimos nosso sobrevôo à cidade de Belo Horizonte.

Associação José do Patrocínio (BH)

Nascido em Barbacena (MG), foi o soldado Antonio Carlos responsável pela criação do Centro Cívico Palmares em São Paulo, no final dos anos trinta. O objetivo inicial era estabelecer uma biblioteca voltada à comunidade negra. Este embrião organizativo resultou na constituição da Frente Negra Brasileira reputada hoje como um dos momentos de maior representatividade político social dos negros brasileiros, no pós República.

O mesmo soldado Antonio Carlos migrou para Belo Horizonte e na capital mineira criou – no início da década de cinquenta - a Associação José do patrocínio. Este grupo chegou a ter cerca de mil e quinhentos sócios. A Associação é considerada como o primeiro grupo de negros organizados na cidade, no período pós Estado Novo. *“Quando nasci, já existia em minha casa biblioteca, só de livros sobre assuntos afro- brasileiros. Papai, às vezes, atrasava o pagamento do armazém para comprar livros.”*¹⁰⁵. Entre os fundadores estavam o Sr Francisco Silvestre, Alcebiades Laudelino Souza, Jose Inocência Marçal, Osvaldo Jesus de Castro. Embora idealizador do grupo, o então, coronel Antonio Carlos não era o presidente da associação, ficando o cargo para Levir Jose de Souza.

O grupo desenvolvia diferentes atividades. Cursos de corte e costura e bordado conviviam

¹⁰⁵ Suplemento literário de Minas Gerais. (Pág 22).

com aulas de português, numa sala, matemática em outra, além de informações sobre cultura negra. Todas realizadas na sede localizada numa casa alugada à Av Brasil, nº105 em Belo Horizonte. A versão mineira de cultura negra representada pela Associação José do Patrocínio é assim relatada por Efigênia Carlos Pimenta, filha do Coronel Antonio Carlos.¹⁰⁶

"Naquele tempo se falava da importância nossa como negro. Como que a gente devia se comportar. Só que o discurso era outro. Não pode errar. E que pra gente ser gente tinha que estudar, nos alfabetizar. Tinha que fazer muita biblioteca em casa, tinha que ler bons jornais".

Os bailes e concursos de beleza, comuns na época, também eram organizados pelo grupo. Outro ponto interessante a observar na Associação Jose do Patrocínio - que igualmente identificamos em outros grupos do período - é a interlocução com autoridades locais. Suas presenças constituíam um dos pontos de reconhecimento, diante da sociedade local. Neste sentido, nos informa Pimenta: *"Nós recebíamos visitas de Prefeito que geralmente iam lá na Associação entregando faixas para princesas..."*. Dos costumeiros palestrantes da associação estavam ativistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de prefeitos e ou candidatos, a procura de votos.

Embora tendo estabelecido-se em Minas Gerais, o então coronel Antonio Carlos continuava em contato e em colaboração com os ativistas de São Paulo, como vemos na pequena nota publicada no Jornal Alvorada (Janeiro, 1946). Uma missiva de sua autoria

¹⁰⁶ Entrevista dada á autora em Julho de 2003, em BH.

foi assim transcrita: "*Agradecendo a bondade dos exemplares de Alvorada que me foram endereçados comunico ter enviado um auxílio por intermédio do Banco do Brasil*"¹⁰⁷.

Sua atuação política o levava a deslocar-se da capital mineira para outros centros, quando da realização de encontros concernentes às questões de interesse da comunidade negra. Assim é que seu nome figura entre os participantes da Conferência Nacional do Negro, já abordada neste capítulo.¹⁰⁸

A questão das dificuldades econômicas encontradas pelo grupo, para desenvolver suas atividades é presente em diversas outras organizações, as quais temos pesquisado. Na Associação José do Patrocínio, não era diferente. "*Nós cotizávamos. Ninguém tinha dinheiro. Eu ia cedo fazer uns salgados, a outra, levava umas rosas para enfeitar as mesas*". A Associação José do Patrocínio tem sido estudada como um grupo voltado apenas às atividades recreativas. Entre seus objetivos não constariam uma preocupação mais acurada com os debates e reflexões dos temas políticos de sua época (Cardoso, 2002). A esse respeito, no entanto, refere-se a professora Efigênia Pimenta, ao responder sobre a razão pela qual a associação havia encerrado seus trabalhos, após dezoito anos de atividades: "*quando uma associação é de conscientização, ela tem vida curta. Se ela fosse recreativa[...] se tivesse apoio político ela ia mais longe*".

Desejamos observar que talvez o aspecto híbrido de uma organização voltada ao lazer - como seu próprio nome informa - e o seu objetivo de construção de uma identidade racial deva ser levado em conta, em futuros trabalhos, que se detenham a analisá-la mais recortadamente ¹⁰⁹. Pautamos esta observação, a partir de nossa pesquisa sobre o

¹⁰⁷ Jornal Alvorada. São Paulo- janeiro de 1946: 2

¹⁰⁸ O Quilombo, 2003: 40

¹⁰⁹ Em Belo Horizonte, atuava a Turma Auri Verde e o Grêmio Literário Cruz e Souza (Nascimento, 1999).

Renascença Clube, no Rio de Janeiro (Silva, 2001). Tradicionalmente o Renascença tem sido visto como uma organização meramente recreativa. Nossos estudos demonstraram que desde sua constituição, uma identidade étnico racial estava sendo formatada pelo grupo.

Conclusão das organizações negras

Nosso alvo não foi esgotar aqui a citação de todas as organizações negras daquele período. Inicialmente porque pesquisas mais ampliadas para este fim, estão por ser feitas. Em segundo lugar, porque não comportariam o escopo de abrangência deste estudo. Nosso intento foi apenas dar uma idéia do nível de movimentação no Brasil, em torno da denúncia e desmantelamento do racismo e da discriminação racial. Queríamos também, trazer para o debate o espraiamento - em termos geográficos - das iniciativas coletivas, organizadas pelos negros.

O tema da insatisfação dos afro - brasileiros para com a sociedade se ampliava, cada vez mais para além do eixo Rio- São Paulo, fazendo surgir novos grupos, como vimos rapidamente. Paralelamente, outras organizações se propunham a constituir uma rede cuja abrangência se dava no interior e nas capitais dos seus estados. Neste sentido, abordamos algumas das organizações sediadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte surgidas nas décadas de quarenta e cinquenta. No capítulo que se segue, ao abordarmos a União do Homens de Cor (UHC) incluiremos também as cidades de Porto Alegre, Curitiba e Blumenau.

Os jornais do movimento negro: a visão de três autores

Antes de prosseguirmos, acreditamos ser oportuno voltar a ressaltar que nosso objetivo neste capítulo é procurar construir um painel das diferentes realizações do movimento social dos negros no período após 1945. Razão pela qual abordamos determinados aspectos dos encontros nacionais e procuramos observar algumas organizações negras em diferentes cidades, na mesma época. É com esta meta que nos aproximamos dos jornais negros, tendo neles um lugar privilegiado. Pretendemos vê-los como fontes de informação e testemunho do que temos procurado discutir neste trabalho. Ou seja, havia uma efervescência latente naquele momento da história social do país, com a emergência e reestruturação das organizações negras, para além do eixo Rio - São Paulo.

Assim, faremos inicialmente uma breve discussão bibliográfica com alguns autores que estudaram mais detidamente os jornais negros Bastide (1971), (Ferrara,1986) e Sodré (1999), e neste caso, a imprensa feita em São Paulo. Procuraremos recortar e analisar alguns artigos publicados em diferentes jornais produzidos por líderes negros nos estados de São Paulo, RJ, e Curitiba, entre 1945 e 1963. Nosso objetivo, neste tópico, é estudar as formas organizativas dos negros naquelas quase duas décadas, tendo como campo de pesquisa os jornais da imprensa negra. Por ora, como já informamos anteriormente, percorreremos alguns autores em sua análise sobre a imprensa produzida no estado de São Paulo.

Um dos primeiros autores a analisar a imprensa negra paulista foi Bastide (1971). Para este autor trata-se de uma "*imprensa adicional*", pois discute e debate os temas da grande imprensa, além de permitir que se examine e perceba sentimentos, atitudes e

anseios do grupo. Segundo Bastide, não é uma imprensa preocupada em trazer informações gerais, pois estas são buscadas pelos negros, de maior formação acadêmica e cultural, nos jornais da grande imprensa. Suas principais características seriam as de serem veículos de protesto e de educação.

Grande destaque nestes jornais tem o noticiário dos eventos sociais, como casamentos, bailes, recepções nascimentos e falecimentos. Tais colunas são analisadas por Bastide como uma estratégia para alavancar seu *status social*. Outra observação feita pelo autor é de que habitualmente estes jornais são vistos como constantes de uma imprensa elaborada por e para uma classe média negra, deixando de fora uma maioria da população. Tal visão é criticada por Bastide, pois este novo grupo, formado majoritariamente por profissionais liberais teria acabado de ascender socialmente, o que os transformaria em porta vozes de um grupo, ainda na base da pirâmide social.

O autor delimita também o período de sua pesquisa – entre 1915 e 1937 - dividindo-a em duas fases. Vista por Bastide, a primeira fase da imprensa negra em São Paulo inicia-se em 1915¹¹⁰. Embora centre seu olhar sobre os jornais negros publicados naquela cidade, o autor afirma que não há grandes diferenças entre estes e de outros estados, ou mesmo da América do Sul. Ou seja, o mesmo quadro analítico empregado para estudar os jornais da imprensa negra paulista, pode ser utilizado para outras regiões mais abrangentes. Há nos jornais daquele período uma forte influência do momento provocado pela I Guerra Mundial onde as aspirações por liberdade e igualdade contaminavam as forças populares e faziam eclodir no seio da comunidade negra “*aspirações por melhor sorte*” (Bastide, 1971:131).

¹¹⁰ Há registros de jornais negros publicados em Porto Alegre em 1892, Referimo-nos ao jornal O Exemplo.

A segunda fase avaliada por Bastide abrange o período entre 1930 e 1937. O grande marco desta fase, lembra o autor, é a criação da Frente Negra Brasileira. Assim, os protestos feitos a partir dos jornais ganham novos contornos com os negros organizados reunindo-se nas ruas e nas sedes recém criadas. A crítica relativa à instituição do Estado Novo, dá-se contra ou a favor, dependendo do grupo que esteja produzindo os jornais. Outra preocupação daquela imprensa, retratada no trabalho de Bastide, é a reação contra a massiva entrada de imigrantes. Estes novos atores teriam provocado o alijamento dos negros dos melhores postos de trabalho existentes na cidade de São Paulo.

Há, no entanto, de acordo com estes estudos, traços comuns na imprensa de ambas as fases, que ultrapassariam o constante diálogo com a sociedade em geral. A segunda fase para Bastide, marca um momento de apresentação das demandas daquela comunidade. É quando aparecem as denúncias de atos de racismo, com maior frequência. Seria então, o momento de mais atenção à reivindicação política (Moura, 1988). Alguns temas e demandas, no entanto, permaneceram durante aquele longo período de dezessete anos.

Outro trabalho representativo sobre a imprensa negra paulista é o de Mirian Nicolau Ferrara (1986:) que segue a periodização de Bastide e acrescenta um terceiro momento que se inicia em 1945 e vai até 1963. Ferrara analisa os jornais produzidos em São Paulo e menciona a existência de similares nos estados do RJ, MG, Paraná e RS. Também para Ferrara esta é uma imprensa que se volta para o seu grupo específico e como tal desconhece os grandes acontecimentos da sociedade brasileira do seu tempo. Tinham como finalidade "*reivindicar direitos e assim atingir a integração e a participação do negro na sociedade brasileira*" (Ferrara, 1986:25). Três são os aspectos ressaltados pela autora em sua análise sobre quarenta e oito anos daquelas publicações: A denúncia do

preconceito, a formação de uma identidade racial e a valorização da educação e da formação.

Durante o primeiro período, de acordo com as conclusões de Ferrara - tal como vemos em Bastide - são dados os passos iniciais na direção de uma consciência identitária racial ao lado do ensaio por uma integração social. Não escapa à autora a proximidade deste período com a Abolição da escravatura (três décadas). A Abolição seria vista pelos afro-descendentes como um patamar a partir do qual se poderia mensurar a baixa ascensão social do negro, após algumas décadas de libertação. A literatura, através da poesia, era uma das táticas empregadas pelos articuladores dos jornais. Os periódicos se esmeravam em tornar públicas as atividades sociais. Os clubes sociais e suas efemérides são construídos como locais de organização e união do grupo. Ferrara fala de um tripé de preocupações sobre o qual se volta a imprensa do primeiro período: indivíduo, família e sociedade. Esta última sendo constituída como o grupo dos negros aos quais se desejava comunicar.

O grande marco do segundo período (de 1930 a 1937), à luz das reflexões de Ferrara, pode ser estabelecido com a constituição da Frente Negra Brasileira em 1933. Há um maior crescimento dos artigos reivindicativos. Os temas presentes no primeiro período permanecem no segundo, mas seu tratamento será diferenciado. Abandona-se agora as metáforas reivindicativas e o reclamo por uma maior participação na sociedade é declaradamente impresso. O sentimento de patriotismo atua como fio condutor para as reivindicações de direito à inclusão social, sempre pautados numa construção coletiva possível, por meio da união de todos os negros. Valorizava-se a pessoa negra do presente, buscando na história nacional e internacional personagens negros que

poderiam contribuir- exemplificados em seu heroísmo - para a consolidação de um orgulho racial.¹¹¹

Ao lado da reorganização da sociedade democrática, com o fim do Estado Novo, reestruturaram-se também os jornais negros, a partir de 1945. Este então, será o novo marco para o estudo de Ferrara. Já agora sem a comparação com o trabalho de Bastide, que se encerra em 1937. As análises sobre os ganhos advindos da luta do negro até ali, são apontadas pela autora como contumazes nos jornais negros do pós II Guerra Mundial.

Numa breve abordagem sócio histórica sobre a imprensa negra no Brasil, Sodré (1999)- também, observando mais atentamente o fenômeno a partir do Estado de São Paulo - a divide em três fases principais. Sodré agrupa as fases denominadas por Ferrara de dois e três (entre 1930 e 1963) e acentua uma outra não incluída nos trabalhos de Bastide e Ferrara. Seria aquela surgida posteriormente ao advento do MNU (Movimento Negro Unificado) em 1978. Para este autor, a imprensa também se inicia em 1915 com a edição do jornal *O Menelick* e segue com o *Clarim da Alvorada*, o *Getulino* e a *Princesa do Norte*. Sodré afirma que “esta imprensa caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global”. (Sodré, 1999: 145).

Segundo o autor, a segunda fase da imprensa negra, principia com a Nova República tendo como marco, os jornais da Frente Negra de São Paulo. Além dos valores integracionistas encontrados na primeira fase - onde os hábitos e costumes sociais eram ressaltados - também posições político ideológicas assumidas em relação ao preconceito

¹¹¹ José do Patrocínio e Luiz Gama, entre outros.

de cor, eram tomadas. De tal modo, Sodré denomina de segunda fase um período que vai de 1930 a 1963. O autor agrupa, num único momento, o que para os autores anteriormente referidos estariam presentes em fases sócio - históricas distintas.

Com esta metodologia, Sodré deixa de considerar as diversas mudanças pelas quais passou o estado nação brasileiro e por conseguinte, as pessoas negras que nele viviam. Por outro lado, a inclusão da análise sobre os jornais dos anos setenta, efetuada por Sodré pode nos auxiliar a melhor entender os arranjos organizativos daquele período. A terceira fase, para Sodré, inicia-se nos anos oitenta, onde a influência do MNU, se espalha por todo o território nacional. Surgem as publicações onde identidade racial, denúncias contra o preconceito de cor, e análises sócio históricas do colonialismo ao lado da destituição do mito da democracia racial constituíam os principais conteúdos.

O quadro seguinte nos auxilia a perceber a existência de diferentes divisões do tempo histórico dos jornais publicados pelos grupos negros, a partir dos autores que aludimos aqui. Um ponto comum entre estes autores, no entanto é o marco inicial. Há uma unanimidade sobre o ano de 1915, como aquele onde surge o primeiro jornal negro paulista. Outro dado importante é a completa ausência de análise sobre os jornais durante o período de 37 a 45. A partir desses autores, se pode concluir que os jornais não foram produzidos durante a vigência do Estado Novo.

A tabela abaixo demonstra as diferentes divisões adotadas por cada um dos autores.

| Autores | 1.a fase | 2.a fase | 3.a fase | Cidade |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|---------------------|---------------|
| Bastide 1915 a 1937 | 1915 a 1939 | 1930 a 1937 | _____ | SP |
| Ferrara 1915 a 1963 | 1915 a 1923 | 1924 a 1937 | 1945 a 1963 | SP |
| Sodré 1915 a 1989 | 1915 a 1929 | 1930 a 1963 | A partir de 1978 | SP |

Tendo em mente que cada um dos autores, ao fazer esta divisão, analisou o perfil dos diferentes momentos, concluímos, que dependendo o autor com o qual se deseje dialogar, diferentes visões teremos sobre a imprensa negra produzida em São Paulo. Para efeito deste trabalho, nos debruçaremos com maior atenção, sobre o terceiro período analisado por Ferrara. Nossa pesquisa, portanto, cobrirá a periodização sugerida pela autora que inicia-se em 1945 e se estende até 1963. A razão desta escolha refere-se ao fato de estarmos tentando demonstrar uma mobilização significativa naquele momento sócio – histórico que é coincidente com aquele coberto por este estudo. Apenas em dois aspectos principais, procuraremos diferir nossa trajetória daquela, já muito bem traçada no trabalho de Ferrara. Primeiro na região abrangida pela pesquisa. Isto é, nos interessa observar alguns aspectos da imprensa negra nas cidades do RJ, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Logo, não é apenas a imprensa paulista nossa meta.

A segunda diferença metodológica de nosso trabalho, em relação à exaustiva pesquisa de Ferrara, reside na forma de aproximação daquela imprensa. Neste sentido, ao ter nos periódicos negros uma sólida referência de consulta, evitaremos determinar um estilo de

fazer político, emoldurante de uma determinada época, como fizeram Bastide, Ferrara e Sodré. Os jornais tem sido utilizados neste estudo, apenas como mais uma das fontes onde podemos alicerçar nossa hipótese sobre a existência de uma grande articulação nacional do movimento negro brasileiro entre 1945 e 1963. Não estaremos, portanto, analisando o conteúdo de cada jornal ou época em que foram publicados. Apenas tomaremos de empréstimo algumas declarações neles contidas, a fim de encaminhar nossa discussão.

O movimento negro a partir de seus jornais

Os jornais da imprensa negra podem ser vistos como reflexo das lutas e aspirações da comunidade negra de seu tempo, como veremos a seguir. Na sua edição de maio de 1948 o Jornal Alvorada, por exemplo, apresenta uma expressiva imagem de um homem negro forte com algemas em ambos os pulsos e uma corrente partida, em posição de ataque (ou defesa), encimada pelo seguinte texto:

“XIII DE MAIO – O DIA DE FÉ DOS NEGROS BRASILEIROS:

A expressão vitoriosa desta “silhueta” representa e caracteriza o símbolo de um ideal – na configuração de defesa de um princípio – que deve ser encarado, conscientemente, pelo negro brasileiro, nessa mesma atitude de luta. Luta de solidariedade na forma de recuperação dos prejuízos históricos. Luta em prol de seu alevantamento, demarcando o início de uma jornada que se destina ao reajustamento de todos, na integridade da pátria. Luta pelo encontro de si mesmo, nas órbitas de nossa comunhão de ideais e sociais, pelo aproveitamento de nossos valores dispersos e pela reestruturação de nossa base econômica. Luta pela libertação dos complexos e dos grilhões do atavismo que manietam as

aspirações de nosso altruísmo, nesta altura de um amadurecido 13 de maio"¹¹².

O texto acima foi impresso no canto esquerdo da página, ao lado do nome do jornal, o que demonstra a ênfase e realce dados pelos editores, à mensagem nele disposta. A conjugação da mensagem - onde a palavra luta é reiterada cinco vezes - com a postura belicosa do desenho são metáforas do momento reativo em que se encontrava a comunidade de líderes negros em São Paulo e em diversos pontos do território brasileiro. Note-se que esta mesma ilustração já havia sido utilizada no frontispício do Clarim da Alvorada na edição n. 4 de 13 de maio de 1928 e no jornal de n. 35 de 23 de agosto de 1931 (Fernandes, 1965). O que já nos vale para entender que diferentemente do que afirmam os autores estudados - no que se refere à vertente reivindicativa dos jornais negros - estas não se iniciaram apenas após os anos quarenta. Outra possibilidade de análise que nos empresta esta notícia é o fato de que em três décadas diferentes a mesma figura foi utilizada, sem que houvesse ocorrido uma ruptura de reivindicações e mensagens. Inúmeras são as chamadas para a organização social.

"PRECISAMOS DA AÇÃO

Não é fechando os olhos, nem cruzando os braços às ondas que estão naufragando os poucos negros que existem neste imenso Brasil que possamos nos salvar deles... Não concordamos com aqueles que nos chamam de indolentes e dizem que esta é a causa de nossa desgraça Não se cansam de dizer que os negros no Brasil são livres e gozam de igualdade perante os seus concidadãos. Não concordamos mais com esta igualdade

¹¹² Jornal Alvorada. São Paulo Ano III, ns. 31/32. 1948

hipotética... Quando chamamos providencia a quem é de direto providenciar é tão somente para minorar os desprezos que caem sobre os descendentes desse povo que tanto deu ao Brasil, e que agora são postos à margem de sua atividade” 113

Os jornais eram também o veículo através do qual a coletividade negra se inteirava dos acontecimentos sociais de seu grupo, das realizações políticas e da convocação para a organização contra o racismo e a discriminação racial. Supria, portanto, a defasagem neste sentido, percebida na chamada grande imprensa. Andrews, referindo-se ao importante papel daqueles jornais, menciona que neles se pode ver revelada a situação econômica na qual viviam os líderes negros (seu estudo é voltado para o Estado de São Paulo), bem como suas preocupações e interesses (Andrews, 1992).

“NEGRO!!! VOCÊ É IMPORTANTE.

Negro!!! Não se esqueça disto: Você é importante, importantíssimo. A sua cor, esse tão decantado problema não pode e não deve influir em seus designios. Lembre-se que uma coisa ninguém lhe poderá tirar: a personalidade... Quando mesmo se sabe que a economia nacional sempre descansou nos ombros fortes dos filhos da Mãe Preta, dá vontade de gritar a plenos pulmões: Déem-me o que me pertence. Nossos direitos são iguais” 114

113 .Por Ovidio P. Santos. Jornal Novo Horizonte: São Paulo. Ano I nº3 – julho 1946 : 3

114 Fonte: Por A. de Camargo. Jornal Novo Horizonte – São Paulo, julho 1947 Ano II nº12: 1

Diferentemente dos períodos anteriores, os negros organizados sentiam-se como partícipes da sociedade brasileira, além de responsáveis por sua construção e como tal merecedores de direitos e benesses. Pleiteavam, o direito à educação, para que apoiados nela pudessem ascender na pirâmide social. As denúncias contra a discriminação racial se repetiam nos periódicos negros. Algumas vezes retratando situações vivenciadas ou reveladas pela comunidade negra. Outras, como na matéria seguinte, repercutiam notícias já veiculadas na imprensa convencional.

PROTESTO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

' Publicaram os jornais desta capital, um protesto feito da tribuna da Assembléia Legislativa, na sessão do dia 24 último pelo Deputado Márcio Porto. O tópico desse protesto que temos em mãos, apenas faz referência à orientação de uma determinada indústria de São Bernardo do Campo, a qual se recusa a empregar no quadro de seus trabalhadores, elementos de côr, nortistas e nordestinos. Isto é o bastante para demonstrar a evidência da discriminação. E como nós aqui, como é óbvio, não podemos deixar de manifestar a nossa repulsa e nos associarmos, em nome da coletividade negra, a esses protestos e contra esses atos discriminativos que já vem se notando, de há muito, em nossa capital".¹¹⁵

Desta forma, estes periódicos são importantes referenciais quando se pretende analisar o

¹¹⁵Fonte : Jornal o Mutirão. Junho, 1958. Ano I n. 2

pensamento da *inteligência* negra da época. Atuam, ao mesmo tempo, como valiosos instrumentos para o entendimento das matrizes argumentativas das lideranças negras do período ora estudado. Ferrara também aponta, nos seus estudos, que são as reivindicações por “*integração, participação e ascensão na sociedade brasileira*” (Ferrara, 1986: 83) a motivação para a existência destes jornais. Trata-se, então, de acordo com a autora, de uma perseguição pela cidadania como brasileiro, a bússola que norteia aquela imprensa, independente de seu período de concepção. Ferrara aponta que apenas o Novo Horizonte (dirigido por Arnaldo de Camargo e Aristides Barbosa) destoava do ambiente constituído pelos jornais da época. Sua preocupação maior eram as atividades culturais desenvolvidas pelos demais grupos. Desta forma, a ausência de maiores estudos sobre a imprensa negra, para além do eixo Rio- São Paulo, não se constitui num impeditivo de se analisar jornais de outros estados, amparados nas análises sobre os periódicos paulistas.

No Rio Janeiro, por exemplo, solidificava-se naquele momento uma imprensa negra na cidade, onde os jornais O Quilombo, O Redenção e A Voz da Negritude eram os principais representantes. O Quilombo, com seu subtítulo: “*Vida problemas e aspirações do negro*”, dirigido por Abdias do Nascimento, era o combativo órgão da imprensa preocupado em analisar as conseqüências do racismo sobre a população negra. O espírito organizativo em função da arte e da conscientização racial, mais que a mera inserção na sociedade, era constante no periódico. “*Trabalharemos Unidos para um Brasil melhor*”, este é o subtítulo do jornal Redenção dirigido por João da Conceição. Aquele informativo apresentava como princípio, a formação educacional do negro a fim de prepará-lo para alcançar uma posição superior na hierarquia social. O terceiro periódico, A Voz da Negritude, era o Jornal da União dos Homens de Cor (UHC) de Niterói. Basta que observemos as sessões de cartas de diferentes jornais para percebermos o interno fluxo de

informações entre as regiões, como mostra o Jornal Alvorada.

“Uma calorosa carta cheia de entusiásticas considerações, recebeu a secretaria da A.N.B do Sr Frelolino Ferreira que em Porto Alegre, se propõe a articular um Movimento que se oriente nas bases dos planos da A.N.B.”

Mais adiante, naquele mesmo jornal vimos a seguinte missiva:

“Outra carta da cidade de São João da Boa Vista. Nessa adiantada cidade da linha Mogiana, foi o plano inicial da A.N.B, muito bem aceito, escrevo o Sr João Franco da Silva cuja intenção é de organizar e promover nessa localidade um movimento nesses mesmos moldes”¹¹⁶

Os jornais representavam pólos aglutinadores dos negros em geral, estimulando a existência de uma comunidade política e mesmo familiar. Esperava-se que o senso de solidariedade pudesse contribuir para afastar as influências das ideologias de inferiorização dos negros, ainda permeantes na sociedade brasileira. Poderíamos pensar que é em resposta à uma persistente visão discriminatória que esta imprensa se expressava. Uma tática usual era documentar a existência e realização de atividades desenvolvidas por grupos pares em outras localidades.

¹¹⁶ Jornal Alvorada, São Paulo. 28 de setembro de 1945: 2

"O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO DO RJ.

Não podemos deixar de consiguinar aqui duas palavras em torno dessa grande e vitoriosa realização que é o Teatro Experimental do Negro na capital do país. É uma obra de elevado mérito pela sua concepção e originalidade. Deve –se isso a um punhado de jovens intelectuais negros, tendo à frente Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves. Daqui enviaremos aos bravos amigos os nossos parabéns"117

Através da imprensa negra, pode-se também perceber, segundo Ferrara, um diferencial de expectativas sobre a educação. Assim, embora, ao longo da história social dos negros paulistas a educação tenha sido uma importante referência de ascensão, a forma de sua apropriação se modificará ao longo do tempo. Ferrara lembra que no período entre 1919 e 1937 (que perfazem o primeiro e o segundo momento da imprensa negra paulista, de acordo com sua periodização) a educação era estimulada a partir de uma responsabilidade dos pais para com seus filhos. Os quais deveriam permitir, a estes um futuro com maior *"aperfeiçoamento cultural e intelectual"* (Ferrara,1986: 152).

Nos anos seguintes a 1945, no entanto, a educação é o meio através do qual os negros poderão chegar a melhores postos de trabalho e por conseguinte auferirem condições econômicas mais propícias. Trata-se, portanto, de mudança não apenas de formação, mas também, e principalmente de classe social. Assim, deixava o âmbito meramente doméstico e ganhava a esfera pública. Também os poderes constituídos tornavam-se agentes a serem demandados por uma educação ao alcance de todos. Não é abandonada,

117 Jornal Alvorada. São Paulo. 28 setembro de 1945: 1

no entanto, a estratégia denunciativa, sendo a educação um dos lugares possíveis de realização deste novo momento.

*“No Brasil não obstante a “ausência oficial” de preconceito de cor, nós o sentimos em diversos setores. É comum, quando se diz em determinados educandários não é permitido ao jovem de cor se matricular, surgem acomodados dizendo enfaticamente: A questão é econômica [...]. Aí esta no colégio Notre Dame de Sion, que não aceita alunas negras, mesmo que elas se sujeitem a pagar as pesadas mensalidades. No mesmo caso se encontram os colégios Andrews, Benett, Santo Inácio, N. S. de Lurdes e tantos outros, para citar apenas estes estabelecimentos secundários”.*¹¹⁸

Tão audível se faz esta denúncia de preconceito racial impeditivo de ingresso de alunos negros nas escolas de maior prestígio, que mesmo a imprensa regular faz repercutir este reclamo.

“ÚLTIMA HORA DENÚNCIA NUMEROSOS ESTABELECIMENTOS QUE VIOLAM A NOVA LEI CONTRA O PRECONCEITO RACIAL...

(...) existem preconceitos de cor, como existe no ensino particular, a ponto de uma funcionária do Colégio Santa Marcelina, à rua do Açude nº250 ao Alto da Tijuca, declarar,

— Não aceitaremos gente de cor! É inútil tentar!

O orfanato do Colégio da Imaculada conceição, Por exemplo, à praia de Botafogo, nº266, faz discriminação de cor mancha infamante dos Estados

¹¹⁸ Haroldo Costa. Quilombo, 2003 : 22.

Unidos e que se emprega no Brasil através de uma serie de artificios. No referido estabelecimento religioso responderam:

— Não costumamos receber pretas!

Ante a insistência do jornalista que teria afillhada preta para internar, obteve a melancolia resposta:

— É melhor não mandar a mesma para não perder tempo..."¹¹⁹

Além das estratégias de manter na imprensa os diversos casos de racismo, uma outra adotada pelas lideranças negras foi a de inserirem-se em alguns partidos políticos e saírem candidatos nas eleições de 1950. A abertura do sistema democrático incentivava a formação de novos partidos políticos que, segundo Ferrara, estimulou uma maior participação política de brancos e negros. Assim, os jornais vão retratar as candidaturas de várias lideranças. Ferrara (1986) chama atenção para a influência do momento de abertura política refletida nos jornais paulistanos.

"OS CANDIDATOS NEGROS

Causou espécie e, mesmo por parte de certa imprensa, algum alvoroço, o fato de se constatar que a presença de um candidato negro, na legenda do P.S.D seção Florianópolis ... O Sr. Jose Ribeiro que é uma brasileiro de pele escura quando foi incluído na chapa do Sr. Nereu Ramos por certo, foi por seu merecimento. No entanto, logo foi molestado e alvo de ataques, apenas por ser negro"¹²⁰

Vários jornais da imprensa negra se posicionaram a favor da campanha de diversos candidatos afro descendentes. No caso do Rio de Janeiro, o jornal Quilombo, dirigido por

¹¹⁹ Fonte: Última Hora, 18 de junho de 1951, nº6, Ano I: 6.

¹²⁰ Jornal Alvorada. São Paulo, Novembro de 1947, Ano III nº26 :3

Abdias do Nascimento, vai defender sua candidatura e de outros afro-brasileiros da cidade.

"O T.E.N. DIRIGE-SE AOS PARTIDOS POLÍTICOS

O Teatro experimental do negro acaba de enviar aos presidentes dos diretórios de todos os partidos políticos do Distrito Federal o seguinte ofício: O Teatro Experimental do Negro tem entre outros objetivos, o de estimular o desenvolvimento da capacidade política do homem de cor brasileiro. Uma das maneiras de realizar este objetivo é de proclamar e ressaltar, perante os leitores do periódico QUILOMBO, os méritos de negros e mulatos no âmbito da ação cívica e da atividade política. Nestas condições, vimos solicitar a V.Excia, nos informar quais os nomes e os respectivos endereços dos negros e mulatos que serão candidatos desse partido, no Distrito Federal, nas próximas eleições de 3 de Outubro. De posse desses dados, a redação de quilombo irá entrar em contacto com os candidatos afim de fazer em suas paginas, gratuitamente, a propaganda dos mesmos." 121

A campanha para as eleições de 1950 contou com a adesão de jornais paulistas como "Mundo Novo" e "Novo Horizonte" que se transformaram em propagandistas de líderes negros representantes de diversos partidos.

"Ao povo de São Paulo aos negros de São Paulo a Mulher Negra Sofia Campos Teixeira é a candidata que apoiamos para deputada federal. A única mulher negra que disputa as eleições, sob a legenda de um partido

121 () Quilombo, 2003: 87.

democrático... Militante fundadora desse partido, a professora Sofia Campos Teixeira, que há... muitos anos vem desenvolvendo uma luta em prol dos direitos de sua raça, tão menosprezada... Apesar de sua contribuição tão decisiva para o progresso do Brasil, Sofia Campos Teixeira tem participado de todos os movimentos de emancipação não só dos negros, mas ainda da mulher que trabalha defendendo os seus direitos e preparando o caminho da sua emancipação....São Paulo setembro de 1950"

Há uma constante nas linhas e entre linhas daqueles periódicos que superam as diferenças estabelecidas por fronteiras geográficas. Assim sendo, alguns temas persistiram para além das distâncias. Ou seja, aquela imprensa, embora produzida numa região, mantinha uma interlocução constante com grupos organizados em outros estados da federação, sobretudo no período que ora estamos estudando.

"NEGROS, CONDUZAM PELA FORÇA DE SEU VOTO

- Para deputado federal : Jorge Prado Teixeira.

- Para deputado estadual : Jaul Joviano do Amaral e Aurinos dos Santos, Candidatos da M.A.B.E.C. (Movimento Afro Brasileiro de Educação e Cultura)¹²²

Neste sentido, vale que notemos a observação de Weffort (1980) quando nos lembra a respeito da importância do voto para demonstrar a força política do povo. Ressalta, no entanto, o autor sobre a diferença entre povo e "corpo eleitoral". Dito de outra forma,

¹²² Jornal Novo Horizonte. Ano VIII- setembro 1954 nº1: 6.

numa sociedade como aquela - anterior aos anos cinquenta - grande parte dos brasileiros era impedido de expressar sua opinião política através do voto, por ser analfabeta. Estando a maioria da população negra nas mesmas condições, as várias organizações do movimento social negro vão tomar a si a responsabilidade de organizar turmas de alfabetização.

Outro dado importante a ser considerado sobre participação popular via voto reside - também, baseado em Weffort (1980) - na impermeabilidade dos partidos políticos para a participação junto a setores populares. Isto é, a candidatura dos afro-brasileiros por diferentes partidos, não garantia a eles a discussão dos direitos por cidadania, baseados na exclusão e desigualdades raciais. Esta não seria uma das bandeiras dos partidos. A relação política passava então a ser - para usar uma expressão de Weffort (1980) - uma *"relação de indivíduos"*. Dito de outra forma, cabia aos candidatos negros, garantir, eles mesmos, a propaganda de seus nomes e metas. Por outro lado, a carência de espaço político dentro dos partidos acabava por indiretamente contribuir para reforçar os elos de uma rede de lideranças. Daí, a imprensa negra ser empregada como divulgação não apenas dos candidatos locais, como também de outras regiões, como vimos anteriormente.

Os jornais da imprensa negra, portanto, ajudam-nos a configurar um quadro de júbilo e movimentação em diferentes estados do país, em torno de uma crescente identidade étnico racial, por parte dos afro-descendentes. No entanto, estes periódicos ficavam a cargo, em muitas ocasiões, das vicissitudes financeiras de seus diretores. Ferrara (Ferrara,1986) corrobora a influência do aspecto econômico sobre aqueles jornais, referindo-se à ausência de padronização de número de páginas, tamanho e mesmo de uma

irregularidade na impressão.

*“Para fazer o Novo Horizonte a gente se cotizava e pagava a edição do jornal, então a gente sempre marcava pro jornal sair no dia dez de cada mês, porque era o dia em que todo mundo tinha dinheiro. O jornal foi mantido durante dez anos assim, nessa base. [...] Era uma jornal contra o racismo, que era sensível mesmo”.*¹²³

Também Moura (1988) e Bastide (Machado, 1973) referem-se às dificuldades que cerceavam a expansão dos jornais produzidos pelas lideranças negras. O que lhes impedia maiores tiragens ou uma longevidade mais expressiva na sua vida editorial. Ainda assim, Moura ressalta sua grande importância sócio cultural, por espelhar os estilos de vida daquela comunidade

“Seu êxito se deve a homens humildes como Tio Urutu, que era um cozinheiro do Instituto Disciplinar, como José Correia Leite, que era auxiliar de uma drogaria, o qual além de escrever e orientar o jornal, tirava dos seus parcos vencimentos uma parcela para mantê-lo, para que pudesse sair com alguma regularidade. [...] O Jornal Clarim da Alvorada [...] não teve caixa e, como o objetivo da imprensa negra era difundir à comunidade negra as suas idéias, os seus organizadores nunca procuraram organizações financeiras pra ajudá-las [...] sem praticamente anúncios, ela vivia da solidariedade. Foi dentro deste espírito que a imprensa negra viveu por quase vinte anos.” (Moura, 1988: 215)

¹²³ Aristides Barbosa. In: Frente Negra Brasileira: Depoimentos / entrevistas e textos: Márcio, Barbosa; organizador Quilomboje. São Paulo: Quilomboje, 1998: 26.

Os periódicos negros, desde a década de vinte, atuavam como referências de educação continuada à distância quando ressaltavam a importância do atendimento aos atributos morais da época. Acrescentaríamos que este didatismo se encontra presente mesmo nos periódicos subsequentes. A nosso juízo, quando estes jornais são focados sobre cada um de *per si* - não num grupo delimitado por período ou região - permitem que percebamos que havia muito mais que uma linha ascendente de estratégias de abordagem conceitual, reivindicatória ou denunciativa.

Se tivermos em conta as dinâmicas do racismo na sociedade nacional, alimentado pelas teorias científicas do século XIX, que se estenderam no imaginário social até os nossos dias é em última análise em direção à sua demolição que os jornais se erguem. Podemos surpreender aqui - embora de forma breve - a utilização da imprensa como púlpito de onde se procurava atingir corações e mentes na sociedade, ora denunciando, ora reivindicando e outras dialogando. Qualquer que fosse o tom do discurso, o que não se perdia como meta, era colocar na ordem do dia a questão, até então tabu, do racismo e da luta contra este, em terras brasileiras.

Conclusão

Vimos até aqui, uma parte expressiva do que foi a intensa articulação do movimento negro organizada no período pós quarenta e cinco. A experiência dos anos vinte e trinta em São Paulo, com a Frente Negra teria fortalecido o discurso, as análises e a práxis, renovando as lideranças atuantes no pós Estado Novo. Assim, segundo Fernandes (1965), os movimentos sociais negros passam a perceber, num horizonte mais ampliado, que as barreiras impeditivas da inclusão do negro não repousavam apenas na ausência de solidariedade coletiva ou na ínfima formação educacional da maioria da população. O autor vê neste período o limiar do

estabelecimento de uma compreensão, por parte daqueles líderes, de que a exclusão a que eram submetidos na “sociedade inclusiva” era fruto de uma postura racializada inculcada na sociedade brasileira. O autor observa que entre 1945 e 1949 – em São Paulo- são estabelecidas as bases para uma *“implantação definitiva da gente negra”* (Fernandes, 1965: 90). São fomentadas, a partir daquele momento, as análises de que “o problema do negro” longe estava de ser apenas dele. Ou seja, não estava na população negra a responsabilidade unilateral pelas desigualdades a que vinha sendo exposta (Fernandes, 1965: 90).

Procuramos apresentar, neste capítulo, um quadro narrativo onde os grandes eventos nacionais, as organizações negras em diferentes estados, algumas de suas lideranças mais reconhecidas e suas demandas expressas nos jornais publicados pelos afro-brasileiros pudessem testemunhar, eles mesmos, o que desejamos demonstrar neste trabalho sobre a pulsante veia organizativa dos negros naquele período. Em alguns momentos apresentados aqui, pudemos observar através da reprodução dos extratos dos textos jornalísticos, que havia uma interlocução - nem sempre amena - entre aqueles tribunos e a sociedade em geral. Esta última tão permeada pelo ideário de ausência de estereótipos, discriminações e racismos, no território nacional.

As lideranças negras passaram a adotar, portanto, técnicas e metodologias comuns a outros movimentos de reivindicações sociais, tais como o teatro, por exemplo. Suas admoestações ao sistema de relações entre negros e brancos eram uma insurgência que arrogava para si *“a solução de problemas ignorados ou descurados pelas elites no poder”* (Fernandes, 1965: 9). Deu-se uma espécie de convocação geral que ajudou a constituir um orgulho de ser negro e uma identidade racial coletivizada. Por conseguinte, o movimento espalhou-se para além das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, chegando mesmo a pequenas cidades. Neste sentido,

o documento final do I Congresso do Negro Brasileiro (São Paulo) em 1950 apontava para criação de uma Confederação Nacional de Entidades Negras (Costa Pinto, 1952). Independente do fato de haver ou não sido criada aquela confederação, sua mera citação já dá mostras da existência de uma teia de grupos, por grande parte do território brasileiro, que pudesse vir a sustentá-la.

Os três grandes encontros nacionais só puderam ser elaborados, mediante a participação de lideranças diversas, provenientes do seio de seus grupos e organizações específicas. Foram estas as propulsoras daqueles grandes fóruns de construção e re-elaboração do pensamento sobre raça e relações raciais brasileiras. Faz-se mister, no entanto, compreender que a realização daquelas três conferências nas duas cidades (Rio e São Paulo), é possibilitada pela existência de grupos em diferentes estados que uma vez conclamados acorrem aos dois centros motores (ou construídos como tal) da agitação político-cultural do país, no período seguinte ao fim da Ditadura Vargas.

As relações dos presentes - divulgada pela imprensa negra durante e após os encontros - fazem luz ao fato de que em várias outras cidades e capitais havia grupos negros organizados, e não apenas nas duas mais rotineiramente referidas pelos estudiosos. Assim sendo, procuramos abordar algumas organizações negras, sempre vendo-as como mais um dos modelos demonstrativos da insurgência presente no período de redemocratização no pós Estado Novo. Estivemos, portanto, procurando observar as manifestações identitárias da comunidade negra da época, representadas aqui por seus grupos reivindicativos.

A ocorrência de um clima propício à mobilização e o surgimento de novas lideranças, a ampliação do debate sobre racismo e discriminação racial na mídia escrita e a organização

em torno do tema foram parte de um todo incluídos num momento de democracia nacional e de lutas anti - racistas em outros países. A expansão dos jornais negros e a realização de encontros e conferências auxiliaram na solidificação do debate e projetaram uma contra argumentação no que se refere à democracia racial, em âmbito nacional. Contribuíram também para estabelecer novas identidades em diferentes camadas sociais. Atraíram aliados diversos e de setores plurais, do ponto de vista racial e cultural, transformando-os em porta vozes diretos. Como apontado anteriormente, nosso objetivo ao elaborar este capítulo era o de confrontar com parte dos achados de alguns autores (Roger Bastide, Florestan Fernandes e Costa Pinto) que estudaram o movimento social dos negros nos anos de redemocratização seguintes ao Estado Novo.

Nossa premissa é que o protagonismo do TEN (RJ) e da UNB (SP) ressaltadas em alguns trabalhos contribuíram para deixar ausentes daquele quadro de análise – num momento de grande articulação dos movimentos populares - inúmeros outros grupos em diferentes regiões do país. Dito de outra forma, acreditamos que para além do que pode ser visto pelo Projeto UNESCO havia uma plêiade de organizações negras em diferentes cidades do território nacional, ainda a serem localizadamente estudadas. O escopo deste trabalho não nos permitiria – nem tivemos a intenção de realizá-lo – uma volta ao campo anteriormente trilhado por cada um dos pesquisadores do projeto UNESCO. Portanto, não nos foi possível fazer uma exaustiva pesquisa sobre outros grupos que juntos permitiram uma ressignificação definitiva – de acordo com Fernandes - do movimento negro nacional. Ainda assim, continuaremos nesta trilha de desvelar organizações e grupos, pouco ou ainda não incluídos na preocupação das ciências sociais brasileiras, no capítulo vindouro.

Dizíamos na introdução deste capítulo, que nosso objetivo primeiro é estudar a UHC, contextualizando-a no "*Renascimento Negro*" dos anos quarenta e cinquenta. Assim sendo, apresentamos um mapeamento (ainda que não exaustivo) sobre o número de grupos e jornais negros em três cidades do país (RJ, SP e BH), nas décadas de quarenta e cinquenta. Passaremos agora a abordar a organização a partir da qual surge esta pesquisa e cuja trajetória, pretende ser estudada por este trabalho, a UHC ou União dos Homens de Cor.

Capítulo 3

UNIÃO DOS HOMENS DE COR: ASPECTOS DE UMA REDE NACIONAL

Nosso objetivo ao elaborar o capítulo anterior foi apresentar, de forma contextualizada, a multiplicidade de iniciativas tomadas a seu cargo, por diferentes organizações negras brasileiras, sediadas em algumas capitais do país. Os grupos e associações criadas pelos afro-brasileiros ajudavam a consolidar uma rede que se comunicava à distância através de sua imprensa ou numa relação inter-pessoal. Esta última se dava por meio de visitas individuais e coletivas ou quando da ocorrência de encontros nacionais. As diferentes formas de contato amparavam a criação de um alicerce sobre o qual se podiam estruturar seus discursos, práticas e ações. Acreditamos que esta atmosfera tenha sido o principal irradiador que veio a favorecer, não apenas o surgimento como também a expansão da rede a respeito do qual falaremos doravante, intitulada União dos Homens de Cor, Uagacê ou UHC.

A primeira parte deste capítulo, se voltará ao delineamento da estrutura da rede. O estatuto redigido por seus fundadores nos permitirá observar mais adiante, a conexão entre o sonho (a redação do documento) e a concretização deste, nas realizações do grupo, em ocasiões múltiplas. Suas atividades mais dirigidas ao apoio direto às necessidades materiais da população afro-brasileira também serão alvo de nosso olhar. A seguir voltaremos nossa análise para as parcerias estabelecidas pela rede - em alguns dos locais onde encontramos registros de sua passagem - e sua conexão com as demais atividades desenvolvidas pelo movimento social negro mais amplo.

O questionamento a respeito das teses, ainda presentes no senso comum nacional, de inferioridade e superioridade raciais, também pode ser constatado na fala dos líderes da

UHC. Procuraremos demonstrar esta insurgência em relação às teses acadêmicas, no tópico intitulado *assumindo uma postura critica*. Toda a expansão da rede não se deu sem que diferentes visões contribuíssem para multiplicações de outros grupos, com nomes semelhantes ou ações próximas, como veremos mais ao final do capítulo e que denominamos *surgem os filhos da UHC*.

O nascimento da futura rede UHC

A UHC surge numa conjuntura de um dos estados da federação – Rio Grande do Sul - que possui uma longa trajetória de iniciativas de insurgência por parte dos afro-brasileiros. Poderíamos citar aqui, a Sociedade Floresta Aurora fundada em dezembro de 1872 por um grupo de negros libertos, em Porto Alegre. Esta organização pode ser usada como marco que dá início à uma lista de outras criadas, na cidade, no século XIX. Sua fundação esteve ligada à assistência funeral e ao auxílio às famílias de sócios falecidos¹²⁴. Duas décadas mais tarde, já após a Abolição, surge em 1892 o Jornal O Exemplo que circulou até 1930 com alguns períodos de interrupção. No seu primeiro numero se podia ler:

“Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitamos e, por conseqüência, que também podemos nos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum astuto nos queira acoimar, ou seja, porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou

124. Fonte: Melo Neto, 2001

seja, porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme"¹²⁵

É esta ambiência, onde estes e outros grupos continuaram atuantes por mais de um século, que estimula a criação da UHC que foi fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943, pelo Dr. João Cabral Alves, apresentado no estatuto como farmacêutico e industrial. A Secretaria Geral ficava a cargo do também farmacêutico o Sr. Aristides José Pereira. O advogado Dr. Armando Hipólito dos Santos foi empossado como Inspetor Geral. A direção do Departamento Jurídico ficou sob a responsabilidade do advogado Dr. João Pereira de Almeida, ao lado da tesoureira nacional a Sra. Bianca Maria Papay, que assinou como doméstica. Dirigindo o Departamento de Saúde e Educação estava o médico Dr. Cesário Coimbra¹²⁶. O chefe da comissão de finanças era o funcionário público, senhor Euclides Padilha

A UHC constituía-se de uma complexa e sofisticada estrutura organizativa. As diretorias estaduais e municipais dividiam-se nos cargos de presidente (no município, denominava-se presidente ou chefe municipal), secretário geral (no município eram primeiro e segundo secretários), tesoureiro, inspetor geral, chefe do departamento de saúde e conselheiros / diretores. Os departamentos de saúde e de educação, em alguns estados, estavam sob a coordenação da mesma pessoa. A diretoria nacional, composta pelos fundadores, possuía a mesma formação que as estaduais, diferenciando-se apenas, pela existência de um consultor jurídico, designado para tal função. As diretorias

¹²⁵ Fonte: Melo Neto, 2001: 43

¹²⁶ Durante nossa pesquisa de campo em Curitiba (PR) encontramos o nome Cesário Coimbra entre as pessoas presas pelo DOPS em 1940. A ficha de cadastramento - não indica filiação, local de nascimento ou residência - a classifica-o como um *elemento revolucionário*, originário de São Paulo, preso e solto na mesma data. A falta de informações mais detalhadas, deixa dúvida diante da possibilidade de tratar-se de um homônimo ou do mesmo integrante da equipe que fundou o grupo.

estaduais e municipais também deveriam ter um consultor jurídico que não deveria necessariamente ser nomeado para este fim. Ou seja, acumularia com outra atividade diretiva desde que fosse advogado.

O grupo se sustentava nacionalmente numa rede articulada por chefes municipais da capital como indicava seu jornal: *"Os chefes municipais nomearão um chefe distrital para cada distrito de seus municípios, os quais organizarão as respectivas diretorias, compostas de tantos membros quantos se façam necessários, observando sempre a organização das diretorias dos municípios"* 127. Em 1948 a UHC do Paraná registrava vinte e seis zonas municipais da capital. No interior do estado, a rede mantinha-se a partir de inspetorias regionais que concentravam chefias municipais da mesma região, num total de vinte e três cidades que se mantinham em estreita comunicação, através de cartas e visitas.

*"Esteve entre nós o nosso consórcio Dr. Fernando Lopes de Oliveira, do Distrito Regional de Araçongas e diretor do Araçongas Jornal. Prestando esclarecimentos sobre o andamento de nossos trabalhos na região sob sua jurisdição, disse-nos S.S. da simpatia com que o povo tem acolhido a nossa sociedade.... Esperando-se que atinja em breve a apreciável cifra de dez mil membros.... A Inspeção Regional de Araçongas compreende os municípios de Araçongas, Londrina, Assai, Cornélio Procópio, Apucarana e Uraí."*128

O ingresso nos quadros da organização não se dava sem uma triagem inicial, que se

127 Jornal União. Curitiba. 27 de março de 1948. Ano II. N.75 : 4

128 Fernando Lopes de Oliveira. In: Jornal União. Curitiba. 27 de março de 1948. Ano II. N.75: 2.

constitua de uma sindicância, do preenchimento de fichas e prestação de informações pessoais, por parte do candidato. Uma vez aprovados os novos sócios assinariam um documento se comprometendo a transformarem-se em lutadores contra a discriminação racial (Costa Pinto, 1952). Baseado no grande número de adesões – repetidamente apontados pela literatura produzida pelo grupo e pela indicação de alguns informantes¹²⁹ – estas exigências, não afastavam possíveis membros. Ao contrário, em 1948, o presidente da recém fundada UHC/ DF assim esclarecia sobre a ramificação da rede em distintos bairros da cidade:

“Basta assinalar a existência, em pleno funcionamento dos diretórios da Tijuca, dirigido por Eustáquio Correia Chagas, com cerca de oitocentos sócios inscritos; da Muda, dirigido pelo aplaudido compositor popular Sinval Silva, com mais duzentos inscritos e de Benfica, sob minha responsabilidade e secretariado pela Srta Idaleta de Melo, também com mais duzentos sócios. Creio ser um coeficiente bastante recomendável para um trabalho de apenas dois meses e pouco.. Em breve funcionará também nosso diretório do Morro da Mangueira”. 130

A disposição geográfica dos diretórios em bairros de classes sociais tão díspares demonstra que a rede se organizava independentemente do nível sócio-econômico dos futuros participantes.

¹²⁹ Tivemos a oportunidade de entrevistar a Sra. Nina Lemos, residente na cidade do Rio de Janeiro, filha do Sr. João Alves Cabral, fundador da UHC nacional . Entrevistamos também o Sr. Írio da Silva residente em Niterói (RJ), filho do deputado José Bernardo da Silva, coordenador e grande divulgador da UHC/DF. A Sra Francisca (Chica) de Passo Fundo entrevistou, para esta pesquisa, o Sr Wilson Nascimento Pinheiro, residente em Passo Fundo (RS) filho do Sr. Manuel Rodrigues Pinheiro coordenador da UHC regional daquele estado.

130 O Quilombo, 2003: 42

A convenção anual se realizava a cada treze de maio na sede nacional em Porto Alegre, com a presença de representantes estaduais eleitos pelos chefes municipais, cuja relação de nomes deveria ser publicada e enviada à sede central, com a devida antecedência. A UHC pretendia uma abrangência nacional, estabelecendo-se em todos os estados da Federação.

A UHC (Uagacê) como é comumente conhecida a nossa instituição, está se desenvolvendo grandemente em todo o país sendo de notar-se que nos Estados de norte a sul é infindável o número de seus associados que se eleva a vários milhões. A título de divulgação daremos a seguir os nomes dos integrantes da direção nacional e de alguns estados para conhecimento dos interessados e como homenagem singela mas expressiva de administração pelo muito que estes homens fizeram em benefício da sociedade"131.

O parágrafo acima introduz, no periódico do grupo a listagem nominal dos diretores das capitais ao lado da definição de seus respectivos cargos nos dez estados aos quais nos referimos anteriormente. A reportagem prossegue detalhando minuciosamente as atribuições de cada diretor nas suas respectivas regiões administrativas. São apresentadas um total de noventa lideranças.

O Jornal União, seu informativo e órgão de difusão podia ser impresso e reproduzido em cada município, desde que se articulasse com a coordenação geral do estado que por sua vez deveria dirigir-se à diretoria central como reza o artigo 100 do livreto do

131. Jornal União. Curitiba. 27 de março de 1948. Ano II. N.75 : 4.

estatuto: *"A União dos Homens de Cor pelo seu Presidente, não é responsável por nenhuma publicação em boletins, manifestos ou jornais do País, que não tenha o visto de seu Presidente Nacional"*

Como resultado, a rede que era estruturada a partir de uma presidência central, tornava-se autônoma e mais ágil no alcance de seus objetivos, uma vez que abarcava um maior número de leitores e possíveis membros. O tablôide operava também como missiva aberta através da qual a diretoria central coordenava os passos da rede e fazia chegar suas determinações, nos mais longínquos municípios. Um de seus periódicos traz uma recomendação, encaminhada a todos os tesoueiros, que estaria vetada a cobrança das mensalidades aos associados (1 Cruzeiro), até que uma ordem da diretoria geral outorgasse tal recebimento. A nota informa que só quando a *"UHC estiver organizada em todo o país, poderá ser feita a cobrança"*.

Outro exemplo do uso do jornal como carta normativa da rede, que tão rapidamente se ampliara era a indicação, ali publicada, para que os diretores procurassem, *"incluir senhoras e senhoritas nas diretorias em cargos de responsabilidade"*, nas diretorias municipais,¹³². A presença da mulher estava registrada na sua primeira diretoria, com a senhora Maria Bianca Papay desempenhando o cargo de tesoureira nacional. Cinco anos mais tarde, quando da publicação da lista dos diretores nas dez capitais do país, a participação das mulheres deixava de ser privilegiada. No entanto, esta preocupação constava do discurso público das lideranças, como ratificado por Joviano Severino de Mello, um dos representantes da UHC/ DF, poucos meses após a criação do grupo na Capital Federal: *Posso adiantar que é nosso desejo a imediata organização de um*

¹³²Jornal União. Curitiba. 27 de março de 1948. Ano II. N.75 : 4.

departamento sob a direção de mulheres de cor esclarecidas e cultas, portadoras de diploma de medicina ou de assistência social”¹³³.

Das poucas mulheres relacionadas como detentoras de cargos diretivos, chama atenção o nome da professora Sofia de Campos Teixeira que respondia sobre o Departamento Feminino, na diretoria municipal de São Paulo. Ela era ao mesmo tempo, reconhecida líder sindical, tendo inclusive se candidatado a cargos eletivos, em alguns pleitos, como nas eleições de cinquenta à vaga de deputada federal.

A representação das mãos entrelaçadas (uma branca e outra negra) era uma metáfora aplicada por vários grupos e organizações negras em diversos momentos históricos. Um dos mais antigos é o Clube Floresta Aurora de Porto Alegre, fundado em 1872 (134) O símbolo da UHC era complementado pelo nome Brasil sobre ambas as mãos e era traduzido por seu coordenador do DF, como:

“A União não tem caráter racial e adota como distintivo ou símbolo da fraternidade u’a mão preta apertando uma outra mão branca...Seu interesse principal é defender a integração do negro e negra na sociedade brasileira sem o preconceito de cor ainda hoje mantido após 61 anos de abolição da escravatura brasileira¹³⁵.

Cinco anos após sua criação (1948), a UHC contava - de acordo com o Jornal União¹³⁶, publicado pelo grupo,- com representações em pelo menos dez estados do país, a saber:

¹³³ O Quilombo, 2003: 42

¹³⁴Fonte: Folder Promocional do Clube Floresta Aurora.

¹³⁵Fonte: *Curso para divulgação do homem, ao invés do Instituto Nacional do Negro*. Joviano Melo, presidente do Diretório São Benedito, da União dos Homens de Cor. Diário Trabalhista, 23 de setembro de 1949. Ano IV, nº1100. 1.

¹³⁶ Jornal União - 1948 Ano II n. 75 (Março) - Curitiba / Paraná.

Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, RGS, SP, Espírito Santo, Piauí e Paraná¹³⁷. A representação do DF foi inaugurada em março de 1949 (138). Sua primeira diretoria possuía a seguinte composição: José Popílio da Hora, Presidente; Dr. Célio Chaves, Vice-Presidente; Antonio Troizio Filho, Primeiro secretário; Joviano Severino de Mello, inspetor geral; Eustáquio Correia Chagas, tesoureiro¹³⁹

Estatuto: sonho em forma de documento

Tivemos acesso à duas versões do estatuto publicadas em ocasiões diferentes. A primeira, datada de janeiro de 1946 (140), que adquirimos como cópia reconhecida no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade de Porto Alegre. Neste, afirma-se que a fundação do grupo havia se dado três anos antes (1943). A segunda, impressa num livreto - em um quarto do formato officio - dava conta de ter sido registrada no mesmo cartório, mas, com número infinitamente inferior, também datada de 1943. A versão oficial - aquela que adquirimos em cartório - foi registrada sob nº 42391 e o livreto refere-se ao nº 684.

Este documento segue o formato dos estatutos da época, sendo dividido em sete títulos que seriam equivalentes a capítulos. Comparando-se o estatuto do cartório e o livreto, há uma disposição diferenciada neste último que proporciona uma divisão em quatorze títulos, embora abordando os mesmos assuntos. Seguindo a mesma categoria, o livreto, pelo seu formato mais semelhante a um manual, nos faz pensar que seu objetivo era ser

137 Jornal União - 1948 Ano II n. 75 (Março) - Curitiba / Paraná.

138 O Quilombo, 2003 : 42

139 O Quilombo, 2003: 42

140 Ao acesso à versão cartorial agradecemos aos diretores do Instituto Histórico e Geográfico do RS que nos indicaram onde encontrá-lo, quando de nossa pesquisa de campo. O histórico livreto nos foi dado pela senhora Marieta da Silveira, filha do Sr. Aramis da Silveira (falecido) integrante da UHC de Rio Pardo, nascido em 1906. O exemplar nos foi doado em 3/09/04, durante um curso que ministrávamos, na cidade de Porto Alegre em parceria com ACMUN (Associação Cultural de Mulheres Negras), MEC e Secretaria Estadual de Educação do RS.

acessado e lido com mais agilidade pelos sócios e interessados. O livreto possui um total de 106 artigos contra 93 do estatuto oficial.

Uma leitura atenta de ambos os documentos nos permite observar a exclusão no oficial (aquele do cartório) de uma série de parágrafos os quais poderíamos classificar de mais contundentemente críticos. Numa entrevista prestada ao Jornal Quilombo em 1949, o Sr. Joviano Severino de Mello declara que a UHC do DF era autônoma, mas, com finalidades semelhantes às daquela de Porto Alegre : *"Pretendemos modificar os Estatutos da União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil, porque foram feitos durante o regime ditatorial em Porto Alegre em 1943. Vamos enquadrar o Novo Estatuto dentro das normas democráticas"*¹⁴¹. No entanto, em várias outras oportunidades (inclusive com o emprego do mesmo símbolo) a proximidade dos objetivos, nos leva a crer que se tratava de uma mesma rede.

Sua declaração, por outro lado, nos dá pistas explicativas para entender a diferença de ênfase entre os dois estatutos. Ou seja, passado o período de exceção política e com a abertura do regime, o grupo reelabora a sua carta diretiva e se permite incluir comentários críticos sobre a sociedade em geral, bem como as demandas emanadas dos encontros nacionais já realizados sob a coordenação de outros grupos do movimento social negro, mas, que contaram com sua participação.

Entre os artigos aduzidos no folheto e ausente no estatuto, registrado em cartório, temos o de nº102 incluso nas disposições gerais.

141 O Quilombo, 2003: 42

“A União dos Homens de Côr dos Estados Unidos do Brasil, a juízo da convenção nacional, poderá ser transformada em partido político, nos moldes da legislação do país, se, para a perfeita execução dos estatutos e para que se consigam as reivindicações mínimas dos seus associados, tal medida se tornar necessária”.

Sua finalidade era procurar eleger lideranças da rede UHC nas eleições municipais e estaduais. A inclusão do artigo acima (102) dava aos associados a liberdade, não apenas de estabelecerem parcerias político partidárias e ou candidatarem-se a diferentes pleitos. Também oportunizava que a própria UHC, fazendo uso de uma rede já consolidada em estados chaves da federação, pudesse vir a tornar-se o primeiro partido negro do país. Diferentes processos eletivos a partir dos quais cada candidato aos cargos viriam a ser escolhidos também estavam previstos em seu primeiro documento.

A ascensão social dos seus membros era prevista no estatuto do livreto e ausente naquele do cartório, no qual podemos ler: *“Nas proximidades dos grandes centros populosos, quando possível, serão criadas granjas coletivas, para o trabalho organizado dos agricultores”* 142

A União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil- UHC ou UAGACÊ tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1 do estatuto, no capítulo das finalidades: *“elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de côr em todo o*

142 Extrato do estatuto. Pág. 22 Art. 101.

território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”

A última página do manual – e só neste - possui uma sessão intitulada *Nossas Reivindicações* onde cinco demandas de cunho geral para a população afro-descendente nacional, não apenas para os membros da UHC, foram elencadas:

“Nossas Reivindicações

1º — Que se torne matéria de lei, na forma de crime punível de lesa patriotismo, o preconceito de côr ou de raça.

2º — Que as punibilidades, nas bases dos preceitos acima, se estendam a todas as empresas de caráter particular ou pública, bem como sociedades civis e instituições de qualquer natureza.

3º — Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros de côr como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos de ensino superior do país, inclusive estabelecimentos militares.

4º — Isenção de impostos e taxas tanto federal como estadual ou municipal, a todo o brasileiro de côr que desejar se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial ou agrícola, com capital inferior a dez mil cruzeiros”.

Embora não haja menção à data de publicação do livreto, nesta última página, facilmente se observa que reivindicações presentes em documentos - aos quais nos referimos no capítulo anterior- constavam entre as chamadas Nossas Reivindicações. Os parágrafos de 1 a 4 são exatamente os mesmos do Manifesto à Nação, proposto pela Convenção Nacional do Negro Brasileiro (SP/1945 e RJ/1946). A única mudança está na quantia a ser utilizada como parâmetro - a que se refere o artigo 4 - para a isenção de taxas e impostos. Enquanto a convenção refere-se a 20 mil cruzeiros (Nascimento 2003), as demandas da UHC estabelece em 10 mil, o quantitativo. Há, por outro lado, um parágrafo totalmente novo, o de n. 5, que demanda a:

5º — Doação absolutamente grátis, a todos o brasileiro de côr e seus descendentes, de lotes coloniais ou suburbanos, de formas que, com essa medida seja reparada a injustiça feita aos homens de côr do Brasil, os quais, desde a escravidão nunca receberam do govêrno, ao menos um pedaço de terra onde pudessem construir uma pequena casinha.

Tratava-se aqui de um embrião de uma campanha pelas reparações e por ações compensatórias na área da aquisição de bens agrários. Outro dado a ser observado é que o livreto se refere a um número de registro menor, o que nos levaria a interpretá-lo como tendo sido redigido em data anterior, aquele registrado em 1946. Entretanto, a adição destas reivindicações na última página demonstra que sua produção é posterior, como indica o seguinte comentário.

A União dos Homens de Côr dos Estados Unidos do Brasil, pelos seus associados, lutará pelas reivindicações mínimas abaixo mencionadas,

todas amplamente debatidas e assentadas em memoráveis Convenções de pessoas de côr do país.

Desde sua instituição em 1943, segundo rezam ambos estatutos, a UHC era concebida como uma rede que se faria representar nacionalmente. O que deixava claro a sua concepção de coordenação centralizada, ao proclamar que tratava-se de "*uma sociedade legalmente registrada para todo o país, existindo uma diretoria para toda a nação, uma diretoria em cada município com um único estatuto*" (extrato do estatuto). A UHC já nasceu com o espírito de vir a ser um *network*. Diferentemente dos diversos grupos surgidos no período que uma vez fundados numa determinada cidade à medida que estabelecia contatos e ampliações políticas ia se reproduzindo em outras localidades. Facilmente se identifica esta tendência de extensão nacional no capítulo das finalidades (artigo 9º) quando faz constar:

"São adotadas, para fins de administração, a mesma divisão política e administrativa do país, sendo:

- a) Todo o território Nacional com um Presidente Nacional,*
- b) Os Estados com um Presidente de Estado*
- c) Os Municípios com um Chefe Municipal*
- d) Os Distritos com um Chefe Distrital*
- e) Os Inspetores de Zonas nos Distritos.*

Artigo 10º - As capitais serão divididas em zonas municipais, tantas quantas sejam necessárias para a perfeita organização da União".

Discutimos, no tópico anterior, que a inicial pretensão expansionista do grupo se tornou realidade quando lemos a relação nominal dos responsáveis por cada uma das coordenações estaduais, nos dez estados aos quais fizemos referência.

A saúde era outra de suas metas. Desenhava-se um modelo de previdência privada, através da *“Assistência médica a todos os membros da União”*¹⁴³, a serem atendidos por profissionais especializados pertencentes à UHC, onde em cada município deveria haver um médico ou cirurgião dentista voltados aos membros da entidade. O estatuto, no entanto, deixa claro que estes voluntários, deveriam *“perceber honorários correspondentes aos serviços prestados”*. Afastava-se assim, a visão de voluntariado ou assistencialismo, que mais adiante se fez presente como uma marca do grupo. Era, isto sim, um sistema de previdência social a ser estabelecido, como forma de suprir a ausência do estado.

Apontamos, no capítulo precedente, a ênfase dada à formação educacional dos afro-brasileiros pelos diversos grupos do movimento social negro do período. A UHC neste particular, segue o mesmo modelo e o faz presente em ambos os estatutos que ora estamos analisando, como assinalado no art. 61, pág. 4 do estatuto: *“O chefe do departamento organizará a assistência e orientação geral, a fim de que os interessados em estudos superiores possam terminar seus estudos a custa da União”*.

Uma das fotos que nos foram cedidas pela família do Sr. João Cabral corrobora que o sonho da construção de uma escola foi realizado em Porto Alegre¹⁴⁴. *“A UHC tem por finalidades manter moços e moças em cursos superiores, concedendo-lhes roupa,*

143 Fonte : Jornal Quilombo. Dezembro 1948 Ano I N. 1 : 3

144 A foto foi cedida pela família, que não soube informar a localização exata do educandário.

alimentação etc. para que possam concluir os estudos ... E ampla campanha de alfabetização, de forma que, dentro de 10 anos não exista um único homem de côr que não saiba ler". 145

Assim, presentes na educação, na saúde e na política institucionalizada, acreditavam os da UHC que estariam abrindo caminho para o "*alevramento moral das pessoas de côr*", que era uma expressão muito em voga na fala de alguns ativistas da época.

Ações implementadas

Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo estavam as campanhas educacionais. A meta principal era a integração do negro na sociedade através da ascensão social e intelectual, a fim de permitir sua inclusão. A ideologia liberal de mobilidade social através dos bancos escolares era perseguida por aquele grupo de emergentes. "*Sobre o movimento cultural da União dos Homens de Côr, ainda nos informou o Sr. Eloy Guimarães que já se desenvolvem e se instalam sob a sua direção escolas de teatro, oratória, artes liberais, humanidades, já com os seus cursos iniciados* 146.

De acordo com Costa Pinto (1952) a UHC seria mais voltada às ações de benemerência, principalmente devido à sua associação com o Centro Espiritualista Jesus do Himalaia, fazendo uso de sua sede e cujo diretor era a segunda pessoa na hierarquia da entidade. O discurso público apresentado pelo grupo na capital do país era concordante com os achados de Costa Pinto : "*A UHC aponta como solução para o negro a assistência social, como meio de atender aos seus problemas imediatos de miséria econômica e social*". (Costa Pinto, 1952: 261). O mesmo se dava em relação à sintonia entre o

145 João C. Alves. Jornal Quilombo. Dezembro 1948 Ano I N. 1 : 3

146 Jornal A Tarde. Bahia- quinta feira-8/2/1951. Ano XXXIX- nº132/22-: 8

ativismo anti-racista e a fé espiritualista: *"A União não tem caráter racial ... E para isto usamos da máxima predileta de São Benedito: - 'A Fé nos guia, dizia ele ilumina, purifica salva e cura. Enfim onde ela falta, falta tudo, absolutamente tudo'*¹⁴⁷.

Em muitos eventos, o grupo aproximava-se do perfil das antigas irmandades religiosas ao organizar caravanas de doação de roupas, alimentos e medicamentos aos pobres. A Uagacê, além da educação, dedicou-se a atender os problemas mais imediatos e visíveis ligados às mudanças sociais e educacionais para os negros no geral e não apenas para aqueles associados a ela. Temos neste particular o relato do Sr. Wilson Nascimento Pinheiro, filho do Sr Manuel Rodrigues Pinheiro Neto, coordenador regional da sede em Passo Fundo, nos anos cinquenta.

*Houve um momento em Passo Fundo que se desenvolveu uma leptospirose, uma epidemia muito grande.... Era uma doença totalmente desconhecida.... Havia um preto velho que fazia uma xaropada..Os voluntários da UHC trabalhavam concomitantes com ele fazendo aquela xaropada em panelões para toda a região, não só para Passo Fundo.... Foi um trabalho voluntário induzido dentro dos Homens de Cor já que eles tinham afinidade com aquele senhor. Se não me engano ele tinha oitenta e poucos anos. E ele tinha a sabedoria, o conhecimento que de forma precária, ocasional ou não, parece que resolveu o problema de aproximadamente cento e poucas pessoas e que a medicina naquele momento não tinha uma solução em curto prazo*¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Fonte: Curso para divulgação do homem, ao invés do Instituto Nacional do Negro. Joviano Melo, presidente do Diretório São Benedito, da União dos Homens de Cor. Diário Trabalhista, 23 de setembro de 1949, Ano IV, nº1100 : 1.

¹⁴⁸ Entrevista dada, para esta pesquisa, à senhora Chica (de Passo Fundo), em maio de 2005.

À primeira leitura do estatuto da UHC, pode-se pensar que sua tarefa fosse apenas de assistência social ou de simples iniciativas assimilacionistas. Como veremos no tópico a seguir, a prática era dissonante com o discurso. Uma observação mais atenta sobre as inúmeras atividades, em que a organização esteve envolvida, deixa transparecer uma maior abrangência de ações. Ou seja, as atividades desenvolvidas pelo grupo não eram apenas de assistência social, como se poderia pensar à primeira vista, pautado no que sugerem as declarações de seus líderes.

Articulações políticas

“Um grupo de pressão”

(Pinto, 1952: 262).

A pequena epígrafe acima, define uma das faces da UHC. É desta forma que Costa Pinto se refere às diversas ações levadas a cabo pelo grupo, como forma de demandar e questionar as autoridades estabelecidas ou os diversos poderes econômicos e sociais. O desempenho do grupo era notado em inumeráveis atividades, funcionando como um permanente outdoor da organização. As atuações que objetivavam tirar o grupo do anonimato e dar notoriedade às suas atividades eram exercidas com diferentes estratégias que incluíam o emprego de correspondências (cartas e telegramas endereçados à imprensa e à autoridades locais), manifestos públicos, produção de panfletos, entrevistas aos jornais de grande circulação e mesmo apoio a realizações culturais.

Desta forma, a UHC foi responsável pela apresentação da Orquestra Sinfônica Afro Brasileira na sua XXIV audição na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) em janeiro de 1949. Note-se que no prospecto que divulga o evento a UHC é realçada como

Sociedade Beneficente. Atividades alusivas às datas simbólicas para a luta anti-racista, (como o 13 de maio e o dia do Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos) também compunham o elenco de ações coordenadas pelo grupo.

"Coincidindo o dia 4 do corrente com o primeiro aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamado pela Organização das Nações Unidas, a data será comemorada pelos negros brasileiros com uma missa solene tendo para isso a concordância do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara. A cerimônia religiosa será realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário sob o patrocínio do povo carioca e por intermédio da União dos Homens de Cor, diretoria de São Benedito." 149

Um ou mais destes artifícios eram utilizados sempre que os líderes tomavam conhecimento da ocorrência de algum ato de discriminação racial. Atuavam também quando percebiam a possibilidade de vir a suceder algum fato de modo a influenciar negativamente a vida da população afro-brasileira, como informava José Bernardo da Silva, presidente da UHC do DF, nos anos sessenta.

"Assim que Getúlio Vargas fôra eleito Presidente da República, estivemos com Sua Excelência expondo-lhe as aspirações da UHC e pedindo o seu apoio. Queríamos que Vargas nos facilitasse os meios necessários para fundarmos escolas até mesmo profissionais e órgãos assistenciais em benefício dos pretos e pardos atirados à margem da

149 Fonte: "São Benedito e Santa Efigênia. As solenidades religiosas programadas para data" Diário Trabalhista, 01 dezembro de 1949, Rio de Janeiro, nº1157 - Ano IV. Rio de Janeiro

sociedade e sofrendo mais que os brancos... Nada de positivo resultou dessa entrevista. A documentação que entregamos, ao então Presidente da República não sabemos que destino tomou” 150

Esta mesma visita consta do relato de Costa Pinto como o momento em que além das reivindicações junto ao Presidente no sentido de apoio econômico financeiro para melhoria da qualificação educacional e profissional da população negra, outros objetivos motivaram a audiência. Com o intuito de melhor conduzir nossa análise, sobre a pauta apresentada naquele encontro, dividimos o seu teor em três campos principais: a demanda, o protesto e o agradecimento:

a) Agradecimento:

- À sanção da Lei Afonso Arinos

b) Protesto:

- Contra os cartazes oficiais pelo 1 de Maio, ocasionado pela não inclusão de figuras negras.
- Contra a ausência de negros nos quadro diplomáticos brasileiros.
- Contra a ausência de negros na delegação brasileira participante da mais recente Assembléia da ONU (Paris).

c) Demanda

- Instaram pela indicação de um Ministro de Estado que fosse negro, de modo a provar a inexistência de racismo no âmbito governamental.
- Instaram pela inclusão de negros nas propagandas oficiais.

Muitas são as atividades que testemunham a adoção, por parte dos líderes, de uma metodologia que mantivesse a UHC constantemente tornada visível. O que permitia o crescimento do grupo, no estado onde havia sido constituído. Nesta mesma linha, João Alves Cabral, quase dez anos após a fundação do grupo, e com a rede já consolidada em diferentes estados do país, continuava em sua lide expansionista. Um exemplo desta estratégia foi a visita de seu criador a Passo Fundo como integrante da comitiva de Getúlio Vargas, no início dos anos cinquenta e que atraiu lideranças locais.

O Sr Manuel Rodrigues Pinheiro Neto respeitado, na cidade por ser dono de um posto de gasolina e por ter sido o primeiro motorista de praça local, acabou transformando-se inicialmente num membro da rede e a seguir, numa de suas lideranças referenciais. Seu ponto de mudança e adesão se estabeleceu a partir do primeiro encontro com a carismática figura de João Alves Cabral. A partir daí, foi possível, se estabelecer, na cidade um dos núcleos centrais da rede, como nos relata um participante da UHC.

“João Alves Cabral veio a Passo Fundo, aproveitado a oportunidade e tirou proveito político da chegada de Getúlio Vargas a Passo Fundo, compondo a caravana. O Getúlio Vargas retornou ao Rio, ao Palácio do Catete e ele permaneceu na cidade. Ele usufruiu daquela abertura que Getúlio Vargas deu para que naquela época o prefeito... desse uma cobertura e ele conseguiu conglomerar na única emissora de rádio que tinha naquela época uma reunião com todos nós de cor, com aproximadamente 180 participantes. Foi elaborado um documento que Passo Fundo teria a UHC...Lembro que naquela oportunidade a

prefeitura chegou a ceder um terreno até de grandes proporções, tipo de 40 X 60 para que ali fosse constituído o escritório regional da UHC
"151.

Sendo um de seus objetivos o *"combate a todo tipo de discriminação racial"* (retirado do estatuto), outra tática adotada era promover movimentos de pressão que davam visibilidade e serviam como denúncia pública de situações de racismo e discriminação racial. Costa Pinto refere-se à visita feita por um dos coordenadores à firma norte americana, Sydney Ross em companhia da imprensa. A meta era exigir um ato de desagravo por parte do gerente que negara emprego à uma mulher negra. O fato foi acompanhado de denúncias na mídia (imprensa e radiofônica) e envio de correspondência ao referido gerente. O grupo deu ao episódio, uma magnitude tal, que o gerente viu-se obrigado a redigir uma carta pública alegando ter sido outro, e não racismo o dedeflagrador da recusa de emprego (Pinto, 1952). A discriminação racial no mercado de trabalho era uma preocupação recorrente nas ações de denúncia do grupo e nos protestos dos líderes.

*"Como evitar o abuso que se verifica na Holerith, Cia Telefônica Brasileira e outras empresas estrangeiras, que não aceitam nos seus serviços negros negras e assemelhados? Creio na necessidade de uma lei rigorosa, dando corpo e feição prática ao postulado de igualdade assegurado nos parágrafos 1º e 2º do artigo 141 da constituição"*152.

151 Entrevista concedida pelo Senhor Wilson Nascimento Pinheiro (filho do Sr. Manoel Rodrigues Pinheiro Neto), em maio de 2004, à Sra. Francisca (Chica coordenadora do Movimento Negro de Passo Fundo e coordenadora do grupo ACMUN, Associação Cultural de Mulheres Negras de Porto Alegre), que mui gentilmente colaborou com esta pesquisa.

152 Fonte: Joviano Severino de Melo. Diário Trabalhista, 23 de setembro de 1949. Ano IV, n. 1100, pág. 1 e 2

A UHC valia-se da estrutura política já estabelecida nos locais em que estivesse presente. Assim, deputados, médicos, advogados, jornalistas e homens negros com visibilidade social e política eram membros da UHC e tinham na rede um sustentáculo. Ou seja, estas lideranças fortaleciam-se politicamente, na esfera local, por estarem ligadas à uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões. Ao mesmo tempo, auxiliavam a UAGACÊ na expansão dos seus tentáculos que se espriavam nas capitais, e sobretudo nos municípios de cada estado, sob a orientação de uma direção estadual, como determinado por seu documento de fundação.

*“Queremos ter homens de cor Ministros de Estado, Senadores, Deputados, Prefeitos, Juizes, Diplomatas... Estamos arregimentando os intelectuais negros, os portadores de diplomas superiores, afim de nos ajudarem. A presença entre nós, desses médicos, advogados, professores, engenheiros, dentistas, assistentes sociais, serviria ainda como incentivo aos estudantes de cor em seus possíveis complexos...”*¹⁵³

Vários são os exemplos que poderiam ser dados para registrar este fato, onde homens negros socialmente destacados, são incluídos na rede. Um deles o Presidente da UHC do Paraná em 1948, Dr. Nilton Oliveira Condessa era advogado, jornalista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado. O médico baiano, radicado em Londrina e deputado estadual, Dr. Justiniano Climático da Silva, também era membro da organização¹⁵⁴. Mais um exemplo é o do Dr. Antenor Pompílio dos Santos, vereador em Curitiba, em 1948, pelo PSD. Um dos números do Jornal União estampa a foto do

¹⁵³ Fonte: O Quilombo, 2003: 42

¹⁵⁴ Jornal União. Santa Catarina. 1948.

Dr. João Estevam dos Santos, acompanhada da seguinte coluna:

"Por ato do Sr. Governador do Estado acaba de ser designado para servir junto à Chefatura da Polícia desta capital o Sr. João Estevam dos Santos, distinto inspetor estadual de nossa Sociedade, seção Paraná... que é elemento afeito às cooperações a bem do seu estado, tem ocupado vários cargos de responsabilidade não só no Paraná, como no país, sendo natural de Paranaguá. É diplomado pela Escola Normal de Direito e Superior de Agricultura do Paraná" 155.

A divulgação do desempenho profissional alcançado por um dos líderes da rede, realçando o fato de ter sido laureado pelo Governador do Estado, reforçava o objetivo de mostrar o grupo como composto por afro-brasileiros bem sucedidos. O próprio José Bernardo da Silva (UHC/DF) assomou-se aos quadros da organização quando já era uma personagem pública no Rio de Janeiro, havendo sido candidato a deputado, fundador da entidade espírita Jesus do Himalaia, homem de rádio e jornalista. Como coordenador de obras assistenciais, por mais de três décadas, sua adesão aos quadros da organização, agregou-lhe prestígio e visibilidade. Ainda neste mesmo espírito podemos citar o Dr. Heleno da Silveira, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Paraná e Capitão do Exército que dirigia o departamento de saúde da seção daquele estado.

A UHC trazia desde a formulação do seu primeiro estatuto, as indicações precisas de que ambicionava transformar-se numa teia nacional de mulheres e homens negros,

155 Jornal União. Santa Catarina. 1948.

estimulados em direção à busca por poder econômico e político. Por outro lado, a visibilidade, que logrou alcançar, nos estados por onde passou, fez com que lideranças aderissem à rede, tornando-se membros da UHC. Ocorria então, uma troca de interesses. Ou seja, a rede desenvolvia-se, através de sua aproximação com representantes de grupos e líderes locais. Estas personalidades, por seu turno, eram destacadas em suas bases mais próximas, pelo seu pertencimento à uma rede de alcance nacional. Com este perfil podemos citar vários nomes, entre eles, de João Cabral Alves (RS) criador da rede que passou a integrar a comitiva de Getúlio Vargas, quando de sua campanha para a presidência no início dos anos cinquenta. Temos também Sofia Campos Teixeira (SP), uma das diretoras conselheiras na capital paulista, que ao se assomar à rede, já vinha de um ativismo afro-brasileiro ao lado de uma militância partidária. Seu nome consta da lista dos signatários do Manifesto à Nação, elaborado pelos participantes da Convenção Nacional do Negro de 1945.

Uma das habilidades adotadas pelos coordenadores era organizar-se a partir do estabelecimento de parcerias e alianças com personalidades e autoridades locais, negras ou não, que se mostrassem sensíveis à uma cruzada anti- racista no país.

"Na câmara dos vereadores de Curitiba, a figura de Antenor Pâmfilo dos Santos é de relevo dentre os seus pares do PSD, pois S. Exa. vem se conduzindo com muito acerto em todas as oportunidade que se lhe oferecem para revelar sua grande capacidade. É o Dr. Pâmfilo dos Santos um homem de cor, que se revelou no conceito da sociedade a que

*pertence pelas admiráveis qualidades intelectuais que possui e pela
lhaneza de seu trato. Recebe S. Exa. as nossas homenagens". 156*

Havia como que um devotamento e uma deliberação em tornar conhecida a um público maior, a existência de afro-brasileiros nas diversas casas legislativas. Assim, além da publicação da foto – o que não deixava dúvidas a respeito do pertencimento étnico dos homenageados – os pequenos informes enaltecedores os complementavam com denodo, como exemplificado a seguir:

"Dr. Justiniano Climaco da Silva, baiano de nascimento, mas paranaense de coração, é um dos deputados estaduais que formam condignamente ao lado de todos os empreendimentos do governo do Exmo. Governador Moysés Lupion. Radicado em Londrina, de longa data impos-se no conceito público por suas excelsas qualidades de médico fulgurante e pelas virtudes que acrisolam seu caráter... Nas lides jornalísticas é acatado e respeitado, pois como verdadeiro bandeirante proporcionou ao povo londrinense oportunidade feliz para ter a sua própria imprensa, fundando e dirigindo ali o "Paraná Jornal" 157

Um fato emblemático desse sistema de estabelecimento de parcerias, com pessoas representativas da sociedade – sendo elas afrodescendentes ou não – deu-se quando a UHC do RJ realizou uma homenagem por ocasião do centenário de José do Patrocínio, para a qual afluíram importantes lideranças locais, da cidade de Campos (RJ), em 1949. A atividade, foi possível devido ao concurso de um deputado estadual, cujo projeto teria

156 Jornal União, Santa Catarina. 1948 : 5

157 Jornal União, Santa Catarina. 1948 : 4

permitido a realização da homenagem. Nesta tática de arrebanhar presentes e futuros aliados, as palavras finais do conferencista nos permitem vislumbrar esta metodologia.

“... Quero pedir ao deputado Celso Peçanha, autor principal do projeto que tanto serviu para dar a esse preto de veneração um cunho menos regional, que não se esqueça de que é campista e carrega a responsabilidade do sobrenome daquele que serviu de amparo ao sonho do homenageado. Os homens vigilantes sois vós campistas, que certamente providenciareis para que o grupo étnico que vos deu um Patrocínio dê centenas de outros Patrocínios a fim de que se projetem todos eles pelo Brasil inteiro e lutem pela culturação e educação de seus irmãos de côr”¹⁵⁸

José do Patrocínio esteve prestes a criar um dirigível e foi por isto, duramente combatido pelos políticos e autoridades da época. Dentro do pequeno grupo de defensores estava Nilo Peçanha, de quem o aludido deputado era herdeiro. Assim, ao evocar este fato histórico, cem anos depois, usando o sobrenome do deputado presente, o orador procurava comprometê-lo numa causa mais ampla, que ultrapassasse o momento da homenagem à uma liderança histórica e que se transformasse num compromisso público para com os afro-brasileiros, no geral¹⁵⁹.

A rede procurava se robustecer a partir de um diálogo intenso com diferentes momentos de conagraçamentos nacionais. Seus líderes estiveram presentes nas três conferências

¹⁵⁸ José Bernardo da Silva. in: Jornal União. Outubro de 1950 : 4

¹⁵⁹ José do Patrocínio, Cruz e Souza, Luiz Gama e Henrique Dias eram os grandes heróis negros homenageados por diversos grupos a nível nacional. Devemos lembrar que a construção de Zumbi dos Palmares como líder negro de abrangência nacional, se inicia a partir dos anos setenta, num empreendimento do Grupo Palmares, de Porto Alegre.

nacionais às quais nos referimos anteriormente. Propunha-se também a ser um órgão difusor das metas estabelecidas ao final daqueles conclaves. Tanto que no livreto do estatuto, estão publicadas com o título "*Nossas Reivindicações*", como dito anteriormente, quatro dos mais importantes parágrafos presentes em diferentes documentos produzidos pelo movimento social negro do período.

Esta participação, no entanto, nem sempre se dava de forma serena. Costa Pinto reproduz em seu livro, algumas das demandas apresentadas por José Bernardo da Silva da UHC/DF, numa atitude crítica ao I Congresso do Negro Brasileiro. O líder fluminense via o encontro, no seu formato acadêmico, como algo sem alcance prático para os afro-brasileiros (Costa Pinto, 1952)¹⁶⁰. Com este objetivo, o representante da UHC passava a relatar o que, no seu entender, seriam as metas capazes de propiciar a solução para os problemas vividos pelos afro-descendentes.

- 1. Combate a toda e qualquer discriminação racial.*
- 2. Amparo material, cultural e moral ao negro de qualquer nacionalidade, condição social, crença política ou religiosa; e a qualquer membro dos demais grupos étnicos desde que não sejam inimigos dos negros;*
- 3. fundação de escolas, postos médico-assistenciais, pequenas cooperativas de víveres, roupas e calçados nas favelas, nos sertões e nos litorais;*

¹⁶⁰ A esse respeito ler Nascimento, 1982.

4. *criação de grupos educacionais sob a orientação de competentes educadores sociais, escolhidos pela sua elevação cultural e seus princípios humanitários e cristãos;*
5. *incrementar e difundir a alfabetização das crianças, adolescentes e adultos do étnico afro-brasileiro, a começar pelo âmbito familiar;*
6. *providenciar sobre a criação de um órgão econômico capaz de financiar devidamente os empreendimentos indicados.*

O Sr. José Bernardo da Silva postulava a ampliação de um programa de amparo social que em muito se assemelhava com o trabalho já desenvolvido por ele no Centro Espiritualista Jesus do Himalaia, fundado em 1926. Voltamos a frisar que a UHC – que fazia uso da mesma sede – teve seu início em 1949. Os pontos 4 e 5 que referem-se à intervenção social, na área da educação, onde o último dá atenção especial à alfabetização de adultos e crianças, já era preconizada em os ambos estatutos, redigidos em Porto Alegre, sete anos antes : *“Será procedida a alfabetização total da União. Todo membro da Uagacê que souber ler, deverá contribuir para a alfabetização total da União, ensinando pelo menos uma pessoa analfabeta”*.¹⁶¹

Por haver tido acesso aos originais das teses apresentadas no referido congresso¹⁶², Costa Pinto critica a ausência, no corpo do documento, de alguma indicação da fonte financiadora através da qual estas demandas poderiam vir a ser implementadas. O autor da tese, o Sr. José Bernardo da Silva, por seu turno, recomendava que tais suportes econômicos deveriam ser conseguidos *“sem o auxílio do que anda por aí com o nome*

¹⁶¹Extrato do estatuto. Art. 60 - do Serviço de Educação e Saúde.

¹⁶²Abdias do Nascimento relata a apropriação de parte dos originais por Costa Pinto para a pesquisa UNESCO e a não devolução dos mesmos (Nascimento, 1982)

de Estado Nacional” (Costa Pinto, 1952: 262). A tese era, na visão de José Bernardo da Silva, plenamente exequível, sem a interferência do governo federal. O autor tinha em vista o Centro Jesus do Himalaia que àquela altura já conseguira, através de doações individuais tornar realizáveis - numa micro experiência – parte considerável do que o ele compreendia como pontos indispensáveis para solucionar as condições de desigualdade social em se encontrava grande parte da população afro-brasileira.

Mais uma vez, os estatutos da organização podem ajudar a corroborar que aquelas declarações não eram apenas devaneios do autor, como a crítica ácida de Costa Pinto, nos leva a pensar. Suas propostas apoiavam-se num plano de sustentabilidade já elaborados pelos iniciadores da rede, oito anos antes e que em vários pontos do território nacional eram praticados por grupos do movimento social negro, principalmente na área da educação, como vimos no capítulo anterior.

Ainda nesta estratégia de estabelecer articulações, temos mais uma atividade exemplar do grupo O racismo brasileiro acabava sendo visibilizado internacionalmente com a participação da UHC no Conselho das Organizações não Governamentais pertencente ao escritório da UNESCO no RJ. Ao mesmo tempo, a atualidade sobre as idéias concedências do mundo e na ausência de maiores instrumentos legais aos quais se referir - a Lei Afonso Arinos ainda não havia sido sancionada - a Declaração Universal dos Direitos Humanos, recém publicada, pela ONU, passou a servir de parâmetro a subsidiar aquela rede.

Embora possuindo seu próprio jornal (o Himalaia) a UHC / DF mantinha viva a chama do debate sobre a existência de racismo e discriminação racial, garantindo assim a

construção de uma massa crítica sobre o tema. As críticas à organização eram respondidas fazendo uso dos jornais de grande circulação da cidade, transformando-os em tribuna e peça publicitária.

*"Negros, pardos e brancos constituem os grupos étnicos da nossa nacionalidade. No Brasil, nem o branco apenas deve mandar, instruir-se e educar-se melhormente, nem gozar dos direitos constitucionais da nossa Carta Magna como grupo privilegiado; nem o negro ou pardo tampouco. Se três são as raízes de nossa formação étnica, direitos e deveres iguais, todos são obrigados a tê-los e cumpri-los. Disto não se afastará a União dos Homens de Cor na sua luta contra aqueles que desejam ver este ou aquele dos três grupos predominantes sobre os outros ... Há quem julgue que a União pretende dar ao grupo afro-brasileiro, ao negro, finalmente essa predominância. Aos que afirmam por maldade, combateremos e chamá-los-emos de confucionistas a serviço do racismo"*¹⁶³.

Desta forma, os líderes sustentavam no meio político e na grande imprensa o tema das tensões raciais na sociedade brasileira, mantendo-o ao alcance da opinião pública. Ajudavam assim, a construir um contínuo debate sobre um assunto tabu, que era a existência de racismo ou discriminação racial no Brasil. Se por um lado, a mestiçagem era usualmente empregada na sociedade para dissuadir qualquer movimentação, no sentido de construir reivindicações para os afro-brasileiros, o discurso da UHC, num grande jornal, era no sentido inverso. Ou seja, exatamente pela existência das três raças

¹⁶³ Fonte: "A União dos Homens de Cor esclarece e adverte". Diário Trabalhista, quarta-feira 30/08/1950, nº1385, Ano V : 07.

formadoras é que os negros deveriam ter mais direitos concedidos, uma vez que até aquele momento os brancos haviam sido os detentores das vantagens e benesses. A estratégia midiática de difusão do nome da organização pode ser notada nesta matéria de um importante periódico da capital do país.

“A questão racial foi assunto que empolgou a transcrição dos anais. Um manifesto da União dos Homens de Côr do Brasil, protestando contra o preconceito de côr existente no Brasil, à margem da própria lei básica do país, que não permite as discriminações. Isso serviu de ensejo para que vários vereadores ocupassem a tribuna. O vereador Magalhães Junior, dizendo-se descendente de negros, protestou contra essa discriminação velada e sub-reptícia que se nota no seio da sociedade brasileira, que se nota a ponto de eliminar o negro das escolas e, até mesmo, de determinados serviços do Estado qual seja o Ministério das Relações Exteriores”. 164

Note-se que por iniciativa do grupo, o tema amplia seus contornos e passa a inserir-se não apenas no discurso dos afro-brasileiros. Temos então, um homem público, de uma família tradicional do país, empunhando a bandeira da denúncia sobre o cerceamento do ingresso dos afro-brasileiros nos bancos escolares e no âmbito da diplomacia.

Assumindo uma postura crítica

Quando abordamos o capítulo anterior vimos que as conferências nacionais do movimento social negro, no período que se seguiu à destituição do Estado Novo, tinham como característica trazer a público a sinergia - nem sempre sem tensão - entre ativistas

164 *Empolgou a câmara municipal com a questão racial*, Diário Trabalhista - Pág 2, 20/6/1951, ano VI, nº1626, quarta - feira. Rio de Janeiro.

e acadêmicos. Também os jornais, editados pelos diversos grupos, procuravam atualizar os ativistas com uma literatura sobre raça, mesmo aquela produzida fora das fronteiras nacionais. Desde a primeira fase da imprensa negra - como nos informa Correia Leite referindo-se ao Jornal Clarim da Alvorada, publicado nos anos trinta- tal fato já podia ser registrado.

*"O Mário de Vasconcelos começou a mandar lá da Bahia colaboração já traduzida ... sobre o trabalho do movimento negro nos Estados Unidos e outras partes...Começou a publicar as teses de um congresso que houve nos Estados Unidos e que se opunham à cultura do branco, aos ensinamentos do branco...Nós fizemos uma seção dentro do Clarim d'Alvorada com o título 'O Mundo Negro' que era justamente o título do jornal que o Marcus Garvey tinha nos Estados Unidos: 'Nigro World' "*165.

Seguindo nesta mesma linha de buscar informações que pudessem subsidiar as análises e reflexões dos ativistas, diversas foram as atividades coordenadas pelo movimento em que reconhecidos acadêmicos se faziam presentes, com suas contribuições. Gilberto Freyre, Roger Bastide, Edison Carneiro, Florestan Fernandes e Costa Pinto são alguns dos nomes que podem ser encontrados com certa frequência, integrando as listas das autoridades participantes e amplamente divulgados na imprensa da época. É nesta ambiência, em que ativismo e academia - embora mantidos em campos distintos - muitas vezes se tornaram complementares, que podemos perceber algumas análises críticas dos membros da UHC, ao campo dos estudos sobre raça, disponíveis naquele momento.

165 Cuti, 1992: 77

“A UHC, por intermédio do seu presidente faz apêlo para que seja abandonada a idéia geral que é a falta de cultura que caracteriza o desajustamento do negro na sociedade brasileira. Nós temos negros de valor... Isto demonstra ao mundo que não há raça superior em face das raças judaicas e negras, as mais perseguidas no mundo”. 166

Assim, os líderes da UHC – e não somente eles - demonstravam estar atualizados com o fluxo de discussões acadêmicas e científicas da época, através das reflexões pioneiras que provocavam. Um de seus jornais, publicados no Paraná, estampa uma frase da autoria de Donald Pierson. Outro exemplo, neste sentido, é um trecho do discurso, pronunciado durante as festividades do centenário de José do Patrocínio (1949), pela segunda pessoa na hierarquia da entidade no DF:

“Nós da União dos Homens de Côr temos sido combatidos no nosso sonho humanístico de vermos os pretos e pardos do Brasil dignificados pela cultura, educação e moral... Uns nos combatem por não saberem dos nossos reais intuitos, outros fazem isto por adotarem as idéias de Gobineau, um dos pais do racismo”.

O tom quase intimista com que Gobineau é citado nos permite observar que as teses científicas transpunham-se dos compêndios acadêmicos e eram lidas pelas lideranças negras da época. Assim, um dos artigos refere-se à *“lastimável incúria, em que estiveram os estudos sobre o negro no Brasil, demonstra-se pela inexistência de dados*

166 José Bernardo. *Jornal Alvorada*. São Paulo, janeiro de 1947. Número 16. Ano II : 1

diretos, como pela raridade de trabalhos modernos sobre o assunto. Para as primeiras lacunas, o suplemento natural seria as estatísticas aduaneiras e história do tráfico”

O articulista segue numa crítica densa, em relação aos trabalhos de Spix e Martius e de como “a autoridade de ambos” teria levado a conclusões equivocadas a respeito das populações africanas chegadas ao Brasil. Reiterando a tese da destruição dos documentos (feita por Rui Barbosa), que poderiam atestar os números e a origem real dos africanos trazidos ao Brasil, o jornal passa por Silvio Romero, critica negativamente o seu trabalho e conclui fazendo uma longa enumeração dos vários povos africanos que aqui vieram e para quais estados ou regiões foram transportados¹⁶⁷. Seus líderes chegavam, algumas vezes, a sugerir uma possível crítica ao sistema, sem, contudo reivindicar uma postura de confronto com o estado ou seus representantes. “Os administradores em 63 anos de abolição, não fizeram jus, de um certo modo, às reivindicações da causa abolicionista. Porque nós vivemos geralmente afastados dos altos cargos da administração pública”.¹⁶⁸

Grande parte do diálogo com a opinião pública era no sentido de defesa diante da possibilidade de serem alvo da pecha de racistas. A preocupação em definir os objetivos da rede podia ser observada em muitas das páginas quer próprias ou dos grandes jornais, a cada vez que a oportunidade se apresentava.

“Dirão: ‘ Mas a UHC bate-se mais pelos negros e pardos do que pelos brancos’... É o que parece. Nós, os dirigentes desse movimento anti racista e nacional gostaríamos de trabalhar com método e

167 Jornal União, Curitiba. Outubro de 1950.

168 Jornal União, Curitiba. Janeiro de 1948.

objetivamente. Ao vermos que dos grupos étnicos de que se constitui a nação brasileira e dos negros e seus familiares é o que mais sofre tôda a espécie de desajustamentos econômicos e morais nosso dever não podia ser outro senão o de atacar as causas desses desajustamentos nas suas raízes mestras. Verificando que todo mal-estar comum aos afro brasileiros é produto da péssima organização social e do excesso de consideração e segurança que certos grupos de brancos de mentalidade escravagista cultivam; colocamo-nos ao lado dos negros e seus familiares, sem esquecermos os brancos que esses mesmos grupos exploram e tiranizam. Essa atitude nossa não foi tomada de afogadilho. Estudamos, perquirimos, observamos antes de adotá-la” 169.

Neste particular, a crítica negativa não era o único diálogo dos dirigentes com as autoridades estabelecidas. Ações de governo que pudessem reverter, direta ou indiretamente, em benefícios à população negra eram focalizados e relatados no seu periódico.

“A notícia de que a Fundação Casa Popular irá construir 240 casas nesta capital, para serem vendidas a prazo longo e sem juros, constitui, sem dúvida nenhuma, um fato altamente auspicioso....A crise na habitação ainda afigura entre os grandes problemas atuais... Entre os benefícios que, de modo mais direto e sensível, recaem sobre a população, esse empreendimento figura como um dos mais expressivos e oportunos” 170

169 José Bernardo da Silva, orientador da União dos Homens de Cor do Distrito Federal. Fonte: Diário Trabalhista, quarta-feira 30/08/1950, nº1385: 07

170 “250 Casas Populares – Realização admirável do governo Luperon” – Jornal União n. 75: 6

Apontamos inicialmente que uma das preocupações do grupo, desde a elaboração de seu estatuto, era com o acesso à moradia para os negros brasileiros. A publicação da nota, embora não o expresse claramente, justifica-se por saber que estando grande parte dos negros nos mais baixos escalões sócio-econômicos, seriam, neste particular os grande beneficiados por aquele projeto de governo.

Surgem os filhos da UHC

Algumas dissidências ou mesmo derivações foram produzidas a partir do seio da rede UHC. Surgiram grupos, que embora com uma pequena variante no nome, inspiravam-se no mesmo modelo e formato, no que concerne à distribuição por departamentos (saúde, educação, jurídica) ou na semelhança das atividades (assistência jurídica, comemorações em datas festivas, ação de processos em defesa dos seus sócios), era incluída também a realização de concursos de beleza, mais aos moldes dos clubes sociais da época. Neste sentido, temos três exemplos emblemáticos União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) de Blumenau (SC); a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor (UCBIIC) de Duque de Caxias (RJ); e a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), Rio de Janeiro (RJ).

União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) de Blumenau (SC)

Temos enfatizado, desde o início, sobre a abrangência geográfica e temporal daquele momento de realizações dos diversos grupos negros. Assim, continuando mais uma etapa de nosso sobrevôo, temos em Blumenau, em 1962 a fundação da União

Catarinense dos Homens de Cor (UHC) criada por Avandié Inácio de Souza, conhecido como o Príncipe Negro, pseudônimo adquirido na sua trajetória de cantor popular.

....“Desde a fundação dessa Sociedade, anos atrás, em Blumenau....venho me perguntando se esse movimento tem, realmente, alguma utilidade social...nos Estados do Sul, ...não temos preconceitos de cor, nem de raça. Os indivíduos de pele negra são, para nós, seres iguais aos demais homens... como nossos semelhantes, como nosso próximo, em tudo igual a nós diante de Deus e das leis do Estado e da Igreja. Por que, então, os homens de cor organizarem-se em sociedade, planejando congressos...promunciando conferências...Não estarão estes pretos, eles sim, lançando as sementes da discriminação racial no Brasil? Se háalgumas prevenções de brancos contra negos... simplesmente, a diferenças de educação e a método de vida. Entre nós, o preto é, em geral, pouco amigo de limpeza, da higiene. ...Isso, nem por sombras, é razão para justificar a criação da UHC, para conferências de negros. Seria, quando muito, para a criação de cursos para aprimoramento dos métodos de higiene, de comportamento social...” 171.

Esta longa citação nos ajuda a perceber o ambiente de animosidade, ainda nos anos setenta - quando a carta foi redigida - em relação a um grupo fundado quase uma década antes. Por outro lado, ao demonstrar preocupação com a instituição do grupo, o autor da carta, tornava de âmbito público uma série de atividades realizadas pela UHC, como congressos, palestras e conferências. Iniciada em 1962, a UHC - inicialmente grafada

171 Extrato da carta do Sr. J. Ferreira, ex-prefeito e ex-vereador de Blumenau, à época diretor da Biblioteca Pública, ao então Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, datada de 21/07/1970.

sem I - tem sua história estendida até os anos oitenta, quando entre outras atividades presta homenagem ao embaixador do Senegal e à sua comitiva, no mês de novembro de 1980.

Concursos de beleza que se iniciaram sob os seus auspícios em 1961 se espraiaram por diversas cidades tais como Itajaí, Tijucas, Florianópolis, Criciúma, Laguna, Araranguá, Jaraguá do Sul, Araquaré, Rio do Sul, Ituporanga, Lajes, São Joaquim, Porto União e Capivari 172. O panfleto de divulgação convidava para o baile de confraternização por motivo do 1º aniversário de fundação onde a expressão "*Sem preconceito raciais*" ocupava lugar de destaque no centro da impressão e era complementado pelo seguinte texto, que nos dá uma idéia aproximada da extensão daquela rede.

"Avandié de Oliveira não criou a mulata, mas lançou o concurso Miss Mulata ... que recebeu todo o apoio das autoridades e comunidade de Blumenau ... O concurso estendeu-se por 22 cidades catarinenses, com retumbante êxito. Assim, o Príncipe Negro fez surgir do anonimato 22 belíssimas mulatas para a admiração do povo catarinense" 173

A UHC reputa para si a organização do Congresso do Negro em 1967 no Teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis. Entre as autoridades presentes estava um dos ex-governadores do Estado, Ivo Silveira. O grupo procurava se solidificar na sociedade local a partir de um estreito relacionamento com países africanos e seus representantes em Brasília. Desta forma, a organização, na pessoa de seu idealizador, o Príncipe Negro, Avandié Inácio de Oliveira, recepcionou em três ocasiões distintas as delegações do

172 Fonte: Prospecto de divulgação do "*Concurso Individual Cultural Estadual Miss Mulata de Santa Catarina*" de 1962.

173 Fonte: Jornal de Santa Catarina 27/8/1988.

Senegal (1965) da Nigéria (1980) e da Republica do Togo (1982). O ano do centenário da Abolição (1988) foi marcado em Blumenau com as comemorações dos vinte e cinco anos das UHC e sua presença com grande visibilidade na imprensa local.

Ao longo deste trabalho temos nos reportado às inúmeras formas utilizadas pelos grupos e suas lideranças com o fito de fazê-los visíveis e aceitas pela sociedade. A UHC não foi diferente. Mediante a dificuldade inicial de atrair os negros locais para sua causa, o Príncipe Negro fez uso de duas estratégias, principais: A primeira de cunho moral e outra que se preocupava em atuar diretamente na elevação do orgulho racial dos negros da cidade e de seu entorno. Num dos *folders* do grupo, além de enumerar os objetivos da organização e dispô-los como num fragmento de estatuto, o Príncipe Negro apelava aos sentimentos de solidariedade dos afro-descendentes.

*“Lembrem-se distintos que a união da qual necessitamos, não é apenas artificial ou lendária mas, uma união sólida e firme, cheia de boa vontade e trabalho.....Lembra-te de uma coisa: O que fizeste até agora em benefício desta família de cor? ... Criaste alguma escola para alfabetizar os pequeninos de cor? Ocupastes sempre que foi possível alguns microfones de emissoras ou palco perante multidões de pessoas para falar bem de sua raça? Escrevestes sempre artigos e mais artigos dignos, lógicos e consoantes a bem dos seus irmãos de cor?Não é com danças, gingas e requebros que se eleva a dignidade de uma raça nos meios sociais...Associe-se conosco e ajude-nos a buscar assim dias melhores que virão tirados do nosso esforço”.*¹⁷⁴

174 Fonte: Prospecto de divulgação do grupo. Assinado por: Avandié de Oliveira “Príncipe Negro”.

O empenho, no sentido de conclamar as mulheres e homens negros para que se somassem à um grupo organizado, percorre grande parte dos documentos produzidos pelas lideranças negras da época. O diferencial neste caso é o tom quase pastoral que é assumido pelo Príncipe Negro. O autor não só convida para a organização, como coloca a si mesmo como um exemplo a ser seguido.

Se observarmos com atenção perceberemos que a pronúncia da sigla UCHC é *uchic*. Assim Avandié de Oliveira passou a ser membro da “*uchic*”, que contribuiu para atrair para o grupo os negros da cidade. Afinal era “*chic*”(elegante) , ser membro da UCHC “(pronúncia *uchic*). Posteriormente os membros do grupo começaram a denominar-se de uchiquianos e o nome do grupo passou a ser grafado com a letra i, transformando-se em UCHIC (União Cultural dos Homens de Cor do Interior e Capital). Esta foi, portanto, a segunda estratégia de atração. Construir uma identidade que além de racial, eram também de classe.

O grupo publicava o jornal “O Colored”, com tiragem de dois mil exemplares, cujo noticiário era mais voltado para o cotidiano dos negros no continente africano. As cidades de Brusque, Itajaí e Blumenau, como parte da comemoração dos vinte e cinco anos da UCHC (ou UCHIC), receberam ao longo de seis dias o embaixador Dr. Adjaburbú Nana, da República do Togo. Durante sua estada, o diplomata foi sempre acompanhado por Avandié de Oliveira, que se transformara, ele mesmo, num outdoor da organização.

União Cultural Brasileira dos Homens de Cor/ Duque de Caxias/ RJ

O estudo de Costa Pinto, por estar circunscrito à região metropolitana do Rio de Janeiro, procura analisar a UHC (ou Uagacê) do Rio de Janeiro. Não há na obra qualquer menção à rede e à sua presença em outros estados da Federação, nem mesmo ao seu concedâneo em Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense onde o estudo do autor procurou analisar as práticas das religiões afro-brasileiras, sob a influência de Edson Carneiro. O Grupo de Duque de Caxias surge em 1949 (175). A gestão de 1954 era composta pela seguinte diretoria: Tenente Ambrosino de Almeida do Nascimento e Dr. João Alvarenga de Oliveira, Presidentes de honra ; Dr. José Rogério dos Santos, Vice-Presidente; Prof. Theodorico dos Santos Araújo, secretário geral; Edson Carlos Rodrigues, primeiro secretário; Antonio Rodrigues, segundo secretário; Aristides de Carvalho Chaves, primeiro tesoureiro; Prof. Manuel Floriano dos Santos, segundo tesoureiro; João Virgílio de Oliveira, primeiro bibliotecário; José Mendes, segundo bibliotecário; Dr. Walter Joaquim Barbosa, procurador Geral (Lemos, 1980: 78).

O atendimento social era exercido através dos departamentos médico e dentário. Completavam o quadro diretivo os departamentos de propaganda, feminino e cultural. O grupo estava sediado no centro da cidade, com uma pequena rede de mais dois escritórios, sendo um em Parada Angélica, no próprio município e outro em Tinguá, no município vizinho de Nova Iguaçu. O tradicional concurso de beleza também foi adotado pela UCBHC, de Caxias (RJ). Em 1954 registrou-se a eleição de sua rainha provocando grande comoção na cidade, onde entre as diversas candidatas, a vencedora recebeu 4521 votos, resultantes de uma intensa campanha liderada por seus cabos eleitorais. (Lemos, 1980 e Souza, 2004)

175 Três anos anteriores à pesquisa de Costa Pinto, no Projeto UNESCO. Fonte: Souza, 2004

União Cultural dos Homens de Cor / Rio de Janeiro (RJ)

Outra citação encontrada na literatura acadêmica a respeito da UHC é no trabalho de Thales de Azevedo para o Projeto UNESCO. Azevedo após fazer um breve resumo acerca de algumas organizações negras na Bahia, refere-se a “*um médico de modesta clientela e professor de escolas secundárias*” (Azevedo, 1955: 160) que estaria interessado em levar para Salvador uma sucursal da UHC. Em sua pesquisa, que empregou como fontes, os grandes jornais da capital baiana, o estudioso encontra a notícia da visita de um dos membros da UHC do Distrito Federal à Cidade de Salvador.

“Encontrando-se entre nós, onde veio em visita à família e amigos, o sr Eloy de Freitas Guimarães, secretário geral da União Cultural dos Homens de Cor... Depois de referir-se à boa divulgação que está tendo a União de maneira a ser considerada como um movimento nacional, o sr. Eloy Guimarães declara que até na ONU a associação dos homens de cor já tem representantes, nas pessoas do seu delegado dr José Pompílio da Hora, bacharel em Direito pela Universidade de Nápoles, advogado e professor de Grego e Latim no Rio de Janeiro e ele próprio, ambos eleitos por sufrágio de seus companheiros de diretoria e assembléia geral... Disse-nos... que, além de interesses ligados àquela associação, um dos motivos que o trouxeram a Bahia foi o semanário “Redenção”.¹⁷⁶

Fruto de uma dissidência, o que inicialmente havia sido um braço da UHC do DF, passou a ser a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC) e era dirigida por José Pompílio da Hora (Costa Pinto, 1952). Em 1950, durante a realização do I Congresso do

¹⁷⁶ Jornal A Tarde. Bahia- Quinta feira-8/2/1951. Ano XXXIX- nº132/22- pág. 8.

Negro Brasileiro, o coordenador da UCHC, já se posicionava como pertencente a um grupo independente e declarou-se deseioso de dirimir possíveis dúvidas, a cerca da existência de duas organizações diferentes, embora com nomes assemelhados (Nascimento, 1982). Com sede própria organizou cursos de alfabetização e outros voltados para a capacitação de empregadas domésticas, tais como culinária e corte e costura (Costa Pinto, 1952). De acordo com Costa Pinto esta era uma tendência da época, em que um número considerável de empregadas domésticas sonhava adquirir uma máquina de costura (Singer) e assim poder mudar de profissão e padrão de vida. O autor classifica a máquina como o "terror das patroas"

Conclusão

"It was the age of decolonization and revolt in Africa, Asia, and Latin America...In 1945, black people from around the globe gathered in Manchester, England, for the Fifth Pan-African Congress to discuss the freedom and the future of Africa...in 1955, representatives from the non-Aligned Nations gathered in Bandung, Indonesia, to discuss the freedom and future of the third world... Revolt was in the air. Malcolm X once described this extraordinary moment, this long decade from the end of the Second World War to the late 1950s, as a tidal wave of color"¹⁷⁷

¹⁷⁷ Foi uma era de descolonização e revolta na África, Ásia e América latina...Em 1945, os negros do mundo se reuniram em Manchester, Inglaterra, no Quinto Congresso Pan - Africano para discutir a respeito de liberdade e pó futuro da África...Em 1955, representantes da Nações Não Aliadas reuniram-se em Bandung, Indonésia, para discutir a respeito da liberdade e o futuro do Terceiro Mundo... A revolta estava no ar. Malcolm X certa vez, descreveu este extraordinário momento, esta década entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos cinquenta,, como uma poroca de cor". Fonte: *A Poetics of*

Esta epígrafe nos ajuda a ilustrar o que vimos tentando demonstrar ao longo deste trabalho: "*Revolt was in the air*", como afirma Kelly acima. Dito de outra forma, nos anos que se seguiram ao final da II Guerra Mundial, havia uma insurgência que conduzia os africanos e seus descendentes, no interior das fronteiras de diferentes estados nacionais, a se rebelarem contra o racismo, com ações diversas nas muitas esquinas do mundo. Assim sendo, grandes eventos (nacionais e internacionais) marcaram a segunda metade dos anos quarenta e foram influenciadores diretos da constituição do movimento social dos negros brasileiros, naquele período.

O primeiro deles, no âmbito internacional, refere-se ao fim da II Guerra Mundial que deixou como saldo para a sociedade global a constatação de que o racismo e suas práticas - longe do que se acreditava - não haviam sido desterrados com a formulação das novas teorias culturalistas, capitaneadas por Franz Boas, na virada do século. O fantasma do racismo e da discriminação racial rondavam o mundo do pós-guerra. Faz-se necessário, portanto, situar que aqueles eram anos de conflitos raciais nos EUA. Ao mesmo tempo, os países africanos davam os primeiros passos rumo à independência.

Num estudo comparativo entre os movimentos sociais negros na África do Sul e nos Estados Unidos, Friedrichson (1997) observa que os afro-americanos, em diferentes momentos de sua organização social, tinham na África pré-colonial uma referência de orgulho de onde podiam traçar sua identidade. Ao mesmo tempo, os negros sul africanos (incluídos pelo autor nesta categoria além dos descendentes da língua Bantu, os indianos e os "*colored*") aludiam ao progresso alcançado por seus pares nos EUA como parâmetro referencial para a capacidade ascensiva da população negra.

Anticolonialism by Robin D.G.Kelley in *Discourse on Colonialism* by Aimé Césaire :7 (Tradução da autora)

O autor usa estas duas visões convergentes para basear sua teoria de que estes movimentos demonstravam estar cientes de que não se encontravam isolados em suas realidades específicas. Não estavam também em oposição única e direta contra seus opressores domésticos. Em outras palavras, sua luta era dirigida a alvos situados não somente no interior das fronteiras de seus estados nacionais. Friedrichson (1997) data a partir de meados do século XIX - e que se estendeu no pós guerra - a existência de uma consciência em ambos os grupos (nos EUA, e na África do Sul). Tratava-se de uma luta mais ampliada de africanos e seus descendentes em diferentes partes do mundo contra a escravidão, colonização e segregação.

Mencionando a trajetória da NAACP (National Association for the Advancement of Colored People) nos EUA, Méier (1971) e Rudwick (1971) afirmam que a organização - que surgiu na primeira década do século XX - radicalizou sua postura a partir do pós II guerra. Alavancada pela massiva migração de negros provenientes do sul do país, o poder de barganha alcançado pelo voto, trouxe uma potencialidade de demandas, com ênfase nunca antes testemunhada. A reivindicação por direitos civis passou a integrar as agendas eleitorais, em grande parte estimulada por aquele grupo. Paralelamente crescia, inspirado nos ensinamentos de Mohandas K. Gandhi, uma forma organizada de luta contra o racismo intitulada de "*resistência passiva*", "*ação não violenta direta*" e/ou "*não violência militante*" (Fredrickson, 1971). Esta nova manifestação anti-racista ganhou as ruas dos EUA e África do Sul nas décadas de quarenta e cinquenta¹⁷⁸, tendo no período pós II guerra alcançado um dos seus pontos de maior aceitação, por um grande número de seguidores.

¹⁷⁸ É neste período que surge na Bahia (1949) e no Rio de Janeiro (1950) o Bloco Afoxé Filhos de Gandhi

Diante do trauma deixado pela guerra, a idéia de protestos pela resistência pacífica passou a ser largamente aceita. Igualmente, no início dos anos cinquenta, a desobediência civil era uma das principais estratégias de reação contra o apartheid na África do Sul. Nos EUA, também sob inspiração de Ghandhi - mais do que sob a dos negros sul africanos - suas ações principais e mais referidas eram boicotes, greves, marchas e demonstrações (Friedrickson, 1995). De tal modo, tanto os negros sul africanos quanto os afro- americanos, estavam, segundo o autor, incluídos numa torrente internacional de idéias que servia para inspirá-los mutuamente.

O significativo aqui, é apontar que mais revelador que o fato de haver um elemento instigante ou um diálogo entre os dois movimentos, ocorria - Friedrickson (1995) evidencia em seu estudo - um fluxo em torno da busca por direitos e igualdade entre os negros. Esta era a tônica, em cada um dos países e que contribuía para um estímulo a mais no processo organizativo de diferentes descendentes de africanos em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

Em termos brasileiros, o novo momento político e econômico da redemocratização após a ditadura Vargas, estimulou o aparecimento de manifestações negras de diversas naturezas, como tivemos oportunidade de discutir ao longo deste trabalho. O movimento social dos negros estava, então, em constante interlocução com os mecanismos estabelecidos pela sociedade buscando influenciá-la e sendo por ela influenciado. As idéias de Sartre - no seu *Orpheu Negro* - e as de Richard Wright, entre outros, expressas na *Revista Présence Africaine*, chegavam aos nossos líderes afro-brasileiros, por diversas vias, inclusive pelo *Jornal Quilombo*, criado pelo Teatro Experimental do Negro, ao final dos anos quarenta.

Neste contato à distância o Jornal Alvorada, publicado pela Associação do Negro Brasileiro, de São Paulo, como já apontado neste trabalho, também contribuía para divulgar as iniciativas tomadas a seu cargo pelos negros estadunidenses. Ou seja, repetindo Kelley – citado na abertura desta conclusão - havia uma pororoca de cor (*tidal wave of color*) naquele momento. Isto é, os povos de cor se levantavam em diferentes maneiras e locais, propiciando uma insurgência que percorria o mundo.

Esta ambiência pode ser arrogada como propiciadora da constituição de uma rede nos moldes da União dos Homens de Cor. A criação e a expansão da UHC foi precipitada, então, por quatro fatores principais: Em primeiro lugar havia a discrepância entre a identidade de racialmente inferiores, atribuída aos negros, e sua crescente ascensão social e cultural. Este descompasso acabava por criar barreiras sócio - estruturais para a sua inclusão político-social. Daí, a constante interpelação, em sua imprensa, aos estudos teóricos sobre raça efetuados até então.

Em segundo lugar, havia o surgimento de diversas formas organizativas que permitiam aos negros aglutinarem-se em torno de questões com as quais se identificavam, bem como entre os seus iguais. Ou seja, ocorria uma atmosfera que estimulava a criação de novos grupos e aquecia os debates em torno dos direitos a serem conquistados. Pudemos testemunhar alguns destes nascituros, no capítulo dois onde percorremos uma parte da história e das estórias de algumas das organizações negras, daquele momento.

O terceiro fator seria as organizações dos negros em diversas partes da diáspora e da África, que fortalecia as reflexões e atuavam como mirantes exemplares a estimular os desejos de ascensão e mudanças. O de número quatro repousa na influência da circulação de idéias no mundo, onde o retorno da racialização preocupava a todos. Era a luta contra o racismo empreendida a nível mundial dentro do espírito político e ideológico do pós-guerra, onde os documentos da ONU, criados para este fim, ajudavam a estabelecer bases e critérios para uma cruzada anti-racista.

Ao longo de sua trajetória, que se iniciou no pós - guerra, estabeleceu-se nos anos cinquenta e expandiu-se pelos sessenta, a UHC buscava, portanto, reconhecimento para os negros no âmbito do estado nação brasileiro. Se considerarmos que, pautado no discurso liberal e universalista, o nacionalismo tende a estimular a negação das diferenças (Anderson, 1994/ Mauss,1969), o estado brasileiro era em sua formação excludente e discriminador. Então, a UHC e muitos dos grupos, seus contemporâneos - mais do que tratar de inclusão e ascensão social - buscavam a participação dos negros no projeto nação brasileiro.

A luta era, então, contra o estado, na sua forma racializada. Um exemplo que poderíamos citar a este respeito, seria a preocupação constante - demonstrada em suas publicações - em inserir seus representantes nas campanhas a cargos eletivos. Contribuía para esta estratégia a atração de negros parlamentares (estaduais ou municipais) para aliarem-se aos quadros da organização. Em última análise, suas ações buscavam inseri-los no estado nação, a partir da participação igualitária nas instâncias de poder nacionais.

O movimento na direção do poder institucionalizado era complementado por duas ações: A primeira, no sentido de apoio direto aos negros em situação econômica inferior, com as caravanas de doações e suporte imediato quanto à saúde e à educação. O outro impulso se dava na participação crítica de seus líderes nos encontros nacionais dos movimentos negros, assumindo os ditames estabelecidos por suas conclusões finais e fazendo-as conhecidas para um público maior, através da imprensa. Desta forma, a UHC assumia para si três grandes frentes de atuação. Ou seja, mirava o poder constituído, através da participação nos pleitos eleitorais; auxiliava na ascensão social daqueles na base da pirâmide e se incluía numa articulação mais ampla do movimento social negro em âmbito nacional, através de suas mais diferentes regiões.

O segundo capítulo deste estudo nos permitiu apresentar uma plêiade de organizações negras, em distintas cidades, surgidas a partir da segunda metade dos anos quarenta e parte da seguinte. Diferentes são os motivos que determinaram o fato delas não mais existirem. Dentre eles poderíamos citar o falecimento de sua liderança principal, como no caso da Orquestra Afro-Brasileira (RJ) ou da Associação José do Patrocínio (BH); mudanças do objetivos iniciais do grupo organizador, provocando dissidências; mudança de local de residência do coordenador, como no Caso do Teatro Popular Brasileiro (TPB) ou o novo momento político do país, como no caso do Teatro Experimental do Negro. Mesmo estas razões que enumeramos aqui, são apenas alguns dos aspectos que um estudo aprofundado sobre cada uma das organizações – que não é o nosso objetivo – poderia corroborar.

A UHC, por ser uma rede, alcançava níveis de articulação diferenciados, em cada lugar que atuou. O que significa dizer que qualquer das razões apontadas como as que contribuíram para o cessar das atividades dos grupos anteriores, pode ser aplicada às

inúmeras secções da rede. Neste sentido, a morte de João Alves Cabral, o grande inventor da rede e o responsável pela manutenção de um elo nacional, atuou como um ponto de abalo na estrutura. Por outro lado, as lideranças que por ela foram consolidadas ou constituídas, seguiram seus destinos no movimento social, tornando-se figuras proeminentes, seja no ativismo seja na vida pública. Este é o caso, por exemplo, de José Bernardo da Silva (UHC/DF), eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos a partir de 1954.

Neste sentido, acreditamos que se possa falar em transformação da UHC, ao invés de seu desaparecimento puro e simples. Temos em socorro a esta afirmação, a UCHIC de Avandié de Souza, de Blumenau, que ainda nos anos oitenta, seguia os mesmos moldes e denominação similar àquela instituída pela UHC, em 1943, em Porto Alegre. Da mesma forma que o surgimento da UHC deve ser visto, como procuramos fazê-lo aqui, a partir dos diferentes movimentos nacionais e mundiais do pós Guerra e pós Estado Novo, o mesmo se dá em torno da sua desagregação. Dito de outra forma, a instauração da ditadura militar contribuiu para o arrefecimento de vários grupos dos movimentos sociais e a UHC, não ficou imune aquela conjuntura política.

Um dado que chama atenção, quando observamos a atuação da UHC, é a sua quase ausência da literatura acadêmica que se preocupa em analisar os movimentos sociais negros, embora ela haja sido atuante em distintas cidades do país. Percebemos, portanto, uma tensão entre o que aqueles autores acreditaram ter sido as interferências e poder de inserção daqueles grupos e a fala dos seus agentes, retratadas nos documentos produzidos por estes últimos. Por este motivo, no próximo capítulo travaremos um diálogo com alguns dos autores que tem estado mais proximoamente refletindo sobre a

constituição dos movimentos sociais, dentro e fora do Brasil. Nosso alvo é poder entender algumas das razões que contribuíram para que a relevância daqueles grupos não fosse ressaltada. Discutiremos à luz destas novas formulações os pressupostos através dos quais se possa entender o fator que permitiu que o desempenho daquela rede não fosse abordado em alguns dos trabalhos sobre o tema.

Capítulo 4

NOVOS E VELHOS MOVIMENTOS SOCIAIS: CATEGORIAS CAMBIANTES

Três das obras que compuseram o grupo de pesquisas que se convencionou chamar de projeto UNESCO foram abordadas no capítulo dois. O que nos ajudou a ressaltar as conclusões daqueles autores sobre democracia racial e os passos iniciais de alguns grupos do movimento social negro, nas realidades estudadas. As cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo foram os campos a partir dos quais os autores puderam tecer suas conclusões a respeito das relações raciais brasileiras. Eles procuraram realizar um diagnóstico dos grupos componentes do movimento social negro no período. Reconhecemos o ineditismo daquelas três obras quando nos referimos ao estudo dos movimentos sociais negros. Algumas das conclusões daqueles acadêmicos levam-nos a pensar numa fragilidade e incompatibilidade destes grupos em relação ao momento econômico e sócio cultural em que estavam localizados.

Vale lembrarmos a existência de uma articulação da sociedade civil organizada no período, que ultrapassava os limites das fronteiras das cidades aqui mencionadas (RJ, SP e Salvador), como apontado anteriormente. Procuramos evidenciar – nos capítulos dois e três - que havia um variado número de formas organizativas, em diferentes regiões do país, que excediam aqueles presentes nos trabalhos do projeto UNESCO. Acrescente-se a isso a delimitação geográfica estabelecida para a pesquisa. Ou seja, não era objeto daqueles autores estudar as relações raciais numa amplitude que abarcasse todo o território nacional brasileiro. As análises sócio históricas, nos três trabalhos eram de âmbito mais voltado para a constituição do estado nação e a conformação de raça dentro deste. Por outro lado, os aspectos etnográficos dos trabalhos restringiram-se ao campo mais próximo de cada autor.

Acreditamos que a razão deste descompasso, entre o visto e o existente, reside na metodologia empregada por cada um. Atribuimos também às ferramentas teóricas disponíveis naquele preciso momento da constituição das Ciências Sociais no país. É este entendimento que nos move na elaboração deste capítulo que ora iniciamos. Estaremos dialogando com alguns autores mais contemporâneos, no sentido de observar como têm sido construídas, nas ciências sociais, as categorias movimentos sociais e movimentos negros. Mais ao final, procuraremos discutir algumas das principais influências teóricas que poderiam ter contribuído para os achados dos autores que estudamos no capítulo um.

Movimentos sociais: notas para uma definição

Gohn (1993) considera em seu trabalho, autores clássicos e contemporâneos, advindos de paradigmas europeus, norte-americanos e latino americanos dos estudos de movimentos sociais. A autora conclui sobre a impossibilidade de se pretender uma

teoria unificada ou uma definição do mesmo porte, acerca desses movimentos. Tanto as teorias como os paradigmas que procuram explicar os referidos movimentos são múltiplos. Todos variam em relação à escola de pensamento que os abriga, influência do momento histórico em que estão sendo produzidos e ao campo analítico a partir do qual estão sendo observados.

A categoria "*movimento social*" é, portanto, datada e surge a partir de meados do século XIX. Estava situada numa Europa que convivia com a "*novidade*" do comunismo e do socialismo, além da organização do proletariado na França (Gohn, 1993). Neste momento, o nome de Lorenz Von Stein é referencial como um dos primeiros autores a defender a importância do desenvolvimento de estudos voltados àquela temática. Com esta apresentação, Gohn aproveita para nos lembrar que ao contrário do que se poderia pensar, os estudos dos movimentos sociais não são resultantes de uma década estabelecida ou de determinadas correntes de estudos das ciências sociais. Segundo a autora, sua gênese se confunde com a sociologia, desde o período de sua constituição enquanto ciência.

Quanto à sociologia norte americana, a Escola de Chicago delineia os estudos sobre movimentos sociais e a influencia fortemente até os anos setenta. Iniciados por Park e desenvolvidos pelos estudos de Simmel e Blumer os movimentos sociais eram analisados como uma "*disfunção da ordem*" (Gohn, 1997: 328). Naqueles primeiros estudos, de acordo com Gohn, os movimentos sociais foram divididos em "*gerais*" e "*específicos*". O início da década de cinquenta (1951) vê ser publicado o livro "*Social Movements*", primeira obra inteiramente dedicada ao assunto. Nestes trabalhos pioneiros, a sócio-psicologia tomava lugar de destaque e via as ações coletivas como

ações de massa, em que os aspectos biológicos e culturais serviam como determinantes para o comportamento social, provocando uma disruptura, lembra Gohn. Esta chave analítica com forte influência da psicologia foi dominante na sociologia estadunidense até os anos sessenta. Seu campo privilegiado foi o movimento operário.

Em relação ao período dos estudos que estamos abordando neste trabalho (pós II Guerra Mundial), gostaríamos de chamar atenção particular às afirmações de Gohn:

"Podemos dizer que nos anos 50 e parte dos anos 60, os manuais de ciências sociais, e parte dos estudos específicos, abordavam os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os usualmente como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes" (Gohn, 1997:330).

As tensões sociais é que provocariam os movimentos sociais. As reações eram tomadas como desordenadas e fruto de uma sociedade perplexa diante das inexoráveis mudanças trazidas pela crescente modernização. Eram movimentos, segundo os autores do período, cujo processo evolutivo seguia uma linha evolutiva que ia do surgimento à propagação, passando pelo crescimento (Gohn, 1997). Movimentos ruptores e eivados de emoções, de medo e frustrações que os impediam de serem satisfatoriamente organizados, a ponto de influenciar o sistema político, contra o qual se debatiam: *"o sistema político era visto como uma sociedade aberta a todos, plural, permeável. Mas os movimentos sociais não teriam a capacidade de influenciar aquele sistema devido às suas características espontâneas e explosivas" (Gohn, 1997:332).*

A autora prossegue informando que naquelas duas décadas (50/60) os autores analisavam os movimentos sociais dentro de caracterizações duais e antagônicas tais como: *“violentos – pacíficos, reformistas – revolucionários”* (Gohn, 1997:330). Entendia-se que os movimentos sociais eram revolucionários em seu cerne. Assim, o nazismo, o fascismo, as lutas de libertação nacionalista e mesmo a guerra eram exemplos propícios de movimentos sociais. Neste contexto os movimentos podiam ser *“reformistas, reacionários ou revolucionários”* (Gohn, 1997: 330). Caracterizações que estavam em concordância com a teoria marxista que subsidiava aquelas análises. Dentro deste campo de estudos um movimento social seria exitoso quando ao fim e ao cabo houvesse conseguido a *“transformação”* da sociedade, ao ver suas reivindicações se tornarem realidades concretas. Posteriormente, na década de sessenta, o fortalecimento dos movimentos pelos direitos civis nos EUA - entre outros - provocou a formação de novos paradigmas.

Segundo Scherer - Warren, a década de cinquenta foi aquela em que os estudos sociológicos - até então influenciados mais pelo marxismo - deixaram de preocupar-se com a tipologização dos movimentos e voltaram-se mais para a análise de sua influência direta na mudança social. Neste sentido, a autora nos apresenta uma definição à luz dos estudos acadêmicos do âmbito da sociologia europeia surgida a partir dos anos quarenta. Os movimentos sociais foram caracterizados como: *“Um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social”* (Scherer - Warren,

1987:13). Continuava então, a tentativa de distingui-los como algo unitário e de característica previamente definidas.

O segundo período do capitalismo, na visão de Santos (Santos, 1999), dá lugar à emergência do que o autor classifica de “*cidadania social*”. Esta categoria pode ser traduzida como inserção, nas relações de trabalho, dos direitos sociais (saúde, educação, segurança social). Cada um deles auferidos como conquistas dos trabalhadores através de suas entidades organizadas, tais como sindicatos, cooperativas e partidos operários, entre outros. O autor lembra que não se pode falar em cidadania sem levar em consideração que grupos sociais, histórias sociais, direitos e instituições diferenciadas farão com que ela seja plural e multifacética.

É nesta linha analítica que Santos (1999) se reporta à “*crise da cidadania social*” com a agitada conjuntura do Estado-Providência e a ascensão do movimento estudantil, nos países de economia central, nos anos 60. Estes momentos sócio históricos vão contribuir diretamente para a constituição dos Novos Movimentos Sociais (NMSs). Por sua pluralidade – não só de temas defendidos, como de formato e especificidades regionais – estes últimos deixam ao autor a difícil conclusão de que as definições até agora apresentadas, por outros autores, não fazem jus à sua natureza.

Os Novos Movimentos Sociais analisados por Santos revertem-se de primazia por terem sido os responsáveis por introduzir na sociedade “*uma crítica da regulação social capitalista*”, ao lado de “*uma crítica da emancipação social socialista tal como foi definida pelo Marxismo*” (Santos, 1999: 258). Assim, completa o autor, os NMSs tornam identificáveis formas de opressão alienígenas às relações de produção, tais como

"o machismo, a guerra, a poluição e o racismo" entre outros. Desta forma denunciam os movimentos emancipatórios anteriores que não perceberam - ou em algumas ocasiões chegaram a reforçar - diferentes formas de opressão. Explicada por não se inserir na dicotomia direta entre capital e trabalho.

Para Santos, a cidadania vista através da transformação dos fenômenos sociais e ou culturais em políticos, permite uma ampliação nunca antes experimentada. É importante marcar que os movimentos sociais contemporâneos - de juventude, feministas, ambientalistas, etno-nacionalistas ou pacifistas - não provocaram apenas ações de conflito ou questões atinentes à uma forma de luta tradicionalmente empreendida no capitalismo industrial. Eles tornaram visíveis a "ineficiência" das tradicionais formas de representação política diante das novas agendas sociais trazidas por aqueles movimentos (Melluci, 1996).

Analisando diferentes autores que tem se dedicado a estudar os movimentos sociais modernos, Melluci (1996) resume em duas, as conclusões principais a que chegaram no que concerne à motivação para o seu surgimento. A primeira razão seria em consequência de uma crise econômica, onde o desemprego, a baixa qualidade de moradia e a imigração, entre outros, estariam incluídos. A segunda refere-se à busca por integração e legitimação política num sistema que haja excluído um determinado grupo. Neste último caso estariam os movimentos estudantis, os de mulheres e os de base étnico / racial.

Deste modo os movimentos passam a ser entendidos como pertencentes apenas a dois grupos: os que desejam a manutenção da "*ordem social prevalescente*" para se

beneficiarem dela e os que desejam destituí-la. Melluci lembra que embora se possa encontrar grupos que caibam inteiramente nestas duas chaves analíticas, elas deixam de incluir o *quantum* de antagonismo presente em vários movimentos sociais e que se tornam comuns nas sociedades mais recentes. Assim, afirma o autor: "*O fenômeno emergente nas sociedades complexas não pode ser tratado simplesmente como reações às crises, como meros efeitos da marginalidade ou desvio ou simplesmente como problemas que surgem da exclusão do mercado político*"¹⁷⁹.

Numa sociedade complexa é importante que, para além destes aspectos, os movimentos sociais sejam analisados também no seu nível de conflitos e incompatibilidades. Os meios económicos ou a ausência de acesso a eles não são os únicos motores de ocorrência de um movimento social. De há muito a produção e a divisão do trabalho deixaram de ser as únicas formas de transformação de bens naturais e humanos para aquisição de bens. O mercado não dá mais a última palavra em termos de articulação de mercadorias. Da mesma forma, símbolos, identidades e pertencimentos são negociados. As necessidades individuais, as identidades várias e as construções simbólicas também constituem o aparato mobilizador para um movimento social, lembra Mellucci.

Gidens vê os movimentos sociais como os que "*fornece[m] pautas para potenciais transformações futuras*" (Gidens, 1991: 158). O autor reitera - tal como Melluci (1996) - o fato dos autores com forte influência marxista realçarem os movimentos trabalhistas, como os que respondem por uma "*vanguarda*" histórica. Gidens (1991) também se coloca criticamente diante destes autores por não reconhecerem dois pontos principais: O primeiro que aqueles movimentos são datados e como tal foram agentes de mudança

¹⁷⁹ "*Emerging collective phenomena in complex societies cannot be treated simply as reactions to crises, as mere effects of marginality or deviance, or purely as problems arising from exclusion from political market*" (Mellucci, 1996: 99).

importantes numa fase de expansão do capitalismo e do “*desenvolvimento das instituições modernas*”. O segundo ponto de crítica apresentado por Gidens (1991) é que aqueles autores ao relevar os movimentos trabalhistas destituem de importância movimentos sociais cujas agendas não se incluem nas demandas do capital e trabalho. Isto acontecendo num período em que um se colocava numa constante oposição ao outro, mantendo-se como campos opostos e “*puros*” um do outro.

Gidens (1991), no entanto insere uma nova reflexão no sentido de que os movimentos sociais fora deste âmbito, podem e devem ser vistos não somente como excludentes entre si. Neste sentido, afirma, que ao contrário, “*os interesses dos oprimidos não são uniformes e frequentemente colidem entre si*” (Gidens, 1991:154). Dito em outras palavras, também os movimentos sociais que tratam de temas fora daqueles privilegiados por uma reflexão marxista, são diversos e diferenciados entre si.

A interferência dos movimentos sociais nas agendas sociais diversas trouxe como resultados mudanças substanciais nas atitudes e pensamentos públicos (Mellucci, 1996). Mudanças também operadas na estrutura do movimento, se comparamos com aqueles ligados aos sindicatos ou aos partidos políticos. Agora, na visão do autor, os movimentos que se constituem no interior das sociedades complexas se compõem como uma “*rede escondida de grupos*” (*Hidden networks of groups*) com vários locais de encontro e um certo circuito de solidariedade interna que atua como uma “*estrutura latente*”. Toda esta rede não visível só vem a luz em determinados momentos e depois “*submerge novamente na vida cotidiana*”. Outra característica destes movimentos é a miscibilidade entre a ação coletiva e a identidade individual. Ambas fazem com que a

solidariedade grupal e a coletividade intergrupar sejam mescladas com as questões pessoais do dia a dia, dos membros da rede.

Necessário se faz, entretanto, que se perceba a diferença entre as “*formas relativamente permanentes de redes*” e mobilizações de luta que provoquem momentos e reuniões com fins específicos. A rede está constantemente acionada, embora nem sempre visível para aqueles externos ao meio. Por outro lado, a mobilização é o momento em que o movimento e suas demandas vem a público de forma a pressionar a sociedade. É através da mobilização que a rede do movimento se solidifica e dá aos membros a idéia real de sua extensão e poder de alcançar, ou não, seus objetivos. Mostra, portanto, a força e os pontos fracos do movimento.

A mobilização, segundo Mellucci, se dá em torno de um tema ou demanda específica voltada para o presente, com objetivos definidos e consecução a prazo curto. Permitindo, desta forma, um sucesso rápido e que possa manter unidos e unificados os seus membros, diante do atendimento de suas expectativas e necessidades. Ao passo que uma organização política, como tal, deva perseguir metas de longo prazo, a mobilização objetiva metas mais imediatas. O sucesso dos movimentos sociais será então, à luz das reflexões de Mellucci, um constante adequar da mediação entre metas de longo e curto prazos. Esta dinâmica tem que ser mantida para obter a continuação dos interesses aos quais deve representar.

Por outro lado, aduz Mellucci (1996), a natureza fragmentada e descentrada que define os movimentos sociais nas sociedades complexas só pode ser mantida se junto a eles houver alguma forma de representação política. Surge então, um paradoxo. Por um lado

os movimentos sociais modernos se tornam independentes das estruturas formais de participação política. O que lhes permite acentuar a individualidade como sujeitos políticos. Este ato, no entanto, acaba levando-os à reafirmação de que a politização da individualidade é que os mantém num constante diálogo com a sociedade.

Assim, vemos que numa linha comum, os autores aqui abordados - (Gonh, 1997; Scherer-Waren, 1987; Santos, 1999; Melucci, 1996; Gidens, 1991) - são unânimes em referir-se à dificuldade de se obter uma definição de movimentos sociais que abarque todas as inúmeras configurações que os constituem em tempos, locais e realidades diferentes. Em síntese, esta dificuldade se apresenta diante das muitas faces que estes adquirem em situações locais, momentos históricos e demandas que apresentam. Vimos também que no mesmo período em que se realizavam no Brasil os estudos UNESCO (anos cinquenta), forte era a influência marxista sobre os autores que realizavam estudos sobre movimentos sociais, tivessem eles com uma formação europeia ou estadunidense. Esta pode ser a chave para nos ajudar a pensar alguns aspectos do Projeto UNESCO. Voltaremos a este assunto mais tarde. De posse destas reflexões, passaremos agora para a observação da categoria movimento social negro brasileiro.

Os movimentos sociais negros nos estudos de movimentos sociais urbanos

Os estudos sobre movimentos sociais na América Latina surgem numa conjuntura específica nos anos setenta a partir da escalada dos governos autoritários na região, segundo Cardoso (1987). Para a autora, a elaboração teórica surgida naquele período esgotou-se em si mesma, diante da contradição entre o que se esperava como reação do povo e o seu posicionamento em relação ao Estado. As teorias marxistas, por si só não

conseguiram explicar aquela realidade. Neste ambiente de ausência de paradigmas, os estudos de casos, onde se pudesse avaliar a participação popular, passaram a ser preferidos. Tal mudança interferiu diretamente na construção da noção de movimentos sociais urbanos. Haveria, então, uma linha comum entre os autores que ao caracterizá-los ressaltavam três aspectos principais: O primeiro seria a sua independência em relação aos partidos e sindicatos. Desta forma, eles passam a ser considerados *novos*, quando comparados com os seus antecessores. A segunda característica seria a sua posição de desafio ao Estado. Por último, os movimentos eram vistos como *“transformadores de uma estrutura de dominação”* (Cardoso, 1987: 29).

Um dos pontos sobre a forma como são construídos os movimentos sociais urbanos, nos estudos sobre o tema, é o seu constante embate com o Estado. Para Cardoso, esses estudos possuem tais características, devido principalmente, ao momento histórico em que surgiram. Ou seja, a reestruturação dos esquemas marxistas (na teoria e na política) e a reflexão inicial sobre movimentos urbanos, oriundos da Europa, teriam influenciado diretamente os estudos na América Latina. Houve uma transposição teórica da contradição capital / trabalho, aplicadas aos novos movimentos sociais da região. A ausência de uma análise mais acurada, teve como consequência - num primeiro momento - a exclusão da designação de movimentos sociais de todas aquelas lutas que não estivessem dialogando diretamente com o Estado. De acordo com esta visão, *“as lutas feministas, anti-racistas e ecológicas ou de defesa do patrimônio urbano”* (Cardoso, 1987: 30) não seriam vistas como movimentos sociais.

Seguindo esta linha de análise, movimentos sociais urbanos seriam aqueles localizados na seara das reivindicações das classes populares. Os demais, oriundos e desenvolvidos

por uma “mobilização interclassista” receberiam outra denominação. Os “verdadeiros” movimentos sociais seriam aqueles que representassem uma manifestação da classe operária. Inspiravam a esperança de “transformação” da sociedade, através da luta contra o Estado, que por seu turno estava inspirado num modelo europeu.

Outro aspecto apontado pela autora é a leitura apressada da história que não percebe uma tradição de participação popular na América Latina. Assomava-se a esta visão a pecha de ausência de espontaneidade de manifestação política das camadas populares. O fator que contribui para a definição de “novidade” atribuída aos movimentos sociais é o contraste que se estabelece ao compará-los com movimentos de períodos anteriores. Assim, continua a autora, esse método impede uma definição, produzindo apenas a classificação “antigo” e “novo”. Cardoso fala de uma quase perplexidade dos teóricos nos anos setenta ao observarem a organização popular na América Latina. A autora atribui a isto um desconhecimento da história organizativa dessas classes, em décadas anteriores.

No que se refere aos estudos sobre o movimento negro, quando os autores dedicam-se a fazer um recorte longitudinal, há uma periodização que se inicia com os jornais negros, nos anos vinte, chegando à Frente Negra em São Paulo, na década de trinta. Depois abordam o T E N (Teatro Experimental do Negro), no Rio de Janeiro em meados dos anos quarenta (Winnant, 1994 / Hanchard, 1998 / Andrews, 1991)¹⁸⁰. Voltando a marcar sua ressurgência, apenas com o Movimento Negro Unificado (MNU), na década de setenta. Propomos, então, um olhar mais acurado sobre os estudos de Andrews e Hanchard.

¹⁸⁰ Excetue-se, neste sentido, o trabalho de NASCIMENTO, E. L. *Sortilégio da cor: identidade afro-descendente no Brasil*. São Paulo, 1999; Costa Pinto, 1952) que além do TEN, inclui a UHC.

Andrews inicialmente aborda a escravidão e a Abolição, num período que vai de 1800 a 1890. Seu trabalho aponta a existência de alguns quilombos e o aumento das revoltas escravas. Mais adiante o autor refere-se ao declínio das organizações negras, em São Paulo, durante o Estado Novo, mas não concorda com o seu desaparecimento. Assim, segundo ele, apesar do banimento da Frente Negra, os clubes sociais e associações cívicas continuaram a se organizar. A Associação José do Patrocínio (SP), por exemplo, teria apresentado em 1941, ao Presidente Vargas, uma documentação solicitando a proibição dos anúncios discriminatórios contra os trabalhadores negros. Seu pedido teria sido atendido quatorze meses mais tarde. O fim do Estado Novo permitiu uma renovação do movimento negro, de acordo com a interpretação do autor. No pós II Guerra Mundial, Andrews fala da Associação Cultural do Negro (ACN) fundada em 1954 e que teria durado até 1970.

O autor refere-se também a um grande número de jornais que ressurgem naquele momento, na capital paulista. Esses grupos seriam sensíveis às críticas dos brancos. Por conseguinte, preocupavam-se em deixar claro a intenção não conflituada de organizar-se racialmente. Conseqüentemente, mudam sua estratégia de ação e optam por atuar na área da educação, da ajuda mútua e de projetos de solidariedade. Desta forma, o autor aborda a ocorrência do medo de um possível confronto, por parte daquelas lideranças. Tal atitude teria provocado uma ínfima participação dos movimentos negros no dinâmico processo político ocorrido no país, nos anos cinquenta. Conseqüentemente, para Andrews, nenhum grupo teria apresentado um programa de ação ou mesmo organizado alguma atividade de cunho político, como forma de reivindicação de direitos individuais ou coletivos.

Notamos, então, que Andrews segue o mesmo itinerário analítico de Fernandes. Com esta conclusão, o autor reforça a idéia da ausência de uma efetiva participação política do movimento negro na década de cinquenta. Andrews, fala da realização de várias atividades da ACN (SP) em parceria com o TEN e o TPB, ambos do Rio de Janeiro. A rápida menção desses dois grupos é empregada pelo autor, para fortalecer a idéia de que as atividades eram apenas de cunho cultural, o que é especialmente ressaltado pelos nomes das citadas organizações. Como observamos aqui, nem o Teatro Experimental do Negro (TEN), nem o Teatro Popular Brasileiro (TPB) limitaram suas iniciativas à uma linha mais culturalista de atuação.

Andrews estabelece duas causas principais a proporcionar a ausência do movimento negro do cenário político daquele período. A primeira, seria o resultado da experiência de fracasso da Frente Negra Brasileira. Um sentimento de desestímulo teria sido experimentado naquelas lideranças, acarretado pelo epílogo. Assim eles não se sentiriam sugestionados a arrebanhar uma massa negra em torno das suas reivindicações. A segunda razão - para o que o autor considerou uma pequena participação do movimento negro nas mobilizações dos anos pós II Guerra - seria a política adotada pelos sindicatos e pelos partidos populistas. Ou seja, a cooptação daquelas lideranças por estas duas instâncias as teriam afastado da participação direta no movimento social negro.

O autor exemplifica esta estreita relação, a partir dos muitos anúncios sindicais constantes nos jornais negros. O uso da rede dos sindicatos para a realização de diversas atividades organizadas pelo movimento de São Paulo é também utilizado para reforçar a

tese de Andrews (1991).¹⁸¹ Quanto aos partidos, no momento em que abriram lugar, para candidatos negros, estes teriam preferido o caminho da militância, em torno da identidade racial negra. Ou seja, de acordo com Andrews (1991), os líderes teriam se deixado cooptar pela militância partidária.

Pudemos observar, em capítulos anteriores, a intensa participação das lideranças negras nas campanhas de cinquenta, em diferentes regiões do país. A nosso ver, aqueles líderes se utilizaram das candidaturas para, uma vez mais, dar visibilidade às suas demandas por direitos para os afro-brasileiros. Neste sentido, podemos pensar que escapa a Andrews aquela estratégia, ao interpretar como abandono do ativismo, o ingresso nos partidos. Nossa leitura das propagandas dos candidatos egressos do movimento social negro, nos leva a concluir que longe estavam de diminuir sua lide ativista. Ao contrário, ela se amplia, ao levarem para o interior das diversas siglas, uma temática, antes ignorada.

Outro autor cujo trabalho também se detém a estudar as organizações negras no período pós Estado Novo, é Hanchard. Enquanto Andrews se propõe a refazer os passos de Florestan Fernandes no Projeto UNESCO, Hanchard está pesquisando o estado de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1945 e 1988. Também este autor seguiu boa parte das pistas deixadas pelos teóricos do projeto UNESCO, representados por Bastide, Florestan e Costa Pinto. No capítulo intitulado Movimentos e Momentos, Hanchard inicia uma análise que o vê como um movimento tão diversificado que se torna sem direção. Ou seja, seu perfil de congregar diversos grupos e cada qual com prioridades e

¹⁸¹ O TEN no Rio de Janeiro, durante vários anos, fez uso da sede da UNE, sem contudo, transformar-se num braço daquela organização. Este uso se dava, principalmente, pela falta de uma rede própria para as diferentes organizações negras. No caso do Rio de Janeiro, dentre as muitas organizações surgidas no pós Estado Novo, somente o Renascença Clube pode adquirir uma sede própria, quase dez anos após sua fundação no final dos anos cinquenta.

estratégias diversas, impediriam que uma força central fosse carregada. Uma definição mais clara de objetivos e estratégias, de forma a construir uma coalizão, não teria se operado. Como consequência esta desarticulação teria provocado o distanciamento do movimento negro de uma tática que se empenhasse nas lutas contemporâneas, adotadas por outros movimentos sociais. A partir destas ausências estruturais, o movimento negro torna-se um ajuntamento de organizações e sem uma meta organizativa. Conseqüentemente, de acordo com o autor, passa a recorrer a protestos de natureza apenas simbólica, onde a cultura afro-brasileira passou a ter papel preponderante.

Ainda neste capítulo, o autor dedica-se à uma análise histórica sobre a instalação do movimento negro brasileiro, seus dilemas e limitações. O autor esclarece ser necessário que a análise seja iniciada pela relação – segundo ele limitada - entre a direita e a esquerda brasileiras, no que se refere ao movimento. Voltando-se para o período entre as ditaduras, a civil e a militar, Hanchard demarca como aqueles em que há uma mudança de estilo do movimento do Rio e Janeiro e São Paulo. Seria uma consequência direta da ascensão social (o autor emprega a expressão classe média) de um grupo de negros, ocasionados pelo dinamismo do mercado de café e das indústrias diversas, em ambos os estados. Surgem assim, profissionais liberais negros. Ao classificar esses novos atores sociais como partícipes de uma classe média, o autor faz o seguinte reparo:

“É preciso ter cautela, no entanto, ao descrever esses indivíduos como sendo de classe média nos termos de Adam Smith ou Marx, mas talvez num sentido weberiano, uma vez que, a partir de seus papéis sociais, adquiriram um certo status que os distinguiu de seus equivalentes na classe trabalhadora”. (Hanchard, 1988 : 128)

Desta forma Hanchard reforça a opinião de Costa Pinto (1980) e Fernandes (1971). Como tivemos oportunidade de ressaltar no primeiro capítulo referem-se às dificuldades de diálogo e ao distanciamento entre esse pequeno grupo ascendente e a maioria da população negra da época. Ainda assim, reconhece Hanchard, que os anos pós 1945, testemunham a criação de várias organizações negras, bem como de jornais com o mesmo espírito, nos dois estados. Todos, no entanto, a cargo de um pequeno grupo de negros de "*classe média*" que objetivavam a ascensão social, que se daria através da inclusão no mercado competitivo. Aquele grupo pretendia, assim, retirar da marginalidade econômica - na qual haviam sido localizados - um contingente expressivo de trabalhadores negros.

Seguindo nessa linha de análise, Hanchard chega ao TEN e refere-se ao seu objetivo inicial, como tendo sido criado com preocupações estéticas e culturais, pautados por uma identidade afro-brasileira. No entanto, logo depois de sua fundação, tratou de diversificar suas ações. Após citar algumas das peças representadas pelo TEN e transcrever fragmentos de seu estatuto, o autor, compara esses dois momentos do TEN e ressalta que seriam contradições entre o grupo e a maioria da população negra. Ocorreria, também, contradições entre este e os demais negros em ascensão. O mesmo, no que se refere à uma elite branca. Do ponto de vista ideológico, o TEN apresentaria conflitos importantes, uma visão do autor. Exemplo, disso é que a maioria dos intelectuais que tomaram parte nas atividades organizadas pelo TEN era de brancos. Tal fato, contribuiria para um caráter menos popular e mais elitista daqueles encontros.

Apesar destas contradições - ressalta o autor - aqueles movimentos do Rio e de São Paulo, fundados no âmbito do pós II Guerra, foram importantes por alicerçarem uma

luta a ser consolidada na década de setenta. Hanchard os destaca, também, por terem atingido um maior poder contestatório valorizando, assim, as culturas de matriz africana. Visto desta forma, o TEN assume um papel transitório entre "*as ideologias de embranquecimento e negritude*" (Hanchard, 1988 :131).

Há na obra uma breve referência ao Renascença Clube no Rio de Janeiro e a outro clube em São Paulo. Ambos seriam resultado do conflito da elite dominante diante de um grupo de negros emergentes. Impedidos de participar em locais de congregar e de lazer, tradicionalmente pertencentes aos não negros, fundaram a agremiação. Dentro desta chave de análise, os clubes são vistos pelo autor, apenas como um lugar de resposta à exclusão social, quase um gueto de diversão. Sua dinâmica social deixa de ser apresentada no trabalho.

Voltando-se para o Estado de São Paulo, Hanchard credita como organizações negras, - excetuando-se os clubes sociais e alguns jornais - apenas a Associação do Negro Brasileiro e a Associação Cultural do Negro Brasileiro (ACN). Estas guardariam em si, semelhanças com o TEN no que se refere aos seus objetivos. Em síntese, são assim definidas pelo autor como sustentados em um tripé principal: a ascensão social, a constituição de uma elite e o "*clamor pela igualdade de direitos*" (Hanchard, 1988: 131). Nesse sentido, o autor deixa de fora toda uma gama de grupos e atividades desenvolvidas, sobretudo em São Paulo.

Também Winnant (1994) não reconhece a ocorrência de movimentos sociais organizados no período pós Estado -Novo. Ele refere-se ao surgimento do MNU nos anos setenta, como uma retomada do movimento negro brasileiro, em cinquenta anos.

Assim, para Winnant, após a Frente Negra, que foi fechada nos anos trinta, teria havido o Congresso do Negro Brasileiro (dos anos 50). Como movimento propriamente, só durante o segundo período do governo militar os negros brasileiros teriam se reorganizado. A periodização da história social do movimento social negro, no momento abrangente entre as ditaduras, ressalta, apenas a trajetória do TÊN. O que leva à invisibilidade outros grupos da época.

No tocante aos anos cinquenta, a citação única e exclusiva do TÊN (Teatro Experimental do Negro) também alija daquele pulsante momento diversos outros grupos. Constituí-se, assim, um *gap* de quase cinquenta anos. Pois só volta a reconhecer como o próximo momento de organização social dos negros, a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, em São Paulo. Neste sentido, esta periodização acaba por excluir deste elenco histórico importantes entidades existentes no país.

Joel Rufino dos Santos, por sua vez, observa uma dicotomia de opiniões no interior do movimento negro a respeito de sua auto-identificação, no que se refere ao seu caráter de abrangência (Santos, 1985). Ou seja, para um setor do movimento, só poderiam ser considerados como tais aquelas organizações criadas após o advento da Frente Negra (nos anos trinta). E mesmo quando suas ações são voltadas para a luta contra o racismo. Entendido desta forma, o movimento não abrangeria, segundo Santos, as lutas ocorridas no período pré-Abolição. A outra auto definição do movimento incluiria *"todas as entidades de qualquer natureza, e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam auto-defesa física e cultural dos negros)"* (Santos, 1985: 287).

Muito mais do que definir o movimento, Santos (1985) fala das "*controvérsias no seu interior*", a partir das quais os ativistas dividiriam o movimento negro em abrangente e em um outro que seria o seu oposto. Santos (1995), que escreveu sobre as diferentes formas de definir o movimento negro, o fez no momento mesmo em que aquelas influências apontadas por Cardoso estavam se operando nos estudos acadêmicos e nos movimentos sociais. Poderíamos, então, nos perguntar: Estariam os ativistas do movimento negro influenciados pelas classificações de movimentos sociais urbanos correntes na época?

Colocados nesta chave de análise, se poderia entender o ponto de partida daqueles para os quais o movimento negro seria apenas aquele surgido a partir dos anos setenta, uma vez que conteriam em si os elementos necessários a serem classificados como tal. Ou seja, necessitariam questionar diretamente o Estado e demandar mudanças estruturais, a fim de eliminar as desigualdades raciais e sociais. Assim, o olhar daqueles ativistas para os seus antecessores, talvez estivesse balizado pelas categorias de um movimento social do seu tempo. Categorias onde o novo e o velho se contrapunham, enquanto classificação imediata. Esta interpretação dá margem a que os clubes negros ou mesmo os capoeiristas da virada do século, o Teatro Popular Brasileiro, de Solano Trindade, a Orquestra Afro-brasileira e Associação José do Patrocínio - só para citar alguns - não fossem vistos como integrantes do movimento social negro.

Conclusão

Se nos reportamos às análises de Cardoso (1987) e de Mellucci (1996) poderíamos fazer uso dos textos de ambos para pensar os movimentos negros brasileiros no período pós Estado-Novo. Cardoso falava da fragilidade dos estudos sobre movimentos sociais no

Brasil, no que se refere a analisar o que Mellucci denomina de "Novos Movimentos Sociais", que seriam o feminista, o étnico e o ambientalista. Ambos os autores criticam os estudiosos que os antecederam por usar uma base marxista interpretativa mais adequada para analisar os movimentos que lidam com a dicotomia capital trabalho. Que - segundo eles - não se aplicaria como paradigma para os movimentos que tratam dos temas afetos à identidade social. Gonh (1997) contribui com uma reflexão na mesma direção. Ela nos informa que - principalmente nos anos cinquenta - a questão da luta de classes sempre permeou a conceituação daqueles movimentos. Dito de outra forma, a partir do conceito de classe é que se constituiria a categoria movimentos sociais.

Mellucci (1996) e Santos (1999) então afirmam que o grande diferencial daqueles novos movimentos em relação aos anteriores é a descentralização, a fluidez e a não institucionalização. Tendo, principalmente nos meios de comunicação, uma ferramenta de uso alentado. Ambos os autores também vêem no protesto e na mobilização - atividades pontuais, portanto - os grandes marcos diferenciais e através dos quais esses movimentos dialogam, não apenas com o estado, mas sobretudo com a sociedade. Cardoso é enfática ao afirmar que a anteposição novos e velhos como adjetivação para os movimentos sociais no Brasil, era carregada de pré-conceituações. A partir daí, atribuíam aos movimentos que não seguissem uma cartilha determinada pelo diálogo direto com o estado, a categorização de não pertencentes ao mundo das demandas sociais.

Retornando aos estudiosos do projeto UNESCO (Fernandez, Costa Pinto e Azevedo) e as pistas que nos são dadas por Scherer - Warren (1987), poderíamos nos perguntar: Teriam aqueles teóricos partido de um modelo pré estabelecido de movimento social? Estariam eles influenciados por uma sociologia de viés marxista da época? Os estudos

UNESCO ocorrem num período sócio histórico que antecede às transformações mundiais. Nos anos cinquenta o modelo de movimentos sociais que se poderia perceber era aquele que Santos (1999) denomina de período de “*emergência da cidadania social*”, como uma conquista de classes. Nisto, voltados aos trabalhadores dos países centrais. Havia portanto, um modelo de organização vigente. Naquele quadro, a busca por direitos, pautados numa organização identitária não era ainda reconhecida pelos cientistas sociais. Soma-se a isto outro fator relevante, quando abordamos a experiência brasileira. Ou seja, o *quantum* de embevecimento da sociedade, diante das teorias referentes à democracia racial.

Por outro lado, os chamados novos movimentos tem como uma de suas grandes “novidades” o caráter “segmentado” “reticular” e multifacetado (Mellucci, 1996). Constituem-se de forma autônoma e diversificada empregando muito de seu tempo e recursos num constante trabalho de tecer e manter a solidariedade interna. Tal atividade não propõe, contudo, dirimir o lado autônomo de cada unidade. Desta forma, não se dará uma liderança única, todo o tempo. A rotatividade de atores sociais em postos de liderança, no entanto, não destitui a perenidade do tema que os reúne, de acordo com Melluci. Ou seja, passam os atores, mas as demandas e as ações permanecem, já que as lideranças são conectadas à situações e momentos pontuais, podendo ou não continuar sendo. Tal característica, embora possa contribuir para o que Mellucci chama de “disfuncionalidade”, termina por “proteger” o movimento em caso de repressão contra determinado setor. A dificuldade em identificar uma liderança geral específica, resguarda o movimento como um todo.

Lembremos que das principais características dos grupos do movimento social negro, destacam-se a pluralidade e diversidade de ações e formas de realizá-las. Tanto Santos

(1999) quanto Mellucci (1996) apresentam uma unanimidade analítica ou definir que o grande diferencial dos Novos Movimentos para com os que os antecederam é o fato de não serem uniformes e focalizados numa liderança única. As reflexões de Mellucci nos ajudam a observar a característica de descentralidade no comando e nas direções também que distinguem os Novos Movimentos Sociais.

Vimos anteriormente que só a partir dos anos setenta (Cardoso, 1987; Mellucci, 1996) os assim chamados novos movimentos sociais, nos países centrais e posteriormente na América Latina, passaram a ter em suas agendas, temas diversos daqueles do eixo capital-trabalho. O espaço conquistado para a transformação de temas até então, considerados como da seara privada, só foi possível com a crise dos modelos de produção capitalista. Ali o estado era visto como o oposto imediato da sociedade civil, que por sua vez só era reconhecida quando incluída no âmbito da classe trabalhadora. Só a partir de então, agendas considerados como concernentes à seara da subjetividade puderam ser associadas à busca por cidadania e direitos.

Assim sendo, apresentamos aqui o seguinte argumento: Que razão teria levado a que os pesquisadores UNESCO deixassem de perceber aquela latente força organizativa acontecendo durante o momento de suas pesquisas? Suas conclusões influenciaram fortemente autores contemporâneos como Andrews, Hanchard e Winnant, por exemplo. Costa Pinto e Fernandes detectaram aquela pluralidade de expressões e discursos nas organizações negras de ambas as cidades. Diferentemente do que apontam alguns dos autores abordados aqui (Mellucci, 1996; Giddens, 1991), viram nisso não um aspecto comum aos movimentos sociais. Caracterizaram, isto sim, como o ponto de discenso. Ou seja, era uma questão de “fraqueza” dos movimentos sociais negros. Ao recorrer à

categorias analíticas fortemente direcionadas por uma teoria marxista, tanto Fernandes, como Costa Pinto colocaram as organizações negras como não sendo exitosas nos seus objetivos. Elas não teriam alcançado a “*transformação da sociedade de classes*”, na visão daqueles autores.

Poderíamos afirmar, então, que a chave analítica / interpretativa utilizada por aqueles autores levou-os a procurar um movimento diferenciado do que estava ocorrendo. Ou seja, esperava-se um movimento que se assemelhasse aqueles considerados como “verdadeiros” movimentos sociais. Em que pese o seu grande número e as diversas ações implementadas, as organizações negras dos anos pós Vargas não foram vistas como movimentos sociais, na sua totalidade. Uma das respostas para sua exclusão se dá porque se distanciariam do modelo de movimentos sociais urbanos teoricamente idealizado. Ou seja, não estariam em conformidade com os pressupostos teóricos que definiam movimentos sociais urbanos, naquele momento das ciências sociais brasileiras. Assim sendo, sua trajetória passou a ser invisibilizada para a historiografia sobre os movimentos sociais no Brasil.

PENSARES CONCLUSIVOS

"Essas recordações são um fragmento de uma história subterrânea, ou como disse o poeta Carlos de Assumpção, é uma história do "porão da sociedade". Mas, ela mostra que o negro, ou uma minoria, depois de 1888, não ficou omissa à luta para resolver os problemas do mais grave erro da lei chamada "Áurea"¹⁸²

Esta citação dá uma grande pista do que esta tese pretendeu desenvolver. Queríamos poder trazer de volta ao debate - agora com novos contornos e recortes - as observações, falas, reflexões e denúncias elaboradas por lideranças negras no período pós Estado Novo. Parte significativa das vozes reproduzidas aqui já haviam sido publicadas em outros lugares, mas quase sempre ficaram subsumidas nas pequenas letras das notas de rodapé ou dos finais dos inúmeros capítulos, sob a rubrica da categoria "imprensa negra". Por outro lado, muitas dessas informações têm estado por décadas em

¹⁸² José Correia Leite in Cuti, 1992: 35

prateleiras recônditas e guardadas nos fundos das estantes das bibliotecas públicas, cartórios, gavetas domésticas, pastas de papelão, envelopes, arquivos de ferro e microfilmagens de coleções pessoais. Mas, acima de tudo, repousam nas memórias dos remanescentes da época, ou de seus filhos políticos e consangüíneos.

Incontáveis foram as vezes que cheguei às bibliotecas, à procura de publicações específicas sobre a época. Após explicar a respeito do objetivo da pesquisa, fui encaminhada a uma determinada pessoa que era a responsável pela "*pasta dos negros*". Eram sempre recortes de jornais, colados em folhas em branco. Muitas vezes estavam amarelcidas e mantidas numa abarrotada pasta de papelão guarnecida por um elástico, em vias de ceder ao peso de sua tarefa e ao tempo.

Em outras ocasiões, mesmo deixando claro que meu interesse se voltava para o período pós quarenta e cinco, a bibliografia que me apresentavam era relacionada ao tempo da escravatura. A relação, estudos sobre negros e escravidão, era muito presente, no comportamento de quem me atendia. Informações sobre a história social, de parte da população negra e suas organizações, que muitas vezes só existem, por terem sido entregues aos cuidados de profissionais, nem sempre tecnicamente preparados. Pessoas que de maneira abnegada e por iniciativa pessoal decidiram que era importante possuir "alguma coisa" para apresentar aos estudantes que para lá acorressem. Estes últimos o fazem em atendimento à exigência de um ou mais professores, também abnegados.

Deparamos também com arquivos domésticos materiais ou pedaços de memória. Todos estavam quanto mais intactos quanto maiores fossem as relações de envolvimento pessoal dos herdeiros com a "causa da raça negra", desenvolvida por seus entes

queridos. Alguns se recusaram a guardar nas gavetas dos armários ou nos "quadros da memória" situações exitosas, no âmbito da luta anti-racista. Momentos que puderam representar perdas e ausências de compartilhamento no âmbito das relações familiares. Filhos que antes de relatar – quando o faziam - a trajetória de liderança dos pais (homens na maioria) aludiam ao pouco contato com seus afazeres, no seio do movimento social negro. As lembranças da atividade política misturavam-se com os esquecimentos recebidos de seus "mais velhos". Lado a lado, encontramos relatos tão vívidos que davam a impressão de compartilhamento direto e ininterrupto, naqueles acontecimentos. Neste sentido, nosso trabalho representa um ressoar de vozes que ao mesmo tempo que repercutem deixam-nos ouvir grandes momentos de total quietude. Estamos discorrendo sobre caladas familiares e silêncios acadêmicos.

É neste caminhar que se materializa entre o relembrar e o esquecer; entre extensa visibilidade (sobretudo na imprensa) e a invisibilidade quase total (de algumas ações), que este trabalho se tornou possível. Um *patchwork* cujos retalhos iniciais foram costurados por uma parte dos teóricos do Projeto UNESCO. Como expresse diversas vezes neste trabalho, a primazia daquele grupo de pesquisadores, em seu olhar sobre os negros brasileiros organizados, é que nos permitiu assentar os primeiros tijolos desta tese. Embora discordando da forma como aqueles construtores de pensamento desenharam o telhado e os acabamentos, sua estrutura nos guiou no projeto arquitetônico inicial.

Neste sentido, o primeiro capítulo voltou-se para fazer um recorte de três dos trabalhos pertencentes ao grupo de publicações resultantes do chamado projeto UNESCO. Analisamos os olhares registrados nos livros respectivamente produzidos por Costa

Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Estas produções acadêmicas estudaram diferentes aspectos do movimento social negro das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Puderam, a partir daí, estabelecer um paradigma ao perceber os afro-brasileiros como agentes de um movimento social organizado. Ao diálogo – nem sempre ameno – que procuramos travar com aqueles autores, denominamos de *O movimento social negro na visão de Fernandes, Costa Pinto e Azevedo*. Esta leitura nos possibilitou perceber uma discrepância entre o que era dito por aqueles autores sobre o movimento social negro e o que diziam os ativistas, a respeito de si mesmos. Tal constatação, nos deu a certeza de que havia muito mais do movimento negro do que pode ser analisado pelos trabalhos aqui abordados.

Por um lado, com diferentes nuances aqueles teóricos viam o movimento negro brasileiro como datado e fadado a um fim, diante da inserção do negro na sociedade de classes. Os ativistas, por sua vez, viam exatamente aí, a sua longevidade. Ou seja, o espaço destinado à inserção do negro longe de se ampliar com a maior urbanização e industrialização do país, ao contrário, produzia barreiras cada vez mais intransponíveis. Os militantes percebiam e se rebelavam contra a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, à educação formal e o cerceamento aos direitos básicos como saúde e moradia. Os afro brasileiros denunciavam a ação do racismo no desenvolvimento de sua vida cotidiana. Numa tentativa de trazer à luz uma parte daquele novo fazer ativista retratado nas obras e memórias dos afro-brasileiros organizados de então, foi que nos propusemos a redigir o segundo capítulo deste trabalho, intitulado *Movimento social negro após o estado novo: Um sobrevôo por algumas cidades*. Procuramos apresentar diferentes aspectos de uma articulação nacional, que se comunicava entre os estados e municípios, com olhares e diálogos de amplitude nacional.

As conferências de âmbito nacional, os jornais produzidos pelos afro-brasileiros, organizações negras nas cidades estudadas e fora delas eram, ao nosso juízo, um espelho do dinamismo das forças estabelecidas e atuantes na época. O fazer político retratado nas diversas iniciativas daqueles grupos, bem como a política intitucionalizada praticada nos partidos políticos são outra vertente daquele afã de insurgência. Com atuação em parcerias ou de forma individual, os diversos grupos e os ativistas vinham a público para externar suas reivindicações. Todos se inseriam numa ambiência de constituição da luta anti-racista. Numa viva lide denunciativa, os afro-brasileiros se organizavam, das mais diversas maneiras. Propunham - se a fazer ver à sociedade brasileira que as construções sobre a existência de uma democracia racial não se aplicavam á nossa realidade. Inúmeras ações eram desenvolvidas por aqueles grupos do movimento social negro.

Os debates e lutas pautadas pelo anti-racismo se faziam presentes em algumas partes do mundo moderno. Novas e antigas lideranças e grupos com o mesmo histórico faziam coro às denúncias contra discriminação racial corrente em diversos setores da sociedade brasileira. Foram organizadas três conferências de âmbito nacional, num período de cinco anos. Inúmeros jornais foram publicados pelas organizações negras. Diversos grupos, que lutaram contra o racismo, surgiram no país. Muitas daquelas ações podiam ser surpreendidas na mídia nacional e nas atividades realizadas por um insurgente movimento social negro brasileiro.

Este quadro se transformou num solo fértil para o franco desenvolvimento da UHC. É embalada por estas transformações que a UHC se fez possível. Não por acaso, sua

ramificação foi tão subitamente efetivada. Em cinco anos, a UHC transformou-se numa rede estruturada. Fazendo-se atuante em onze estados da federação - no final dos anos quarenta - poucos anos depois de sua constituição em 1943. A estrutura da rede UHC era uma teia que podia ser encontrada em pequenas, médias e grandes cidades das cinco regiões. Ela se articulava numa interlocução com os poderes constituídos do estado nação brasileiro, com alcance em diversas esferas.

A União dos Homens de Cor conquistava lideranças já consolidadas e contribuía para o surgimento de outras tantas. Parceria era a palavra chave para aquele grupo de ativistas. Cada pequeno grupo de coordenadores (nos diversos níveis) buscava desenvolver ações que pudessem ter apoio de autoridades, políticos setores representativos da sociedade. Uma rede de mulheres e homens bem sucedidos, em suas profissões e locais de origem. A UHC fazia política com os políticos, cultura com os culturalistas, notícia com os jornalistas, debates com os intelectuais, e doava alimentos aos necessitados. Uma rede de múltiplas faces, que por esta razão, atraía a muitos em diferentes lugares.

Uma rede que produziu frutos e inspirou iniciativas semelhantes, como as que denominamos *os filhos da UHC*. Isto é, organizações criadas à sua imagem e semelhança, conservando até nomes próximos. É o caso da União Cultural dos Homens de Cor, do Rio de Janeiro (RJ), União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, de Duque de Caxias (RJ) e a União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC), de Blumenau (SC). Seus frutos se estenderam até pelo menos a década de oitenta.

No último capítulo, deste trabalho, procuramos trazer para debate algumas das reflexões alicerçadas nos trabalhos de autores que tentaram conceituar os movimentos sociais.¹⁸³ Queríamos, a partir deles, entender a ausência da UHC dos trabalhos no âmbito do projeto UNESCO. Aqueles autores nos informam sobre a pluralidade dos movimentos sociais. Falam também da grande dificuldade em se tentar caracterizá-los dentro de uma única chave analítica. Pudemos, também, surpreender uma longa tradição dentro das ciências sociais, que têm, nas teorias marxistas, a sua fonte de elaboração para analisar os movimentos sociais

De posse destas ferramentas teóricas nos foi possível procurar explicar a distancia entre os autores do projeto UNESCO e o que era testemunhado pelos ativistas da época. Ou seja, as ciências sociais dos anos cinquenta operava com uma estrutura analítica, em que os movimentos sociais “verdadeiros” eram os que se preocupavam com as reivindicações da classe trabalhadora. As demandas oriundas da contradição capital / trabalho é que geravam os movimentos capazes de proporcionar uma modificação na sociedade que pudesse ser vista, sentida e mensurada. Temas como direitos das mulheres, direitos aos negros ou as questões ambientalistas, ainda não estavam na ordem dia, como algo a ser visto enquanto um movimento social. No interior das fronteiras brasileiras, um outro fator contribuía para aquela dificuldade analítica.

Ou seja, as reflexões sobre a democracia racial impediam que denúncias sobre racismo e suas conseqüências fossem interpretadas, como oriundas de um movimento social. Neste sentido, um movimento negro que fosse descentralizado em termos de liderança e amorfo, no que se refere às ações implementadas estava muito distante das características estabelecidas, até então, para a definição de um movimento negro.

¹⁸³ Autores como Gonh, 1997; Scherer-Waren, 1987; Santos, 1999; Melucci, 1996; Cardoso, 1987 e Guidens, 1991.

Os vários encontros que tivemos com a UHC - nos locais por onde passou e nas notícias que veiculou - nos levaram a concluir que aquela rede se constituiu a partir de um sonho (em 1943) que foi perseguido por seus idealizadores e pelos que se somaram posteriormente a eles. Uma aspiração de grandeza geográfica nacional que se concretizou. Ou seja, cada regional (municipal ou estadual) congregava inúmeros outras sedes. O sonho UHC era de tal monta que nos leva a outro: prosseguir esta pesquisa em trabalhos próximos, no sentido de refazer os passos de sua teia, em pequenos e recônditos municípios do país. Um idéia magnífica (no sentido de proporções), mas que se inspira nos sonhos do Dr. João Cabral Alves, Sr. Aristides José Pereira, Dr. Armando Hipólito dos Santos, Dr. João Pereira de Almeida, Sra. Bianca Maria Papay, Dr. Cesário Coimbra e o Sr. Euclides Padilha, os fundadores da UHC.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDREWS, George Reid, *Blacks and Whites in São Paulo, Brasil. 1988 –1988*. The University of Wisconsin Press, 1992.
- AZEVEDO, Thales. *As Elites de Cor. Um estudo de ascensão social*. São Paulo: Nacional, 1955.
- _____ *Democracia Racial : ideologia e realidade*. Petrópolis :Vozes, 1975.
- BACELAR, Jefferson. *Identidade Étnica dos negros em Salvador. Etnicidade: ser negro em Salvador*. Salvador: Janamá, 1992.
- BANTON, Michael . *A idéia de raça*. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo : FFLCH/USP, 1983
- BARBOSA, Márcio (org). *Frente Negra Brasileira: Depoimentos / entrevistas e textos*. São Paulo: Quilomboje. 1998
- BARCELOS, Luis Claudio. *Raça e Realização Educacional no Brasil*. (mimeo)Tese apresentada ao IUPERJ como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia. Rio de Janeiro, 1992.
- BARTH, Frederick . "*Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*". Illinois : Waveland Press, Inc. , 1998.

- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.
- _____ e FERNANDES F. *Branços e Negros em São Paulo*. 3 ed. São Paulo : Nacional, 1971.
- _____ *Estudos Afro - Brasileiros*. São Paulo. Perspectiva, 1973
- BAVA, Silvio Caccia. O terceiro Setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI. In: Cadernos Abong Número 1, São Paulo:1991
- BERNASCONI, Robert. *Race*. Massachusetts: Blackwell, 2001.
- BERRIEL, Maria Maia de Oliveira. "*Identidade Fragmentada. As Muitas Maneiras de Ser Negro*". (mimeo) Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da FFLCH / USP. Antropologia Social. São Paulo, 1988.
- BOAS, Franz. "Race and Progress" e "The aims of Antropological Research" in: *Race, Language and Culture*. New York : The Free Press, 1940
- BORGES, Dain. "*The Recognition of Afro-Brazilian Symbols and Ideas, 1890 -1940*" in *Luso-Brazilian Review*, XXXII : University of Wisconsin .1995
- BOSCHI, Raul Renato (org.) "*Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*". Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1982
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.
- BRATZEL, Jonh F. O Exemplo: Afro- Brazilian Protest in Porto Alegre. In: *The Americas*. Vol. XXXIII. N. 4, 1977.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble : Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- CADERNOS BRASILEIROS. *80 anos de abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968.
- CALHOUN, Craig. "*Social Theory and the politics of identity*". Blackwell. 1994
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho*: Catálogo da Hemeroteca Julho Mesquita do Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo. V. 1, 1975.
- CAMARGO, Aspásia. *Os usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas*. In: *Dados revista de Ciências Sociais IUPERJ*. Rio de Janeiro. vol. 27, n.1, 1984:17
- CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Teatro Brasileiro do século XX*. Editora

Scipione, 1995 (coleção margens de texto).

- CARDOSO**, Ruth Caria Leite. *Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Cadernos Cebrap. n. 3 1987.
- CARDOSO**, Marcos Antonio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- CARNEIRO**, Édson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Andes, 1954
- CARVALHO**, José Murilo de. "Brasil : nações imaginadas" e "Brasil: outra América." In: *Pontos e Bordados. Escritos de História Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 202 -233
- CASTELS**, M. *Cidade, democracia e socialismo*. RJ: Paz e Terra, 1980.
- CÉSAIRE**, Aimé. *Discourse on Colonialism*. Monthly Review Press, New York. 1972.
- CHAGAS**, Conceição Corrêa das. *Negro - Uma identidade em Construção*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHASE**, Allan. *The Legacy of Malthus. The Social Costs of the New Scientific Racism*. New York: Alfred A. Knopf, Inc., 1975
- COHEN**, Colleen Ballerino (Organizer). *Beauty Queens on the Global Stage*. New York: Routledge, 1996
- CONZEN**, Kathleen Neils. *The invention of ethnicity: a perspective from the USA*. Altretalie, Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, Aprile, 1990.
- CORRÊA**, Mariza. *As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: Edusp, 1998.
- COSTA**, Sérgio. *A Construção Sociológica de Raça no Brasil*. In: Estudos Afro-Asiáticos. Ano 24, jan-abril 2002. Número 01 (especial).
- CUNHA**, Euclides da. *Os Sertões*. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Francisco Alves., 1926
- CUNHA**, Olívia. *Depois da Festa: Movimentos negros e "políticas de identidades" no Brasil*. In: *Cultura e Política nos movimentos sociais latino -americanos*. Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- CUTI**; Leite, José Correia. *...E disse o Velho Militante*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- D'ADESKY**, Jacques. *Pluralismo étnico e Multiculturalismo Racismos e Anti - Racismos no Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da FFLCH / USP. Antropologia Social. São Paulo, 1997.(mimeo)
- DAGLER**, Carl N. *Neither Black nor White*. Wisconsin: University of Wisconsin

- Press, 1986.
- DA MATTA**, Roberto A. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- DANTAS**, Beatriz Góes. *Vovô Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1988.
- DOIMO**, Ana Maria. *Movimento Social e Igreja no Brasil*. Perópolis, Vozes.1984
- DU BOIS**, W.E.B. *As almas da gente negra*. Trad. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1999.
- EDWARDS**, Brent Hayes. *The Practice of Diaspora: Literature, Translation, and the rise of Black internationalism*. Massachussetts: Harvard University Press, 2003.
- FAUSTO**, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado. 2001.
- FERNANDES**, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: EDUSP, 1965.
- FERRARA**, Mirian Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915- 1963)*. São Paulo: PFCLCH / USP, 1986. (Antropologia).
- FONSECA FILHO**, Eduardo Cratinguy. *Verde, Amarelo, Azul e Negro. Introdução à crítica ao estudo das relações entre negros e brancos no Brasil*. Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. RJ IFCS/ UFRJ. 1989
- FRANCISCO**, Dalmir. *Negro: Afirmação Política e hegemonia burguesa no Brasil*. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerias (BH), 1992.
- FREDRICKSON**, George M. *White Supremacy*. Oxford University Press, New York, 1981
-
- A comparative History of Black Ideologies in the United States and South Africa*. Oxford University Press , New York., 1995
-
- The comparative Imagination – On the History of racism, Nationalism and Social Movements*. University of California Press, 1997.
- FREIRE**, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977

- GILROY, Paul.** *The Black Atlantic : Modernity and Double Consciousness.* Cambridge: Harvard University Press, 1994
- GOHN, Glória.** *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e contemporâneos.* S. P. Ed. Loyola, 1997.
- _____ *História dos Movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.* São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GONZALES, Lélia.** *Lugar de Negro.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo.** *Racismo e anti-racismo no Brasil.* São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____ "Raça e os estudos de relações raciais no Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap.* N.54, jul.1999.
- _____ e Hunley, Lynn (org.) *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____ "Raça, Cultura e identidade negra: São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1925 e 1950". Texto preparado durante estágio pós-doutoral no centre d'études africaines, Paris, financiado pela CAPES, em fevereiro de 2003 (mimeo).
- HALBWACHS, Maurice.** *A Memória Coletiva.* São Paulo: Edições Vértice – Editora, 1990
- HALL, Stuart.** *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- HANCHARD, Michael George.** *Orpheus and Power. The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil 1945-1988.* Princeton, New Jersey. Princeton University Press. 1988
- _____ (Org.) *Racial Politics in contemporary Brazil.* Durham and London : Duke University Press, 1999
- HASENBALG, Carlos Alberto.** *Discriminação e desigualdades Raciais no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1979
- _____ *Estrutura Social, Mobilidade e Raça.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- _____ "Entre o mito e os fatos: racismo e relações racias no Brasil". In: Maio, Marcos C.; Santos Ricardo V. (Orgs.) *Raça Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Fio Cruz/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996

- HELLWIG, David J. (editor) *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. Philadelphia : Temple University Press, 1992.
- HOOKS, Bell. A call for militant resistance. In: *Yearning: race, gender and cultural politics*. Toronto: Between the Lines, 1990
- _____ Art on my mind: visual politics. New York: The New Press, 1995.
- IANNI, Otavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- KELLAS, James G. *The politics of Nationalism and Ethnicity*. London: Macmillan Education Ltd, 1991.
- LANDES, Rute. *A cidade das mulheres*. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002
- LANDIN, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: *ONGs e Universidades. Desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo- ABONG. 2002
- LE MOS, Silbert dos Santos. *Os donos da cidade*. Caxias. R.J: Recortes, 1980.
- LODY, Raul Giovanni. *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro*, Rio de Janeiro: Caderno de Folclore. Nova Série; 7, 1976
- LORDE, Audre. *Sister Outsider*. CA: The Crossing Press Feminist Series / Freedom, 1984.
- MACDERMONT, Mial – *The role of the NGOs in Human Rights Standard – Setting in Associations Transnationales*. Juilliet - Août n.4 – 1992, General .
- MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. 3 ed. São Paulo: global, 1997.
- MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do RJ, como requisito para a obtenção do grau de Doutor Em Ciências Humanas: Ciências Políticas. RJ, 1997
- MALIK, Kenan. "The meaning of race". London: Tavistock, 1996.
- MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de economia política: considerações sobre sua aplicação prática; *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARTINEZ-Echazábal, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento retórico ou mudança conceitual ? In: *Raça Ciência e Sociedade* (Marcos Chor Monteiro, Ricardo Ventura Santos (orgs). Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p.107-124.
- MAUSS, Marcel. *Lá Nación*. In: *Oeuvres*, v.3. Paris, Minuit, 1969
- MC ADAM, By Doug (edit.). *The organizational structure of new social movements in a comparative perspectives on social movements: political opportunities,*

- mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge University Press, 1996.
- MÉIER**, August; Rudwick, Elliot; e Broderick, Francis L. (orgs.) *Black Protest Thought in the Twentieth Century*. New York: Second Edition, 1971.
- MELLUCCI** Alberto. *Challenging codes: Collective Action in The Information Age*. Cambridge University Press. 1996.
- MELO NETO**, João Batista de. (Pesquisador). *Projeto cultural. O povo negro no Sul*. Porto Alegre: Associação Rio Grandense de Imprensa, 2001
- MENDES**, Miriam Garcia . *O Negro e o Teatro Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1993
- MITCHEL**, Michael. "Racial Consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo, Brasil". Submitted to the faculty of the Graduate School in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in the Department of Political Science, Indiana University, 1977.
- MONTIEL**, Martinez Maria Luz. *Negros na América*. Madrid, Editorial Mapfre, 1992
- MOURA**, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____ *História do Negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____ *Dialética Radical do Negro Brasileiro (1889 e 1982)*. São Paulo: Anita, 1994.
- MULLER**, R G.(org). Dionysos, Brasília, Revista da FUNDACEN /MINC, n.28,1998. Número especial. Teatro Experimental do Negro.
- NASCIMENTO**, Abdias do. *O Negro Revoltado*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982
- _____ *O Quilombismo*. Brasília: Fundação Palmares, 2002.
- NASCIMENTO**, Elisa Larkin. *Pan - Africanismo na América do Sul: Emergência de uma Rebelião Negra*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____ *O Sortilégio da Cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- NINA RODRIGUES**, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 5.a ed, 1977.
- OLIVEIRA VIANA**, F. J. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 5.a ed. Volume I, 1952
- _____ *Raça e assimilação*. 5. ed. Volume I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- OLIVEIRA**, Eduardo. *Quem é quem na Negritude Brasileira*. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998

- OLIVEIRA**, Paulo Roberto Correia de. *Aspectos do Teatro Brasileiro*. Curitiba :Juruá, 1999
- ORTIZ**, Renato. *Cultura brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1985
- PARANHOS**, Adalberto. *O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo o Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial., 1999.
- PEIXOTO**, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- PEREIRA**, Amaury Mendes. *Emergência e Ruptura. Uma abordagem do Movimento Negro na Sociedade Brasileira*. Tese submetida ao corpo docente do curso de Pós Graduação em História da África , CEAA - UCAM. 1988.
- PEREIRA**, José Maria Nunes. *Colonialismo, Racismo e Descolonizaçã*. In : Revista Estudos Afro Asiáticos - Ano 1 - n. 2 - Maio - Agosto 1978.
- PIERSON**, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1971
- PINHO**, Osmundo de Araújo. *Corações e Mentes do Movimento Negro Brasileiro*. In: Revista Estudos Afro - Asiáticos . Vol. 24. - 2. RJ 2002.
- PINTO**, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Nacional, 1952.
- _____ *Sociologia do desenvolvimento*. RJ: Civilização Brasileira. 8.a edição, 1980.
- POUTIGNAT**, Philippe. *Teorias da etnicidade. Seguida de Grupos étnicos e suas Fronteiras, de Frederick Barth*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- PRADO**, Décio de Almeida : A evolução da literatura dramática In: Coutinho Afrânio.Org. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana . S.A, 1993.
- QUEIROZ**, Maria Isaura Pereira de. *Coletividades negras. Ascensão sócio econômica dos negros no Brasil e em São Paulo*. Revista Ciência e Cultura. 29 de janeiro, 1977.
- RENAN**, Ernest. " *What's a Nation?*" In: Bhaba, H.K. (Ed.) *Nation and Narration*. London. Ruledge, 1990.
- ROBINSON**, Cedric J. *Black Marxism. The making of a radical tradition*. The University of North Carolina Press, 2000.
- RODRIGUES**, José Honório. *O Jornal : fonte da história*. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. S.P. 1970. (Mimeo.)
- ROMERO**, Sílvio. *História da Literatura Brasileira* vol. I. 4. ed Rio de Janeiro: José Olympio, 1949

- RUDVICK, Elliott; Méier, August; Broderick, Francis L. *Black protest thought in the twentieth century*. Second edition. Bobbs-Merril Company, Inc. 1971
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 5.edição. Editora Cortez. 1999
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O Movimento Negro e a Crise Brasileira*. In: Revista de Política e Administração. Rio de Janeiro: 2 (2): 287 a 307. jul. / set., 1985
- SCHERER – WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação Sociológica*. 2º edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____ e Queiroz, Renato da Silveira (Org) *Raça e Diversidade*. São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996
- SEYFERT, Giralda. "Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: *Raça Ciência e Sociedade* (Marcos Chor Monteiro, Ricardo Ventura Santos, (orgs.) Rio de Janeiro: FIOCRUZ / CCBB : 41-58, 1996.
- SILVA, Joselina. *Alberto Torres e o Pensamento Racial no Brasil*. In [Syn]Thesis: Cadernos do Centro de Ciências Sociais – Vol. I, N.1 (1996) – Rio de Janeiro: UERJ, CCS, 1996.
- _____ "O clube dos negros". In: Interseções: revista de estudos interdisciplinares – Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro: UERJ. NAPE, 1999.
- _____ *Renascença, lugar de negros no plural. Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2000.
- _____ "A Cidade das Mulheres de Ruth Landes" Resenha. In: Revista Democracia Viva Revista do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, 2003.
- _____ "ONGs e Estado: atuando no conc (s) erto das nações" In: Cadernos Ceris. Ano 1, n.1 – (2001). Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, 2004.
- SILVA, Jr. Hédio. *Anti- Racismo. Coletânea de Leis Brasileiras. Federais, Estaduais, Municipais*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes Ltda, 1998.
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. *Encontros e Desencontros de um Movimento*

- Negro*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.
- SILVA, Nelson do Vale; HASENBALG, Carlos Alberto. "*Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*". Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- SILVA, Wagner Gonçalves (org.). *Caminhos da Alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Summus, 2002
- SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. *Negrada*. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1995
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Brasil: De Getúlio a Castelo. - 1930- 1964*. 10.a Edição. Paz e Terra. 1982.
- SODRE, Muniz. *O terreiro e a cidade - a forma social negro - brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado : violência urbana , neogrotesco e mídia" - São Paulo: Cortez (Biblioteca da Educação. Série 5 . Estudos da linguagem; v. 6). 1992.*
- _____. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil* . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977
- SOUZA, Amaury de. *Raça e política no Brasil Urbano*. In Revista de Administração de empresas v.11 n.4 Out/dez 1971. Fundação Getúlio Vargas, Serviço de publicações, Rio de Janeiro, 1971.
- SOUZA, Marilúcia dos Santos. *O Debate Étnico e a União dos Homens de Cor de D. de Caxias*. IN: Revista Pilares da História. Órgão de divulgação do Inst. Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Duque de Caxias, RJ, 2004
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- STEPHAN, Nancy Leys. *The hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca, NY. : Cornel University Press, 1991
- STOCKING, George W. Jr. *Race, Culture and Evolution*. New York: The Free Press, 1968
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TRINDADE, Solano. *Antologia Poética - Tem gente com Fome*. Programa Nacional do

- Centenário da Abolição - Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, 1988.
- TURRAINE, Alain. *Em defesa da Sociologia*. Trad. Luis Fernando Dias Duarte. RJ: Zahar Editores, 1976.
- VERNO, J Jr. Williams. *Rethinking race: Franz Boas and his contemporaries*, 2003.
- WAGLEY, Charles. *"Race and Class in Rural Brazil"*. 2ed. Paris: UNESCO, 1963.
- WEBER, Max . A Objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez: Campinas Ed. da UNICAMP, 1992.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. RJ. Paz e Terra, 1980.
- WINANT, Howard. *Racial Conditions : politic, theory, comparisions*. University of Minessota Press. MN, 1994.

Jornais consultados:

- ARCO ÍRIS- Ano II-nº19-20 Registro nº107. Janeiro e Fevereiro 1949.
- O COLORED - 13 de fevereiro de 1963 (Blumenau). Ano 2. nº3
- O COLORED – 13 de setembro de 1962 (Blumenau). Ano 1. nº1
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 18 de junho de 1964. Caderno 2.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 25 de junho de 1964.
- O CORUJA-Ano II Feira de Santana (Bahia) nº46 -22 de julho de 1956.
- A CRUZ-Rio de Janeiro- nº37-Ano-XXVII. 12 de setembro de 1948
- DIÁRIO DA BAHIA Ano 101- Cidade de Salvador- nº362 -2 de abril de 1957
- DIÁRIO DA BAHIA –Ano 101 – Cidade de Salvador- nº403-22 de maio de 1957
- DIÁRIO DA BAHIA –Ano 101- Cidade de Salvador –nº406-25 de maio de 1957
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ano XXXIII n. 17.888. 13 de maio de 1958.
- DIÁRIO TRABALHISTA, Ano IV, n.1100. 23 de setembro de 1949. Rio de Janeiro.
- DIÁRIO TRABALHISTA, nº1157 - Ano IV. 01 dezembro de 1949. Rio de Janeiro.
- DIÁRIO TRABALHISTA, nº1385. 30 de agosto de 1950. Rio de Janeiro.
- DIÁRIO TRABALHISTA- ano VI, nº1626. 20 de junho de 1951. Rio de Janeiro.
- ESTADO DA BAHIA. Ano XXVI. N. 3307. Quarta – feira, 13 de maio de 1959.
- O GLOBO. Ano XXVII. N. 7741. Quarta - feira , 01 de agosto de 1951.
- O GLOBO. Ano XXVII. N. 7742. Quinta - feira , 02 de agosto de 1951.
- O GLOBO. Ano XXVII. N. 7743. Sexta- feira , 03 de agosto de 1951.
- O GLOBO. Ano XXVII. N. 7744. Sábado 04 de agosto de 1951.

O GLOBO. Ano XXVII. N. 7745. Segunda - feira, 06 de agosto de 1951.

O GLOBO. Ano XXVII. N. 7746. Terça - feira, 07 de agosto de 1951.

O GLOBO. Ano XXVII. N. 7747. Quarta - feira , 08 de agosto de 1951.

O GLOBO. Ano XXVII. N. 7749. Sábado, 10 de agosto de 1951.

O GLOBO. Ano XXVII. N. 7762 . Segunda - feira , 27 de agosto de 1951.

O GRITO-Bahia- nº23. Ano 20. Março de 1954.

O GRITO -Cidade de Nazaré(Bahia) nº 39-Ano20. 23 de março de 1954.

JORNAL ALVORADA . São Paulo, maio de 1945

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Abril de 1946

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Julho de 1946

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Ano II, n.14. Novembro de 1946

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Ano II, n.15. Dezembro de 1946

JORNAL ALVORADA.São Paulo. Ano II, n.17. Fevereiro de 1947

JORNAL ALVORADA.São Paulo. Ano II, n.19. Abril de 1947

JORNAL ALVORADA.São Paulo. Ano II, n.20. 13 de Maio de 1947

JORNAL ALVORADA.São Paulo. Ano II, n.24. Junho de 1947

JORNAL ALVORADA.São Paulo. Ano III, n.27. Dezembro de 1947

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Ano III, n.28. Janeiro de 1948

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Ano III, n.29. Junho de 1948

JORNAL ALVORADA . São Paulo. Ano III, n.33. Junho de 1948

JORNAL DA BAHIA –Ano I – Cidade de Salvador –nº155-1 de abril de 1959

JORNAL DO CENTRO JESUS DO HIMALAIA (RJ), maio de 1962

JORNAL MINAS GERAIS. Suplem. Literário. 7 de maio de 1988, Ano XXII.

JORNAL REDENÇÃO. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, 9 de dezembro de 1950.

JORNAL REDENÇÃO. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 2, 30 de dezembro de 1950 .

JORNAL DE SANTA CATARINA. 27 de agosto de 1988.

O LIBERAL. Órgão do Partido Social democrático. Seção Pará. N.341. Ano II. 7 de janeiro de 1948.

MAIORIA FALANTE. Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 19 jun./jul./1987.

MOMENTO FEMININO. Ano III. 20 de Setembro de 1950

O MUTIRÃO. São Paulo. Ano I n. 2. Junho, 1958.

O NOVO HORIZONTE: São Paulo. Ano I nº3 – julho 1946

O NOVO HORIZONTE – São Paulo, julho 1947 Ano II nº12

O NOVO HORIZONTE. São Paulo. Ano VIII- setembro 1954

O NOVO HORIZONTE . São Paulo. Ano VIII n.65 - outubro de 1954

PARATODOS –RJ. Maio/1958

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Edição fac-similar do jornal
dirigido por Abdias do Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2003

O RADICAL. Ano XVII nº5238 –RJ.sábado 27 de setembro de 1947.

O RADICAL. Ano XVII nº5236 -RJ quinta feira 25 de setembro de 1947.

O RADICAL. Ano XVII nº5295- RJ quarta feira 3 de dezembro de 1947.

O RADICAL. Ano XVII nº5313-RJ quarta-feira 24 de dezembro de 1947

O RADICAL. Ano XVII nº5310-RJ sábado 20 de dezembro de 1947.

A TARDE Bahia- 6 de dezembro de 1932.

A TARDE. Bahia- 26/27 de outubro de 1943.

A TARDE. Bahia- 18 de maio de 1949

A TARDE Bahia- 24 de julho de 1950

A TARDE. Bahia- 21 de outubro de 1950.

A TARDE. Bahia- 18 de janeiro de 1951

A TARDE. Bahia- quinta feira-8 de fevereiro de 1951. Ano XXXIX- nº132/22

A TARDE. Bahia- 22 de fevereiro de 1951

A TARDE. Bahia- 13 de setembro de 1951.

A TARDE. Bahia- 13 de novembro de 1951.

TRIBUNA DE CANDEIAS-Ano I-Setembro 1956- nº1 Bahia.

TRIBUNA GRÁFICA- Maio/1956.

TRIBUNA SINDICAL.Rio de Janeiro, nº14 –Ano II 7/1956.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 1. RJ. Terça-feira, 12 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 2. RJ. Quarta-feira, 13 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 3. RJ. Quinta-feira, 14 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 4. RJ. Sexta-feira, 15 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 5. RJ. Sábado, 16 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 7. RJ. Terça-feira 19 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 8. RJ. Quarta-feira 20 de junho de 1951.

ÚLTIMA HORA. Ano I. N. 25. RJ. Terça-feira 10 de julho de 1951.

UNIÃO. Paraná, Curitiba, Ano II, n.º 75, 1948.

UNIÃO. Paraná . Curitiba, Ano IV, Dezembro de 1950.

A VOZ DA NEGRITUDE. Suplemento Especial. Niterói Rio de Janeiro.

VOZ DE ITABUNA.Estado da Bahia - Ano I nº7. 29 de julho de 1949

Revistas consultadas:

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, caderno especial, n.2, Rio de Janeiro, 1968

REVISTA MANCHETE, Rio de Janeiro, Ano 11, n.º 597, 17 de jul./1963

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro, Ano 13, n.º 690, 10 de jul./1965

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 47, 29 de ago./1964.

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 48, 05 de set./1964

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 43, 01 de ago./1964.

REVISTA FÓRUM. Vol. 9 fasc. 21. Bahia, 1945.

REVISTA DA SEMANA. RJ. Ano XLVII. N.36. 7 de setembro de 1946.

REVISTA SENZALA: Revista mensal para o negro. Ano I n. 1 SP. Janeiro de 1946

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.1. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, 1997.

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.2. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, maio / ago. , 1997.

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.3. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, set. / dez., 1997

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.4. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, jan./ abril, 1998.

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.5. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, maio / ago., 1998.

REVISTA THOTH, Abdias Nascimento n.6. Brasília: Gabinete do Senador
Abdias do Nascimento, set. / dez, 1998.